

**idn** cadernos

# OS LIVROS BRANCOS DA DEFESA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA 1998-2010

ALEXANDRE CARRIÇO

**idn** Instituto  
da Defesa Nacional

nº 7

# **Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China (1998-2010)**

**Uma Desconstrução do Discurso  
e das Perceções de (In)segurança**

Alexandre Carriço

IDN

Lisboa

Maio de 2012

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspectivas são da responsabilidade dos autores não reflectindo uma posição institucional do Instituto de Defesa Nacional sobre as mesmas.

---

***Director***

Vitor Rodrigues Viana

---

***Coordenador Editorial***

Alexandre Carriço

---

***Núcleo de Edições***

António Baranita e Cristina Cardoso

---

***Capa***

Nuno Fonseca/nfdesign

---

***Propriedade, Edição e Design Gráfico***

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

[www.idn.gov.pt](http://www.idn.gov.pt)

---

***Composição, Impressão e Distribuição***

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA

Av. António José de Almeida – 1000-042 Lisboa

Tel.: 217 810 700

E-mail: [editorial.apoiocliente@incm.pt](mailto:editorial.apoiocliente@incm.pt)

[www.incm.pt](http://www.incm.pt)

---

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-2080-9

Depósito Legal 344513/12

Tiragem 250 exemplares

---

© Instituto da Defesa Nacional, 2012

---

**Alexandre Carriço.** Tenente-Coronel de Infantaria. Assessor de estudos e investigador no Instituto da Defesa Nacional. Licenciado em Ciências Militares. Pós-Graduado em Estudos Asiáticos, em Estudos sobre a China Moderna, e em Política Externa Norte-Americana. Mestre em Relações Internacionais. Doutorando em Ciência Política com especialização em Relações Internacionais (estudos asiáticos).

Frequentou o *Asia Security International Course* no Colégio de Estudos de Defesa da Universidade Nacional de Defesa do Exército Popular de Libertação.

Autor da obra “De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégias de Defesa Territorial da República Popular da China, 1949-2010”, publicada em 2006, pela editora Prefácio.

Co-autor em publicações coletivas a “Transformação da Defesa” (2005); “*East Asia Today*” editada por Luís Tomé e Robert Sutter (2008); do livro dedicado à análise dos conceitos estratégicos e operacionais empregues pelo General vietnamita Vo Nguyen Giap, intitulado “Vo Nguyen Giap: O Homem que Derrotou Franceses e Americanos” (2008) em parceria com Carlos Mendes Dias; e do livro “Portugal e as Operações Paz: Uma Visão Multidimensional” (2010), editado por Adriano Moreira, Carlos Branco, Francisco Proença Garcia e Carlos Santos Pereira.

Desde 1996 que tem publicado extensivamente sobre questões de segurança e defesa da República Popular da China.

## Resumo

Este estudo é uma análise da evolução das percepções de (in)segurança da República Popular da China (RPC), através da aferição quantitativa e qualitativa de expressões idiomáticas caracterizadoras da evolução do sistema internacional, as quais foram selecionadas e associadas a tais percepções, e que constam das sete edições do Livro Branco da Defesa publicadas pelo Conselho de Estado entre 1998 e 2010.

Procura-se através de um enquadramento conceptual e metodológico derivado da análise crítica do discurso baseado nas teorias de Michel Foucault e de Norman Fairclough, bem como do da percepção de ameaças por parte dos Estados no sistema internacional formulado por Robert Jervis, identificar e justificar variações nas percepções de (in)segurança da RPC entre 1998 e 2010, concluindo-se que estas refletem uma visão de natureza essencialmente realista estrutural e Lockean quanto à evolução do sistema internacional.

## Abstract

### **People's Republic of China Defense White Papers (1998-2010): Deconstructing the (In)security Perceptions Discourse**

This study represents a tentative insight concerning the evolution of the perceived risks and threats to the People's Republic of China security. It rests on a quantitative and qualitative methodological approach based on the analysis of idiomatic expressions applied to characterize the evolution of the international security environment. These words were selected and associated to possible (in)security perceptions laid out in the seven editions of People's Republic of China White Papers on National Defense, published by the China's State Council between 1998 and 2010.

Applying a discourse analysis' conceptual and methodological framework based on the theoretical studies of Michel Foucault and Norman Fairclough, as well as Robert Jervis' conceptualization of threat perceptions, it is analysed and justified the causes for the changes on China's (in)security perceptions pertaining the evolution of the international system between 1998 and 2010, which basically expose a structurally realist and Lockean perspective of such evolution.

## Agradecimentos

A Jian Wan pelo inextinguível apoio demonstrado na recomendação de bibliografia relevante de autores chineses e pelos inúmeros esclarecimentos linguísticos e interpretativos prestados.

A Jia Qingguo, Yang Yanming e Toshihiro Minozara pelas perspectivas intelectualmente provocantes que transmitiram.

A Isabel Nunes pelas recomendações de leituras associadas às teorias do discurso.

A Nuno P. Monteiro pela gratificante troca de ideias efetuada por correio eletrônico.

A Luís Tomé pela partilha da sua *weltanschauung* relativamente à segurança no espaço asiático.

O autor ressalva que as pessoas referidas não têm qualquer responsabilidade sobre as posições assumidas neste estudo, as quais lhe competem total e exclusivamente.



## Índice

<b>Introdução</b>	9
1. O Construtivismo Social e a Análise Crítica de Discursos: Breve Enquadramento Conceptual	15
2. A Perceção de Ameaças e Riscos por Parte dos Estados: “Um Jogo de Espelhos Psicológico”?	19
3. Uma Análise ao Processo de Elaboração dos Livros Brancos da Defesa da China	28
4. Desconstruindo o Discurso de (In)segurança dos Livros Brancos da Defesa Nacional da China (1998-2010):	37
a. Evolução das Perceções de (In)segurança da China no Sistema Internacional (1998-2010)	38
1) Edição de 1998	38
2) Edição de 2000	45
3) Edição de 2002	54
4) Edição de 2004	62
5) Edição de 2006	70
6) Edição de 2008	77
7) Edição de 2010	81
5. Conclusões	88
6. Prospetivas sobre a Política de Segurança e Defesa da China	114
a. Visão Chinesa sobre a Evolução da Segurança no Sistema Internacional	115
1) Uma Desejada Multipolaridade	122
2) A Transição para a Multipolaridade no Sistema Internacional: Impacto na Segurança e Defesa da China	125
b. O “Novo Conceito de Segurança”, os Interesses Vitais, os Objetivos, os Princípios, a Estratégia de Defesa Nacional e a Doutrina Militar	134
c. Implicações Regionais	138
d. A Relação <i>Pivot</i> com os EUA	141
e. Principais Linhas de Ação a Médio Prazo da Política Externa e de Segurança da China	150
<b>Bibliografia</b>	156

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Lista de expressões selecionadas inicialmente como associadas às percepções de (in)segurança da China	38
Quadro 2 – Variação quantitativa e qualitativa das expressões selecionadas (1998)	39
Quadro 3 – Variação quantitativa e qualitativa das expressões selecionadas (2000)	47
Quadro 4 – Variação quantitativa e qualitativa das expressões selecionadas (2002)	56
Quadro 5 – Variação quantitativa e qualitativa das expressões selecionadas (2004)	63
Quadro 6 – Variação quantitativa e qualitativa das expressões selecionadas (2006)	71
Quadro 7 – Variação quantitativa e qualitativa das expressões selecionadas (2008)	78
Quadro 8 – Variação quantitativa e qualitativa das expressões selecionadas (2010)	83
Quadro 9 – Evolução do <i>rating</i> de transparência dos Livros Brancos da Defesa (1998-2010) segundo os critérios da Universidade de Defesa Nacional dos EUA	89
Quadro 10 – Variação quantitativa das expressões selecionadas, associadas às percepções de (in)segurança chinesa (1998-2010)	95
Quadro 11 – Modelo de segurança cooperativa da China vs modelo de preponderância global dos EUA	143

## Índice de Figuras

Figura 1 – Estrutura funcional de comando e controlo da Comissão Militar Central	33
Figura 2 – Variação qualitativa das expressões selecionadas associadas às percepções de (in)segurança da China	94
Figura 3 – Evolução qualitativa das percepções de (in)segurança da China (1998-2010)	98

*“Nobody who has an interest in modern society, and certainly nobody who has an interest in relationships of power... can afford to ignore language.”*

Norman Fairclough (1992)

## Introdução

A última década tem assistido a uma maior consciencialização e atenção por parte dos investigadores das relações internacionais relativamente ao papel que a linguagem desempenha na política em geral e na política externa e de segurança em particular. Basta para tal atendermos ao facto de a maioria dos governos e organizações internacionais terem gabinetes de imprensa e de relações públicas encarregues de divulgarem de forma profissional e com uma periodicidade diária as posições políticas dos mesmos relativamente a questões candentes do panorama internacional, quer por intermédio dos respetivos *sites* institucionais na internet quer pela organização, quando necessário, de conferências de imprensa.<sup>1</sup>

Com o acentuado desenvolvimento tecnológico, os métodos de comunicação associados aos diálogos e esforços diplomáticos de resolução de conflitos e de disputas de forma pacífica através de mecanismos negociais, reforçaram a evidência do “uso e abuso” da linguagem no campo das relações internacionais, particularmente após o término da Guerra Fria (Chilton, 1996; Donahue e Prosser, 1997; Larsen, 1997; Debrix, 2003).

Apesar de não ser consensual entre a comunidade académica, esta asserção apoia-se em quatro grandes ordens de razão:

- (1) As relações internacionais não têm apenas uma dimensão material, pois compreendem inúmeros atos associados à linguagem;
- (2) Apesar da existência de eventos e de uma realidade objetiva nas relações internacionais, esta é compreendida através de sistemas de sinalização/comunicação como o é a linguagem. A “realidade” que é transmitida e compreendida desta forma não é neutral mas refinada e moldada por processos de produção linguística;
- (3) Os estudos das relações internacionais são elaborados através do recurso à linguagem como instrumento, contemplando metodologicamente a leitura e interpretação de diferentes (inter)textos e o emprego de léxico específico passível de reforço do “conhecimento” das relações internacionais; e

---

<sup>1</sup> No caso da República Popular da China, o site do Ministério da Defesa Nacional é um bom exemplo, existindo ainda uma aplicação para IPAD (China SCIO) do Gabinete de Informação do Conselho de Estado da China onde são disponibilizados *podcasts* diários das conferências de imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Defesa Nacional.

- (4) Todos os desempenhos linguísticos são produtos de determinados contextos e condicionantes históricas, sociais e culturais, sendo a “realidade” e o “conhecimento” das relações internacionais construídos pela linguagem, não apenas de forma normativa mas também subjetiva, devido à constante reconstrução que se fazem dos textos tanto no tempo como no espaço.

Quando os discursos são encarados como um objeto de estudo das relações internacionais algumas questões se colocam, particularmente quanto ao foco da nossa análise: a segurança e defesa de um Estado.

Como é que um Estado desenvolve e expressa a sua política de segurança e defesa através do discurso? Como é que a compreensão do significado desse discurso pode afetar a sua interação com outros Estados? Como é que adversários, conflitos e riscos podem ser criados através de mecanismos discursivos, mais concretamente através da má interpretação das intenções?

Sendo o discurso uma forma de prática social que gera significados socialmente produzidos, é também uma fonte que ajuda a perceber e a moldar a segurança internacional. Por outras palavras, o discurso de política externa e de segurança e defesa de um Estado articula não apenas algumas ideias da política e estratégia desse mesmo Estado, mas cria também interações sociais com outros atores das relações internacionais através da interpretação que estes fazem desse mesmo discurso, pelo que a instrumentalização imprópria deste pode afetar a forma como os atores estatais, e não só, se percebem mutuamente.

Sendo a República Popular da China (RPC) – de acordo com a linguagem oficial – uma potência em “desenvolvimento/ascensão pacífica” sem qualquer intuito revisionista<sup>2</sup> quanto à ordem hierárquica prevalecente no sistema internacional<sup>3</sup>, entendemos que uma análise das sete edições dos Livros Brancos da Defesa Nacional publicadas desde 1998 pelo Conselho de Estado, mais particularmente (mas não exclusivamente) do capítulo dedicado à caracterização da situação internacional em termos de segurança, pode ser um instrumento útil no sentido de aferirmos mudanças – ainda que telúricas – do comportamento do Estado chinês no âmbito da sua política externa, de segurança e defesa, resultado de “mecanismos ambientais próprios” de indução externa e interna associados a percepções de riscos e de ameaças à sua segurança, numa dialética agente *vs* estrutura.<sup>4</sup>

---

2 No entanto no contexto regional e devido à questão da reunificação de Taiwan (Bush, 2006; Tucker, 2009), das disputas territoriais no Sul do Mar da China (Cronin, 2012), do Leste do Mar da China e das ilhas Diaoyu/Senkaku com o Japão (Bush, 2010), as ambições chinesas e as suas ações demonstram uma apetência revisionista limitada, ainda que sem pretenderem alterar a ordem regional (Ross, 1999; Tammen e Kugler, 2006; Ross e Zhu, 2008; Kang, 2009; Sun, Ferchen e Fravel, 2010).

3 Adotamos a definição de sistema internacional de Yang Jiemian (2007: 55), como sendo “a generalização do estado das relações internacionais, englobando a interação dos atores internacionais tanto no plano integrativo como antagonístico, de acordo com posturas estáveis, normativas, institucionais ou de partilha de valores e orientações comuns”.

4 Note-se que no discurso constante dos Livros Brancos da Defesa é empregue normalmente a expressão ameaças e só em duas edições e, respetivamente por uma vez, foi empregue a expressão riscos ainda que aplicada a um contexto exclusivamente económico. Uma explicação preliminar e que ultrapassa o objetivo

O presente estudo representa uma primeira e modesta tentativa de examinar a evolução dessas percepções através de uma análise quantitativa e de uma subsequente extração de cariz qualitativo, tendo por base o emprego de terminologia associada à caracterização e evolução da segurança no sistema internacional e regional asiático expressa nas sete edições dos Livros Brancos da Defesa Nacional da República Popular da China, publicadas pelo Conselho de Estado em 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.<sup>5</sup>

Reconhecemos porém algumas limitações a este estudo, pois a linguagem dos Livros Brancos da Defesa seja de que país for é por vezes oblíqua. A diplomacia requer que nomes não sejam referidos e preocupações sobre as intenções e comportamento de outros Estados sejam aludidas de forma indireta, ou pelo menos inferidas através do emprego de termos menos acusatórios.

A RPC não é uma exceção – antes pelo contrário – pois leva a um extremo a formulação semântica empregue nos seus documentos oficiais, à qual os Livros Brancos da Defesa Nacional também não escapam.

As sete edições publicadas relevam um país cada vez mais confiante e “transparente” na apresentação pública das suas intenções estratégicas em termos de segurança e defesa, o que se reflete numa crescente sofisticação da linguagem e dos termos empregues para comunicar os interesses, objetivos e preocupações de segurança nacional.<sup>6</sup> Claro que a transparência que tanto tem sido exigida por outros países, particularmente pelos Estados Unidos da América (EUA), tem tido nestes documentos uma resposta cada vez mais consolidada, ainda que uma maior abertura não signifique necessariamente que a mensagem seja recebida de braços abertos. Além do mais os Estados que possuem uma percepção negativa da ascensão da China no sistema internacional continuam a não ver substancialmente mitigada tal percepção pela divulgação deste tipo de publicação, especialmente quando o próprio Conselho de Estado (que divulga estes documentos) se refere, por exemplo, com desconfiança aos EUA, ao Japão e à Índia, acusando os três países de desenvolverem “manobras de contenção estratégica regional de Pequim”.

Destarte, as várias edições representam acima de tudo uma ferramenta de modelação das percepções internas e externas sobre a segurança e a defesa nacional da RPC. Não são *per se* “Livros Brancos do Exército Popular de Libertação”, pois apesar de o Exército Popular de Libertação (EPL) contribuir para a redação das várias secções de cada uma das edições, estes são documentos que materializam um processo de coordenação entre

---

deste estudo, pode ter a ver com a intencional instrumentalização da expressão “ameaça” (*weixie*) por parte do Partido Comunista Chinês (PCC) como forma de validar internamente o seu papel incontornável de guardião e defensor da soberania e integridade territorial da RPC, potenciando no processo, um dos pilares da sua legitimidade perante a opinião pública.

5 As seis primeiras edições dos Livros Brancos da Defesa estão disponíveis para consulta em <http://eng.mod.gov.cn/database/whitepapers/index>. A edição de 2010 (publicada em março de 2011) está disponível em [http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/31/c\\_13806851.htm](http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/31/c_13806851.htm).

6 As conferências de imprensa destinadas a divulgar as edições dos Livros Brancos têm cada vez mais assistência e divulgação mediática, sendo convidados todos os adidos de defesa das representações diplomáticas em Pequim. As apresentações têm sido cada vez mais profissionais e o debate que se segue às conferências de imprensa, relativamente profícuo, dentro das limitações impostas politicamente.

várias agências governamentais responsáveis pela segurança e defesa nacional, como descreveremos mais à frente.

Esta moldura analítica parece-nos pois bastante útil, dado o mais que compreensível cuidado na seleção criteriosa da linguagem e das expressões que tradicionalmente caracterizam os documentos oficiais do governo chinês – nomeadamente os destinados a consumo externo e escritos em língua inglesa – para evitar que afirmações neles constantes não sejam incorretamente interpretadas, gerando em resultado deste processo percepções erróneas quanto às intenções estratégicas do país, as quais assumem uma ainda maior sensibilidade quando entroncam no campo da segurança e defesa.

Este aturado processo institucional interno de filtragem linguística – que tentaremos descrever da forma mais correta possível, apesar da relativa opacidade das mecânicas subjacentes à elaboração dos Livros Brancos da Defesa – não nos impede, antes pelo contrário reforça, a identificação de variações nas percepções de (in)segurança da RPC no seio do sistema internacional.

Com base nestes pressupostos poderemos ter condições para procurar validar o argumento principal de que as percepções de (in)segurança face às principais potências regionais asiáticas (EUA, Rússia, Japão e Índia) têm sofrido alterações que modelam acentuadamente a condução da política de segurança e defesa da RPC, fazendo parte de um processo sequencial de construção, reforço e preservação de uma identidade de “grande potência”, ainda que sob um persistente e omnipresente dilema de segurança regional asiático, para o qual o país tem também contribuído em virtude da condução de um significativo plano de modernização militar, independentemente do seu discurso de “paz e desenvolvimento pacífico” e da sua “estratégia militar de defesa ativa”.

Este racional é patente no discurso de caracterização da envolvente internacional e regional das edições dos Livros Brancos da Defesa Nacional, maioritariamente eivado de uma conceção analítica realista estrutural e Lockeano, mas que tem apresentado mais recentemente alguns desenvolvimentos limitados de cariz construtivista, expressos numa maior transparência quanto às intenções estratégicas (descritas como pacíficas) e no relevo conferido à cooperação militar internacional e regional do EPL sob o novo “chapéu conceptual” das “*Major Operations other than War*” (*Bi zhanzhenq deng zhongda xingdong*).

Para validarmos o argumento principal levantámos quatro questões derivadas:

- Houve alterações nas percepções dos riscos e das ameaças à segurança da RPC no sistema internacional desde 1998?
- Se afirmativo, estas percepções de (in)segurança aumentaram ou reduziram?
- Quais as causas justificativas para tais alterações nas percepções?
- Que medidas adotou a RPC para mitigar o impacto negativo destas percepções de (in)segurança regional nas suas relações com as outras potências regionais (EUA, Rússia, Japão e Índia)?

A resposta a estas questões é efetuada numa primeira fase através da análise dos Livros Brancos da Defesa Nacional, especificamente da secção dedicada à caracterização de segurança do sistema internacional, socorrendo-nos adicionalmente e sempre que jul-

gado pertinente de bibliografia publicada por estrategistas militares e civis ligados direta ou indiretamente a *think tanks* do Conselho de Estado, da Comissão Militar Central e do EPL, no sentido de aferir potenciais complementaridades ao nível das respetivas perceções de segurança.

Esta dimensão cognitiva intrainstitucional da política de segurança e defesa é importante no sentido em que enforma e molda as decisões dos líderes políticos e militares. Idealmente, deveríamos poder aceder a documentos e personalidades que estão no fulcro do processo de elaboração de propostas e de tomada de decisão de forma a podermos aferir as respetivas perceções sobre a segurança e defesa nacional e internacional. Como tal é impossível, para mais num país como a China, cremos que a consulta de artigos científicos de analistas de segurança chineses poderá ajudar-nos a iluminar um pouco mais este nosso trilha analítico quase penumbroso, resultante da dificuldade adicional relativa ao tipo de critério burocrático interno de filtragem dos relatórios e *policy papers* produzidos por cada um dos *think tanks* e departamentos afetos às três organizações em cima citadas.

Este estudo inicia-se com uma breve contextualização conceptual da “meta-teoria” do construtivismo, ao abrigo da qual adotamos um racional de análise crítica do conteúdo/discurso dos sete Livros Brancos da Defesa da RPC, seguindo em parte, o pós-positivismo de Alexander Wendt (1987: 359) que subscreve a necessidade de ser dada tanta prioridade à análise das relações internacionais e à compreensão do comportamento dos Estados, quanto à distribuição material de poder, seja ele político, económico ou militar, e, nomeadamente, no que respeita à forma como este poder é interpretado e empregue pelos próprios atores.

Aqui reconhecemos uma linha de raciocínio típica de um “realismo idealista” (Mearsheimer, 2011), ao adotarmos uma análise de cariz idealista para justificar perceções e comportamentos essencialmente de natureza realista, assumindo a dificuldade empírica em traduzir a assumpção ontológica de que estrutura e agente são mutuamente constitutivos, resultado de dois truísmos da vida social: as pessoas e as suas organizações agem com objetivos determinados, afetando os resultados finais através dessas ações; e a sociedade é formada por “relações sociais, que estruturam as interações entre os atores” (Wendt, 1987: 337-338).

No entanto, e de forma prática, iremos privilegiar uma abordagem relacional, de modo a que tanto agente como estrutura sejam entendidos como emergentes de uma rede de interação social mais abrangente, enfatizando, concomitantemente, as dinâmicas da envolvente social aos atores, crendo assim, que a linguagem uniformizadora e a subalternização do agente individual – omnipresentes na comunicação organizacional estatal chinesa – resolvam os dilemas gerados pela abordagem de tipo Giddensiana.<sup>7</sup> Ou seja,

---

7 Nesta abordagem as situações sociais concretas são sempre analisadas duplamente: uma sob a perspectiva do agente e outra sob a perspectiva da estrutura. Apesar de evitar problemas relacionados com um sequencialismo temporal, a abordagem de Giddens (1979) coloca a ação sob uma perspectiva bastante abstrata e excessivamente técnica. Se nos centrarmos apenas numa destas perspectivas (a do agente que neste caso é o Estado chinês) pode tornar-se difícil estabelecer padrões explicativos estáveis para as situações de interação social. O construtivismo relacional permite evitar estes problemas.

procuramos perscrutar possíveis modalidades de ação, pois as ações são causadas pela configuração específica de recursos comunicacionais empregues num determinado período de tempo. É no estudo destas configurações que o construtivismo relacional se baseia.

Assim, ao adotarmos uma metodologia de análise do discurso baseada nas teorias de Michel Foucault (1972, 1995, 2003) e de Norman Fairclough (1989, 1992, 1995, 2003)<sup>8</sup> – que captam a noção de estruturação e regulação sócio-histórica da linguagem e da comunicação (*e.g.* discurso) – procuramos identificar a ocorrência quantitativa e extrapolar deduções de cariz qualitativo sobre o emprego concreto de expressões emblemáticas associadas à evolução das perceções de ameaças e riscos à segurança da RPC no contexto internacional, tentando descortinar a existência de uma coerência interna no discurso e uma correspondência entre este e as respetivas intenções e ações.

Desta interação dialética entre teoria e prática é gerado um processo dinâmico de perceção/identificação/classificação destes atores (maioritariamente estatais) como inimigos, rivais, competidores ou amigos, que com o tempo se pode cristalizar, tendo nas diferentes edições dos Livros Brancos da Defesa Nacional um bom indicador de aferição desta catalogação.

A dimensão conceptual das perceções e do dilema de segurança – por serem implícitas à formulação de todo e qualquer discurso de segurança e defesa nacional – torna-se assim bastante importante de analisar – o que faremos na segunda parte deste estudo – tendo como base o referencial desenvolvido por Robert Jervis (1976) relativo à noção de perceção de ameaça e risco no sistema político internacional, numa perspetiva centrada no Estado através da interação deste com outros agentes/atores do sistema internacional (essencialmente estatais).

Na terceira parte, descreveremos o processo de elaboração dos Livros Brancos da Defesa Nacional no seio da Comissão Militar Central (CMC), identificando os diversos atores institucionais que providenciam *inputs* para a redação do mesmo, e qual a conceção predominante das relações internacionais que transparece desse processo.

A quarta parte deste estudo focaliza-se na análise quantitativa das expressões selecionadas associadas à perceção de riscos e ameaças à segurança da China e na interpretação qualitativa da evolução dessa perceção face ao sistema internacional expressa nas sete edições dos Livros Brancos da Defesa Nacional (publicados entre 1998 e 2010), com base na descrição de acontecimentos que poderão ter contribuído para essa mesma evolução.

A penúltima parte sumariza as principais conclusões relativas às causas associadas à evolução da perceções de (in)segurança da RPC, particularmente no que se refere aos principais atores estatais regionais (EUA, Rússia, Japão e Índia).

O último capítulo efetua uma análise prospetiva sobre a política de segurança e defesa da China. É descrita a visão chinesa sobre a evolução da segurança no sistema internacional, particularmente o debate interno em torno da transição para um sistema

---

8 Fairclough apresenta uma perspetiva mais moderada do construtivismo face a Foucault (2003) que prefere valorizar os efeitos constitutivos do discurso. Agradeço à Professora Isabel Nunes a chamada de atenção para as obras de Fairclough, bem como a recomendação da sua leitura.

multipolar e o impacto que tal poderá ter para a segurança e defesa do país; são descritos os preceitos do (novo) Conceito de Segurança, os interesses vitais, os objetivos, os princípios, a estratégia de defesa nacional e a doutrina militar; são inferidas potenciais implicações regionais resultantes desta formulação em termos de segurança e defesa, sendo que a relação *pivot* com os EUA nos merece também uma referência especial pelo impacto que poderá ter no plano regional e global; conclui-se o capítulo com uma sistematização das principais linhas de ação a médio prazo da política externa e de segurança da China e o impacto perceptivo que delas poderá resultar.

## 1. O Construtivismo Social e a Análise Crítica de Discursos: Breve Enquadramento Conceptual

O construtivismo social focaliza-se na consciencialização humana do seu lugar e espaço no sistema internacional, enfatizando uma dimensão social que não é objetiva (Weber, 1977: 15) em detrimento de uma perspectiva de distribuição material de poder que define, segundo a teoria realista das relações internacionais, o equilíbrio de poderes entre os Estados e explica o seu comportamento no seio do sistema internacional.

Concomitantemente, para construtivistas “convencionais” como Katzenstein (1996), Finnemore (1996), Ruggie (1998), Wendt (1999) e Hopf (2002), entre outros, o estudo das relações internacionais deve centrar-se nas ideias, crenças e normas que enformam os atores do sistema internacional, o qual não existe por si, mas antes como resultado de uma consciência intersubjetiva entre os seres humanos através de formulações intelectuais que criam e enformam os diversos modelos de organização social humana e os tornam intervenientes nesse mesmo sistema internacional.

Sendo os Estados construções históricas e artificiais do ser humano baseados em ideias e normas, se estas mudam então o sistema internacional centrado nos Estados (que é anárquico para realistas) também pode mudar, justificando-se a afirmação de que “a anarquia – seja ela Hobbesiana, Lockeana ou Kantiana – é aquilo que os Estados dela fazem” (Wendt, 1992: 395; 1999: 257).

Neste contexto, torna-se necessário aos seres humanos e às estruturas sociais por eles criadas e desenvolvidas “compreenderem” as ações de uns e de outros, inferindo-lhes um “significado” segundo uma lógica de compreensão interpretativa ou *verstehen* (Morrison, 1995: 273-82). Esta lógica envolve um ciclo de sinalização, interpretação e resposta, pois tentamos sinalizar aos outros as nossas intenções e o seu significado através de palavras e ações, produzindo palavras e ações destinadas a sinalizar o impacto destas nossas intenções e significados, numa fenomenologia típica de um autêntico *Catch 22*.

Este ato de comunicar, que envolve uma dependência do ser humano tanto da linguagem oral como escrita é entendido como essencial, mas não está isento de uma certa problemática. Estando a linguagem sujeita ao “círculo hermenêutico” em cima referido,

“não podemos pretender conhecer o mundo independentemente da linguagem que empregamos” (Adler, 1997: 326). No entanto, sendo a linguagem o veículo da transmissão de ideias e normas, ela é um instrumento de sinalização de intenções e de planejamento e emprego de recursos materiais de um Estado, pelo que a análise de narrativas, comunicações, documento oficiais e discursos pode ser particularmente ilustrativa.

Ou seja, no plano da segurança e defesa, o sistema internacional assenta, por exemplo, nos territórios, populações, armamento e outros recursos materiais dos diversos Estados, mas são as ideias e a forma como estes recursos são gerados, planeados, organizados e empregues (*e.g.* alianças, forças armadas, etc.) que assumem uma importância primordial. Ainda que se reconheça e se valorize o elemento material (físico), este torna-se secundário face ao elemento intelectual, pois sem este, o primeiro carece de capacidade de emprego em prol, por exemplo, da estratégia nacional de um determinado Estado. Assim, as ideias definem o significado do poder material dos Estados (Tannenwald, 2005: 19), sendo elas através do discurso que enformam aquilo que os atores do sistema internacional querem, são e como se comportam (Ba e Hoffmann, 2003: 210), moldando por inerência a estrutura e a natureza do sistema pelo modo como estes interagem e comunicam entre si.<sup>9</sup>

Por exemplo, no campo da política externa e de segurança e defesa de um Estado, este pode responder à retórica política e ações de outro Estado em resultado da interpretação que faz dessa mesma retórica, o que a torna num ato em si. Uma alteração no discurso da política de segurança e defesa de um Estado pode assim indicar uma alteração na prática dessa mesma política de segurança e defesa.<sup>10</sup>

A abordagem construtivista adotada neste estudo tem pois uma natureza relacional, concentrando-se num processo de transação social assente na comunicação bial por parte da RPC através dos seus Livros Brancos da Defesa Nacional, em relativo detrimento das “normas” (Finnemore e Sikkink, 1998) ou “regras” (Onuf, 1998) subjacentes a esse discurso. O mecanismo relacional é o da comunicação pública estatal/institucional (*e.g.* Estado chinês/Conselho de Estado/Ministério da Defesa Nacional/Ministério dos Negócios Estrangeiros) das prioridades, da legitimidade, das opções e da “transparência” da política de segurança e defesa nacional da RPC, tendo como público-alvo as audiências externas ao país.

Assim, e por razões de coerência conceptual, o racional adotado no que concerne à análise crítica de discursos será o da concatenação das teorizações de Michel Foucault (1980: 114) que realça “o estudo da política internacional de acordo com a inteligibili-

---

9 Apesar de não ser consensual entre os construtivistas, é utilizado como exemplo ilustrativo a modificação radical da relação entre os Estados Unidos da América e a União Soviética durante a Guerra Fria e entre 1987 e 1991, que passou respetivamente de uma intensa hostilidade para uma quase relação de amizade e cooperação.

10 Refira-se a importância da Escola de Copenhaga e do seu conceito de “securitização” que se baseia em parte na teoria do discurso, considerando que a linguagem é sempre a chave e o objeto independente de investigação no âmbito das políticas externas e de segurança dos Estados (Larsen, 2004: 64; Busan, Waever e de Wilde, 1998: 26).

de das disputas, das estratégias e das táticas” e de Norman Fairclough (2003: 8-9), que formula e desenvolve segundo uma perspectiva tridimensional de estudo, a inter-relação dialética entre discurso e estruturas sociais abrangentes, de acordo com as situações e instituições que nela participam.<sup>11</sup>

A primeira dimensão – discurso como texto – tem como objetivo o estudo das particularidades textuais dos discursos, ou seja: “Como é que o texto é elaborado, porque é elaborado de uma determinada forma, e de que outra forma ele poderia ser elaborado?” (Fairclough, 1995: 202). Ao examinar-se as opções das formas linguísticas dos textos, procura-se revelar a função entre as características desses textos na produção de sistemas ideológicos e de hierarquias de poder.

A segunda dimensão e que foi por nós adotada – discurso como prática – analisa o processo de produção, distribuição e consumo, centrando-se na intertextualidade dos mesmos, onde se enfatiza a sua historicidade e a forma como estes transformam o passado, modelando as perceções, interpretação e ações do presente e futuro (Fairclough, 1992: 85).

---

11 É interessante notar o facto de o construtivismo e a análise crítica do discurso terem gerado nos últimos dez anos os primeiros artigos científicos relevantes por parte de cientistas políticos chineses. O *doyen* desta escola de análise é o Professor Qin Yaqing, que foi vice-Presidente da Universidade dos Negócios Estrangeiros da China, tem alimentado debates com os seus congéneres de outras escolas de pensamento: a realista (liderada por Yan Xuotong, diretor do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade Qinghua) e a liberal (liderada por Wang Yizhou, subdiretor do Instituto de Economia e Política Mundial da Academia Chinesa de Ciências Sociais). Os artigos mais representativos desta escola construtivista – por terem sido pioneiros – foram publicados até 2006. Ver Chen Dongxiao (2002). “New Approach to Old Puzzle: Constructivist Challenge to the Debate on East Asian Security in the 21st Century”, disponível em <http://www.sis.org.cn/english/journal/dxchen.htm>; Zhang Yunling (2000). “Zhonghe anquan guan ji dui wo guo anquan de sikao” (O Conceito de Segurança Abrangente e Reflexões sobre a Segurança da China), *Dangdai Ya Tai* (Estudos Contemporâneos da Ásia-Pacífico n.º 1). Tang Shiping (2001); “Zai lun Zhongguo de da zhanlue” (Uma vez mais a Grande Estratégia da China), *Zhanlue yu guanli* (Estratégia e Gestão) n.º 4; Ruan Jianping (2003). “Huayu quan yu guoji zixu de jiangou” (Poder Discursivo e Construção da Ordem Internacional), *Xiandai guoji guanxi* (Relações Internacionais Contemporâneas) n.º 5; Dan Xinwu (2004). “Zhongxi zhengzhi wenhua yu huayu tixi zhong de baquan-zhongxi baquan guan bijiao” (Culturas Políticas entre a China e o Ocidente e Hegemonia na Estrutura Discursiva: Um Estudo Comparativo da Hegemonia entre a China e o Ocidente), *Shijie jingji yu zhengzhi* (Economia e Política Mundial) n.º 9; Zhen Hua (2005). “Huayu fenxi yu guoji guanxi yanjiu-fuke de ‘huayu guan’di hou xiandai guoji guanxi lilun de yinxiang” (Análise de Discurso e Estudos de Relações Internacionais: Impacto da Visão de Foucault sobre o Discurso e a Teoria Pós-Modernista de RI), *Xiandai guoji guanxi* (Relações Internacionais Contemporâneas) n.º 4; Hui Gengtian (2006). “Goutong xingdong lilun yu guoji guanxi yanjiu” (Teoria da Ação Comunicativa nos Estudos de Relações Internacionais), *Wajiao Pinglun* (Revista Diplomática) n.º 3; Sun Jisheng (2006). “Guoji guanxi zhong de Yanyu yu guize jiangou: Nigula aonufu de guize jiangou zhuyi” (Linguagem nas Relações Internacionais e a Construção de Regras: Um Estudo do Construtivismo Orientado para as Regras de Nicholas Onuf), *Shijie jingji yu zhengzhi* (Economia e Política Mundial) n.º 6; Yuan Zhengqing (2006). “Jiaowang xingwei lilun yu guoji zhengzhi yanjiu: Yi deguo guoji guanxi yanjiu wei zhongxin de yixing yanjiu” (Teoria da Ação Comunicativa e Estudos de Política Internacional: Uma Pesquisa Centrada nos Estudos Alemães de Relações Internacionais), *Shijie jingji yu zhengzhi* (Economia e Política Mundial) n.º 9. Agradeço a Jian Yuan a referência a estes artigos. Para uma excelente, ainda que sucinta análise sobre o debate interno relativo às múltiplas e discrepantes perspectivas académicas chinesas quanto ao papel da China no sistema internacional ver Zhu (2010), Irvine (2010) e Shambaugh (2011).

Ou seja, para tentarmos compreender a evolução das percepções de (in)segurança e defesa da RPC entre 1998 e 2010 no contexto do sistema internacional, torna-se necessário confrontar os diversos textos publicados (intertextualidade), identificar quem é que efetua a comunicação (identidade), reconhecer que perspectivas/percepções são assumidas pelo comunicador (posição), em que situações (contexto) e quem são as audiências-alvo (recetores). É ainda necessário conhecer não apenas aquilo que o comunicador diz sobre determinado acontecimento (significados explícitos), como o que deixa por dizer (significados implícitos), sendo este último ponto bastante relevante no caso da China.

De facto, o discurso político chinês é caracterizado por três dinâmicas peculiares, as quais elencamos no sentido decrescente da sua importância: a obtenção de consensos (*gongshi*); a busca de unidade (*tuanjie*); e a necessidade da propagação desse mesmo consenso através da educação (*jiayun*) (Renwick e Cao, 1999: 120).

Estes vetores resultam da concatenação de uma cultura milenar confucionista, de uma herança ideológica comunista e, não menos importante, da riqueza metafórica e alusiva da linguagem política chinesa, que faz com que significados do discurso político sejam entendidos da mesma forma tanto pelo autor como pela audiência chinesa, catalisando memórias formuladoras e construindo o discurso oficial com base numa grande narrativa de caráter etnocêntrico.

Infelizmente para Pequim, e por razões de natureza sócio-cultural e civilizacional, esta mecânica dificilmente é aplicável para audiências externas ao país, pelo que muito da natureza metafórica e ideográfica do mandarim enquanto língua, tem necessariamente de ser depurada ou eliminada aquando da tradução para o inglês dos documentos oficiais, de forma a evitarem-se erros de interpretação que catalisem processos de percepção errónea que possam ser potencialmente prejudiciais aos interesses de segurança e defesa do país.

No que concerne à distribuição, esta perspectiva intertextual explora variações entre tipos de discurso, onde por exemplo, o discurso político é muitas vezes transformado em novos relatórios. Quanto ao consumo, a intertextualidade enfatiza que não é apenas o texto que molda a interpretação; na verdade, os leitores acabam por se socorrer de outros textos (similares) como facilitadores do processo interpretativo.

A terceira dimensão de Fairclough – discurso como prática social – concentra-se na prática sócio-cultural do texto relativamente ao seu contexto, e nas entidades e relações sociais que são afetadas dentro desse mesmo contexto. Através do seu enfoque nos conceitos de ideologia, poder e hegemonia procura-se ilustrar as funções e consequências do discurso na (re)produção ou transformação de relações desiguais de poder, um ponto que também não deixaremos de abordar.

Para Fairclough (1995), as mecânicas ideológicas do discurso na manutenção ou transformação das relações de poder são facilitadas por dinâmicas hegemónicas, que Gramsci (1971) define como resultantes da liderança moral e intelectual empregue por grupos dominantes para manterem o seu controlo, através do consentimento espontâneo dos grupos subordinados, persuadindo-os que a relação de domínio é natural e inevitável (*e.g.* Partido Comunista Chinês sobre as diversas estruturas do Estado, confundindo-se com este).

Fairclough (1989, 1992) é ainda mais assertivo ao argumentar que os grupos dominantes exercem o seu poder através de alianças que integram os grupos subordinados (ao invés de os dominarem), obtendo o seu consentimento através do discurso e de ordens verbais associadas ao mesmo, transmitindo – pelo menos para um observador exterior ou para o alvo dos discursos – uma noção de uniformidade e homogeneização dos mesmos (*i.e.* consistência interna).<sup>12</sup> Esta é uma dinâmica perfeitamente identificável no que concerne aos documentos oficiais publicados pela RPC (*e.g.* Livros Brancos da Defesa Nacional e não só), onde o Partido Comunista Chinês aplica internamente este tipo de procedimentos na publicação de documentos de Estado (Lampton, 2001), como descreveremos mais à frente.

É importante também notar que a comunicação e a sua eficiência não dependem apenas de discursos e textos, mas também da prática. Na verdade, determinado tipo de ações podem transmitir mensagens mais poderosas a um público-alvo exterior ao país do que um sem número de palavras, sendo que a combinação das duas é mais eficiente em termos comunicacionais.

Sob a perspetiva teórica da análise crítica de discursos, deve pois existir uma consistência entre as palavras e as ações, não sendo aconselhável enviar mensagens antagónicas ou incongruentes a audiências externas, se a intenção é essencialmente benigna e não-beligerante (*i.e.* ascensão/desenvolvimento pacífico da China).

As palavras podem ser empregues para influenciarem a interpretação das ações, mas existe um limite relativamente à forma como esses agentes externos ao país percecionam as ações da RPC, o que nos remete para a necessidade de efetuarmos um outro enquadramento conceptual: o relativo às perceções de segurança dos Estados.

## **2. A Perceção de Ameaças e Riscos por Parte dos Estados: “Um Jogo de Espelhos Psicológico”?**

A perceção pode ser entendida como um processo psicológico básico através do qual os indivíduos se relacionam com o ambiente, subdividindo-se em perceção física (das coisas) e social (das pessoas). Esta definição apoia-se num pressuposto básico: o de que existe uma realidade objetiva e múltiplas realidades subjetivas (Vertzberger, 1990: 35 e 37).

No plano político, a perceção é descrita como um mecanismo psicológico que conduz à definição de uma situação e a um subsequente processo de tomada de decisão, sendo que a perceção das intenções de outrem pode ser particularmente difícil de descortinar pois está associada a “estados mentais” que apenas podem ser inferidos por evidências indiretas, conduzindo a erros de perceção. Concomitantemente, a má perceção não é um sinónimo para o fracasso da política, e nalguns casos, pode não afetar as escolhas em termos de opções políticas (Jervis, 1976: 8).

Se o Estado que perceciona tiver aquilo que a teoria dos jogos define como uma estratégia dominante – uma estratégia que lhe garante os melhores resultados indepen-

---

12 Entendemos como consistência externa a correspondência entre discurso (palavras) e ação.

dentemente das ações do outro Estado – seguiu-a sem olhar à percepção que possa ter da resposta deste Estado, porque tal resposta é irrelevante para os resultados finais do primeiro (Stein, 1982: 508-509).

As percepções são assim importantes em termos de políticas externas dos Estados pois modelam e condicionam o leque de opções disponíveis, sendo a escolha da política a seguir o resultado da concatenação de respostas, intenções e capacidades percebidas face a outros Estados. O mecanismo de seleção torna-se pois numa característica essencial do ato de perceber, levando a que determinados estímulos sejam aceites e outros ignorados (Evans e Newham, 1998: 430-431).

As elites políticas podem tentar perceber as intenções de outros Estados através de três eixos de análise: podem concentrar-se na análise daquilo que creem como correto e se estas crenças e objetivos também são consideradas racionalmente pela outra parte (envolvente internacional); podem analisar o comportamento passado do outro Estado, se acreditarem que o caráter nacional ou os atributos da política interna são cruciais; e podem estudar os objetivos, crenças e personalidades dos respetivos líderes ou elites governativas, se acreditarem que as características idiossincráticas são as mais relevantes.<sup>13</sup>

Segundo Jervis (1976: 145) e Heuer (1981: 299) existe uma tendência tão natural quanto inevitável dos indivíduos ligados ao processo de tomada de decisão política estatal nos três eixos atrás referidos em procurarem sempre um padrão de consistência histórica nas suas percepções e em projetá-lo no futuro, pois qualquer tomada de decisão racional torna-se impossível sem a assimilação de quantidades significativas de informação que são “encaixadas” em crenças pré-existentes associadas a comportamentos anteriores.

Também neste contexto de individualização do processo de tomada de decisão, não deve ser subalternizada a dimensão etnocêntrica e cultural asiática relativa à especificidade dessas mesmas crenças (Katzenstein, 1996; Johnston, 1998; Shulsky, 2000; Scobell, 2003; Carriço, 2006), as quais podem modelar diferentemente tanto o pensar como o perceber da realidade de segurança, algo de particularmente notório no plano da avaliação das ameaças e riscos por parte da China, como veremos.

De acordo com Richard Nisbett (2003: xxi), existe entre asiáticos e ocidentais um quadro psicológico e mental distinto que modela as diferentes formas de percepção e de pensamento:

“Os chineses acreditam na mudança constante, com avanços e recuos. Têm em atenção a um conjunto de eventos e procuram inter-relações entre os objetos [físicos, animais, e humanos] defendendo que não se consegue entender uma parte sem se compreender o todo, que por si é mais complexo do que parece. Os ocidentais vivem num mundo mais simples e determinista, focando a sua atenção nos objetos e nos indivíduos em detrimento da envolvente, julgando que

---

13 As diferentes crenças e ideias que os Estados apresentam em situações distintas são reflexo das crenças dos seus líderes num contexto de anarquia e incerteza que acaba por definir o seu comportamento no sistema internacional.

podem controlar os acontecimentos porque conhecem as regras que governam o comportamento desses objetos” (Nisbett, 2003: xiii).

Estas diferenças podem ser uma consequência do emprego de distintos instrumentos relativos à compreensão do mundo. Com efeito, enquanto os chineses desenvolveram um pensamento dialético para compreenderem as relações entre objetos e acontecimentos contextualizando-o, o pensamento lógico da herança ocidental grega privilegiou os nexos causais, onde o importante são os objetivos/fins e não os processos.<sup>14</sup>

Se Samuel Huntington vaticinou um *clash of civilizations*, pode-se questionar se a um nível mais primordial não existe um *clash of mentalities and perceptions* potenciador, em última análise, de um dilema de percepções de (in)segurança.

Por outras palavras, e se aplicado por exemplo diretamente à diáde sino-americana, o facto de os chineses serem mais sensíveis à envolvente externa de segurança e defesa por definirem de uma forma mais contingente e menos flexível os seus interesses nacionais e a defesa da sua soberania territorial, pode condicionar mais assertiva e negativamente as suas percepções de (in)segurança face à forma menos dogmática como os EUA têm modelado ao longo do tempo o conceito de soberania dos Estados.

Concomitantemente, se o Estado é uma construção social humana, a ligação entre percepção de in(segurança) do ator Estado e a sua envolvente externa, o discurso por si adotado e o seu comportamento [humano] num determinado “contexto ambiental” podem fazer relevar debilidades argumentativas e dissonâncias operacionais com raízes psicológicas e mentais, as quais se associadas à análise construtivista e “excessivamente otimista” de Alexander Wendt, subalterniza o facto de os Estados terem dificuldade em obterem informação credível sobre os verdadeiros motivos, intenções e capacidade de outros Estados (Copeland, 2000: 202; Shulsky, 2000: 52), principalmente quando estão em causa os seus interesses vitais.

Na verdade, os Estados (e as pessoas) prestam normalmente mais atenção às más notícias do que às boas, sejam elas reais ou percecionadas. Claro que se um Estado já está convencido das intenções “malignas” de outro torna-se extremamente difícil alterar esta percepção (Jervis, 1976: 310-315, 372).

Neste contexto de avaliação de riscos e de ameaças externas à segurança estatal, a adoção *tout court* da teoria da dissuasão por parte dos líderes políticos assume o pressuposto de que o Estado terá automaticamente a capacidade de prever a forma como os outros responderão às suas políticas, menosprezando o facto importante, diga-se, que o sucesso destas é dinâmico e biunívoco. Ou seja, também depende da forma como os outros se comportam, pelo que uma política externa, de segurança e defesa dos Estados

---

14 Por exemplo, o conceito de *shi*, empregue normalmente para descrever a configuração da ordem internacional, é um dos três pilares fundamentais para uma boa compreensão e condução da política externa de um país – sendo os outros dois a identidade nacional e a estratégia. A compreensão do *shi* tem sofrido uma evolução acentuada nos últimos dez anos tendo-se tornado mais plural e diversificado, que, apesar de ser percecionado como geralmente mais positivo para a China, faz com que esta comece agora a ter de enfrentar situações mais complexas e difíceis no seio do sistema internacional (Zhu, 2010: 11-12).

assente em princípios de diálogo e cooperação através de regimes de segurança, ainda que importante, pode por si não ser suficiente, pois não resolve este dilema de permanente (in)segurança (George e Smoke, 1974; Booth e Wheeler, 2008; Tang, 2010).

Como sublinha Jervis (1985: 33) “a natureza da política internacional é multilateral e interativa. Não se lida com um Estado que percebe a envolvente externa de forma passiva, mas com muitos Estados que se percebem e reagem entre si”.

A comunicação neste ambiente complexo é efetuada através do envio e receção de sinais dependentes de uma imagem que construíram ou que outros foram construindo por si. Neste contexto, os Estados enviam sinais intencionais que correspondem às suas percepções e intenções tal como sinais não intencionais, em resultado de erros inadvertidos de comunicação. Ao mesmo tempo recebem sinais e tentam interpretá-los o mais corretamente possível, o que não impede que haja sempre uma maior ou menor faixa de incerteza quanto às verdadeiras intenções do outro (Jervis, 2002: 293-314).

Esta questão da incerteza não é despreciada, pois pode ter por base estratégias intencionais de decepção, algo que os construtivistas “convencionais” não assumem, porque partem do pressuposto que as interações entre os Estados são sempre sinceras e visam a expressão e a compreensão mútua quanto às respetivas intenções e motivações. No entanto, a dúvida está sempre omnipresente (mesmo no discurso – essencialmente por aquilo que é intencionalmente omitido), pelo que se pode questionar se os Estados são efetivamente pacíficos ou se meramente pretendem fazer crer que o são.

Por outras palavras, o tradicional dilema de segurança<sup>15</sup> e o a ele associado equilíbrio ofensivo-defensivo<sup>16</sup>, são expressos na questão: o que é percebido como defensivo e o que é percebido como agressivo?

Como este problema nunca foi devidamente resolvido, acaba por depender da interpretação percetiva que cada entidade Estatal (*i.e.* líderes e/ou elites governativas<sup>17</sup>) faz

---

15 O dilema de segurança é um dos preceitos centrais do realismo. O dilema de segurança resulta da situação de anarquia do sistema onde os Estados se inserem. Ao procurarem maximizar a sua própria segurança – através de políticas de segurança e defesa potenciadoras do incremento das suas capacidades militares – os Estados criam inadvertidamente uma percepção de insegurança noutros Estados quanto às reais intenções deste incremento de poder militar. Em resultado, gera-se uma espiral de segurança/insegurança para a qual não existe solução. A análise de regimes de segurança oferece uma possível solução analítica para este dilema, e, filosoficamente, os idealistas creem que sistemas como o de segurança coletiva fornecem soluções mais permanentes, mas tal requer a assimilação de suposições, algo que o realismo não tolera (Evans e Newnham, 1998: 495).

16 A teoria do equilíbrio ofensivo-defensivo baseia-se na preponderância da tecnologia militar do Estado em qualquer período de tempo. Quando ocorrem mudanças tecnológicas que alteram o equilíbrio em favor do ataque, os Estados que as possuem optam mais frequentemente por estratégias ofensivas e de vitórias rápidas e decisivas. Esta dinâmica exacerba o dilema de segurança entre os Estados, intensificando corridas ao armamento, potenciando e tornando mais provável a ocorrência de guerras expansionistas, preventivas e preemptivas. Quando a inovação tecnológica reforça a defesa relativamente ao ataque, os Estados sentem-se mais seguros e agem de forma mais benigna (Lieber, 2000: 71; Adams, 2003).

17 Feng Huiyun (2009: 325 e 328) através da análise do código operacional (definido como o estudo das crenças políticas associadas à personalidade dos líderes ou resultantes de uma matriz cultural específica da sociedade – Walker e Schafer, 2005: 217) dos quatro líderes chineses (Mao Zedong, Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao) conclui que Mao foi um realista ofensivo, Deng privilegiou tanto o conflito como a

relativamente às intenções de outrem, baseando-se em fatores como a cultura, valores, crenças, relações externas, interesses e conceitos, para identificar ameaças e riscos à respetiva segurança nacional.<sup>18</sup>

Este argumento/dúvida é exemplarmente demonstrado por Jack Snyder (1984), Robert Gilpin (1993) e Stephen Van Evera (1999) quando realçam que as estratégias militares adotadas pelos Estados para fazerem face a potenciais ameaças podem não ser coincidentes com a envolvente externa a estes (mesmo que esta seja pacífica), podendo criar mais problemas do que seria expectável e degenerar em conflitos. Na realidade e ao nível sistémico, a conflitualidade entre Estados é algo de perene, independentemente da natureza do sistema internacional em termos de distribuição de poder – unipolar, bipolar ou multipolar (Monteiro, 2011: 33-36; Mearsheimer, 2011: 426).

Assim, existem bastantes exemplos em que os Estados optam por estratégias (militares) ofensivas em situações em que uma estratégia defensiva seria a melhor ou a “mais racional”. Charles Glaser (2010: 139-141) aponta como “causa para este menor racionalismo uma deficiente avaliação das capacidades militares (*military net assessment*)<sup>19</sup> que fragiliza o equilíbrio ofensivo-defensivo, potenciando espirais de insegurança entre os Estados”. O resultado pode ser uma corrida ao armamento potencialmente geradora de estratégias de preempção face a eventuais ameaças, estratégias que em última análise, acabam por reduzir e não aumentar a segurança do próprio Estado (Jervis, 1976: 67), descambando não raras vezes em conflitos militares abertos de natureza limitada ou não.

Se adicionarmos a este complexo *cocktail* ambições de cariz revisionista por parte de um determinado Estado, gera-se uma outra dinâmica potenciadora da conflitualidade.

---

cooperação num contexto de equilíbrio, e Jiang e Hu percebem a natureza do sistema internacional como menos anárquico, preferindo estratégias cooperativas, apresentando uma perceção do “Outro” mais Confuciana que os antecessores. No entanto perante uma crise, as perceções de Mao e Jiang tornam-se mais pessimistas e hostis, enquanto as de Deng e Hu permanecem constantes, concluindo que, com a exceção de Mao, os líderes chineses apresentam uma predisposição mais cooperativa do que a média dos líderes de outras grandes potências, mesmo em caso de crise ou de guerra.

18 Max Manwaring (2011: 7) avança com a formulação de um moderno dilema de segurança, não baseado na perceção do que é entendido como comportamento defensivo ou agressivo, mas antes no porquê, quando e como intervir em prol da proteção e defesa da população. Para o autor o conceito tradicional de soberania baseado no controlo do território e das pessoas que nele vivem deixou de ser aplicável, sendo que o novo conceito de soberania é o da responsabilidade de proteger o bem-estar da população num determinado território.

19 Atente-se por exemplo no conflito militar sino-indiano de 1962 que resultou de uma diferente avaliação do potencial militar (*military net assessment*) por parte de cada um dos contendores. Os líderes chineses consideraram o poder militar do EPL substancialmente superior ao do Exército indiano, pelo que uma contenção da sua parte iria forçar a Índia a um compromisso. No entanto Nova Deli avaliou erradamente (por razões de excessiva politização das chefias militares) o seu potencial militar como superior ao da China e interpretou a contenção chinesa como demonstradora de fraqueza, tornando-se mais intransigente. Como Pequim não tinha forma de saber sobre os cálculos irrealistas indianos, compreensivelmente, e na ausência de canais de comunicação credíveis e eficazes, a dinâmica de mútua perceção ficou completamente distorcida, descambando num conflito militar aberto (Maxwell, 1970: 259-288; Garver, 2006: 86-88; Carriço, 2006: 228-252). Para uma análise sobre as dificuldades associadas à elaboração de *military net assessments* fiáveis veja-se Lieber (2005); Biddle (2004); Betts (2000) e Lynn-Jones (1995), o que contraria de sobremaneira a perspetiva otimista de Charles Glaser.

Ou seja, se o que está em disputa entre dois Estados tem um valor e custos elevados, os objetivos são mais ambiciosos e a flexibilidade tende a ser menor, mas quando os custos são baixos e os objetivos são definidos como menos ambiciosos a curto prazo, normalmente acabam por sofrer com o passar do tempo da adição de objetivos cada vez mais ambiciosos à medida que os anteriores vão sendo concretizados. Pequenos incidentes terão então implicações mais abrangentes, pois poderão ser entendidos como indicadores de que mais tarde esse Estado irá reivindicar objetivos mais ambiciosos, que são uma ameaça à segurança do primeiro (Jervis, 1976: 59; 1985: 14).

Concomitantemente, e no plano mais geral, as narrativas do conflito humano, que têm como atores principais os Estados, são assim reflexo não da natureza maléfica do ser humano, mas da tragédia das relações internacionais na competição pela acumulação de poder por parte dos Estados e da maximização da sua segurança (Mearsheimer, 2003: 3).

Por outras palavras, ainda que os Estados possam e consigam partilhar interesses comuns – se tal for o seu interesse – a estrutura da envolvente externa impede-os por vezes de atingirem um desiderato mutuamente vantajoso, pois como refere John Herz (1951: 4), o que está em causa “não é a competição pelo poder em nome de um pseudo-instinto de poder, mas um mero instinto de autopreservação”, e em última análise, de sobrevivência de uma determinada sociedade humana organizada sob a cúpula enformadora de um Estado.

Mas como analisar as perceções que poderão estar na base desta espiral de insegurança entre Estados?

Jervis (1976: 15) estabelece quatro níveis de análise das perceções no âmbito da política internacional: o da tomada de decisão; o da burocracia; o da natureza do Estado e das dinâmicas da política interna; e a envolvente [sistema] internacional.

Neste último nível – aquele por nós selecionado – as alterações na envolvente externa dos Estados podem condicionar o comportamento destes, mesmo quando as variáveis influenciadoras de outros três níveis de análise das perceções permanecem constantes.

Assim, a compreensão de tal comportamento no contexto internacional baseia-se na perceção das ações de um Estado e na dedução de uma série de processos [intra-nacionais e nacionais] que podem moldar a respetiva ação dialética (Idem: 18 e 33), numa reformulação da interpenetração e mútua influência “gravítica” da díade agente-estrutura ou homem-meio (Sprout e Sprout: 1956). Robert Latham (1997: 70-79) concorda, ao afirmar que é importante considerar as perceções de ameaça como inseridas e resultantes de forma simbiótica e interativa das dimensões estratégicas e sociais.

Estamos pois ante uma dúvida perene que se reflete empiricamente de forma mais acutilante, por exemplo, nas relações entre a China e os EUA no espaço asiático (e não só), pois pode não existir qualquer razão objetiva que torne a confrontação entre os EUA e a China uma inevitabilidade, mas formulações estratégicas, doutrinárias e militares destinadas a tal, ou simples diatribes linguísticas, tornam-na mais provável.

Por outras palavras, as perceções de suspeita por parte da China podem ser mais agudizadas quando países com o poder dos EUA expressam posições e tomam ações

sobre as mais diversas temáticas de segurança internacional com um volume e clareza diretamente proporcional a esse mesmo poder, o que influencia positiva ou negativamente a forma como outros (*i.e.* aliados, países neutrais ou adversários dos EUA) podem definir a realidade (Jervis, 1987: 4; United States-China Economic and Security Review Commission, 2011: 9).

Por outro lado, e a título também de exemplo, sob o prisma norte-americano, a opacidade chinesa associada aos seus processos de tomada de decisão política, aos “verdadeiros” objetivos do seu programa de modernização militar, à ambiguidade da sua estratégia de defesa ativa, ao desenvolvimento de capacidades de negação de acesso, entre outros, alimentam igualmente uma dose proporcional de suspeitas quanto a eventuais “intenções revisionistas” de Pequim (territoriais, entenda-se) no plano regional asiático, não obstante a forma pacífica e defensiva como esta se autoperceciona, tendo como racional justificativo a sua cultura estratégica de não agressão (Craig, 2007: 6-11) e de não ambicionar a hegemonia (*yong bu cheng ba*), ainda que não abdique da salvaguarda e defesa dos seus interesses vitais e da sua dignidade (*webu benguo de hexin liyi be zunyan*) como referiu em 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Yang Jiechi (Swaine, 2011: 5).<sup>20</sup>

Ou seja, estruturalmente falando, se a realidade (encarada como a envolvente externa) for percecionada em termos de distribuição de poder como estando a evoluir irreversivelmente de um sistema unipolar para um multipolar – como crê a China<sup>21</sup>, passando numa primeira fase de uma hegemonia norte-americana para uma competição sino-americana pela primazia regional asiática – torna-se relevante gerir a contento não apenas as percepções mútuas mas também a de terceiros relativamente ao estatuto/poder de cada um dos dois, pois daqui depende o respetivo posicionamento destes, algo que afetará o equilíbrio regional asiático, podendo desencadear eventuais conflitos, ainda que limitados no espaço e no tempo.<sup>22</sup>

Em resultado, entramos necessariamente no campo conceptual da gestão das percepções de segurança e defesa, definida semanticamente de forma similar por chineses e ocidentais, em parte, pelo facto de o conceito ser de origem ocidental (Anderson e Engstrom, 2009: 6)<sup>23</sup> mas que é operacionalizada de modo bastante distinto.

20 Para uma crítica à percepção de uma China revisionista do atual *status quo* veja-se Feng (2009).

21 “*The international situation is currently undergoing profound and complex changes. The progress toward economic globalization and a multipolar world is irreversible, as is the advance toward informationization of society. The current trend toward peace, development and cooperation is irresistible. But, international strategic competition and contradictions are intensifying, global challenges are becoming more prominent, and security threats are becoming increasingly integrated, complex and volatile.*” (People’s Republic of China Ministry of National Defense, 2011)

22 “*International strategic competition centering on international order, comprehensive national strength and geopolitics has intensified. Contradictions continue to surface between developed [e.g. EUA] and developing countries [e.g. China] and between traditional [e.g. EUA] and emerging powers [e.g. China], while local conflicts and regional flashpoints are a recurrent theme.*” (People’s Republic of China Ministry of National Defense, 2011). A ênfase a negrito foi efetuada pelo autor, não constando do original, mas pretende realçar o que está subentendido no texto.

23 O significado geral de gestão das percepções é enquadrado no contexto chinês no âmbito da definição de decação estratégica (*zhanlue qipian*). Esta encontra-se indissociavelmente ligada ao conceito de estrategema (*moulue*) e de operações psicológicas (*xinli zuozhan*) (Peng e Yao, 2005: 135 e 362-371).

No caso da China a conceptualização de gestão de percepções não é muito diferente sendo enquadrada no âmbito da definição de decepção estratégica (*zhanlue qipian*) entendida como os “meios destinados a atingir o processo de análise estratégica de um oponente relativamente à avaliação das nossas capacidades e intenções” (Yu, 2002: 583).

A sua metodologia de “moldagem” das percepções de segurança é diferente, abrangendo, segundo a última edição do Livro Branco da Defesa Nacional os seguintes vetores: utilização pacífica da tecnologia e da indústria de defesa; participação em mecanismos de cooperação militar internacional multilateral; orçamento de defesa; medidas criadoras de confiança no âmbito militar; consultas e diálogos estratégicos; medidas criadoras de confiança em áreas fronteiriças; diálogos e cooperação no âmbito da segurança marítima; cooperação de segurança regional; cooperação militar bilateral; desarmamento nuclear; não proliferação; proibição de armas biológicas e químicas; prevenção de uma corrida ao armamento espacial; controlo de armamento convencional; e transparência relativamente às despesas militares e registo de transferência de armamento convencional (People’s Republic of China Ministry of National Defense: 2011). Torna-se patente que a China efetua a “moldagem” das percepções segundo os princípios por si estabelecidos para a cooperação na área da defesa (lógica contextual).

Esta sintomática discrepância nas percepções é também o resultado de conceções diferentes quanto ao entendimento de ameaça. Se uma ameaça é entendida como o produto das intenções pelas capacidades, existem diferenças no enfoque analítico entre os países ocidentais e a China. Enquanto os primeiros centram a sua análise nas capacidades e por isso nas forças do adversário, a China focaliza-se nas intenções e nas vulnerabilidades do mesmo (Lewis e Xue, 2006: 25). Enquanto os países ocidentais dão prioridade à macro análise, a China enfatiza a micro análise. Enquanto no Ocidente se releva excessivamente a tecnologia, na China ela é contextualizada e equilibrada culturalmente com noções de autocultivação e contenção de comportamentos, procurando-se uma estabilidade e equilíbrio entre os conceitos sociais (essência ou *weiti*) e a sua utilidade prática (*weiyong*) da tecnologia (conceito *ti-yong*).<sup>24</sup>

Por fim, mas não menos importante, por ter potenciais implicações práticas diretas na segurança regional, para os círculos académicos e militares chineses as definições de ameaças militares devem incluir obrigatoriamente uma dimensão de segurança interna bem vincada<sup>25</sup> e de defesa da soberania territorial como uma prioridade absoluta, referindo “os efeitos negativos, os perigos e os danos para os interesses nacionais originados por outras nações, onde se incluem essas mesmas ameaças à soberania nacional, à

---

24 Originado pelo “Movimento de Auto-Fortificação” na fase final da dinastia Qing. Os apoiantes deste Movimento defendiam a adoção da ciência e tecnologia ocidental para incrementar as capacidades militares e económicas da China, mas também advogavam a preservação dos valores Confucionistas em detrimento das ideias e do pensamento estrangeiro (*zhongxue weiti xixue weiyong*).

25 A tradicional e justificada aversão do governo chinês ao caos social é tipificada no dictum maoísta “*Yi fang, jiu luan; yi luan, jiu shou; yi shou, jiu jiao; yi jiao, jiu fang; yi fang, jiu luan*” (Quando a política é mais relaxada, existe caos; quando existe caos, a política é mais apertada; sendo mais apertada, as pessoas queixam-se; quando se queixam, a política relaxa-se; quando se relaxa, existe caos).

sobrevivência do Estado e à sua segurança e desenvolvimento” (Whiting, 1996: 599; Blanchard, 2006: 229).<sup>26</sup>

Os Livros Brancos da Defesa Nacional descrevem dois tipos de ameaças à segurança nacional: tradicionais e não tradicionais. As ameaças tradicionais são caracterizadas genericamente como emanando de outras nações e incorporam uma dimensão militar. Neste contexto, e como os três pilares da segurança nacional são a defesa da soberania, o desenvolvimento económico e a preservação do estatuto internacional da China, o enfoque analítico de Pequim é efetuado sobre países com os quais tem tido tradicionalmente disputas e conflitos territoriais, os quais possuem capacidades passíveis de condicionar um ou mais pilares da segurança nacional (*e.g.* EUA, Japão e Índia), não exclusivamente através do emprego do poder militar mas através da combinação do *hard* e *soft power* tendo em vista o objetivo ulterior de implementação de estratégias de contenção do crescimento do poder da China.

As ameaças não tradicionais (ainda que recentes na sua identificação) são ainda mais preocupantes para Pequim, pois se por enquanto a dissuasão militar e a sua capacidade e competência diplomática têm permitido gerir a contento as ameaças tradicionais, estes instrumentos são insuficientes no que concerne às ameaças não tradicionais. Estas são caracterizadas genericamente como transnacionais, não militares, imprevisíveis e inesperadas, possuindo ramificações internas e externas e interpenetrando-se com as ameaças tradicionais (*e.g.* epidemias, terrorismo, pirataria marítima, proliferação de armamento, narcotráfico, etc. – Craig, 2007: 111-137).

Em conclusão e por outras palavras, a dimensão das perceções mútuas entre Estados (associadas ao dilema de segurança e ao equilíbrio ofensivo-defensivo), conjugada com o mecanismo de profecias autorrealizadas – caracterizado por Merton (1957: 423) como “uma falsa definição de uma situação que torna a originalmente falsa conceção numa realidade” – gera de forma implícita um processo de desconfiças, o qual é patente no discurso empregue nos Livros Brancos da Defesa Nacional da China através de uma caracterização ambivalente da segurança do país, pela combinação sinérgica que faz das ameaças tradicionais e não tradicionais, internas e externas, as quais e em última análise, poderão destruir a estabilidade, pondo em causa a segurança nacional.

No entanto reflete também um paradoxo percetivo que se expressa no facto de apesar o país nunca se ter sentido tão seguro e confiante face ao seu futuro como nos dias de hoje, continuar a divisar – e por vezes a empolar – permanentes ameaças externas e internas a essa mesma segurança e estabilidade. Este paradoxo pode ser explicado pelo complexo de insegurança permanente em que vive o Partido Comunista Chinês

---

26 Por exemplo em agosto de 2011 e na sequência da publicação do Livro Branco da Defesa do Japão de 2011, foram feitas referências diretas a ameaças à soberania territorial japonesa pela China (disputa das ilhas Diaoyu/Senkaku) que se continuasse a ser violada poderia desencadear uma reação militar de Tóquio (Ministry of Defense, 2011). Yukio Edano, Secretário do Primeiro-Ministro japonês, afirmou que para o país a defesa territorial é prioritária face aos laços económicos com outros países, materializando uma referência indireta à China (Stratfor, 2011). A reação chinesa foi em tudo similar na argumentação, só diferindo na reivindicação das ilhas que entende como suas.

(PCC), resultado da multiplicidade e sofisticação dos desafios que se apresentam à legitimidade da sua liderança e governação (Chang, 2002: XVI; Shirk: 2007), e que com o esvaziamento do referencial ideológico tradicional socialista apoia-se atualmente em três pilares – dois de validação interna e um externa: o da credibilidade e o da continuação do desenvolvimento económico (validação interna) (Pei, 2008); e o da defesa de um nacionalismo assertivo – via salvaguarda da soberania territorial (validação externa) (Gries, 2004).

### 3. Uma Análise ao Processo de Elaboração dos Livros Brancos da Defesa da China<sup>27</sup>

Após a implosão da União Soviética o panorama de segurança internacional sofreu um progressivo desanuviamento que permitiu que as principais potências militares (ocidentais) passassem a publicar com maior regularidade e disponibilização de informação os respetivos Livros Brancos. De facto, entre as grandes potências mundiais, a China era a única que até 1998 nunca tinha editado e divulgado publicamente qualquer documento que descrevesse – ainda que de forma genérica – as linhas de força da sua política de defesa nacional, o respetivo conceito estratégico militar e os programas de modernização militar em curso.

Ora o seu crescente estatuto de grande potência no panorama global e regional não era compatível com a continuidade de uma política de excessivo secretismo e opacidade relativamente às linhas gerais da política de defesa nacional do país, que tendiam a ser encaradas cada vez mais como potencialmente danosas para a sua política externa. Numa Era em que “transparência” e cooperação (esta última enfatizada pela China até a exaustão) eram algumas das palavras de ordem que moldavam (e de certa forma ainda moldam) as políticas de segurança e defesa dos principais atores estatais do sistema internacional – mesmo na região asiática onde a rivalidade e a competição geopolítica tendiam a acentuar-se (Friedberg: 1993) – a China expunha-se – desnecessariamente, diga-se – a desconfiças e críticas oriundas de países que começavam a encará-la como um potencial adversário ou competidor estratégico a médio/longo prazo.

---

27 Ressalvamos que esta análise é efetuada no contexto exclusivo das perceções da Comissão Militar Central, Conselho de Estado e Ministério da Defesa Nacional, reconhecendo que nesta ótica, possam existir diferenças sensíveis relativamente às perceções de outros agentes modeladores da política externa e de segurança e defesa do país (e.g. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pequeno Grupo de Líderes para a Política Externa, *think tanks* universitários e institucionais) mas que foram sendo buriladas ou subalternizadas até à versão final divulgada oficialmente. Para uma leitura sobre esta diversidade de interpretações e perceções no plano da política externa e de segurança da China veja-se Zhu (2010). Para uma leitura sobre o argumento de que a China não está preparada para assumir ações coadunantes com o seu estatuto internacional, como reflete o intenso e diverso debate interno em termos de política externa e de segurança, ver Shambaugh (2011).

Era necessário efetuar uma gestão e minimização de potenciais e errôneas percepções de insegurança e de ameaças por parte destes países, através da implementação e consolidação de uma estratégia de comunicação internacional no âmbito da segurança e defesa nacional, que adotasse as “melhores práticas internacionais”, e que consubstanciasse no processo, mais um passo no sentido de creditar a China como um *responsible stakeholder*, com vontade de adotar progressivamente alguns dos critérios geralmente associados a uma maior transparência no âmbito da segurança e defesa.<sup>28</sup>

Catorze anos passados desde a divulgação da primeira edição, notam-se bastantes evoluções em termos de transparência, mas permanece uma opacidade em algumas áreas como as referidas anteriormente. Uma justificação parcial para este diferencial em termos de maior opacidade resulta da argumentação oficial de a China ser uma potência em desenvolvimento, com forças armadas menos sofisticadas tecnologicamente que as dos EUA, pelo que o “esconder parcelarmente das capacidades” faz parte de “um jogo” de deceção e de preservação de um certo *leverage* dissuasor, passível de condicionar estratégias de contenção do seu poder militar. Como referiu o General Xiong Guangkai, “preservar uma certa opacidade quanto às nossas capacidades é um trunfo que advém da nossa posição de fraqueza face aos EUA”.<sup>29</sup>

De facto, e de acordo com as recentes e elucidativas declarações do Coronel Superior Chen Zhou – o principal coordenador dos Livros Brancos da Defesa Nacional – estes destinam-se a “explicitar publicamente a posição do governo sobre a política e a condução da defesa nacional, assente em três pontos fundamentais: a natureza defensiva da política de defesa nacional da China; a sistematização dos desenvolvimentos associados à modernização das forças armadas chinesas; e o importante papel destas na criação de medidas de confiança e proteção da paz. Os Livros Brancos da Defesa Nacional cumprem três funções distintas: externamente, criam confiança e eliminam algumas suspeitas; internamente, reforçam a consciência sobre a defesa nacional; e dissuadem e/ou avisam adversários.” (Yuan, 2011).

O *timing* da publicação da primeira edição do Livro Branco da Defesa Nacional não foi obra do acaso tendo sido muito bem selecionado por Pequim, pois correspondeu ao ano subsequente à crise financeira asiática (cujo papel da China na estabilização da mesma foi elogiado internacionalmente); ao facto de ter mantido o seu compromisso de preservar um elevado grau de autonomia de Hong Kong após o seu regresso à soberania

---

28 Ainda que sob a perspetiva regional as sete edições dos seus Livros Brancos não sejam tão transparentes em termos de intenções estratégicas, estrutura e organização das Forças Armadas, programas de financiamento e de modernização militar, quanto as dos seus congéneres do Sudoeste e Sudeste Asiático e menos transparentes que por exemplo os do Japão, Austrália, Coreia do Sul e EUA.

29 Comunicação efetuada pelo General Xiong Guangkai, Diretor do Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais em 9 de novembro de 2007 durante o *Internacional Symposium Course on Asia-Pacific Security* organizado pela Universidade de Defesa Nacional do EPL (notas do autor). O General Xiong foi particularmente influente durante a presidência de Jiang Zemin não apenas como seu conselheiro, em grande parte resultado da amizade existente entre ambos, mas também pela sua participação ativa em alguns “pequenos grupos de líderes” onde a sua posição como Chefe dos Serviços de Informação Militar terá moldado as percepções da liderança chinesa especialmente ao nível das relações com os EUA (Mulvenon, 2006).

chinesa em 1 de julho de 1997; a uma participação crescente da China em instituições internacionais de não-proliferação nuclear, controlo de armamento, de cooperação económica; e a adesão a regimes de defesa dos direitos humanos (assinatura do Convénio da ONU sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais em 27 de outubro de 1997 e do Convénio sobre o Direitos Cívicos e Políticos, um ano depois, a 5 de outubro de 1998 – Jianwei, 1999; Ming, 1999).

Reforçadamente a publicação desta primeira edição está em consonância com a adoção um ano antes do “Novo Conceito de Segurança” (*Xin Anquanguan*), que desencadeou uma série de *spin off products* por parte de alguns *think tanks* chineses em termos de análise da evolução da situação estratégica internacional. Concomitantemente, desde 1999, a Universidade de Defesa Nacional passou a publicar anualmente uma “Análise Estratégica Internacional” (*Guoji zhanlue xingshi fenxi*) que se focaliza numa avaliação das ameaças e riscos à segurança internacional e regional e, desde 2000, a Academia de Ciências Militares tem publicado a Estratégia de Segurança na Ásia-Pacífico (*Yatai anquan zhanlue lun*), sendo que ambos os documentos fornecem *inputs* semioficiais bastante notórios na similaridade quando os comparamos com os Livros Brancos da Defesa Nacional.

Tal como os seus “congêneres internacionais”, a edição do Livro Branco da Defesa Nacional está centralizada no órgão máximo responsável pela Defesa Nacional, que no caso da China (ao contrário da maioria dos países) não é o respetivo Ministério da Defesa mas a Comissão Militar Central (CMC).

Assim, a elaboração dos Livros Brancos da Defesa Nacional compete à CMC de acordo com indicações formuladas pelo *Politburo* do PCC, e a sua divulgação pública é da responsabilidade do Conselho de Estado.

A CMC é o pináculo do sistema de comando e controlo do EPL por parte do PCC (figura 1). A CMC pode-se comparar a um comité onde os líderes do PCC e do EPL se encontram para tomarem medidas e coordenarem políticas através de um processo interno de obtenção de consensos, sendo presidida por um membro civil do PCC, normalmente o Secretário-Geral do PCC e Presidente da RPC.<sup>30</sup>

A CMC tem como principais missões:

- O estabelecimento de um comando unificado das Forças Armadas chinesas;
- A definição da estratégia militar e dos princípios doutrinários das forças armadas;
- A liderança e gestão da modernização do EPL, a formulação de regulamentos e o planeamento e organização das forças;
- A formulação de regulamentos militares de acordo com a Constituição e a Lei em vigor e a disseminação de decisões e ordens;

---

30 As duas únicas exceções que aparentemente se tornaram numa regra foram entre 1982 e 1989 quando Deng Xiaoping apesar de não ser Secretário-Geral do PCC presidiu à CMC, e entre outubro de 2002 (após o 16.º Congresso Nacional do PCC) e setembro de 2004, quando Jiang Zemin após ter dado lugar a Hu Jintao como Secretário-Geral do PCC e Presidente da RPC se manteve na presidência da CMC (Mulvenon, 2005). Tudo aponta para que o mesmo procedimento seja aplicado quando em outubro/novembro de 2012 após o 18.º Congresso Nacional do PCC, Xi Jinping substituir Hu Jintao à frente dos destinos da China.

- A definição da estrutura funcional do EPL e dos quadros de pessoal, a supervisão dos quatro Departamentos Gerais do EPL e das sete Regiões Militares, bem como de outros órgãos sob a dependência das Regiões Militares;
- A nomeação e exoneração, o cultivo, a investigação, o louvar e o punir dos militares de acordo com a Lei e os regulamentos militares; Aprovar e supervisionar, em coordenação com o Conselho de Estado, a política de aquisição de armamento e equipamento e os programas de investigação e desenvolvimento a ela associados;
- Organizar e gerir, em conjugação com o Conselho de Estado, o orçamento de defesa e o investimento na defesa nacional (Zhang, 1999: 218).

A tomada de decisões e de coordenação de políticas no âmbito da segurança e defesa nacional dependem de duas grandes normas que fornecem o contexto e a linha de ação da CMC. A primeira tem a ver com as alterações na composição do Comité Central do PCC, as quais resultam de mudanças na liderança política e normalmente numa reavaliação da envolvente interna e externa da China, fornecendo o contexto sob o qual a política de defesa nacional e o conceito estratégico militar são formulados e ajustados.

Por exemplo o conceito doutrinário militar de “combater numa guerra total e nuclear” (*zhaoda, dada, dabe zhanzhen*) estava identificado com a linha geral (*zong luxian*) e radical Maoísta de “revolução e guerra” (*geming he zhanzhen*). Com a ascensão ao poder de Deng Xiaoping a “linha internacional” do PCC alterou-se para uma política de “paz e desenvolvimento” (*heping yu fazhan*) que deu origem ao conceito doutrinário militar de “guerra local limitada” (*jubu youxian zhanzhen*) que Jiang Zemin reajustou para “guerra local sob condições *high-tech*” (*gao jishu tiaojian xia jubu zhanzhen*). Mais recentemente a linha política de “ascensão/desenvolvimento pacífico” (*heping jueqi/fazhan*) de Hu Jintao gerou o conceito doutrinário militar de “guerra local sob condições de infomecanização” (*xinxi hua tiaojian xia de jubu zhanzhen*) (Carriço, 2006: 501-533).

Ou seja, cada líder máximo do PCC e por inerência da RPC, procurou sempre deixar o seu cunho semântico em termos de doutrina militar, reflexo não apenas da obrigatoriedade de exprimir a sua autoridade sobre o EPL mas também da estreita interligação e dependência que existe entre o Partido, o Estado e o Exército Popular de Libertação, ao abrigo da máxima Maoísta – ainda em vigor – de que “o Partido comanda as armas” (*dang zhibui qiang*) (Lin, 1959).<sup>31</sup>

Estes exemplos refletem o facto de as decisões ligadas a questões de política externa e de segurança e defesa do país estarem centralizadas no topo da liderança política coletiva, de acordo com a linha geral emanada pelo PCC. Como refere Lu Ning (2001: 44) essas questões são:

31 O EPL é na realidade e ao abrigo da Constituição da RPC um “Exército de Partido” e não do Estado, pois uma das suas missões é a defesa do PCC, deduzindo-se por omissão, que ao defender o PCC estará a defender o Estado.

- A orientação da política externa;
- As operações militares que podem potencializar eventuais conflitos;
- A política face à região e às grandes potências como os EUA, Japão e Rússia;
- A implementação das políticas de segurança e defesa nacional;
- As políticas face a Taiwan e à Coreia do Norte;
- As políticas relativas à Organização de Cooperação de Xangai, Organização das Nações Unidas, etc.;
- As políticas de segurança energética e/ou relativas a outros recursos estratégicos;
- As políticas associadas a qualquer questão externa que ameace ou seja um risco para a estabilidade interna do país.

A segunda norma resulta de uma restauração e consolidação burocrática efetuada após o período de Mao Zedong, em resultado da qual a política de defesa nacional tornou-se menos errática (por demasiado dependente dos caprichos ideológicos e revolucionários do líder máximo), mais institucionalizada e incrementalista, permitindo por exemplo, que as normas de promoção e nomeação sigam agora mais os critérios de desempenho profissional e menos os critérios de devoção ideológica (reduzindo a omnipresente dialética *red vs expert*) e que as decisões de aquisição de armamento e equipamento sejam isentas de qualquer tipo de zelo revolucionário e “irrealismo”, sendo por isso mais pragmáticas e objetivas (Finkelstein e Gunness, 2006; Nan, 2006).

Como referido, as decisões políticas da CMC são tomadas por consenso após debate entre os seus membros, sob a liderança unificada e coletiva do Comité do Partido (*dangwei tongyi jiti lingdao xia de shouzhang fenggong fuze zhi*), espelhando os princípios da unicidade (subordinação às decisões do PCC), do coletivismo (processo de sucessivas votações internas onde a minoria se subordina à maioria em nome do consenso final) e da divisão de responsabilidades (implementação da componente técnica das decisões atribuída ao EPL e da componente política ao Comité do PCC) (Yan, 1993: 18-21).

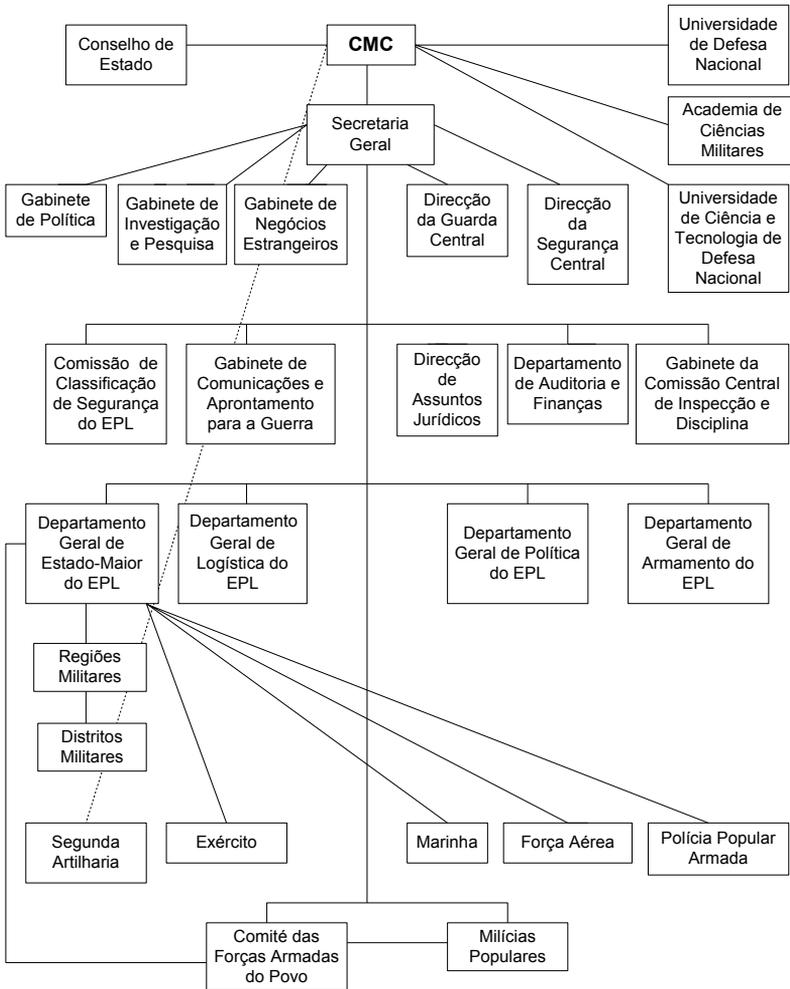
No entanto, e no plano operacional, é a sua Secretária-Geral (SGCMC) que se materializa como um mecanismo primordial na consecução das missões atribuídas à CMC. Com o EPL a enfatizar a sua modernização e aperfeiçoamento tecnológico, as questões de política de segurança e defesa nacional requerem análises técnicas mais sofisticadas, pelo que compete ao Gabinete de Investigação e Pesquisa da SGCMC desenvolver por si ou em parceria investigação sobre estas questões, funcionando como um *interface* com outras instituições de investigação no seio do EPL. Esta competência confere-lhe o papel de filtro da informação vinculada nos inúmeros relatórios elaborados pelas diversas agências, institutos e *think tanks* que entretanto já passaram pelos *choke points* existentes ao longo da hierarquia dos respetivos *xitong*.<sup>32</sup>

---

32 Para uma leitura sobre o funcionamento do sistema de *xitong* (estruturas burocráticas funcionais e verticais do governo/Partido Comunista Chinês: assuntos do Partido; assuntos de organização; propaganda e organização; assuntos políticos e jurídicos; economia e finanças; assuntos militares) ver Lieberthal (2003: 194-207).

Figura 1

Estrutura Funcional de Comando e Controlo da Comissão Militar Central (CMC)



Fonte: Adaptado de David Shambaugh (2002). *Modernizing China's Military: Progress, Problems and Prospects*. Berkeley: University of California Press, p. 112.

Neste caso, o Gabinete endereça a investigação a instituições como à Academia de Ciências Militares (ACM), à Universidade de Defesa Nacional (UDN) – ambas sob a dependência direta da CMC – ou a algumas das poucas dezenas de centros e institutos de investigação que se encontram, consoante o caso, sob a dependência de cada um dos quatro Departamentos Gerais do EPL (Estado-Maior, Política, Logística e Armamento), de cada um dos três ramos do EPL (Exército, Marinha, Força Aérea)<sup>33</sup> ou de cada uma das sete Regiões Militares (Shenyang, Pequim, Lanzhou, Jinan, Nanjing, Guangzhou e Chengdu). Existe ainda a possibilidade de investigadores do Gabinete de Investigação e Pesquisa da SGCMC serem convidados a fazerem parte de grupos *ad hoc* destinados a elaborar documentos relacionados com a segurança e defesa internacional e nacional.<sup>34</sup>

O processo geral de elaboração dos Livros Brancos da Defesa Nacional pode ser descrito da seguinte forma, ainda que se deva salvaguardar a elevada probabilidade de existirem pequenas variações a este procedimento geral.

Os estudos preliminares iniciam-se normalmente cerca de um ano antes da data prevista para a divulgação pública do documento.<sup>35</sup> A CMC através da SGCMC estabelece um calendário de reuniões e nomeia os elementos que farão parte da comissão de elaboração da nova edição do Livro Branco da Defesa Nacional, a qual conta na sua constituição com um número variável de elementos do seu Gabinete de Investigação e Pesquisa, da ACM<sup>36</sup> (cujo Departamento de Estudos Estratégicos é responsável pela coordenação das reuniões e redação dos *drafts*), da UDN<sup>37</sup> (principalmente do Ins-

---

33 A Segunda Artilharia (*Dier paobing*) ou força de mísseis balísticos convencionais e nucleares não é considerada um dos ramos do EPL, apesar de existir um debate interno que perdura há mais de uma década relativamente à possibilidade de um upgrade estatutário desta. Atualmente encontra-se sob a dependência direta da CMC.

34 Por exemplo, o livro *Dangdai shijie junshi yu zhongguo guofang* (Assuntos Militares Internacionais Contemporâneos e a Defesa Nacional da China) coordenado pelo General Zhang Wannian (ex-Chefe do Departamento Geral de Estado-Maior do EPL) foi publicado em 1999 e elaborado por um grupo constituído por 17 investigadores e docentes universitários do Gabinete de Investigação e Pesquisa da SGCMC, da Academia de Ciências Militares e da Universidade de Defesa Nacional. A ordem de elaboração da publicação foi formulada pelo Comité Central do PCC que incumbiu a CMC da sua publicação para distribuição aos auditores dos cursos organizados pela Escola Central do Partido Comunista Chinês de acordo com a classificação de segurança “para circulação interna com solicitação de contributos” (*neibu shiyong zhengqin yijian*) (Shambaugh, 2008: 840). Não obstante esta classificação de segurança, o autor teve oportunidade de aceder a esta publicação, mas não às duas edições posteriormente atualizadas e publicadas.

35 Normalmente a divulgação pública tem ocorrido em dezembro ou em janeiro. No entanto, e surpreendentemente, a edição de 2010 só foi divulgada publicamente em março de 2011. Alegadamente, tal deveu-se a discussões relativas à formulação linguística a empregar na caracterização da situação internacional em resultado da crise financeira, às disputas sobre o Sul do Mar da China e quanto à informação a disponibilizar relativamente ao orçamento de defesa.

36 A sua investigação e responsabilidades de formação de militares estão mais centralizadas em questões doutrinárias e operacionais relacionadas com o futuro da guerra.

37 A sua investigação e responsabilidades de formação de militares estão mais centralizadas em questões de relações internacionais e estratégica.

tituto para os Estudos Estratégicos<sup>38</sup>), do Departamento Geral de Estado-Maior do EPL (principalmente do Instituto Chinês para os Estudos Estratégicos Internacionais – ICEEI<sup>39</sup>) e eventualmente do Ministério da Defesa Nacional (MDN)<sup>40</sup>.

Durante as várias reuniões os membros da comissão discutem a estrutura e a redação do documento, prestando especial atenção à sua formulação linguística. É usual que o debate seja bastante aceso pois as perspectivas quanto à evolução do sistema internacional e o seu impacto na segurança e defesa da China que os representantes do Centro para a Paz e Desenvolvimento apresentam, costumam ser diferentes (menos pessimistas e mais próximas das do Ministério dos Negócios Estrangeiros) que as defendidas pelos representantes do Instituto Chinês para os Estudos Estratégicos Internacionais e do Instituto para os Estudos Estratégicos, como é notório pela confrontação de artigos e publicações periódicas como a *Heping yu fanzhan* (Paz e Desenvolvimento) publicada pelo CPD e a *Guoji zhanlue yanjiu* (Estudos Estratégicos Internacionais) publicada pelo ICEEI.

Adicionalmente não se deve subalternizar o facto de existirem mecanismos indutores e modeladores de perceções mais ou menos otimistas ou pessimistas relativamente à evolução do sistema internacional e que são resultantes da cooperação horizontal existente entre os vários *xitong* e os respetivos *think tanks* universitários bem como do Ministério dos Negócios Estrangeiros com os institutos e centros de investigação sob a dependência direta ou indireta da CMC, fruto da frequente realização de seminários e conferências nacionais e internacionais organizados pelos vários *think tanks* nacionais, os quais permitem uma troca de ideias entre os inúmeros participantes civis e militares (Jakobson e Knox, 2010: 14).<sup>41</sup>

---

38 De acordo com um prospeto entregue ao autor em outubro de 2007, aquando da sua visita a este Instituto, que é responsável por produzir análises estratégicas para a CMC e para o Departamento Geral de Estado-Maior do EPL e monografias de apoio aos cursos de formação de oficiais da UDN, na área das relações internacionais, geopolítica e estratégia.

39 De acordo com um prospeto entregue ao autor em novembro de 2007, aquando da sua visita a este Instituto que é o principal instituto militar de investigação e análise estratégica (*zhanlue pingjia yu fenxi*), estando sob a dependência direta do Segundo Departamento (Informações) do Departamento Geral de Estado-Maior do EPL. Tem alguns dos melhores investigadores militares e civis – onde se incluem diplomatas – os quais são responsáveis pela elaboração de *research* e *policy papers* para os principais departamentos do governo e das forças armadas. O seu *core business* é a análise estratégica da envolvente de segurança da China e das capacidades de forças armadas de outros países, especialmente dos EUA. Também podem ser convidados a participar no processo de elaboração dos drafts, investigadores do Centro para a Paz e Desenvolvimento (CPD) que está na dependência do Departamento de Ligação do Departamento Geral de Política do EPL e do Centro Chinês de Informação Tecnológica e da Ciência de Defesa, sob a dependência do Departamento Geral de Armamento do EPL.

40 Administrativamente o MDN está sob a dependência do Conselho de Estado não tendo qualquer influência em termos de comando e controlo do EPL. É responsável pela coordenação e envio de forças do EPL para operações de paz da ONU e pela nomeação e ligação com todos os adidos militares chineses no exterior do país, bem como pelo planeamento, organização, receção e acompanhamento de visitas de delegações militares estrangeiras. Desde 2008 através do seu gabinete de informação, passou a efetuar conferências de imprensa periódicas sobre questões de segurança e defesa da China (Boswell, 2009).

41 Estes *think tanks* académicos podem ser convidados a apresentarem contributos nas fases iniciais de elabo-

Em condições normais, após os primeiros seis meses é apresentado pela ACM um primeiro *draft* à SGCMC, o qual é submetido para leitura e apreciação numa das reuniões informais de *brainstorming* (*pengtou hui*) da CMC, cuja presença se restringe exclusivamente aos membros militares com assento nesta e eventualmente a outros oficiais superiores em serviço na CMC.<sup>42</sup> Desta reunião resultam *inputs* que podem obrigar ou não a alterações na redação do documento, que a serem feitas, são da competência do Gabinete de Investigação e Pesquisa da SGCMC que dá conhecimento das mesmas à ACM que efetuará as correções sugeridas.

Estabelecido um primeiro consenso quanto ao novo *draft* este é submetido para leitura, apreciação e debate na reunião mensal de rotina (*libun*) da CMC, onde estão presentes, agora sim, todos os seus membros civis e militares. Após um processo de votação preferencialmente por consenso, o documento é enviado para leitura e apreciação do Conselho de Estado que o distribui aos seus membros, sob a denominação de *tifa* (declarações e/ou documentos do presidente da CMC/ Secretário-Geral do PCC, que estabelecem os princípios e objetivos de uma formulação política, a ser aplicada por toda a estrutura do governo).

Posteriormente e de acordo com a agenda das reuniões do Conselho são efetuadas uma ou mais conferências de coordenação (*xieshang huiyi zhidu*) entre a CMC e o Conselho de Estado destinadas a discutir e aprovar eventuais e pequenas alterações ao texto (normalmente resultado de *inputs* vindos do Ministério dos Negócios Estrangeiros).<sup>43</sup> Obtido o consenso, a versão final é enviada ao Comité Central do PCC para aprovação e autorização de divulgação pública. Quando tal autorização é exarada, o documento é disponibilizado através do *site* do Conselho de Estado e divulgado via agência noticiosa *Xinhua*, ao mesmo tempo que decorre no Ministério da Defesa Nacional a conferência de imprensa alargada organizada pelo seu Gabinete para os Negócios Estrangeiros e para a qual são convidados todos os adidos de defesa de países com representação diplomática em Pequim, onde são descritas as linhas de força subjacentes à nova edição

---

ração de documentos e da tomada de decisões políticas se a situação ou o tema em análise não for premente (*changxian xiangmu*), participando frequentemente em situações de gestão de crises – *duanxian xiangmu* (Lewis e Xue, 2006: 94). Para uma análise do universo de *think tanks* chineses no âmbito do apoio à tomada de decisão política, de política externa e de relações internacionais ver Shambaugh (2002), Glaser e Saunders (2002).

42 Tai Ming Cheung define a existência de cinco tipos de reuniões da CMC: conferência semanal de trabalho; conferência de *brainstorming* (convocadas quando entendido como necessário); conferência de discussão (duram vários dias e são efetuadas após os plenários do PCC); conferência alargada (anual), a conferência anual de Beidaihe (entretanto suspensa por Hu Jintao quando assumiu a presidência da CMC em 2004); e Comitês e Grupos de Trabalho *ad hoc* – que incluem o Grupo de Elaboração do Plano Quinquenal para a Defesa Nacional, os Comitês e Grupos de Trabalho de Estratégia Militar, Treino e Reestruturação do EPL, os Grupos de Trabalho de Inspeção Financeira e Disciplina Económica (Tai, 2001: 71-73).

43 Existe um representante militar da CMC no Pequeno Grupo de Líderes (*bangzi*) para a Política Externa que se encontra sob a dependência do Conselho de Estado e é responsável pela discussão, coordenação e supervisão da política externa chinesa. Também no Pequeno Grupo de Líderes para os Assuntos de Taiwan existe um representante do EPL. O assento de um militar nestes Grupos permite uma melhor interligação entre civis e militares no plano da implementação política e acomodar a perspetiva e os interesses institucionais do EPL (Swaine, 1998: 74).

do Livro Branco da Defesa Nacional da China (Hou e Wang, 2009). Esta conferência de imprensa decorre normalmente no mês de dezembro, excetuando as relativas à divulgação da edição de 1998 e das duas últimas edições. As edições de 1998 e de 2008 foram divulgadas em janeiro de 2009 e a edição de 2010 foi divulgada apenas em março de 2011.<sup>44</sup>

#### **4. Desconstruindo o Discurso de (In)segurança dos Livros Brancos da Defesa Nacional da China (1998-2010)**

A desconstrução do discurso de segurança e defesa nacional da RPC adotada neste estudo foi conduzida numa perspetiva comparativa e evolutiva segundo duas dimensões – uma quantitativa e outra qualitativa – a partir da leitura das sete edições dos Livros Brancos, sendo que é no primeiro capítulo de cada uma das edições que é maioritariamente descrita a perceção chinesa sobre a caracterização e possível evolução do sistema internacional e o impacto que tal acarretará para a segurança nacional.

A análise qualitativa visou extrapolar possíveis justificações intertextuais para as variações quantitativas ocorridas no emprego das expressões selecionadas. Consequentemente a seleção destas expressões (quadro 1) foi efetuada segundo um critério tipológico de frequência de ocorrência das mesmas sendo elencadas como potencialmente ilustrativas das maiores ou menores perceções de (in)segurança da China.

Posteriormente foram escolhidas as expressões que registaram uma maior variação quantitativa de emprego no texto das várias edições dos Livros Brancos da Defesa Nacional (gráfico 1), por entendermos que essa variação poderia representar uma alteração estrutural nas perceções de (in)segurança, sendo subsequentemente classificadas numericamente de acordo com o seguinte critério qualitativo:

1. Positiva: se expressa uma perceção positiva do ator estatal e/ou não estatal.
2. Neutral: se expressa uma perceção neutra com referências descritivas e comentários gerais sem grande adjetivação quer valorativa quer pejorativa.
3. Suspeita: se expressa preocupações relativamente à segurança da China, mas não

---

44 As razões para estes adiamentos foram instrumentais: o de 1998 coincidiu com o dia em que os Ministros da Defesa da Asean Regional Forum (ARF) estiveram reunidos nas Filipinas para debaterem o aumento da transparência no seu planeamento de defesa; a de 2008 com as vésperas da cerimónia de tomada de posse de Barack Obama (20 de janeiro de 2008); a de 2010 com as dificuldades semânticas em torno da caracterização da envolvente internacional após a crise financeira, do agravar da situação na península coreana (devido às provocações militares norte-coreanas que resultaram no afundamento da fragata sul-coreana Cheonan em 26 de março de 2010 e da preparação de artilharia sobre a ilha sul coreana de Yeonpyeong em 23 de novembro de 2010), bem como sobre que tipo de informação acerca do EPL que deveria ser disponibilizada, sem ser repetitiva. O objetivo passou sempre por transmitir uma mensagem de cooperação por parte da China em termos de medidas criadoras de confiança respetivamente no plano regional e bilateral.

refere diretamente quais os atores estatais e/ou não estatais que consubstanciam potenciais ameaças à sua segurança.

4. Negativa: se identifica e caracteriza as ameaças à segurança da China referindo de forma concreta atores estatais e não estatais como potenciais desestabilizadores da segurança nacional.

As expressões selecionadas têm em conta a dimensão normativa associada às tradicionais percepções de segurança resultantes da envolvente internacional e regional, do papel de atores estatais e não estatais, e de organizações internacionais e regionais na potenciação ou minimização das ameaças e riscos à segurança do país.

Neste contexto, e subsequentemente à análise quantitativa e qualitativa da ocorrência das expressões selecionadas, efetuou-se um enquadramento potencialmente justificativo para tal variação de percepções ocorrida no biénio anterior à edição do Livro Branco da Defesa Nacional, através da descrição empírica dos principais acontecimentos em termos de segurança e defesa tanto no plano internacional como no plano regional asiático, que possam ter contribuído diretamente para a variação ou não da percepção de (in)segurança da China detetada face a determinado ator estatal e/ou não estatal.

### Quadro 1

Lista de expressões selecionadas inicialmente como associadas às percepções de (in)segurança da China

<i>United States of America</i>	<i>Russia</i>	<i>Japan</i>	<i>India</i>
<i>South China Sea</i>	<i>Taiwan</i>	<i>Power Politics</i>	<i>Hegemony</i>
<i>Terrorism</i>	<i>Separatism</i>	<i>Instability</i>	<i>Peace and Development</i>
<i>Regional Conflicts</i>	<i>Multipolarity</i>	<i>Unipolarity</i>	<i>Arms Proliferation</i>
<i>Containment</i>	<i>Sovereignty</i>	<i>Threats</i>	<i>Economic Security</i>
<i>Political Security</i>	<i>Military Factors</i>	<i>Competition</i>	<i>Local Wars</i>
<i>International Community</i>	<i>United Nations</i>	<i>Shanghai Cooperation Organization<sup>1</sup></i>	<i>ASEAN</i>

#### a. Evolução das Percepções de (In)Segurança da China no Sistema Internacional (1998-2010)<sup>45</sup>

##### 1) Edição de 1998

A primeira edição dos Livros Brancos da Defesa Nacional deixa transparecer uma perspetiva moderadamente otimista quanto à evolução da segurança no sistema internacional, com uma tendência para um desanuviamento das tensões no sentido “irresistível”

<sup>45</sup> Este capítulo baseia-se na concatenação efetuada pelo autor das análises relativas aos desenvolvimentos no âmbito da segurança e defesa no espaço da Ásia-Pacífico entre 1996 e 2010, publicadas pela *Asian Survey* em cada um dos seus números de janeiro/fevereiro, pela *Strategic Survey*, pela *The China Quarterly* (*quarterly chronicle and documentation*) e pela *Comparative Connections*.

(*sic*) da paz, desenvolvimento e cooperação, o que materializa uma transcrição direta do conceito de Deng Xiaoping de “Paz e Desenvolvimento” (*beping hu fanzhan*), formulado em 1984 (Ruan, 2005).

O sistema internacional tende a evoluir na direção de uma “multipolaridade (*duojihua*) global e regional (política e económica, mas por enquanto ainda não militar)” assistindo-se a uma crescente institucionalização da cooperação entre as grandes potências.

Este otimismo contido é justificado por várias razões: a relação sino-americana sofreu evoluções positivas após a crise de Taiwan de 1995-1996; nove anos após os acontecimentos de Tiananmen a maioria das sanções económicas à China tinham sido levantadas; o país tinha começado a assinar um conjunto de parcerias estratégicas com alguns países e organizações (EUA, França, Rússia, ASEAN, UE); Hong-Kong tinha regressado à soberania chinesa e o mesmo sucederia a Macau em 1999; a questão dos direitos humanos parecia não limitar seriamente as relações económicas da China com outros países; a iniciativa do “grupo dos 5 de Xangai” estava em marcha; e a posição norte-americana face a Taiwan sido sofrido uma requalificação para melhor na perspetiva dos interesses de Pequim.

São efetuadas referências positivas à Rússia (12 vezes), em resultado da dinâmica de cooperação bilateral desenvolvida desde 1992, que teve um emolumento significativo em dezembro de 1996 com a visita à China do Presidente russo Boris Yeltsin, que daria origem à “Parceria Estratégica” e que entre outras áreas de cooperação potenciou o processo de aquisição de armamento e tecnologia militar russa por parte do EPL.<sup>46</sup>

## Quadro 2

Variação Quantitativa e Qualitativa das Expressões Seleccionadas (1998)

Expressões Seleccionadas	Ocorrência Quantitativa	Perceção Qualitativa (1 a 4)
<i>United States of America (USA)</i>	13	Suspeita (3)
<i>Japan</i>	4	Negativa (4)
<i>Taiwan</i>	10	Negativa (4)
<i>Russia</i>	12	Positiva (1)
<i>India</i>	6	Negativa (4)
<i>Terrorism</i>	1	Negativa (4)
<i>Sovereignty</i>	12	Positiva (1)
<i>Threats</i>	4	Negativa (4)
<i>International Community</i>	7	Positiva (1)
<i>United Nations</i>	19	Positiva (1)
<i>Shanghai 5</i>	1	Positiva (1)
<i>ASEAN</i>	1	Neutra (2)

46 Esta aproximação bilateral pode ter sido facilitada pela existência de um chamado “lobby russo” no *Zhongnanhai*, pois o Presidente Jiang Zemin, o Primeiro-Ministro Li Peng e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen, estudaram na União Soviética na década de 50.

Meses antes, China e Rússia haviam acordado na constituição do “Grupo dos Cinco de Xangai” (uma referência, positiva) parceria esta que foi reforçada claramente no texto da Declaração Conjunta Sino-Russa sobre o “Mundo Multipolar e a Constituição de uma Nova Ordem Mundial” assinada em Moscovo em abril de 1997, e que é instrumentalizada por ambos os países no sentido de tentarem condicionar as opções estratégicas dos EUA na Ásia Central (Wilson, 2004; Lo, 2008).

Mas tais referências são também o resultado de um sentimento comum de descontentamento mútuo face ao início – em 1995 – do processo de alargamento da NATO aos países da Europa Central, à intervenção da Aliança Atlântica nos Balcãs (em violação do conceito de soberania Estatal absoluta defendido pela China, o qual é caracterizado de uma forma positiva e repetido por 12 vezes) e ao início da institucionalização do mecanismo cooperativo com países da Europa de Leste e da Ásia Central denominado como Parceria para a Paz.

Não obstante, Pequim não deixa de relevar a necessidade de um papel mais assertivo da comunidade internacional (*guoji shehui*) (7 referências positivas) nomeadamente das Nações Unidas (repetido por 19 vezes, sempre com referências textuais positivas) na prevenção e resolução de conflitos regionais, os quais tendem a ser cada vez menos frequentes e mais controláveis na sua dimensão e intensidade. Reforçadamente, esta primeira edição descreve sumariamente os princípios de participação da China em missões de manutenção da paz da ONU (bem como os efetivos do EPL que nelas participam – procedimento que será repetido em todas as edições subsequentes), bem como a sua adesão aos princípios subjacentes ao regime de controlo de armamento e de desarmamento sob a égide desta Organização (que também constarão nas edições posteriores).

A região da Ásia-Pacífico é caracterizada como tendo sofrido uma evolução no sentido de uma maior estabilidade, apesar da crise financeira que a assolou em 1997 (sem se referir, mas deixando subentender, o papel fundamental que a China teve na contenção da crise, quando optou por não desvalorizar o *renminbi*, o que mereceu rasgados elogios dos países da ASEAN, a qual é vista sob uma perspetiva positiva na única referência que lhe é feita no texto).

Nesta primeira edição é enfatizada a participação construtiva da China em diversos mecanismos de diálogo de segurança regional (*ASEAN Regional Forum – ARF*; *Northeast Asia Cooperation Dialogue – NEACD*; *Council on Security Cooperation in Asia and Pacific Region – CSCAP*; e na *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia – CICA*).

No entanto não deixa de ser mencionada uma intensificação da “competição pelo poder nacional abrangente” (*zonghe guoli jingzheng*) entre os vários países da região e fora dela.

Para Pequim o reconhecimento tácito desta competição foi o resultado da introdução a partir de 1992 – aquando do 14.º Congresso do PCC – em documentos oficiais da expressão “poder nacional abrangente”, o qual percebe a envolvente internacional (*guoji huanjing*) como plena de competição e rivalidade mas não excessivamente conflitual, requerendo da parte da liderança do PCC a prossecução de uma estratégia nacional (*guojia zhanlue*) de desenvolvimento de acordo com os seguintes objetivos estratégicos do foro nacional e internacional:

- Proteção da China socialista e do seu sistema político;
- Proteção da independência da China, da sua soberania e segurança;
- Proteção e facilitação da continuação do desenvolvimento económico e tecnológico nacional;
- Criação de uma envolvente pacífica exterior à China capaz de potenciar o seu desenvolvimento sócio-económico e progresso político;
- Resposta efetiva e determinada contra ameaças e desafios externos;
- Prevenção e contenção de qualquer conflito interno e externo ou de ocorrência de uma guerra;
- Manter e aumentar o estatuto e prestígio internacional da China (Huang, 1992: 299-304).

Assim uma tal estratégia nacional com base no desenvolvimento do poder nacional abrangente identificar-se-ia a partir das seguintes vertentes estruturais:

- Poder rudimentar (*jichu shili*) que se refere à envolvente física dos recursos de que a China dispõe;
- Poder económico (capacidade industrial, agrícola, comercial, financeira e tecnológica);
- Poder de defesa nacional (capacidade de defesa militar do território nacional);
- Poder diplomático (capacidade de influir nos assuntos internacionais através da sua diplomacia);
- Poder organizacional (capacidade de organizar vários tipos de poder ao serviço dos objetivos nacionais);
- Poder de decisão racional (capacidade de tomar a melhor decisão de acordo com a envolvente interna e externa à China);
- Poder cultural e moral (atitudes políticas e crenças da população chinesa), (Yongnian, 1999: 119).

Como se trata do Livro Branco da Defesa é naturalmente enfatizado o papel do “poder e da capacidade de defesa nacional” (*sic*), mais concretamente das forças armadas chinesas na salvaguarda da segurança e defesa do Estado e a imperiosidade de uma transformação e adaptação destas à chamada *Revolution in Military Affairs*, numa justificação indireta para as reformas e para a aceleração do processo de modernização do EPL verificado desde 1992, resultado das lições retiradas por este a partir da análise do estrondoso sucesso militar alcançado pelos EUA (10 referências, na maioria de suspeita) na primeira Guerra do Iraque (Pillsbury, 1997; Wu *et al*, 2003; You, 2004; Carriço, 2006; Cheng, 2011).

O texto sublinha que a China prossegue uma política externa independente e de paz, ao abrigo da qual a segurança deve ser obtida através do diálogo, confiança e cooperação entre os atores estatais do sistema internacional com base nos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” (*sic*).<sup>47</sup> Inédita, mas relevantemente, são descritos ainda que não direta-

47 Que são: respeito mútuo da soberania e integridade territorial dos Estados; não-agressão; não intervenção nos assuntos internos de um Estado; igualdade e benefício mútuo; e coexistência pacífica. Foram formulados em 1954 na Conferência de Genebra sobre a Indochina por Zhou Enlai e aprovados na Conferência das Nações Afro-Asiáticas realizada em Bandung na Indonésia em abril de 1955.

mente, os pilares daquilo que seria posteriormente denominado como o “Novo Conceito de Segurança (*xin anquanguan*)” da China, o qual foi apresentado formalmente na reunião de março 1997 do Fórum Regional da ASEAN (ARF) e explicado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Qian Qichen, aquando da reunião comemorativa do 30.º aniversário da ASEAN (Niu, 1997; Li, 1997; Qian, 2006).

Partindo dos incontornáveis “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” o novo conceito reconhece a evolução e multidimensionalidade dos desafios que se colocam à segurança dos Estados, elencando três vertentes operacionais: a segurança comum (*gong-tong anquan*), com uma crítica velada e a recusa da prossecução de políticas de alianças por parte da China; a segurança cooperativa (*hezuo anquan*), através da negociação e compromisso (*ying ying de zhanlue* ou *win-win strategy*); e a segurança abrangente (*zonghe anquan*) com três dimensões: uma política, outra económica e outra militar.

A referência a este novo conceito, sem o denominar especificamente como tal, pode-se explicar como refletindo um certo grau de descontentamento/frustração de Pequim com a evolução do sistema internacional no pós-Guerra Fria no sentido de uma marcada unipolaridade, sendo o resultado de uma reação direta da China às políticas “hegemónicas” e de alianças de Washington, cujas mais-valias para a segurança regional asiática foram questionadas claramente pelo Ministro da Defesa, o General Chi Haotian, aquando da sua visita a Washington em junho de 1997. Na verdade este novo conceito foi e é mais uma fórmula política-económica que militar, tendo como objetivo transmitir uma imagem cooperativa e menos ameaçadora da China para os países da região, especialmente da ASEAN.<sup>48</sup>

A estratégia associada à divulgação deste conceito foi também o resultado de uma opção tomada em 1996 pela CMC após a crise de 1995-1996 no Estreito de Taiwan, no sentido de refocalizar os esforços políticos e militares em Taiwan e não tanto nas disputas territoriais em torno do Sul do Mar da China (*wen nan bao bei*) (Lewis e Xue, 2006: 32).

Concomitantemente e reflexo de uma certa perceção de insegurança, são referenciados três fatores que podem condicionar negativamente a evolução pacífica do sistema internacional e a segurança nacional. O primeiro resulta das “políticas hegemónicas (*baquan zhenyi*) e de poder de alguns Estados” (*i.e.* Estados Unidos) que continuam a defender um “racional ultrapassado” e com reminiscências da Guerra Fria, ao abrigo do qual as alianças são vistas como primordiais, pelo que na ótica de Pequim, esta lógica pode contribuir para degradar o sentimento de segurança de outros países que se recusam a adotar tais políticas (*i.e.* China e não só).

É também resultado do facto de em 1996 o Japão e os EUA terem assinado uma declaração conjunta intitulada “Aliança para o Século XXI” que consubstanciou um *upgrade* do Tratado de Cooperação e Segurança Mútua de 1960, onde se expressa no ponto 5.b) o reforço da cooperação e integração operacional e logística das forças militares de ambos os países e o alargamento da sua ação para áreas geográficas envolventes ao Japão que ponham em caso a sua segurança (interpretada por Pequim

48 Na primeira Cimeira ASEAN+3 realizada em 1997, Jiang Zemin, expressou a determinação da China em ser um “bom vizinho, parceiro e amigo das nações da ASEAN”. Esta declaração daria origem em 2002 à formulação oficial de uma política de cooperação regional e de amizade e parceria com os países vizinhos (*yulin weishan, yulin weiban*).

como Taiwan e as ilhas Diaoyu/Senkaku). Adicionalmente a referência no ponto 5.e) a um reforço da cooperação técnica bilateral com vista à implementação do sistema de defesa antimíssil (*Theatre Missile Defense – TMD*), foi encarada como uma ameaça à capacidade de dissuasão balística convencional e nuclear limitada da China (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 1996).

Ora estes novos desenvolvimentos se somados às disputas territoriais, nomeadamente quanto às ilhas Diaoyu/Senkaku<sup>49</sup>, à continuação da exigência de um pedido de desculpas formais pelos crimes cometidos pelas forças armadas japonesas aquando da ocupação da China durante a Segunda Guerra Mundial<sup>50</sup>, e ao aumento do orçamento de defesa das Forças de Auto-Defesa do Japão (Sasaki, 2010: 580), contribuiu para o número de referências muito negativas ao Japão (quatro) e inerentemente para a perceção de uma maior ameaça à segurança da China por parte de Tóquio<sup>51</sup>, perceção esta que se manterá sem alterações qualitativas mas que sofrerá um acentuado acréscimo quantitativo ao longo das subseqüentes edições dos Livros Brancos da Defesa Nacional.

O segundo fator tem a ver com a proliferação de armamento, nomeadamente através da referência direta e bastante crítica aos testes nucleares efetuados pela Índia em 1997, os quais foram repudiados por grande parte da comunidade internacional, que segundo Pequim, nestas questões deve passar a ter um papel mais preponderante em termos de prevenção.

Todas as referências diretas à Índia (seis) são negativas, ao contrário das referências indiretas feitas aos EUA (*unipolarité ainsi lié*) relativas às “políticas hegemónicas e de poder de alguns Estados” (treze e de suspeitas), o que ilustra o facto de a Índia ser um dos principais competidores estratégicos da China, e que é ainda mais agravado pela inexistência

---

49 Agravadas em março de 1996 quando ativistas japoneses ligados a Partidos de Direita construíram um farol na ilhas como símbolo da soberania japonesa sobre as mesmas. A construção gerou fortes protestos em Hong Kong e na China tendo originado uma resposta por parte de ativistas de Hong Kong que se deslocaram à ilha para destruir o farol, tendo sido impedidos pela Marinha japonesa. Tóquio justificou que não destruiria o farol pois era “propriedade privada dos seus cidadãos”. Na sequência dos protestos um ativista chinês morreria afogado ao largo das ilhas, exacerbando ainda mais os sentimentos nacionalistas em ambos os países (Carricho, 2006: 423-442).

50 Após várias décadas sem visitas, pela primeira vez em 1996, um Primeiro-Ministro japonês (Ryutaro Hashimoto) visitou o templo *Yasukuni* onde presta homenagem aos mortos em combate. A visita suscitou uma reação muito crítica de Pequim que acusou o governo nipónico de estar a reavivar o militarismo. Em outubro de 1998, o Primeiro-Ministro japonês, Keizo Obuchi, aquando da visita do Presidente sul-coreano Kim Dae-Jung a Tóquio, fez um pedido formal e escrito de “sentidas desculpas” do Japão ao povo coreano pelo sofrimento infligido pela ocupação colonial japonesa durante a Segunda Guerra Mundial tendo o pedido sido aceite. No entanto, no mês seguinte, aquando da visita a Tóquio do Presidente chinês Jiang Zemin, e apesar das expectativas levantadas, os diplomatas de ambos os países não chegaram a um acordo quanto a um pedido de desculpas escrito, pois apesar de no discurso de receção a Jiang Zemin o Primeiro-Ministro japonês ter pedido “sentidas desculpas”, o texto nunca chegou a ser assinado por ambos devido a divergências entre a proposta japonesa em expressar “profundo remorso” e a proposta chinesa – similar à da Coreia do Sul – de “sentidas desculpas” (Gries, 2004: 90). Desde então, nunca mais houve nova oportunidade, quanto mais consenso, relativo a um texto que permita encerrar esta “questão histórica”.

51 O papel de “ponte” entre o Ocidente e Pequim que Tóquio havia desempenhado até 1995 passou a ser encarado com renovadas desconfianças, que foram mais agudizadas quando, no mesmo ano, Pequim efetuou dois testes nucleares, meses antes de assinar o Tratado de Limitação de Testes Nucleares. Em consequência Tóquio anunciou uma redução em mais de 90% do seu programa de ajuda ao desenvolvimento a Pequim.

de um acordo formal entre Pequim e Nova Deli quanto à delimitação da fronteira entre os dois países, a qual esteve na gênese de uma guerra entre ambos em 1962 (Carriço, 2006: 228-252), apesar da assinatura de medidas criadoras de confiança militar na linha de controlo atual da fronteira em novembro de 1996, aquando da visita de Jiang Zemin à Índia (Chellaney, 2010: 296-300).

Estas críticas a Nova Deli (partilhadas retoricamente com os EUA) foram o reflexo da condenação sino-americana aos testes nucleares efetuados pela Índia e pelo Paquistão, o que na ótica de Pequim poderia espelhar um reconhecimento de Washington em ver a China como a grande potência asiática, em detrimento da reivindicação indiana de que tais testes se destinavam a fortalecer a sua capacidade de dissuasão face à China e ao Paquistão. Esta crença chinesa pode ter sido ainda mais reforçada quando o Presidente Bill Clinton efetuou uma visita exclusiva à China, não incluindo o Japão ou outro país asiático na mesma, materializando uma elevação simbólica do estatuto de Pequim face a Tóquio.

Este discurso com uma terminologia mais virulenta face à Índia, pretendeu também realçar indiretamente mas por comparação, o papel positivo e “responsável” da China nas políticas de controlo de armamento, em respeito do definido pela comunidade internacional com a qual estava a encetar um cada vez maior diálogo cooperativo (sete referências, todas de conotação positiva) explicitado na publicação em 1995 do Livro Branco da China sobre o Controlo de Armamento e Desarmamento (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 1995; Frieman, 2004).<sup>52</sup>

Ambos os factos apontados condicionaram, pelo menos temporariamente, a finalização do Tratado de Eliminação de Testes Nucleares (*Comprehensive Test Ban Treaty*)<sup>53</sup>. Muita da argumentação de Pequim passou também por, face às acusações de Washington quanto à venda de armamento convencional a países encarados pelos EUA como potenciais adversários, retorquir com o facto de os mesmos EUA serem o maior exportador mundial de armamento convencional, exemplificando a sua posição com a venda de mísseis *Stinger* feita pelos EUA a Taiwan em agosto de 1996. Não obstante esta diatribe, em outubro de 1997, aquando da visita de Bill Clinton à China, foi assinada uma declaração conjunta ao abrigo da qual Pequim se comprometeu a suspender as vendas de mísseis ao Irão bem como a transferência de tecnologia nuclear para outros países.

Por fim, mas de primordial importância, a questão da reunificação de Taiwan é descrita com uma terminologia essencialmente negativa (com dez referências em texto), ao abrigo da qual é enfatizada a abordagem construtiva da China no sentido de se obter uma resolução pacífica do diferendo (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 1993), mas ao mesmo tempo não deixam de ser elencados desenvolvimentos recentes que prognosticam a possibilidade de, em nome da salvaguarda da soberania e da integridade territorial do país, Pequim poder recorrer ao uso da força

---

52 No entanto, este documento oficial omite o facto de a China ter vendido tecnologia de mísseis balísticos e nucleares ao Paquistão e armamento convencional ao Irão e de ter efetuado testes nucleares subterrâneos em 1994.

53 Na sequência destes testes o Japão suspendeu o programa de ajuda ao desenvolvimento à China e reforçou o seu empenho na aliança com os EUA através de declarações públicas de membros do governo.

militar, isto se persistirem as políticas de interferência nos assuntos internos do Estado chinês, e por isso ameaçadoras da estabilidade nacional e regional (*i.e.* as ações militares dos EUA aquando da crise de Taiwan de 1995-1996 – Garver, 1997; Carriço, 2006: 368-393) e continuarem as vendas de armas a Taipé por parte da Casa Branca ao abrigo do *Taiwan Relations Act*.

É no entanto omitido o facto relevante de, durante a visita de Bill Clinton à China, este ter efetuado uma declaração oficiosa aquando de uma entrevista para uma rádio de Xangai na qual reitera aquilo que seria popularmente conhecido como a “política dos três não” (o não apoio à independência de Taiwan; o não apoio à política das duas Chinas ou uma Taiwan, uma China; bem como o não apoio à entrada de Taiwan em qualquer organização internacional cujo requisito de admissão seja a de ter o estatuto de Estado independente).<sup>54</sup>

Em suma, nesta primeira edição do Livro Branco existe uma perspetiva mitigadamente otimista quanto à segurança do sistema internacional, reconhecendo-se a existência de atritos regionais com o Japão e os EUA – resultado em parte da política destes Estados em apoio de Taiwan – mas também com a Índia, fruto da persistente incapacidade de Pequim e Nova Deli em chegarem a um acordo quanto à delimitação das fronteiras, bem como pelos testes nucleares indianos.

No entanto estes atritos não condicionam negativamente – independentemente da retórica por vezes estridente oriunda de setores politicamente mais conservadores e nacionalistas tanto em Washington, Tóquio, Pequim, Nova Deli e Taipé – os superiores interesses de cada um dos países no sentido da preservação de uma estabilidade regional e global (Shambaugh, 1999). Ou seja, citando um provérbio chinês: “muita trovoadas, pouca chuva” (*leisheng da, yudian xiao*).

## 2) Edição de 2000

Esta edição começa por reiterar a liturgia conceptual de Deng Xiaoping<sup>55</sup> quanto à prossecução de uma política externa chinesa baseada na “paz e no desenvolvimento” (*heping hu fanzhan*), a qual se repete em todas as edições posteriores. No entanto introduz, e pela primeira vez de forma explícita, uma relação direta entre a estabilidade externa e interna como fator primordial – “estabilidade acima de tudo” (*wending yadao yiqie*) – para a continuação do desenvolvimento do país, sendo que esta conceção passará também a constar nas subsequentes edições dos Livros Brancos da Defesa Nacional.

Esta novidade resulta de três acontecimentos que não são referidos mas que estão implícitos. O primeiro resulta de atentados bombistas e de protestos que ocorreram entre

54 Apesar do *pressing* chinês esta declaração nunca chegou a ser assinada pelos EUA e pela China.

55 Mais justificada após a morte do líder em fevereiro de 1997 que levou à promoção da “teoria” dos conceitos por si formulados. Para além do Marxismo-Leninismo, o topo das formulações políticas dos líderes máximos chineses é o “pensamento” (de Mao Zedong), segue-se a “teoria” (de Deng Xiaoping e Jiang Zemin) e o “conceito” (de Hu Jintao). O conceito de “Desenvolvimento Científico e Sociedade Harmónica” deverá ser promovido a “teoria” entre 2012-2013 quando Hu Jintao abandonar a presidência da China, passando a fazer parte da Constituição do PCC, tal como aconteceu em 2002 com o conceito das “Três Representações” de Jiang Zemin, após o 16.º Congresso do PCC.

1997 (coincidindo com período de luto nacional pela morte de Deng) e 1998 em Xinjiang e na Mongólia Interior, chegando inclusive a haver a deflagração de engenhos explosivos no mercado de Xidan e no parque Zhongshan na capital chinesa (Wayne, 2008: 84-85; Hastings, 2011: 903-908)

O segundo, em 1998 com o lançamento de uma nova e forte campanha de combate à corrupção que levou à detenção do Presidente da Câmara de Pequim e membro do *Politburo* Chen Xitong, bem como de outros elevados responsáveis locais do PCC e ao suicídio do vice-Presidente da Câmara. Dado o estatuto dos condenados, o PCC procurou restabelecer a confiança da população e credibilizar a sua ação à frente dos destinos nacionais quando nos escaparates editoriais, livros de investigadores que alertavam para relação direta entre a legitimidade (ou falta dela) do PCC caso não combatesse determinadamente a corrupção que grassava nos seus quadros, estavam no *top* de vendas (Kwong, 1997; Xiaobo, 2000).<sup>56</sup>

O terceiro foi o incremento substancial do número de protestos e de greves em resultado da degradação das condições sócio-económicas dos trabalhadores (Qiao, 1999) a que se juntou a supressão do movimento *Falun Gong* em julho de 1999, em resultado da realização de uma inesperada manifestação de protesto em frente ao *Zhongnanhai* em Pequim e que juntou mais de 10 mil seguidores. A forma como os manifestantes se conseguiram organizar, deslocar e concentrar-se numa área onde não é permitida qualquer manifestação, consubstanciou uma humilhação e um descrédito para o sistema de segurança interna e uma ameaça ao controlo social por parte do PCC, para mais quando ocorreu um mês antes da decisão do Comité Olímpico Internacional relativamente a qual cidade iria ser a anfitriã da edição de 2008 dos Jogos Olímpicos (Pequim era uma das candidatas e viria a vencer a candidatura), e em outubro a China iria organizar em Xangai o maior encontro informal de líderes mundiais jamais realizado em território chinês (Forum da APEC).

A repressão que se seguiu foi justificada politicamente através da catalogação do movimento como um “culto demoníaco” (Tong, 2002; Chang, 2004; Ownby, 2010; China Association for Cultic Studies, 2009). O assunto assumiu uma ainda maior dimensão internacional quando Pequim exigiu aos EUA (mas só após a eleição de Pequim como cidade organizadora dos Jogos Olímpicos de 2008) a extradição do líder do movimento, o que foi recusado.

No plano internacional é reforçada a noção de que existe uma tendência evolutiva no sentido da multipolaridade num contexto de desanuviamento global, que faz com que não seja previsível a ocorrência de uma guerra mundial mesmo num futuro distante, permitindo à China rentabilizar uma janela de oportunidade de pelo menos até 2020 se poder vir a afirmar decisivamente como uma grande potência regional e tornar a sua “sociedade moderadamente próspera”, de acordo com a terminologia adotada pelo Presidente Jiang Zemin e reforçada pelo seu sucessor Hu Jintao.

---

56 O mais mediático foi o de He Qinglian (1999). *Xiandaibna de xianjing* (Armadilhas da Modernização). Beijing: Jinri chubanshe. É muito usual a colocação de cartazes e posters nas ruas das cidades e nas bermas das estradas e autoestradas, nos quais os governos locais e o governo central alertam para os efeitos perversos da corrupção e para a necessidade de todo o cidadão a combater. Esta temática juntamente com a campanha de promoção de uma “sociedade harmoniosa” de Hu Jintao e de prevenção rodoviária (com fotos explícitas de vítimas mortais de acidentes de viação) são as mais frequentemente expostas.

### Quadro 3

#### Variação Quantitativa e Qualitativa das Expressões Seleccionadas (2000)

Expressões Seleccionadas	Ocorrência Quantitativa	Percepção Qualitativa (1 a 4)
<i>United States of America (USA)</i>	12	Suspeita (3)
<i>Japan</i>	16	Negativa (4)
<i>Taiwan</i>	26	Negativa (4)
<i>Russia</i>	15	Positiva (1)
<i>India</i>	2	Negativa (4)
<i>Terrorism</i>	2	Negativas (4)
<i>Sovereignty</i>	19	Negativa (4)
<i>Threats</i>	1	Negativa (4)
<i>International Community</i>	12	Positiva (1)
<i>United Nations</i>	16	Positiva (1)
<i>Shanghai 5</i>	1	Positiva (1)
<i>ASEAN</i>	3	Positiva (1)

O “Novo Conceito de Segurança” é agora já formalmente referido, conjuntamente com os inevitáveis “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” como pilares desejáveis da relação entre Estados no seio do sistema internacional, formulação esta que passará a constar em todas as edições posteriores, ainda que com pequenas variações e *nuances* de terminologia que não alteram os pressupostos fundamentais do mesmo.

Derivada desta conceptualização não deixa de ser mencionada a continuidade da cooperação institucional regional, sendo feita uma referência ao Sul do Mar da China e ao diálogo entre a China e a ASEAN (três referências de cariz positivo) como valorativo do diálogo construtivo que Pequim tem demonstrado face a esta disputa territorial. A valoração deste diálogo foi realçada em novembro de 1998, em Singapura, pelo Ministro da Defesa da China, General Chi Haotian, que elogiou a natureza consultiva e cooperativa deste diálogo, sem referir o agravamento das disputas de Pequim com os países da ASEAN em resultado do incremento paulatino e dissimulado da presença militar chinesa no arquipélago das Spratly, notavelmente no recife de Mischief, reivindicado pelas Filipinas.<sup>57</sup>

Nesta segunda edição volta a ser realçada a participação construtiva da China em diversos mecanismos de diálogo de segurança regional (ARF, NEACD, CSCAP; e CICA) merecendo o “Grupo dos 5 de Xangai” uma referência mais apurada.

No entanto Pequim critica obliquamente, sem referir sujeitos, a interferência de terceiros nesta e noutras questões regionais (*i.e.* EUA). Esta referência por parte da China é colocada em contraponto à estrutura regional vigente com base em alianças desenhadas pelos EUA e que se encontrava em fase de reforço do empenhamento político e militar

57 Com a ASEAN preocupada em recuperar dos efeitos dramáticos da crise financeira, para o qual a continuação do apoio de Pequim era essencial, Manila ficou isolada nas suas críticas e Pequim não viu razões para que esta questão fosse demasiado mediatizada, pois seria prejudicial para os seus interesses.

por parte da Casa Branca, como foi afirmado em novembro de 1998 pelo Secretário da Defesa norte-americano, William Cohen, apesar de num contexto mais alargado ambos os países se terem comprometido a desenvolverem esforços no sentido de implementarem uma “parceria estratégica construtiva”.

Esta edição deixa transparecer uma percepção mais crítica e menos otimista da evolução do sistema internacional, expressa em frases que explicitam a existência de “contradições e atritos entre as grandes potências” (*sid*), que se agudizaram em 1999.

Tal percepção é também o reflexo de um debate político interno ocorrido em 1999 em torno da avaliação relativa à tendência de evolução (*shidai zhubi*) do sistema internacional. Este debate deu origem a uma “nova linha” denominada de “as três não-alterações e as três novas alterações” (*sange bu bian, sange bian hua*).

As “três não-alterações” são: a paz e o desenvolvimento continuarão a ser a tendência das relações internacionais que estão a evoluir no sentido da multipolaridade; a globalização económica continua a aumentar; e existe uma clara tendência para mais um desanuviamento nas tensões internacionais. As “três novas alterações” são: a ascensão do hegemonismo e das políticas de poder; um incremento da tendência para o intervencionismo militar; e o fosso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento está a aumentar (Finkelstein, 2000; i-ii).

Estas contradições e atritos no sistema internacional resultam, no seu entender, de políticas de neo-intervencionismo de alguns países (*i.e.* EUA) as quais ameaçam a soberania dos Estados e a estabilidade global, minando o prestígio e a credibilidade da ONU (16 referências, todas positivas) e da respetiva Carta. Estas observações referem-se implicitamente à intervenção da NATO no Kosovo, efetuada sem uma Resolução sancionatória da ONU, a qual, na perspetiva de Pequim, consubstanciou uma grave violação dos princípios da Carta da Organização e da comunidade internacional (12 referências, todas positivas) bem como de três dos cinco princípios da coexistência pacífica.

Na realidade a posição crítica da China face à intervenção no Kosovo resultou de dois tipos de fatores. O primeiro pelo receio e suspeita de que tal intervencionismo justificado ao abrigo do Direito Internacional Humanitário e do conceito da “Responsabilidade de Proteger” (R2P) populações vítimas de perseguição por razões étnicas e religiosas, justificasse por parte da comunidade internacional e de “alguns Estados”, uma cobertura para a prossecução de objetivos estratégicos separatistas e violadores da soberania de outros Estados (19 referências associadas às ameaças que pendem sobre a defesa do conceito tradicional da soberania), o que no caso da China poderia catalisar uma maior instabilidade em regiões autónomas como Xinjiang e Tibete, que advogam uma independência *de jure* da China, para não falar de Taiwan, ainda que esta última numa dimensão não étnico-religiosa.

O segundo fator em resultado do bombardeamento accidental da embaixada da China em Belgrado na noite de 7 para 8 de maio de 1999, aquando da operação *Allied Force* da NATO sobre a ex-Jugoslávia, que vitimou três jornalistas chineses e feriu vinte outros elementos da embaixada. Para além das consequências diretas do ataque, em termos geopolíticos, a operação da NATO ao abrigo do conceito de *Out of Area Operations*,

veio aprofundar as desconfianças de Pequim face às intenções dos EUA, uma vez que o processo de Parceria para a Paz da NATO com os países dos Cávaco e da Ásia Central parecia cada vez mais poder vir a consubstanciar-se como uma tentativa de cerco continental à China.

O repúdio da China foi veemente, tendo Jiang Zemin se recusado a atender um telefonema do Presidente Bill Clinton que pretendia explicar e pedir desculpas pelo bombardeamento, com Hu Jintao a demonstrar as suas credenciais como futuro Presidente da China através de uma comunicação televisiva ao país na qual definiu o ato como “bárbaro e ilustrativo de uma conduta criminal da NATO liderada pelos EUA, à revelia da comunidade internacional” (Permanent Mission of the People’s Republic of China to the United Nations, 1999).

A ação gerou um violento protesto político-diplomático por parte da China na ONU e levou a grandes manifestações “espontâneas e não autorizadas” da população chinesa em Pequim, Xangai, Guangzhou e Chengdu, e mais mediaticamente, a um cerco à embaixada norte-americana em Pequim com o lançamento de pedras e de alguns *cocktails molotov* que destruíram parte da sua fachada e impediram a saída do embaixador norte-americano (Gries, 2004: 98-108 e 143-144). Assim se compreende a existência de doze referências aos EUA, na esmagadora maioria muito críticas.

Na expressão de Maria Hsia Chang (2001) “o nacionalismo ferido” da China tinha despertado e a cicatriz entretanto aberta demoraria a fechar. O sentimento nacional de “transformar o luto em força” (*hua beitung wei liliang*) reforçou a justificação política aos olhos da opinião pública da necessidade em acelerar o processo de modernização militar do EPL, permitindo a este reforçar a sua imagem algo depauperada junto da opinião pública devido às dificuldades demonstradas nas operações de socorro aquando das enormes cheias do rio Yangtze ocorridas em 1998 (Singh, 1998; Carriço, 2010). Ilustrativamente, ao abrigo desta nova campanha mediática, comentadores militares passaram a participar pela primeira vez com regularidade em programas televisivos e a serem apoiados no lançamento de obras com títulos tão polémicos quanto sugestivos das perceções de (in)segurança do país. “Quem Poderá Combater e Ganhar a Próxima Guerra?”, “Quão Longe Estamos de uma Guerra?”, “Quem será o Próximo Inimigo?” e “Guerra Ilimitada”, e em 1999 o mediático “Guerra sem Restrições”, para referir os mais polémicos.<sup>58</sup>

---

58 Zhang Zhaozhong (1995). *Zhangzheng li women you duo yuan* (Quão Afastados Estamos de uma Guerra?) Beijing: Beijing PLA Press; Zhang Zhaozhong (1999). *Xia yi ge mubiao shi shei* (Quem Será o Próximo Inimigo?). Beijing: China Youth Press; Qiao Liang e Wang Xiangsui (1999). *Chao xian zhan* (Guerra sem Restrições). Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House. Versão em inglês disponível em <http://www.missilethreat.com/repository/doclib/19990200-LiangXiangsui-unrestrictedwar.pdf>. Na mesma altura surgiram livros publicados por jornalistas e académicos sobre a mesma temática. Os mais populares foram os de Cai Jianwei (ed) (1996). *Zhongguo da zhanlue: lingdao shijie de lantu* (A Grande Estratégia da China: Um Modelo para uma Liderança Mundial). Haikou: Hainan chubanshe; He Xin (1996). *Zhonghua fuxing yu shijie weilai* (O Reavivar da China e o Futuro do Mundo). Chengdu: Sichuan renmin chubanshe (2 volumes). A título de curiosidade, refira-se o regresso – após um intervalo de pouco mais de uma década – aos escaurates editoriais chineses de obras que reivindicam uma maior preponderância de poder da China no sistema internacional. Ainda que estejam longe de representar a atual estratégia do país, não deixam de ser

O EPL solidificava assim a sua imagem como verdadeiro bastião da defesa e salvaguarda da soberania, integridade territorial, e do prestígio da China (Nan, 2003: 82-83). A reverberação Maoísta de “País forte, Exército forte” (*Qiangda de guojia qiangda de jundui*) foi retomada, pois a China não podia nem queria voltar a sofrer uma “humilhação nacional” (*woxin chang dan*) – como no passado – pelas grandes potências. Neste contexto, o bombardeamento da sua embaixada em Belgrado foi entendido como mais uma ação de “humilhação” que Pequim não voltaria a aceitar e que em 2001 teria oportunidade de se “vingar”, aquando do incidente com o avião EP-3 da Força Aérea dos EUA.

A visão mais pessimista do sistema internacional é também identificável no facto de, ao contrário da edição anterior, se reconhecer um aumento no número de conflitos locais de natureza étnica, religiosa, territorial e por disputas de recursos, bem como de um ressurgimento do fenómeno terrorista, que no seu entender pode ser agudizado devido às disparidades de desenvolvimento existentes entre os países do Norte e do Sul, polarizando as relações entre os Estados.

Na região da Ásia-Pacífico o otimismo deu lugar a uma percepção de maior insegurança expressa nas críticas veladas às intenções hegemónicas dos EUA, sendo o resultado do facto de durante a campanha presidencial de 2000, o candidato republicano George W. Bush e futuro Presidente dos EUA, ter repudiado a política de *engagement* de Bill Clinton face à China, classificando as relações de Pequim não como uma “parceria estratégica” (*zhanlue huoban guanxi*) mas uma “competição estratégica” (*zhanlue duishou*), sendo tais per-

---

ilustrativos quanto à “insatisfação” vigente entre alguns círculos elitistas e nacionalistas e da percepção de um maior poder relativo do país no sistema internacional. Em 1996 o livro *Zhongguo Keyi Shou bu* (A China Pode Dizer Não) da autoria de Song Qiang (jornalista, editor e argumentista), Song Xiao Jun (comentador televisivo nacionalista convidado com frequência pela CCTV e pela Phoenix TV), Wang Xiaodong (um gestor com formação universitária obtida no Japão), Huang Jisu (sociólogo e editor da versão chinesa da revista *Journal of International Social Science*) e Liu Yang (comentador conceituado de questões culturais, históricas e de economia) abria o caminho, para em 1999 ser publicado o livro *Quanguohua yinmou xia de Zhongguo zhi lu* (A China sob a Conspiração da Globalização) de Wang Xiaodong (um dos editores da influente revista *Zhanlue yu Guanli* – Estratégia e Gestão – ligada ao EPL) e Fang Ning (professor da Universidade Normal de Pequim). O “clube da China pode dizer não” voltaria aos escaparates em 13 de março de 2009 com uma nova obra intitulada *Zhongguo bu gaoxing* (China Descontente: Tempos Auspiciosos, uma Grande Visão e os Nossos Desafios). Apesar do novo sucesso de vendas, a agência noticiosa estatal *Xinhua* (2009) caracterizou a obra como “um conjunto de críticas e observações de bloggers e de alguns académicos clamando por um nacionalismo embaraçoso e não construtivo”. Os livros “A China Pode Dizer Não” e “A China sob a Conspiração da Globalização” estão disponíveis para leitura respetivamente em: [http://www.xiaoshuo.com/readindex/index\\_00118540.html](http://www.xiaoshuo.com/readindex/index_00118540.html) e [http://www.xiaoshuo.com/readindex/index\\_0015423.html](http://www.xiaoshuo.com/readindex/index_0015423.html). Refira-se que do lado norte-americano também se assistiu na mesma altura a uma exponenciação na publicação de obras sobre a denominada “ameaça chinesa” (*Zhongguo weixie lun*) bastando para tal consultar as publicações do politicamente conservador American Enterprise Institute, para além das obras de Constantine Menges (*China: The Gathering Threat*); Bill Gertz (*The China Threat: How People's Republic of China Targets America*); Edward Timperlake (*Red Dragon Rising: Communist China's Military Threat to America*); Stephen Leeb e Gregory Dorsey (*Red Alert: How China's Growing Prosperity Threatens the American Way of Life*); Dana Dillon (*The China Challenge: Standing Strong against the Military, Economic and Political Threats that Imperil America*); Peter Navarro (*The Coming China Wars: Where They Will be Fought and How They Can be Won*); Jed Babbin e Edward Timperlake (*Shakedown: Why China Wants War with the United States*); e Richard Bernstein e Ross Munro (*The Coming Conflict with China*).

ções ainda mais agravadas pelo fracasso no início de 1999 das negociações de admissão da China à Organização Mundial de Comércio (OMC).<sup>59</sup>

Por outro lado e para aumentar ainda mais a insegurança da China, também contribuíram as afirmações de que os EUA iriam acelerar o processo de desenvolvimento de um sistema de defesa antimíssil não apenas ao nível regional (com o Japão – 16 referências negativas, podendo Taiwan ser convidado a participar) como de defesa do próprio território norte-americano (o *National Missile Defense* – NMD), o qual, a concretizar-se, poderia inviabilizar a limitada capacidade de dissuasão nuclear da China assente nas não mais de duas dezenas de mísseis DF-31, DF-5A, DF-5 e DF-4 (todos eles sem ogivas múltiplas independentes – Medeiros, 2001). Ilustrativamente, quando os EUA anunciaram que o NMD deveria ter numa primeira fase de desenvolvimento a capacidade de interceptar até 20 mísseis intercontinentais, o número escolhido tornou-se demasiado óbvio aos olhos da liderança chinesa que o objetivo era eliminar a capacidade de dissuasão nuclear limitada do país e acelerar uma estratégia de contenção da China (Sanderson, 2001).

Para muitos investigadores e analistas chineses a única solução passaria por aumentar a capacidade de dissuasão nuclear do país através da produção e entrada ao serviço de novos e melhores mísseis intercontinentais contemplando-se a possibilidade de uma alteração da doutrina de emprego das forças nucleares chinesas, da atual dissuasão mínima para uma doutrina de dissuasão limitada (Johnston, 1996), apesar de reconhecerem que em resultado de tal modificação poderia ser desencadeada uma nova “corrida regional ao armamento”, mas o ónus de tais desenvolvimentos negativos para a segurança regional e internacional seria imputado aos EUA (Deutch *et al*, 2000: 98).

Paralelamente, a publicação do denominado Relatório Cox (deGraffenreid, 1999) sobre as alegadas operações de espionagem industrial levadas a cabo pela China em território norte-americano, veio reforçar uma perspetiva chinesa mais tecno-nacionalista no sentido de o país alcançar o mais rapidamente possível uma capacidade autónoma de investigação e desenvolvimento tecnológico, para evitar tal tipo de acusações (Feigenbaum, 2003; Office of the National Counterintelligence Executive, 2011).

Por fim, a perspetiva sobre a evolução das relações com Taiwan é bastante crítica e pessimista (26 referências, maioritariamente negativas), resultado de o Presidente Lee Teng-hui em julho de 1999 ter anunciado a sua “teoria dos dois Estados”, a qual foi ainda mais reforçada nas suas intenções separatistas quando o seu sucessor, Chen Shui-bian, numa entrevista dada ao jornal alemão *Deutsch Welle* afirmou que “Taiwan não necessitava de declarar formalmente a sua independência porque já era de facto independente” (Carriço, 2006: 391; Sullivan e Lowe, 2010: 622).

Após o retorno com sucesso, respetivamente em julho de 1997 e dezembro de 1999 de Hong Kong e Macau à soberania chinesa, e dos acordos de delimitação fronteiriça

---

59 Apesar das grandes concessões feitas pelo então Primeiro-Ministro Chinês Zhu Rongji, que lhe valeram severas críticas dos setores mais conservadores e nacionalistas chineses (Miles, 2000: 55). Só em novembro do mesmo ano é que EUA e China, após 13 anos de negociações, assinariam um acordo bilateral que abriria as portas para a adesão de Pequim à OMC.

com a Rússia e os países da Ásia Central (exceção feita à Índia), Taiwan passou a ser encarado como o “último grande escolho” existente no projeto de reunificação nacional, pelo que qualquer tentativa de alteração forçada do *status quo* em detrimento dos interesses nacionais da China deveria ser enfrentada com determinação inelutável, sem hesitação, e se disso fosse o caso, recorrendo ao emprego da força militar.

Concomitantemente, tais declarações levaram a que a China aquando das eleições presidenciais de março de 2000, efetuasse não uma série de exercícios militares com o lançamento de mísseis balísticos (como em 1996), mas optasse por efetuar o lançamento de um “Livro Branco sobre Taiwan”, ameaçando, não obstante, recorrer ao emprego da força se Taipé recusasse indefinidamente sentar-se à mesa das negociações, adiando *ad eternum* a reunificação desejada por Pequim.

Em consonância, o EPL emitiu uma série de ameaças reforçando a “intenção de não poupar esforços num campo de batalha encharcado em sangue, para defender a integridade territorial da China” (Eckholm, 2000). O objetivo passava uma vez mais por influenciar a eleição presidencial em Taiwan, mas acabou por não conseguir impedir a eleição do candidato a que os chineses mais se opunham, Chen Shui-bian.

Mesmo assim o EPL levou a cabo em novembro de 2000 o maior exercício militar no Estreito de Taiwan (desde 1964) onde simulou ataques aéreos às principais cidades costeiras o que obrigou a treinos da população e da proteção civil no sentido de utilizarem os abrigos subterrâneos, perturbando as normais atividades nestas cidades, isto numa altura em que o Conselho de Estado divulgava esta segunda edição do Livro Branco da Defesa Nacional.

No entanto, apesar da virulência das declarações, esta era na verdade uma diatribe sobre a interpretação jurídica de soberania e independência de Taiwan a qual até 2008 (ano do início de um desanuiamento das tensões políticas após a eleição de Ma Ying-jeou) resvalaria para a arena da retórica onde Pequim e Taipé competiam por *slogans*, conceitos e etiquetas (Wachman, 2002: 699).

Em resumo, esta edição apresenta uma visão menos otimista que a anterior sobre a evolução da situação internacional, sendo mais assertiva e crítica na perceção do hegemonismo norte-americano e das ameaças dele decorrentes para a estabilidade internacional e regional.

No entanto deduz-se que as alternativas à “hegemonia” americana podem ser piores, pelo menos a curto/médio prazo, pois ao estabelecer uma relação direta do desenvolvimento económico da China assente numa relação biunívoca entre a estabilidade interna e a estabilidade internacional, a perceção de insegurança do país é incrementada, por razões de aumento da interdependência económica desta, e da primazia/hegemonia norte-americana no sistema internacional, o que é patente na redação deste texto.

Não obstante a perceção favorável face à Rússia (15 referências, todas positivas) que se alicerça no comungar de objetivos estratégicos similares ante a supremacia dos EUA (expressos no comunicado conjunto de novembro de 1998), subsistem perceções de ameaça à segurança nacional, mais acentuadas quando oriundas do Japão (16 referências, todas negativas), sendo ainda mais potenciadas quando se entrecruzam com os

desenvolvimentos políticos negativos resultantes da eleição de Chen Shui-bian e da sua agenda política independentista face à China continental.

As limitadas opções estratégicas que se apresentavam ao país no início do século XXI são expressas de forma exemplar por Chu Shulong (1999: 17-18), um investigador do Instituto Chinês para as Relações Internacionais Contemporâneas, num artigo sobre a relação quadrangular em cima descrita, apontando qual a opção estratégica a seguir por Pequim:

“Por enquanto e durante muito tempo, a China não terá qualquer interesse, necessidade e capacidades para competir diretamente com os EUA e os seus aliados numa confrontação direta e de luta pelo poder (*zhengmian dui kang he jiaoling*). Mas as vantagens da nossa geografia e determinação favorecem-nos se assumirmos uma postura defensiva. Se o nosso poder estratégico (*zhanlue lilian*) conjugado com um moderno poder militar (*xianjin chaggi wuqi*) atingir um décimo de o do adversário, então poderemos conter (*ezhi*) eficazmente uma intervenção militar caso a situação de Taiwan se degrade. Não desejamos tal degradação, pois tal minará a estabilidade regional e o nosso desenvolvimento, mas devemos estar preparados para tal, em nome da defesa da nossa soberania e integridade territorial”.

Esta prescrição de uma possível opção de ação estratégica de cariz passivo/defensivo deparou-se com críticas vindas do EPL, particularmente do Tenente-General Mi Zhenyu (2001: 5-6), na altura vice-Presidente da Academia de Ciências Militares, que acusou a maioria dos *think tanks* chineses de não apresentarem uma estratégia coerente (ativa) para o país poder fazer face aos desafios do século XXI. Para ele o país tinha de rever a sua estratégia em seis domínios: político, militar, económico, ciência e tecnologia, cultural e social, e estabelecer uma linha de ação com vista a atingir cinco objetivos estratégicos até 2010: defesa e salvaguarda da soberania territorial; manutenção da estabilidade interna e regional; promoção do crescimento económico; oposição à hegemonia e às políticas de poder de outros Estados; e construção de uma nova ordem política e económica internacional (Mi, 2001: 19).<sup>60</sup> Estes objetivos passariam a constar nas subsequentes edições dos Livros Brancos.

Por fim, nesta edição deteta-se um aumento das referências quantitativas e qualitativamente negativas efetuadas à posição internacional dos EUA face à edição de 1998, fruto da política da administração de George W. Bush em classificar a China como um “competidor estratégico”. As referências negativas ao Japão<sup>61</sup> e a Taiwan permanecem a

60 Deve-se notar que estas declarações tiveram um outro propósito não menos importante, numa altura em que se ultimavam os detalhes do 10º plano quinquenal (2001-2005): o de justificar a necessidade de aumento do orçamento de defesa instrumentalizando a conjugação de dois fatores, um interno e outro externo à China: o interno resultante da ordem dada por Jiang Zemin em julho de 1998 para a cessação de todas as atividades comerciais do EPL, que retirou uma assinalável fonte de rendimento do respetivo orçamento; o externo associado ao bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado que ilustrava um novo intervencionismo de Washington que poderia ser aplicado em Taiwan.

61 Fruto em parte do *flop*, ou da “perda de face” que foi a visita de Jiang Zemin a Tóquio em novembro de 1998, por não ter conseguido obter um pedido formal de desculpas do Primeiro-Ministro japonês pelos

níveis qualitativamente elevados – similares ao da edição de 1998. Nota-se, no entanto, uma redução da percepção negativa (quantitativa e qualitativa) da evolução das relações bilaterais com a Índia (apenas duas referências e de conotação suspeita)<sup>62</sup>, mas em contraponto, existe um acréscimo acentuado das referências positivas à soberania dos Estados, num contexto de absoluta imperiosidade da salvaguarda e defesa desta como um dos princípios basilares de correto funcionamento do sistema internacional.

Esta ênfase discursiva foi o reflexo direto do incidente do bombardeamento por parte de aviões da NATO da embaixada chinesa em Belgrado, que na perspectiva de Pequim materializou uma dupla violação da soberania dos Estados: a primeira do Estado Sérvio (concreta), e a segunda (potencial), do Estado chinês através da posição de “ambiguidade estratégica” dos EUA face à questão de Taiwan e as tensões sociais internas existentes no Tibete e em Xinjiang.

### 3) Edição de 2002

Nesta edição é expressa uma percepção de continuação da evolução do sistema internacional em direção a uma multipolaridade (*duojihua*), não obstante alguns avanços e recuos neste processo. É reforçada a noção de um acréscimo da competição entre Estados, que tende a beneficiar os países desenvolvidos.

Este é um enquadramento que não satisfaz a China, que defende, à semelhança dos países em desenvolvimento (dos quais se assume oficiosamente como líder), a promoção de uma “ordem internacional mais justa e racional”, não obstante o facto de se prefigurar como um ator incontornável do processo de globalização e que através da adesão à Organização Mundial de Comércio – formalizada oficialmente em 11 de dezembro de 2001 – pretende ligar-se mais intimamente aos “carris do mundo” (*yu shijie jiegou*) (Hagmann, 2002: 31). Daqui se pode inferir as 16 referências (todas positivas) ao papel que a comunidade internacional deve ter na estabilização do sistema internacional, mas também uma redução – curiosa, diga-se – nas referências à ONU (quatro, ainda que todas positivas), explicada em parte, pela incapacidade desta em defender eficazmente o seu princípio tradicional de soberania (cinco referências, com cariz de suspeita) dos Estados formulado por Jean Bodin, expresso na Carta da ONU e advogado por Pequim (Lanteigne, 2007; Kent, 2010).

Esta sintomatologia discursiva era o fruto da apelatividade crescente no seio desta organização do conceito de “responsabilidade de proteger” que dessacraliza a inviolabilidade da soberania interna dos Estados, aumentando os receios chineses

---

crimes cometidos pelo Japão em território chinês durante a Segunda Guerra Mundial, que materializou pela primeira vez a erosão concreta do *leverage* de Pequim na exploração instrumental desta temática; pelo anúncio em dezembro de 1998 por parte do Japão de que iria participar no sistema TMD; pelo primeiro confronto naval direto desde a Segunda Guerra Mundial que envolveu um navio das Forças de Auto-Defesa do Japão e um navio norte-coreano em março de 1999; e pela ratificação pela Dieta das *Guidelines* de Cooperação de Defesa com os EUA.

- 62 Ilustrativamente, após as críticas iniciais aos testes nucleares indianos, a comunidade de investigadores de segurança chinesa passou a revelar uma maior compreensão face aos mesmos, dizendo que “compreendiamos, mas não sabia porque é que tiveram de ser feitos.” (Garver, 2001: 869).

que as veladas pressões norte-americanas junto do Conselho de Segurança (CS) da ONU no sentido de validar uma intervenção militar no Iraque em função do alegado programa Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico (NBQR) em desenvolvimento por Saddam Hussein, viessem a minar substancialmente a credibilidade e o futuro funcionamento do CS.<sup>63</sup>

São elogiados os desenvolvimentos positivos no âmbito de um maior e mais profundo institucionalismo cooperativo e de segurança na Ásia-Pacífico, de acordo com o preceituado no Novo Conceito de Segurança da China, referindo-se neste contexto o objetivo de constituir até 2010 uma área de comércio livre entre a China e a ASEAN (sete referências, todas positivas), advogando-se uma maior estabilidade no Sul do Mar da China, fruto em grande parte, da assinatura do Código Conduta para o Sul do Mar da China entre a ASEAN e a China 2002, o qual basicamente estabelece a suspensão de todas as reivindicações territoriais e o desenvolvimento de mecanismos de consulta entre as partes de forma a alcançar-se uma resolução pacífica do diferendo de acordo com a Carta da ONU (4 referências, todas positivas), a Convenção da ONU sobre o Direito Marítimo, o Tratado de Amizade e Cooperação do Sudoeste Asiático e os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, entre outros princípios reconhecidos ao nível do Direito Internacional (ASEAN, 2002).

No entanto, se na dimensão marítima regional multilateral a perceção chinesa é positiva, no contexto macro regional mais amplo persistem as críticas às políticas de hegemonia, alianças e de poder de “alguns Estados” (*i.e.* EUA) e às respetivas agendas de promoção do alargamento da esfera democrática, esta última descrita como uma demanda “ilusória” (*sic*). De facto, o ano de 2000 veio materializar uma maior belicosidade no discurso do novo Presidente norte-americano face à China, deixando de a caracterizar, como já referido anteriormente, como um “parceiro estratégico” (como o fez o seu antecessor) para passar a ser um “competidor estratégico”.

Sem referir uma vez mais explicitamente os Estados Unidos (nove referências, todas neutras), esta edição abstem-se de utilizar uma linguagem assertivamente crítica face a Washington – em grande parte devido ao impacto dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, que geraram uma enorme onda de simpatia e solidariedade internacionais, à qual Pequim se associou – apesar do descontentamento resultante da continuação da venda de sistemas de armas norte-americanos cada vez mais sofisticadas a Taiwan<sup>64</sup>, encaradas como fomentadora do separatismo de Taipé e da divisão da China.

Neste contexto, as declarações do especialista nas relações EUA-China, Zi Zhongyun de que “durante este período de transição, o estado delicado em que se encontram

---

63 Para não referir o facto de a intervenção militar norte-americana no Afeganistão ter consubstanciado uma violação flagrante de um dos princípios da política externa chinesa: a não interferência nos assuntos internos de um Estado.

64 *Destroyers* da classe Arleigh-Burke, equipados com o sistema de combate *Aegis* que permitiriam incrementar substancialmente as capacidades de defesa anti-aérea, de superfície e antissubmarina da Marinha de Taiwan; quatro fragatas da classe Knox, oito submarinos a diesel; e sofisticados mísseis ar-ar de médio alcance AIM-120C.

as relações sino-americanas não será alterado. Enquanto a questão de Taiwan não for resolvida, as suspeitas e o *hedging* mútuo não serão dissipados, independentemente da cooperação na campanha de combate ao terrorismo” (Guo, 2003: 2).

**Quadro 4**  
Variação Quantitativa e Qualitativa das Expressões Seleccionadas (2002)

Expressões Seleccionadas	Ocorrência Quantitativa	Percepção Qualitativa (1 a 4)
<i>United States of America (USA)</i>	9	Neutra (2)
<i>Japan</i>	14	Negativa (4)
<i>Taiwan</i>	12	Negativa (4)
<i>Russia</i>	14	Neutra (2)
<i>India</i>	3	Suspeita (3)
<i>Terrorism</i>	34	Negativa (4)
<i>Sovereignty</i>	5	Suspeita (3)
<i>Threats</i>	2	Negativa (4)
<i>International Community</i>	16	Positiva (1)
<i>United Nations</i>	4	Positiva (1)
<i>Shanghai Cooperation Organization (SCO)</i>	14	Positiva (1)
<i>ASEAN</i>	7	Positiva (1)

As relações com Taiwan (com doze referências, todas negativas) são enquadradas necessariamente numa perspectiva pessimista, apesar da tímida inauguração das “três pequenas ligações diretas: transporte, comércio e comunicações” entre as ilhas de Kinmen, Matsu e o continente, com as quais Pequim concordou mas que caracterizou como uma mera cortina de fumos destinada a dissimular as intenções separatistas de Chen Shui-bian.

Presumivelmente pelas razões derivadas dos atentados de 11 de setembro, não é feita qualquer alusão ao incidente entre um caça J-8 chinês e um avião EP-3 norte-americano ocorrido em abril de 2001 e que levou a um “braço de ferro político-diplomático” entre a Casa Branca e o *Zhongnanhai* relativo à libertação da tripulação do avião que se viu forçada a aterrar em Hainan e à devolução da aeronave.<sup>65</sup>

Mas Pequim não hesita, no entanto, em reiterar uma velada visão negativa quanto ao papel do Japão na segurança regional (12 referências, todas negativas), resultado dos receios de um renascimento de um eventual militarismo japonês<sup>66</sup> associado à visita do

65 Para uma leitura sobre este incidente e o processo diplomático associado ao pedido de desculpas por parte dos EUA, o qual materializou uma vitória com efeitos reactivos para Pequim, relativamente ao acidente ocorrido em 1999 com o bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado por aviões da NATO veja-se Carriço (2001).

66 Para uma refutação convincente deste eventual renascimento do militarismo regional japonês ver Swaine (2011: 423, nota 93).

Primeiro-Ministro japonês, Junichiro Koizumi ao templo *Yasukuni* (e que repetiria todos os anos seguintes até 2006), bem como ao facto de na sequência dos atentados terroristas, o governo nipónico ter aprovado o envio de navios de patrulha e de reabastecimento e aviões de transporte C-130 para o Oceano Índico, ao abrigo da coligação internacional de combate ao terrorismo e de apoio aos EUA na sua intervenção no Afeganistão, materializando uma rotura com a anterior política passiva de “livro de cheques” demonstrada anteriormente, nomeadamente aquando da Guerra do Iraque em 1991-1992 (Wu, 2000). A cooperação americano-japonesa relativamente à defesa antimíssil é descrita como potenciadora de uma corrida ao armamento na região, omitindo o Livro Branco a entrada ao serviço do EPL de um crescente número de mísseis balísticos de curto, médio e alcance intermédio, capazes de atingir Taiwan e o Japão.

Quanto à Rússia (14 referências, neutras) existe um discurso valorativo da relação mais no plano retórico que de substância, apesar da aproximação de Jiang Zemin ao novo Presidente Vladimir Putin. As duas partes divulgaram em julho de 2000 uma declaração conjunta de oposição ao desenvolvimento e implementação do sistema de defesa antimíssil dos EUA, refletindo uma certa frustração conjunta face à supremacia norte-americana, mas também ficou patente que não estavam dispostas a desenvolver em conjunto uma estratégia coordenada destinada a obstar a tal preponderância estratégica dos EUA, apesar da assinatura de um novo “Tratado de Amizade” em 2001.<sup>67</sup>

Pequim alimentava sérias suspeitas (posteriormente concretizadas) quanto à posição russa face ao programa de defesa antimíssil, tendo sido apanhada de surpresa pela sugestão de Putin no sentido de uma cooperação da Rússia com a NATO na defesa antimíssil da Europa – numa manobra de antecipação do Kremlin face à intenção que já se divisava e que se veio a concretizar em junho de 2002 de os EUA se retirarem unilateralmente do Tratado de Mísseis Anti-Balísticos de 1972. O resultado foi a assinatura por parte de Moscovo do Tratado de Redução de Armas Estratégicas Ofensivas e da aceitação da proposta de criação do Conselho NATO-Rússia.

Na realidade, estas desconfianças – apesar das significativas vendas de sistemas de armas russas à China – refletiam também o facto de as relações económicas bilaterais serem quase insignificantes se comparadas com as relações entre a China e os EUA, para além de um crescente sentimento nacionalista russo anti-China e dos atritos bilaterais face à migração chinesa no extremo oriente da Rússia.

A grande conclusão que Pequim retirou foi que tanto para a Rússia como para si as relações com os EUA e com a Europa eram mais importantes que a relação entre ambos.

No entanto, a grande alteração em termos de estrutura semântica e adjetiva do discurso resulta do aumento substancial da utilização da palavra terrorismo (34 referências, todas negativas) e da necessidade de combate a este.

Quando em julho de 2001, por iniciativa chinesa, o “grupo dos 5 de Xangai” a que se juntou o Uzbequistão, assinaram em Xangai a “Convenção de Xangai de Combate

---

67 Para uma versão em inglês do Tratado publicado no site do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês consulte-se <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg/dozys/gjlb/3220/3221/t16730.htm>

ao Terrorismo, Separatismo e Extremismo” (designados como “os três malefícios” – *sangu shili*) deram origem à Organização de Cooperação de Xangai (SCO – 14 referências, todas positivas), uma iniciativa multilateral que mereceu reações de desconfiança por parte dos EUA.

De facto com exceção da Rússia e da China, os países que faziam parte da SCO também pertenciam à Parceria para a Paz da NATO e a adesão do Uzbequistão (por forte indução chinesa) veio prefigurar um revés na geoestratégia norte-americana para a Ásia Central.

Como Brzezinski (1998) realçou, o controlo do Uzbequistão era a chave para o controlo das Repúblicas da Ásia Central, e o controlo destas Repúblicas era a chave para o controlo da Eurásia. As iniciativas sino-russas ameaçavam vulnerabilizar a posição norte-americana e relançar um *New Great Game* na Ásia Central (Klare, 2001; Kleveman, 2003; Doyon, 2011: 3-5).

No entanto, a assinatura desta Convenção dificilmente teria um *timing* mais adequado, pois a estratégia de Pequim demonstraria a sua presciência em resultado dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA (aos quais esta edição faz apenas uma referência neutra e *en passant*).

De facto, a existência deste mecanismo cooperativo regional facilitou a ação militar inicial dos EUA no Afeganistão, ilustrada pelas declarações do Presidente George W. Bush aquando da cimeira da APEC em outubro em Xangai, que elogiou a “cooperação construtiva” da China, da Rússia e dos países da Ásia Central no combate ao terrorismo<sup>68</sup> e reciprocada pelo facto de Washington ter passado a apoiar a candidatura de Pequim à organização dos Jogos Olímpicos de 2008 e de ter renovado o estatuto da China como “parceiro comercial” dos EUA.

Pequim correspondeu com a ratificação em novembro de 2000 da “Convenção sobre as normas de exportação de tecnologia de mísseis balísticos e nucleares e de tecnologia de ‘emprego dual’” (indo de encontro a uma exigência de longa data por parte de Washington), bem como com a redução da tónica das críticas diretas aos EUA relativas às vendas de armas a Taiwan a serem concretizadas em 2003, o que permitiu a Jiang Zemin – aquando da cimeira bilateral no rancho de Crawford, na casa particular do Presidente norte-americano – obter uma forte declaração americana de apoio à política de “Uma China” e à não independência de Taiwan para além da renovação das licenças necessárias às empresas americanas para lançarem satélites comerciais a partir da China, processo que havia sido suspenso após a divulgação do Relatório Cox.

Depois do conturbado início do ano de 2001, as relações bilaterais ficaram mais desanuviadas e no plano interno a China ganhou latitude e apoio internacional na sua luta contra grupos separatistas étnico-religiosos em Xinjiang (mas não com o grau de sucesso que Putin obteve relativamente às operações militares russas contra os guerrilhei-

---

68 Em 2002 o FBI abriu um gabinete de contacto em Pequim com a missão de trocar informações com o Ministério da Segurança Interna e o Banco Central da China sobre atividades de branqueamento de capitais.

ros muçulmanos na Chechénia) e em menor escala no Tibete, obtendo com êxito e em contrapartida o reconhecimento e a inserção de três grupos separatistas *uighurs* na lista de grupos terroristas do Departamento de Estado dos EUA (os mais mediáticos e ativos dos quais eram o Movimento Islamista do Este do Turquistão – ETIM –, a Organização de Libertação do Este do Turquistão – ETLO – e o Movimento Islâmico do Uzbequistão) para além da cessação de todo e qualquer tipo de apoio que eventualmente os EUA estivessem a providenciar a estes grupos, ainda que clandestina e indiretamente (Carriço, 2002: 187; Wayne, 2008).

Quanto à situação de segurança na península coreana, Pequim efetua referências muito genéricas, associando os decepcionantes desenvolvimentos de 2001-2002 tanto à inserção da Coreia do Norte no chamado “Eixo do Mal” feita por George W. Bush aquando do discurso do Estado da União em 30 de janeiro de 2002, como ao “aventurismo diplomático” de Kim Jong-Il, quando este reconheceu que Pyongyang tinha reativado o seu programa de enriquecimento de urânio, em clara violação dos acordos internacionais.

Para a China esta nova belicosidade norte-coreana ameaçava reforçar ainda mais a aliança entre o Japão e os EUA, fragilizando a estabilidade da envolvente de segurança regional, tão necessária para o *Zhongnanhai*. Ou seja, a comunicação de Kim que definiu “as armas nucleares como armas políticas, que não exclusivamente militares”, visou pressionar Washington a assinar um “Tratado de Não-Agressão Mútua”, mas na verdade consubstanciou um revés para a diplomacia chinesa como mediadora principal entre os EUA, o Japão e a Coreia do Norte<sup>69</sup>, potenciando uma maior instabilidade regional, num período delicado em termos de política interna chinesa, resultante da “incompleta” transferência de poder de Jiang Zemin para Hu Jintao (You, 2011: 2).<sup>70</sup>

Mas apesar destes desenvolvimentos políticos moderadamente positivos na relação com Washington em 2001, teluricamente, as desconfianças face às intenções geopolíticas e geo-estratégicas da Casa Branca seriam agravadas em 2002, com a divulgação de três documentos relevantes que faziam referências diretas à China como uma potencial ameaça à segurança dos EUA.

O primeiro foi a publicação da *Nuclear Posture Review* em janeiro de 2002, na qual a China é referida nos seguintes termos:

---

69 Como forma de demonstrar o seu desagrado pela ação norte-coreana, a China concordou em transportar mais de cem refugiados norte-coreanos para a Coreia do Sul que haviam entrado ilegalmente em representações diplomáticas da Coreia do Sul na China em busca de asilo político e em setembro de 2002 teve por fraude e evasão fiscal Yang Bin, um controverso empresário chinês que Kim Jong-Il havia nomeado como responsável pelo projeto de desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Sinuiju na Coreia do Norte e localizado em frente à cidade de Dandong do outro lado da fronteira, levando à suspensão do projeto bilateral.

70 Na sequência do 16.º Congresso do PCC Jiang Zemin manteve as suas funções como Presidente da CMC, continuando a supervisionar a política de defesa chinesa e em parte a política externa. Esta situação criou alguma instabilidade interna quanto a linhas de comando e controlo internas na CMC, com dois líderes a difundirem diretivas potencialmente conflitantes entre si. A situação só seria resolvida em 2004, quando Jiang Zemin se retirou definitivamente da CMC.

*“In setting requirements for nuclear strike capabilities, distinctions can be made among the nuclear contingencies for which the United States must be prepared. Contingencies can be categorized as immediate, potential or unexpected. Immediate contingencies involve well-recognized current dangers... Current examples of immediate contingencies include... a military confrontation over the status of Taiwan...”*

*Due to the combination of China’s still developing strategic objectives and its ongoing modernization of its nuclear and non nuclear forces, China is a country that could be involved in an immediate or potential contingency [requiring the use of U.S. nuclear weapons].”* (The White House, 2002: 16-17).

O mesmo documento enfatiza pela primeira vez a possibilidade de emprego de armas nucleares táticas dos EUA capazes de destruir instalações subterrâneas, em caso de conflito militar com a China por Taiwan, alterando o seu propósito tradicional de armas meramente dissuasoras.

O segundo foi o primeiro Relatório da *US-China Security Review Commission* perante o Senado norte-americano que enfatizou os perigos da excessiva interdependência económica com a China e recomendou uma série de instrumentos de coação económica (confusos diga-se) destinados a pressionar a China no sentido de adotar uma postura mais cooperativa no plano bilateral.

O terceiro documento publicado em setembro de 2002, foi a *National Security Strategy* na qual Washington descreveu a essência da “Doutrina Bush” como assente na expansão global das “infraestruturas da democracia” e de “centros de poder”, bem como na promoção universal dos direitos humanos e do combate à proliferação de armas de destruição massiva e ao terrorismo (com uma redação que era um prelúdio à justificação para a invasão do Iraque), para além do facto de se referir diretamente às atividades chinesas no âmbito da ciber-intrusão e da espionagem industrial em território americano (The White House, 2002). Este era um discurso evadido de uma lógica “unilateral e hegemónica” que foi criticado por Pequim quando lançou em dezembro de 2002 este Livro Branco, cuja cópia assinada pelos principais líderes chineses seria entregue pelo General Xiong Guangkai, em 9 de dezembro, aquando da 5.ª Reunião Consultiva de Defesa entre os EUA e a China, em Washington.

Esta visão mais pessimista da situação internacional pode ser justificada segundo uma perspetiva mutuamente reforçadora e vantajosa em termos de política interna chinesa para o EPL. Ou seja, em resultado quer do incidente do bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado por aviões da NATO em 1999, quer do incidente com o avião EP-3 em 2001 e dos atentados terroristas de 2001 e da subsequente invasão do Afeganistão pelos EUA, as perceções de insegurança de Pequim aumentaram, o que justificava agora de forma mais vincada a necessidade de acelerar o programa de modernização militar do EPL, afetando assim mais verbas para a defesa nacional, pois desde 1998 que o EPL havia sido impedido de continuar com as suas atividades comerciais, como mecanismo de compensação financeira pela redução dos orçamentos de defesa preconizada por Deng Xiaoping e que havia sido conduzida entre 1979 e 1998 (Mulvenon, 2001; Tai Ming, 2001a; Carriço, 2003).

Em suma, esta edição continua a apontar como principais potenciadores da insegurança nacional e regional o Japão e Taiwan (e indiretamente os EUA), notando-se um decréscimo assinalável (ainda que meramente retórico) da perceção negativa face às intenções de Washington, muito em parte pelo impacto dos atentados de 11 de setembro de 2001 e pela solidariedade demonstrada por parte da comunidade internacional, inclusive de um “competidor estratégico” como a China. Tal levaria George W. Bush a erradicar do seu discurso referências menos positivas a Pequim, realçando desde então a sua dimensão cooperativa. Pequim viu nesta maior moderação de Washington e na campanha internacional dos EUA de combate ao terrorismo, uma oportunidade de estabelecer interesses estratégicos comuns com a potência hegemónica, incrementando no processo o seu estatuto e segurança na Ásia (Xiong, 2003; Swaine, 2004: 76-79).

De facto nesta edição do Livro Branco a principal variação na perceção de segurança chinesa resulta do fenómeno terrorista que faz com que a frequência de emprego desta palavra passe de duas em 2000 para 34 em 2002, e com uma conotação obviamente negativa. A palavra terrorismo será aquela que sistematicamente mais ocorrências registará nas futuras edições, espelhando a prioridade de Pequim no combate a esta ameaça, especialmente quando associado a tendências de separatismo no interior do seu território, reforçado pelo facto de partilhar fronteiras continentais com Estados classificados como frágeis ou em elevado risco de conflito.<sup>71</sup> A partir desta edição passam a ser enfatizados todo um conjunto de ações cooperativas multilaterais que Pequim desenvolve com uma série de países – no plano operacional no âmbito da SCO e no plano normativo no âmbito da ONU – no combate a esta ameaça.

Os ataques terroristas de 11 de setembro acabaram por prefigurar uma “bênção mista” para a China. Por um lado levaram aos setores mais conservadores norte-americanos a focalizarem a sua atenção na “Guerra ao Terrorismo” em detrimento do anterior discurso da “ameaça chinesa”, permitindo à China reforçar os mecanismos de combate e supressão ao separatismo *uighur* e tibetano, fortalecendo também o valor estratégico e de coesão interna do programa aprovado em 1999 de desenvolvimento das províncias do Oeste da China com o intuito de reduzir as assimetrias económicas entre o litoral e o interior do país (Naughton, 2004: 253-295).

Por outro lado, levaram à presença militar norte-americana e da NATO na Ásia Central e simbolicamente na fronteira com a China (com o Afeganistão), o que aumentou a sua perceção de insegurança regional a médio prazo na vertente continental e condicionaria até 2005 a preponderância de Pequim no seio da Organização de Cooperação

---

71 Sete dos 14 países com quem tem uma fronteira terrestre – Afeganistão, Paquistão, Myanmar, Laos, Nepal, Coreia do Norte e Tadjiquistão – estão no primeiro quarto do índice de Estados Falhados. Nove têm uma classificação de 5 ou mais (numa escala de sete pontos) em termos de regimes autocráticos (Afeganistão, Myanmar, Cazaquistão, Quirguistão, Laos, Coreia do Norte, Rússia, Tadjiquistão e Vietname). Sete debatem-se internamente com movimentos de insurretos (Afeganistão, Myanmar, Índia, Laos, Nepal, Paquistão e Tadjiquistão) e por fim, outros sete são classificados como apresentando um elevado risco político e de segurança para a condução de negócios (Afeganistão, Myanmar, Quirguistão, Nepal, Coreia do Norte, Paquistão e Tadjiquistão).

de Xangai, resultado de um maior apoio da Rússia aos EUA e do deferimento de alguns países, como o Uzbequistão e o Tadjiquistão, no sentido de os EUA poderem utilizar bases aéreas em apoio das operações militares no Afeganistão, mediante o pagamento de contrapartidas. Este novo enquadramento geo-estratégico justificou o início do diálogo entre a China e a NATO a pedido de Pequim, em outubro de 2002, sob a justificação da preservação do “espírito de Xangai” (*Shanghai jinsben*) (Chien-peng, 2004: 1006).

Não obstante esta nova presença militar dos EUA na Ásia Central, as referências à Rússia passaram de maioritariamente positivas para maioritariamente neutras (14 referências), e existe um ligeiro decréscimo no discurso crítico face à Índia (3 referências, todas de suspeita), fruto de uma maior flexibilidade diplomática cooperativa face a Nova Deli, espelhada por exemplo, na realização dos primeiros exercícios navais conjuntos em novembro de 2003. Parecia assim estar ultrapassada a polémica levantada dois anos antes, em 17 de janeiro de 2001, quando no último dia da visita a Nova Deli por parte do ex-Primeiro Ministro Li Peng, as forças armadas indianas – numa manobra pouco diplomática, diga-se – testaram com sucesso o míssil de alcance intermédio *Agni II*, o qual foi caracterizado oficialmente como um dissuasor face ao Paquistão e também (indiretamente) face à China.

Perante estes desenvolvimentos internacionais e regionais Jiang Zemin terá declarado que a China tinha de desenvolver uma estratégia assente em “táticas duais para se preparar para dois cenários” (*liangshou zhuben*): o país tinha de ser suficientemente flexível de forma a preservar a paz e a estabilidade na região da Ásia-Pacífico, mas ao mesmo tempo tinha de ser firme em questões de princípio (Li, 2001: 79). Um pragmatismo que se iria aprofundar nos anos subsequentes.

#### 4) Edição de 2004

Esta edição apresenta uma caracterização mais complexa e aprofundada da evolução do sistema internacional, espelhando a perceção de um sensível incremento da instabilidade, incerteza e insegurança internacional. Estas preocupações reforçaram a tendência de Pequim para uma certa introspeção e introversão, incrementando a ênfase conferida à preservação da estabilidade externa do sistema, algo de particularmente difícil dada a extrema assertividade estratégica norte-americana, resultante da sua “Guerra contra o Terrorismo” que potenciou a invasão do Iraque e indiretamente uma agudização da crise em torno do programa nuclear da Coreia do Norte.

Ante estes dois conflitos Pequim e Washington abordaram-nos de ângulos distintos e opostos. A China defendeu uma ação militar sobre o Iraque apenas com sancionamento do CS da ONU, ao mesmo tempo que face à Coreia do Norte advogou uma abordagem bilateral (entre Washington e Pyongyang) e multilateral (via ONU e *Six Party Talks*). Esta ambivalência de Pequim potenciou um agravamento sensível das perceções de (in)segurança de um face ao outro, com o renovar das referências discretas à sempre omnipresente estratégia de cerco geoestratégico dos EUA (10 referências, de suspeita) à China.

Esta sintomatologia acabou por se refletir na sua resposta como *global player* que passou a ser mais complexa e inconsistente – de acordo com a sua própria caracterização complexa do sistema internacional.

Nalgumas áreas a sua política externa foi mais ativa e pragmática no sentido de maximizar as oportunidades económicas e de minimizar as tensões diplomáticas, o que foi especialmente notório ao nível das suas relações com os países do Sudoeste asiático, bem como pelo facto de em 2003, e pela primeira vez, a China ter estado presente na reunião do G-8 (após Jiang Zemin ter recusado convites para as cimeiras de 1996, 1998 e 2000).

No plano regional são elogiados alguns desenvolvimentos tidos com a ASEAN (15 referências positivas), fruto de uma maior cooperação entre Estados e organizações no combate ao terrorismo (com 25 referências, todas negativas) e ao aprofundar de mecanismos de segurança da informação, da segurança energética, da segurança ambiental e da segurança financeira, como forma de fazer face a novos riscos emergentes e às ameaças não tradicionais.<sup>72</sup>

No que concerne especificamente à China, é notado um agravamento na perceção de (in)segurança regional, apesar de esta ser cada vez mais diversificada e interdependente, o que materializa uma linha geral constante a todos os Livros Brancos da Defesa Nacional que expressam uma certa “esquizofrenia de insegurança”, ao abrigo da qual se referem tanto os desenvolvimentos positivos internacionais e regionais, como se enfatizam a persistência de ameaças tradicionais e não tradicionais à segurança do país, as quais são referidas expressamente pela primeira vez, aumentando-se o número de referências quantitativas a “ameaças” (cinco referências, que irão ser incrementadas nas edições subsequentes).

### Quadro 5

#### Variação Quantitativa e Qualitativa das Expressões Seleccionadas (2004)

Expressões Seleccionadas	Ocorrência Quantitativa	Perceção Qualitativa (1 a 4)
<i>United States of America (USA)</i>	10	Suspeita (3)
<i>Japan</i>	16	Negativa (4)
<i>Taiwan</i>	24	Negativa (4)
<i>Russia</i>	10	Neutra (2)
<i>India</i>	5	Neutra (2)
<i>Terrorism</i>	25	Negativa (4)
<i>Sovereignty</i>	4	Neutra (2)
<i>Threats</i>	5	Suspeita (3)
<i>International Community</i>	5	Neutra (2)
<i>United Nations</i>	4	Positiva (1)
<i>Shanghai Cooperation Organization (SCO)</i>	10	Positiva (1)
<i>ASEAN</i>	15	Positiva (1)

72 É de notar o facto de, pela primeira vez, Pequim ter solicitado o estabelecimento de um diálogo com a NATO – uma aliança militar cuja existência é criticada pela China ao abrigo do seu “Conceito de Segurança”, como sendo uma relíquia da Guerra Fria.

Esta maior sensibilidade face às ameaças não tradicionais resultou também e em grande parte, do impacto negativo da crise de saúde pública associada à síndrome de insuficiência respiratória aguda (SARS) e da forma deficiente como ela foi gerida pelo governo chinês. A credibilidade interna do PCC (numa fase em que a nova liderança de Hu Jintao estava em fase de consolidação interna da sua autoridade, iniciada em novembro de 2002 após o 16.º Congresso do PCC) e a imagem externa do país saíram fortemente beliscadas.

A doença emergiu na província de Guangdong em novembro de 2002 e só terminou em setembro de 2003, infectando um total de 8.098 pessoas das quais 774 viriam a falecer (Greenfeld, 2006). Os alertas emitidos pela Organização Mundial de Saúde desaconselhando as visitas à China, quase que isolaram o país do mundo, com um assinalável impacto negativo na atividade económica (Kleinman e Watson, 2006).<sup>73</sup>

O facto de a crise ter ocorrido num período particularmente sensível em termos de política interna – pois em novembro de 2002 Hu Jintao substituiu Jiang Zemin à frente dos destinos do país – terá contribuído para a relativa incapacidade do Ministério da Saúde em responder adequadamente à gravidade da situação (tentando encobrir a gravidade do mesmo), o que levaria em último caso, à exoneração do respetivo Ministro e do Presidente da Câmara de Pequim, por terem declarado em abril de 2003 que a crise estava debelada quando na realidade estava longe de o ser (Puska, 2005: 85-134).

Considerações de política interna à parte, a evolução do sistema internacional no sentido da multipolaridade são caracterizadas da mesma forma que na edição de 2002, mas com uma qualificação mais subtil relativa ao facto de esta transição vir agora a ser mais distendida no tempo. Curiosamente são agora mais vincadas as referências típicas de uma conceção realista das relações internacionais, com inferências a um “reequilíbrio na distribuição de poder entre os diversos atores do sistema” (*sic*) que levará a um reajustamento das relações entre as potências, as quais tendem a ser pautadas cada vez mais por dinâmicas de cooperação e competição (essencialmente por recursos).

Permanecem as críticas ao facto de a ordem internacional vigente necessitar de ser mais justa e racional, fruto da persistência e agravamento de tendências hegemónicas e unilaterais de alguns países (*i.e.* EUA e invasão do Iraque) e de contradições estruturais no seio desta ordem (*jiegouxing maodun*)

Perante esta ordem “injusta”, na perspetiva de Pequim, a ONU (com quatro referências, todas positivas) deve assumir um papel de incontornabilidade no dirimir da conflitualidade internacional em nome da estabilidade da comunidade internacional (cinco referências, todas positivas), ainda que as lições diplomáticas que Pequim pôde retirar no âmbito do CS da ONU relativamente à questão do alegado programa NBQR do Iraque tenham sido ambivalentes quanto à eficácia deste órgão.<sup>74</sup>

---

73 Taiwan aproveitou as recomendações da OMS de combate à epidemia de SARS para reiterar pela sexta vez o seu pedido de adesão a esta organização – ainda que com o estatuto de observador – alegando, justificadamente, que tinha sido bastante afetada pela epidemia. O pedido acabou por ser rejeitado uma vez mais, graças à enorme pressão diplomática da China que viu nele – de acordo com a linguagem oficial – um “ignóbil aproveitamento” da tragédia por que estava a passar.

74 Ilustrativamente, quando em 14 de outubro de 2003 o país lançou o veículo espacial tripulado da série Sen-

Com efeito, após Washington ter sinalizado a sua determinação em garantir por meios diplomáticos ou militares a eliminação do “posteriormente hipotético” programa NBQR e de mísseis balísticos do Iraque, a China teve de desempenhar um difícil papel de equilíbrio e consistência nas suas posições diplomáticas. Apoiou, não se abstendo na votação quanto ao objetivo geral de desarmar o Iraque através da Resolução 1441 de 8 de novembro de 2002, dando uma última oportunidade para Bagdade se desarmar voluntariamente, o que levantou a esperança de que Pequim estava agora preparada para assumir as suas responsabilidades de membro permanente do CS da ONU, trocando a tradicional e histórica passividade (expressa em abstenções) por um papel mais ativo e construtivo.

No entanto a posição da China teve mais *nuanças* do que possa parecer. Pequim não queria por um lado que os EUA vissem a sua perspetiva como um desafio à sua argumentação, numa altura em que as relações estavam a melhorar paulatinamente; nem como subversora de uma importante unanimidade no seio do CS da ONU. No entanto tal como Paris e Bona, Pequim, “via com bons olhos” a continuação do lento e parcialmente bem-sucedido processo de inspeções da ONU, como suficiente para conter as ambições regionais de Saddam Hussein.

Com a progressiva perda de paciência dos EUA para com as inspeções da ONU, Londres e Washington materializaram a sua intenção de avançar com uma “Coligação de (países) Determinados” destinada a invadir o Iraque, se necessário, sem uma Resolução da ONU para tal, o que colocou a China perante um dilema: podia usar o seu estatuto de membro permanente para vetar uma tal intervenção, arriscando uma degradação acentuada das relações bilaterais com os EUA; ou poderia oferecer um apoio relutante, na esperança de minimizar os danos para a ONU e preservar alguma da remanescente influência da organização.

Nenhuma das opções era atrativa. Mas a “face” da China foi salva quando os EUA e o Reino Unido optaram por não apresentar ao CS da ONU qualquer proposta de Resolução e avançaram unilateralmente no plano militar, poupando Pequim à obrigatoriedade de assumir uma posição pública sobre o conflito e dando-lhe uma renovada autoridade (que via já quase como perdida) para criticar as “políticas unilaterais de alguns Estados”.<sup>75</sup>

Esta diatribe político-diplomática releva essencialmente um ponto não muito abordado pela maioria dos especialistas. Na verdade, tanto a Rússia como a China, não teriam desenvolvido uma oposição aberta às intenções dos EUA se a Alemanha e a França não tivessem assumido a liderança de tal oposição. Para Pequim esta cisão no bloco ocidental era-lhe conveniente pois conferia-lhe mais abertura político-diplomática para reforçar o

---

zhou 5 para o espaço com a missão de orbitar a Terra por 14 vezes antes de regressar à China, o astronauta Yang Liwei transportou duas bandeiras: uma da República Popular da China e outra da ONU (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 2006b).

75 Posteriormente a China aprovou em outubro de 2003 a Resolução do CS da ONU a legitimar a ocupação do Iraque por parte da coligação liderada pelos EUA. A justificação oficial de Pequim foi a de que não estava a ceder a Washington mas antes pretendia “rebocá-lo” para o seio da ONU, restabelecendo a preponderância desta, independentemente de quão fraca era agora por si percebida a sua ação, a qual seria ainda mais debilitada com a alienação americano-britânica por parte dos restantes membros do CS (Turner, 2003).

seu tradicional discurso de crítica a lógicas hegemónicas e unilateralistas norte-americanas, cuja “virtude” era agora reconhecida por aliados dos EUA (Yong, 2008: 163).

De facto a perceção um pouco mais pessimista da evolução do sistema internacional foi fruto, em grande parte, deste unilateralismo norte-americano (com nove referências de conotação suspeita quanto às intenções), patente não apenas na invasão do Iraque como na já referida *National Security Strategy* de setembro de 2002, que apesar do seu tom assertivo e expansionista relativamente ao Médio Oriente e à Ásia Central, no contexto do Nordeste asiático pareceu refletir o mote de “quantos menos problemas, melhor”, preferindo “congelar” ou evitar potenciais crises na península coreana ou no Estreito de Taiwan, porque toda a base de planeamento estratégico militar dos EUA estava assente na condução de duas guerras em dois teatros de operações. A abertura de uma terceira frente era tão desnecessária quanto perigosa para os interesses de Washington.

Para Pequim, não obstante a caracterização das relações bilaterais feita pelo Secretário de Estado Colin Powell em 2003 como “as melhores desde a visita do Presidente Nixon”, e do incremento exponencial dos encontros político-diplomáticos e das trocas e acordos comerciais entre os dois países, no plano geoestratégico, a nova perspectiva norte-americana de *coercive regime change* aplicada no Médio Oriente, se transferida para a Ásia através de uma política de alianças regionais, passou a ser encarada como mais ameaçadora da sua segurança nacional, por poder incentivar a agenda política independentista e separatista de Chen Shui-bian em Taiwan (com 24 referências na sua esmagadora maioria negativas). Ao mesmo tempo poderia catalisar uma maior instabilidade interna na China continental por poder minar o prestígio e a credibilidade interna do PCC (Godwin, 2006). Não foi por acaso que o Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen, tenha respondido a Colin Powell afirmando “que as relações podiam e deviam ser melhores” (People’s Daily, 2003a).

Para além das questões de orgulho nacional, a reunificação de Taiwan era e é geoestrategicamente vital para a China pois a ilha é uma placa giratória de ligação entre a primeira e a segunda cadeia de ilhas do Pacífico Norte (ou o *unsinkable aircraft carrier* dos EUA, nas palavras do General norte-americano Douglas MacArthur). O controlo de Taiwan permite uma melhor defesa da linha costeira, das linhas de comunicação marítimas e acesso ao vasto oceano Pacífico para além da segunda linha de ilhas (Marianas, Guam – onde estão em fase de modernização e reforço as infraestruturas e os meios aéreos e navais dos EUA – e Carolinas). Taiwan funcionaria assim como uma alavanca de projeção do poder chinês para Sul e para Leste (Wachman, 2007). Pela mesma lógica, a perda definitiva de Taiwan faria com que a China ficasse substancialmente condicionada no espaço de manobra estratégico, forçando-a a um estatuto de potência continental limitada maritimamente à primeira cadeia de ilhas do Pacífico (Friedman, 2006).

Esta análise chinesa foi ainda mais reforçada pelo facto de em março de 2004, Chen ter proposto a realização de um referendo com vista a uma revisão da Constituição em 2006, agravada pelas declarações da administração norte-americana, na pessoa do Presidente George W. Bush aquando da visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao a Washington, em dezembro de 2003, ao declarar que se opunha a qualquer alteração unilateral do *status quo*, e que caso a China interviesse “coercivamente” em Taiwan, não restaria aos EUA

outra opção se não envolverem-se diretamente (Ross, 2006). O ciclo vicioso de receios e defesa mútua – com mecanismos militares no caso da China e políticos no caso de Taiwan – continuava bem vivo e com tendência para se agravar.

Tornou-se patente no caso de Taiwan, que a China procurou rentabilizar o mais possível, o seu discurso de gestão de percepções externas das suas intenções, enfatizando os seguintes vetores, que a seu ver, lhe permitiriam reivindicar o *moral high ground vis a vis* os EUA: a legitimidade das posições políticas face à questão de Taiwan; o fracasso dos EUA em honrarem os compromissos assumidos nos “Três Comunicados” (especialmente o Comunicado de Xangai de 1982); as políticas obstructionistas do *Taiwan Relations Act* dos EUA que impedem um desenvolvimento pacífico das relações entre Pequim e Taipé; a incontornável importância estratégica da China e da sua relação com os EUA (onde se incluem as relações militares); a assimetria de interesses existente entre Washington e Pequim; e as “motivações obscuras” de grupos de interesse norte-americanos que procuram prejudicar os interesses chineses (*e.g.* através da venda de armas a Taiwan).<sup>76</sup> Estes fatores justificavam a prossecução de uma política de “*engagement* restritivo” (*xianzhibixing jiechu*) com os EUA, pois a política da administração norte-americana relativamente à China, independentemente de alguns ajustamentos táticos, era agora percecionada como estando assente em três pilares.

O primeiro era o da dissuasão, expresso na *Quadrennial Defense Review* de 2001 e na *National Security Strategy* de 2002 (repetido nas edições subsequentes de 2006). O segundo pilar era a implementação de uma estratégia de *hedging* e o terceiro era o de *deterrence*. Todos refletiam profundas desconfianças e incerteza por parte de Washington quanto às intenções de Pequim.

Para reforçar estas desconfianças, o Japão, outro competidor estratégico regional (com 16 referências, todas negativas), decidiu em 2003 reforçar os meios logísticos de apoio às forças norte-americanas no Iraque e no Afeganistão, bem como enviar quase mil militares para o Iraque, ao mesmo tempo que após um aceso debate político interno, foi acordado que Tóquio iria aumentar significativamente o seu investimento em 2004 (cerca de 900 milhões de dólares) no reforço da integração do seu sistema de defesa antimíssil com o sistema norte-americano (Bush, 2010).

Se conjugado com a retirada dos EUA do Tratado ABM com o beneplácito da Rússia, que muito desagradou a Pequim (Rusten, 2010) – foi natural para a China continuar a percecionar estes novos desenvolvimentos no plano dos sistemas de defesa antimíssil, como potencialmente desestabilizadores e vulnerabilizantes da sua limitada capacidade de dissuasão balística e nuclear, exatamente num ano em que, ironicamente, publicou o seu *White Paper on China's Non-Proliferation Policy* (Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2003; Roberts, 2003: 32-46).

As relações com Tóquio foram também afetadas por dois incidentes e um escândalo. O primeiro incidente prendeu-se com a descoberta de uma série de granadas com gás mostarda num local de construção e que foram abandonadas pelos japoneses durante a guerra

---

76 Para uma análise crítica do discurso ligada à forma como a questão de Taiwan é expressa nos media da China e dos Estados Unidos veja-se Xiaofei (2002).

de 1937-1945. Em resultado da escavação, 41 pessoas foram hospitalizadas e pedidos de indemnizações foram dirigidos à embaixada japonesa em Pequim, que se disponibilizou a limpar o local e a pagar as compensações, ante o furor da opinião pública chinesa. O segundo resultou da repetição da visita anual ao templo *Yasukuni* – onde estão depositados os restos mortais de alguns dos líderes militares japoneses durante a Segunda Guerra Mundial – por parte do Primeiro-Ministro japonês Junichiro Koizumi (Hiwatary, 2005: 49).

O escândalo resultou da detenção de empresários chineses e prostitutas chinesas numa orgia num hotel de Zuhai em setembro, exatamente no dia em que se comemorava a invasão da China pelo Japão. Novo furor nacionalista se seguiu, o qual levou a uma série de protestos públicos nas ruas e via *internet*, pressionando o governo numa direção de maior agressividade em termos de linguagem política ante o Japão, reforçando pontualmente uma linha de “populismo autoritário” (Gallagher, 2005: 26).

Ilustrativo deste mal-estar bilateral foi o facto de apesar de 2003 marcar o quinquagésimo aniversário do Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês, as iniciativas diplomáticas bilaterais desenvolvidas terem sido meramente simbólicas.

Estes acontecimentos refletiam uma tradicional dinâmica das relações bilaterais segundo um padrão de “*hot economics, cold politics*”.

Paradoxalmente as relações com o Sudeste asiático (via ASEAN – com 15 referências, todas positivas) melhoraram significativamente em resultado da assinatura em novembro de 2002 de um acordo destinado à criação de uma área de comércio livre desejavelmente entre 2010 e 2015. Esta iniciativa veio colocar a China num papel concorrencial direto com o Japão, algo que não foi bem recebido em Tóquio.

Com efeito a participação de Hu Jintao na Cimeira da Ásia-Pacífico em outubro de 2003 e as declarações de Wen Jiabao na reunião da Cimeira *ASEAN Business and Investment*, nas quais defenderam que a China “apoiava a construção de uma periferia amigável, tranquila e próspera na região (*mulin, anlin, fulin*), como componente importante da sua própria estratégia de desenvolvimento” (Wen, 2003), permitiu extrapolar a partir da análise das declarações dos diferentes líderes de países do Sudeste asiático presentes, que estes percecionavam (corretamente, diga-se) que a China estava prestes a suplantir o Japão como principal motor de desenvolvimento económico regional (Shulan, 2010: 6).

No mesmo mês de novembro de 2002, foi assinado um Código de Conduta entre a China e a ASEAN sobre as disputas territoriais no Sul do Mar da China. Este Código ainda que elogiado pelas partes, expressa apenas um acordo de princípio, não um Tratado vinculativo entre as partes signatárias, tendo servido apenas para acalmar os países da ASEAN relativamente a “eventuais” intenções expansionistas da China no plano regional, quando e na realidade mantinha (e mantém) em aberto todas as opções desta face às disputas marítimas – inclusive a possibilidade de recorrer ao emprego da força.

Quanto à península coreana, Pequim defendeu prioritariamente um diálogo bilateral entre Washington e Pyongyang, em claro contraste com a abordagem multilateral defendida pelos EUA. Esta posição por parte de Pequim espelhava de certa forma, aquilo que percecionava como possíveis desideratos não desejáveis da questão norte-coreana face aos seus interesses nacionais.

Na ótica do *Zhongnanhai*, uma Coreia do Norte nuclearmente armada seria muito mais difícil de influenciar, conferindo uma justificação adicional para a continuidade da presença militar dos EUA no Nordeste da Ásia e um excelente pretexto para a evolução do programa de investigação e de implementação de um sistema de defesa antimíssil em parceria com o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan. Adicionalmente poderia potenciar um maior protagonismo e ativismo regional das Forças de Autodefesa do Japão.

Por outro lado, um aumento da pressão multilateral sobre Kim Jong-Il, poderia desestabilizar o regime norte-coreano, podendo catalisar uma guerra na península coreana e/ou alternativamente originar o colapso do mesmo, o qual seria prejudicial para Pequim pois perderia um “Estado-tampão” de importância estratégica para as relações sino-americanas no Nordeste asiático.

No que concerne à Índia (cinco referências, todas de conotação neutra) alguns progressos positivos foram registados. A justificar esta tónica percetiva mais moderada está o facto de em abril de 2003, no pico da crise de SARS, o Ministro da Defesa indiano, George Fernandes (um dos maiores críticos da China) não ter cancelado a sua visita a Pequim (ao contrário de líderes de outros países) o que mereceu um elogio caloroso por parte do seu homólogo, tendo funcionado como um bom catalisador para a subsequente visita em junho do Primeiro-Ministro indiano.<sup>77</sup>

Na ocasião seria assinada uma declaração conjunta relativa à disputa territorial fronteiriça, com Nova Deli a reconhecer a soberania da China sobre o Tibete e Pequim a reciprocamente a Sikkim. Foi também acordado o início das negociações com vista à reabertura da passagem de Nathu La entre Sikkim e o Tibete (encerrada desde a guerra de 1962) com o intuito de aprofundar o comércio fronteiriço, processo que seria formalmente concluído em 2006.

As relações com a Rússia (10 referências, todas de cariz neutro) podem-se caracterizar durante este período de dois anos como “polidas mas não isentas de desconfianças”. Com o início do segundo mandato presidencial de Vladimir Putin, este assumiu a intenção de concluir dois processos pendentes nas relações bilaterais com a China: a resolução final da disputa territorial fronteiriça, concluída com a assinatura do Tratado fronteiriço sino-russo aquando da visita a Pequim de Putin entre 14 e 16 de outubro de 2004 (Carriço, 2006: 616); e um maior estreitamento da cooperação bilateral no seio da Organização de Cooperação de Xangai ante o reforço da presença militar norte-americana na Ásia Central (Puska, 2006: 50)

De facto, na reunião anual da Organização de Cooperação de Xangai (com 10 referências, todas positivas) em fevereiro de 2003 em Moscovo, foi patente o desconforto de ambos os países com a crescente presença norte-americana na Ásia Central, sendo compreensível, em parte, a renovação do acordo de venda de armas russas à China (essencialmente aviões Su-27, Su-30, Il-76, Il-78 e baterias de defesa antimíssil S-300 PMU

---

77 O Ministério da Defesa indiano efetuou um donativo simbólico de 8,400 dólares para as vítimas da epidemia, o qual apesar de parco mereceu os mais rasgados elogios da imprensa oficial chinesa (Xinhua, 2003:5).

– Ming-Yen, 2003). No lado menos positivo releve-se que surgiram atritos em resultado da inexistência de um acordo definitivo relativamente ao traçado de um gasoduto que permitiria exportar gás natural siberiano de Angarsk para o Japão (Nakhodka) e/ou China (Daqing). De facto, tal resultou do brilhantismo negocial do governo de Putin – que acicidou ambos os competidores a apresentarem as melhores propostas possíveis para a Rússia. Em janeiro de 2003, aquando da visita a Moscovo de Koizumi, este efetuou uma contraproposta à proposta chinesa, que teve uma boa receção por parte da Rússia, para manifesto descontentamento de Pequim.

Na verdade a proposta japonesa foi melhor para Moscovo por três ordens de razão: de política interna (competição entre a *Yukos* do empresário Khodorkovsky – entretanto “caído em desgraça política” e proponente da ligação a Daqing – e a *Rosneft* e *Transneft* defensoras da ligação ao Japão); de racionalismo económico do projeto, pois o trajeto para Daqing é muito mais extenso e oneroso que para Nakhodka; e por último, o Japão disponibilizou adicionalmente um pacote de investimento na região russa de Vladivostok que não constava da proposta chinesa (Kimura; 2005: 64-65; Lo, 2008: 143-146).<sup>78</sup>

Em suma, nesta edição denota-se uma perceção mais acentuada da (in)segurança chinesa apesar da dimensão mais pluralista, diversificada e interdependente dessa avaliação, para além do reforço da constatação de que a transição para um sistema multipolar é uma inevitabilidade, ainda que a longo prazo.

As ameaças terroristas e as referências ao Japão e a Taiwan são aquelas que merecem conotações bastante negativas, tanto quantitativa como qualitativamente, mas materializando um padrão de continuidade. De notar ainda um acréscimo da perceção de (in)segurança face aos EUA, se comparada com a edição anterior, colocando-os ao mesmo nível da Índia.

## 5) Edição de 2006

Esta edição começa por verbalizar uma perspetiva ligeiramente mais sombria do sistema internacional, vislumbrando uma evolução do mesmo no sentido de uma maior incerteza e instabilidade, resultantes do emergir de novos tipos de riscos e de ameaças.

Considera que o caminho na direção da multipolaridade sofreu uma evolução “mais crítica e profunda”, com os países em desenvolvimento a demonstrarem estar mais fortes e disponíveis para cooperarem entre si (*e.g.* reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da China, Rússia e Índia em Vladivostok em junho de 2005), apesar de um incremento das assimetrias económicas entre os países do Norte e do Sul do globo. Tal constitui uma referência inusitada ao papel, estatuto, poder e influência da China como líder dos países em desenvolvimento, bem como à sua estratégia de cooperação abrangente ou “ofensiva de charme” em África<sup>79</sup>, América Latina e Sudoeste asiático, como a

78 O acordo relativo à construção de um ramal em direção a Daqing só foi assinado em fevereiro de 2008, porque a China se disponibilizou a suportar a totalidade dos custos de construção através da concessão de créditos a *Rosneft* e à *Transneft* (Trenin, 2012: 38).

79 Em janeiro de 2006, a China publicou o *China's Africa Policy* que está disponível para consulta em [http://english.peopledaily.com.cn/200601/12/eng2006112\\_234894.html](http://english.peopledaily.com.cn/200601/12/eng2006112_234894.html).

designou Kurlantzick (2008), sob o lema oficial de ascensão/desenvolvimento pacífico (*heping jueqi/fanzhan*), que é referido pela primeira vez neste tipo de documento.

Este discurso reflete a consolidação de três grandes indicadores político-estratégicos por parte da China entre 2004 e 2006. Primeiro, a continuação do investimento direto externo na China e das exportações chinesas requerem um constante e crescente fluxo de matérias-primas, o que condicionou por sua vez um aumento significativo dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, materializando um incremento da sua influência relativamente aos outros três centros do poder económico global (EUA, UE e Japão).

Segundo, um aumento inusitado da sua atividade diplomática e da assinatura de “parcerias e acordos cooperativos bilaterais” com diversos países fora da Ásia, nomeadamente em África (Sudão, Nigéria, Angola), na América Latina (Venezuela e Brasil) e no Médio Oriente (Arábia Saudita e Irão), interpretada como uma “política externa com intuítos de salvaguarda da obtenção de matérias-primas”, capaz de preservar a continuidade do seu crescimento económico e a legitimidade interna do PCC.

Terceiro, o facto de a China se ter tornado mais uma causa para o agudizar dos atritos internos no seio da aliança atlântica (ainda persistiam os efeitos políticos da invasão do Iraque), em resultado das pressões norte-americanas para a manutenção do embargo de armas a Pequim e das intenções de países como a França e a Espanha defenderem o seu término.

### Quadro 6

#### Variação Quantitativa e Qualitativa das Expressões Seleccionadas (2006)

Expressões Seleccionadas	Ocorrência Quantitativa	Perceção Qualitativa (1 a 4)
<i>United States of America (USA)</i>	10	Suspeita (3)
<i>Japan</i>	22	Negativa (4)
<i>Taiwan</i>	9	Negativa (4)
<i>Russia</i>	12	Positiva (1)
<i>India</i>	12	Neutra (2)
<i>Terrorism</i>	20	Negativa (4)
<i>Sovereignty</i>	4	Neutra (2)
<i>Threats</i>	5	Negativa (4)
<i>International Community</i>	2	Positiva (1)
<i>United Nations</i>	3	Neutra (2)
<i>Shanghai Cooperation Organization (SCO)</i>	9	Positiva (1)
<i>ASEAN</i>	13	Positiva (1)

Subjacente a esta diatribe no seio da comunidade ocidental estava, a montante, a interpretação quanto ao *road map* relativo à evolução pacífica da China no seio do sistema internacional, que no discurso oficial, parte de uma base inquestionável de estabilidade interna do país, como condição *sine qua non* para a vectorização do crescimento do seu estatuto nesse mesmo sistema.

Este desenvolvimento pacífico (ascensão) da China cujos preceitos conceituais começaram a ser formulados no início do século XXI por Zheng Bijian e mediatizados em 2005<sup>80</sup> caracteriza o sistema internacional como tendencialmente multipolar (*duojihua*) e desejavelmente harmonioso (*hexie shijie*), ao abrigo do qual a China refuta a condução de políticas hegemônicas (*baquan zhenyi*) e defende a paz e o desenvolvimento (*heping hu fazhan*) internacionais (Suettinger, 2004).

De acordo com o *China's Peaceful Development Road* de 2005 e o *White Paper on China's Peaceful Development*, publicado posteriormente em 2011, este conceito parte de uma sedimentação ideológica de raízes históricas denominada de “socialismo com características chinesas”, que se desdobra em seis pilares operacionais de desenvolvimento: científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e comum (Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2011: 2) e que visam a obtenção por meios pacíficos de capital, tecnologia e recursos que são essenciais à continuidade do seu desenvolvimento e à prossecução do desiderato de em 2020 a China vir a ser uma sociedade moderadamente próspera.

Neste contexto de desenvolvimento pacífico subsistem as referências positivas ao papel incontornável da ONU (três, todas positivas) na segurança internacional, sendo enfatizada a necessidade de um reforço do empenhamento dos países com assento permanente no Conselho de Segurança com vista a uma maior preponderância da instituição no cenário internacional (apesar do veto e posterior abstenção da China à implementação de sanções ao regime sudanês devido ao genocídio no Darfur). Para Pequim a ONU é uma das organizações – não a única – passível de dirimir pacificamente o vaticínio expresso nesta edição: o de que a confrontação entre as grandes potências é evitável mas não é impossível de ocorrer num futuro próximo – uma perspetiva mais pessimista que a avançada, por exemplo, na edição de 2002.

Este pessimismo resulta em grande parte da reiteração e reforço de terminologia e de inferências a políticas hegemônicas e de poder que minam o sistema internacional e o funcionamento da comunidade internacional (duas referências, todas positivas) e potenciam ameaças cada vez mais resilientes no plano regional (*i.e.* presença militar dos EUA no Iraque e no Afeganistão e persistência da ameaça terrorista). Espelham também as preocupações associadas à eclosão das chamadas “revoluções coloridas” no antigo espaço soviético (Geórgia em 2003, Ucrânia em 2004 e Quirguistão em 2005) percecionadas como manobras geopolíticas patrocinadas pelos EUA (9 referências de suspeita), tendentes não apenas a expandir a “esfera democrática” e a desestabilizar o *near abroad* russo, como, por se aproximarem perigosamente das fronteiras com a China, poderem

---

80 O conceito inicial denominou-se de “caminho de desenvolvimento para a ascensão pacífica da China” (*Zhongguo heping jueqi de fazhan daoli*) avançado em 2003 por Zheng Bijian (conselheiro político, reitor da Escola de Humanidades e Ciências Sociais da Academia Chinesa de Ciências), e destinou-se a assegurar que a China não é uma potência revisionista mas sim conservadora do status quo. No entanto o termo jueqi significa brusco, de forma que após intensos debates que incluíram o Comité Permanente do Politburo, desde finais de 2005 que a expressão oficial passou a ser a de “desenvolvimento pacífico”, *slogan* não muito diferente do formulado por Deng Xiaoping de “paz e desenvolvimento” (*heping yu fazhan*). Veja-se Zheng (2005).

ameaçar a sua estabilidade interna. Daí o facto de as referências (12) à Rússia ainda que neutras reflitam na verdade uma perspetiva mais otimista da relação com Moscovo, fruto da assinatura do Acordo de Delimitação das Fronteiras em outubro de 2004, aquando da visita de Putin a Pequim e uma maior aproximação das suas perceções quanto a uma desejada evolução do sistema internacional no sentido de uma multipolaridade.

Esta caracterização é expressa no facto de, enquanto na edição anterior os EUA terem referências, ainda que críticas não tão negativas (“efeito simpatia” do 11 de setembro), nesta edição recuperam o patamar de perceção de suspeição mais vincada (10 referências). No caso de Washington, apesar do reatamento das relações e do diálogo no plano militar, a promulgação de sanções contra empresas chinesas envolvidas na transferência de tecnologia de mísseis para o Irão (como a *Norinco*), levou a um discurso mais crítico de Pequim, bem como as pressões junto da UE para cessar o embargo de armas.

A perceção bastante negativa quanto ao Japão mantém-se (22 referências, maioritariamente negativas) por causa de mais uma visita do Primeiro-Ministro japonês ao templo *Yasukuni*, da revisão dos textos de livros escolares japoneses – que na perspetiva de Pequim “branqueiam” os crimes de guerra cometidos pelo Japão na Segunda Guerra Mundial – e das críticas veladas de Tóquio ao acelerado programa de modernização militar da China<sup>81</sup>, para além da possibilidade de o diferendo sino-taiwanês ter implicações diretas para a segurança japonesa – preocupações expressas publicamente na declaração conjunta americano-japonesa de fevereiro de 2005.

Esta persistência pessimista das relações bilaterais acabou por desvalorizar o facto de em 2004 aquando do encontro de Hu Jintao com Koizumi Junichiro, na reunião da APEC terem sido elencadas cinco áreas de interesse comum (economia, história, segurança, cultura e diplomacia) e em março do ano seguinte Wen Jiabao ter apresentado uma proposta no sentido de um maior aprofundamento das relações bilaterais.

Só Taiwan (com 9 referências negativas), as ameaças (cinco, todas negativas) e o terrorismo (21, todas negativas) apresentam uma perceção tão sombria e negativista por parte da China.

No plano regional, é salientada a aceleração da *Revolution in Military Affairs* da qual a China não pretende excluir-se, reforçando-se e criticando-se as dinâmicas de cooperação militar entre os EUA e os seus aliados regionais e elogiando-se as da China com os países da ASEAN (13 referências, todas positivas) e da SCO (nove, todas positivas) realçados como modelos de cooperação a seguir, com base na sua *win-win approach*.

No contexto da ASEAN é de realçar o incremento da cooperação bilateral chinesa tendente à estabilização das múltiplas reivindicações em torno do Sul do Mar da China, sendo de referir que a relação China-ASEAN passou a ser classificada como uma relação especial (*jianli texu guanxi*). Pequim avançou em 2003 com uma proposta de criação de

---

81 Refira-se que em novembro de 2004 um submarino chinês entrou pela primeira vez (inadvertidamente crê-se) em águas territoriais japonesas perto de Okinawa. O governo japonês agiu com calma e de forma discreta, levando Pequim a pedir desculpas pelo acontecido.

uma Conferência de Políticas de Segurança sob os auspícios do ASEAN Regional Forum, a qual deveria reunir os Ministros da Defesa e os líderes militares dos países participantes.

Esta postura mais ativa face a mecanismos multilaterais destinou-se a continuar a mitigar as percepções de insegurança face às suas intenções, bem como a reservar para si um papel de “membro fundador” de novos fora de segurança regional, conferindo-lhe uma boa latitude para poder influenciar os termos de referência e assegurar que os interesses nacionais de Pequim eram salvaguardados e neles refletidos. Os mesmos arranjos informais e multilaterais de segurança no espaço asiático, também encaixavam perfeitamente no “Conceito de Segurança e Defesa da China”, funcionando como um contraponto à tradicional arquitetura de segurança regional baseada nas alianças bilaterais dos EUA.

Quanto à SCO, esta edição marca a alteração da posição desta organização face à presença norte-americana na Ásia Central em face da estabilização relativa alcançada no Afeganistão. De facto o encontro de julho de 2005 da SCO acabou por definir uma nova posição dos países-membros tendente a limitar cada vez mais a presença de forças militares dos EUA. O Uzbequistão não renovou a autorização de utilização da base aérea de Karshi Khanabad e o Quirguistão recebeu um pacote de apoio financeiro de Pequim.

Aliás, não foi inocente o facto de em 2005 a SCO ter organizado na península de Shandong na China<sup>82</sup> os maiores exercícios conjuntos de “combate ao terrorismo”, sob a denominação de *Peace Mission 2005*, isto após a realização dos exercícios de 2002 no Quirguistão e dos exercícios bilaterais de 2003 entre a China e o Cazaquistão também dedicados ao combate a este tipo de ameaça.

Nesta edição permanece uma caracterização de instabilidade e de preocupação com a envolvente de segurança no Nordeste asiático, resultantes do desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano, do impasse nas negociações e dos pálidos sucessos obtidos pela mediação chinesa iniciada de uma forma mais ativa em 2004 através da assunção de responsabilidade em secretariar as *Six-Party Talks* (EUA, Japão, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Rússia e China).

Com efeito Pequim aumentou a pressão no sentido de levar Pyongyang à mesa das negociações (como foi o caso da “avaria técnica” que levou à suspensão temporária do funcionamento do oleoduto e do fornecimento de petróleo à Coreia do Norte a partir da China), mas ao mesmo tempo deixou transparecer no discurso diplomático, que apesar dos seus esforços, o impasse era derivado também da inflexibilidade negocial norte-americana.

Em resultado deste impasse foi potenciado um maior estreitamento da cooperação entre os EUA e o Japão no âmbito do sistema TMD (segundo uma estratégia maximalista

---

82 Apesar do assinalável volume de vendas de armas russas à China, nomeadamente de aviões de transporte Il-76 e Il-78 acordados em 2005, deve-se referir que houve falta de consenso sino-russo sobre localização onde o *Peace Mission 2005* devia decorrer em resultado das “mensagens” que Moscovo e Pequim queriam enviar tanto para Washington como para Tóquio e Taipé. Outros “desentendimentos” bilaterais também ocorreram tendo sido os mais relevantes os dois associados ao facto de Putin ter autorizado o Dalai Lama a visitar Moscovo em novembro de 2004 e a alegada disponibilidade de Moscovo em vender submarinos de ataque aos EUA, os quais seriam depois enviados para Taiwan; veja-se Wishnick (2006: 75-77).

– de não cedência – por parte da Casa Branca), o que conjugado com a posição destes países relativamente à questão de Taiwan, justificam por si, o facto de os três continuarem a receber a maior quantidade e qualidade de referências negativas desta edição.

Com efeito, Pequim não se escusou a efetuar uma correlação direta entre este aprofundamento da cooperação militar EUA-Japão e as renovadas intenções de Taiwan em poder fazer parte do sistema TMD (reforçadas durante a campanha presidencial na República da China em março de 2004), algo que agudizou as perceções de (in)segurança chinesa. Com efeito à medida que obstáculos tecnológicos foram sendo ultrapassados por parte dos EUA as primeiras componentes do sistema foram sendo instaladas pelo Japão e pela Coreia do Sul, através da aquisição de baterias de mísseis *Patriot PAC-3*, começando a notar-se uma maior dualidade chinesa quanto à interpretação e ação relativamente ao NMD/TMD.

No plano técnico e militar, especialistas do EPL referiram que dado o elevado número de mísseis convencionais que a China dispunha (cerca de 700 à altura), seriam necessárias mais de 200 baterias de mísseis PAC-3, as quais mesmo assim não teriam uma taxa de interceção com sucesso dos mísseis DF-11 e DF-15 superior a 85%. Tendo em conta que o custo de um míssil DF-11/15 rondava os 300 mil dólares contra o custo de 3 milhões de dólares de uma bateria PAC-3, a vantagem estava do lado da China (You, 2007: 289).

No entanto, no plano político os novos desenvolvimentos agravaram esse sentimento de insegurança, sendo vistos como uma ameaça ao país, pois foram encarados como um instrumento de segurança coletiva mais reforçador da coesão entre os EUA e os seus aliados regionais, graças à implementação de um sistema de comando e controlo tecnologicamente mais sofisticado e integrado, o que justificava na perspetiva política de Pequim, a vontade de Taiwan em fazer parte deste sistema regional, mesmo que sob uma perspetiva militar o sistema TMD não tenha grande eficácia face às enormes necessidades de defesa aérea e de defesa antimíssil da ilha, na eventualidade de um ataque da China (Urayama, 2004).

Esta dualidade estratégica seria manifestada na divulgação da Lei Anti-Secessão aprovada em março de 2005, a qual apesar de avançar uma série de propostas positivas no sentido de mitigar o diferendo entre os dois lados do Estreito, vincava claramente a determinação da China de, face a qualquer tentativa de Taiwan no sentido de obter uma independência formal, ou que se tais ações fossem encaradas como um passo irreversível no sentido da não reunificação, justificariam o recurso à força por parte da China (Carriço, 2006: 393).

A linguagem mais assertiva e determinada de Pequim resultou em grande parte da truculência do discurso político de Chen Shui-bian durante a campanha eleitoral presidencial em defesa de um “independentismo 2.0”, e expressa na intenção de realizar um “referendo defensivo” coincidente com as eleições presidenciais, para aquilatar sobre a “vontade independentista da população”, o que terá contribuído para a redação do texto que mereceu uma maior atenção e crítica internacional, particularmente de Washington.

No entanto, uma segunda causa para a aprovação da Lei Anti-Secessão teve a ver com o facto de a Casa Branca ter colocado o *Taiwan Relations Act* de 1979 num patamar de

paridade política com os Três Comunicados Sino-Americanos assinados durante as décadas de setenta e oitenta, enfatizando pela primeira vez um compromisso de segurança mais claro dos EUA face a Taiwan, nomeadamente por parte do Senado norte-americano (Goldstein e Schriver, 2001).

No final o resultado para a China foi uma vez mais a vitória e a reeleição, ainda que por curta margem, do candidato por si menos desejado, Chen Shui-bian.

Numa outra perspetiva, a aprovação desta Lei acabou por ser um alívio e um excelente pretexto para a União Europeia manter o embargo de armas sobre Pequim, pois estava sob pressão dos Estados Unidos para não terminar com este, e que estava em vigor desde a supressão das manifestações estudantis de Tiananmen em 1989 (Carriço, 2005).

No entanto este desaire não impediu Pequim de face à supremacia dos EUA começar a desenvolver também uma estratégia de *hedging* perante Washington, reforçando anteriores ofensivas diplomáticas no sentido de aprofundar a cooperação político-económica com a União Europeia e com a ASEAN.

Quanto à Índia identifica-se um aumento quantitativo de referências (12) maioritariamente neutro mas com uma perceção um pouco mais pessimista. Tal é justificado pelo acordo de cooperação nuclear entre a Índia e os Estados Unidos (iniciado em 2005) que na perspetiva de Pequim materializou uma rutura com a política norte-americana de mais de meio século de combate à proliferação, incentivando países como o Irão, o Paquistão e a Coreia do Norte a acelerarem os respetivos programas nucleares e potenciando uma nova corrida ao armamento nuclear na Ásia, que desestabilizará mais o continente (Levi e Ferguson, 2006) algo de potencialmente negativo para a continuidade do desenvolvimento económico da China. Esta decisão de Washington foi vista como uma manobra de “utilizar a Índia para conter a China”.

O *Zhongnanhai* ficou igualmente desiludido com o facto de Nova Deli não ter tido em atenção a recetividade – para não dizer a preferência de Pequim – relativamente à possibilidade de, no contexto de reforma e alargamento do CS da ONU, poder vir a ser atribuído à Índia um assento de membro permanente, em detrimento de outros candidatos como o Japão, Alemanha e Brasil (Long e Liu, 2007).

As perceções de Pequim face a Nova Deli não assumem um cariz de suspeita porque em abril de 2005, aquando da visita de Wen Jiabao à Índia, foi assinado tanto o acordo de “Parceria Estratégica e Cooperativa para a Paz e Prosperidade” como um protocolo entre os dois governos no sentido de implementarem modalidades de materialização das medidas criadoras de confiança e de gestão da disputa fronteiriça entre os dois países e que já haviam sido propostas em 1996, isto após reuniões preliminares que haviam tido lugar em Pequim três anos antes, aquando da visita do Ministro da Defesa indiano, George Fernandes – a primeira de um governante indiano em mais de dez anos.

Não obstante, não foi possível chegar a um consenso quanto a Arunachal Pradesh, uma área onde um *mix* de nacionalismo e populismo mais vincado do lado indiano, tornam cada vez mais difícil a obtenção de um acordo.

Em resumo, esta edição deixa transparecer uma visão mais negativa da evolução do cenário internacional, ainda que num contexto de aprofundamento da transição face à

multipolaridade. Mas, por outro lado, espelha uma China mais confiante e determinada em termos de política externa, nas respetivas dimensões diplomáticas, económica e militar tanto no plano regional como global, estabelecendo as primeiras iniciativas tendentes à implementação de uma estratégia mais assertiva e de *bedging* face aos EUA.

## 6) Edição de 2008

Esta edição consubstancia o mais elevado salto qualitativo na forma como a China se autopercceciona no seio do sistema internacional: com pertinência e autoconfiança. Com efeito surgem pela primeira vez referências diretas à China como um “Estado importante” do sistema internacional tal como outros “centros de gravidade estratégica” (EUA, UE, Rússia, Índia e Japão – estes dois últimos raramente referidos por Pequim).

Esta categorização é justificada e reforçada por dois acontecimentos ocorridos em 2008: a realização, com um estrondoso sucesso, dos Jogos Olímpicos em Pequim, e a eclosão da crise financeira internacional que fragilizou de sobremaneira o poder, estatuto e influência dos EUA (oito referências, na maioria de conotação neutra) e da UE no cenário internacional, catapultando a China como a principal “tábua de salvação” dos países ocidentais necessitados de massivas injeções de capital, indispensáveis para o financiamento das respetivas dívidas soberanas e obtenção de liquidez por parte das suas instituições bancárias (Overholt, 2010; Chance, 2010; Zheng e Lye, 2010).

Com efeito, o impacto da crise financeira nos Estados Unidos acabou por mitigar e justificar o tom neutro face aos EUA, quando um ano antes, em 2007, as relações bilaterais tinham sido bem mais tumultuosas diplomaticamente do que em anos anteriores, devido ao facto de Washington ter autorizado o Presidente de Taiwan, Chen Shui-bian a fazer escalas “prolongadas” em território norte-americano durante a sua viagem “privada”, à semelhança do que havia ocorrido em 1994, e da intenção demonstrada pela Casa Branca – através de uma notificação enviada ao Congresso – em iniciar mais um pacote de venda de armamento a Taiwan, muito provavelmente em resposta ao bem sucedido teste antissatélites efetuado pela China em janeiro de 2007 (Glaser, 2007: 29).<sup>83</sup>

No entanto, em março de 2008, com a eleição de Ma Ying-jeou como Presidente de Taiwan, as perceções chinesas sofreram uma forte reconfiguração no sentido de um maior otimismo, graças à agenda mais conciliadora e cooperativa de Ma face a Pequim, assente num congelamento de intenções independentistas e no reforço da cooperação económica bilateral, o que certamente justifica o facto de serem feitas apenas sete referências a Taiwan de cariz neutro, algo de inédito no discurso dos Livros Brancos da Defesa Nacional.

---

83 Os EUA recíprocarom com a realização de um teste similar em fevereiro de 2008 a partir de um navio no oceano Pacífico que destruiu em órbita um satélite norte-americano inoperacional.

## Quadro 7

Variação Quantitativa e Qualitativa das Expressões Seleccionadas (2008)

Expressões Seleccionadas	Ocorrência Quantitativa	Percepção Qualitativa (1 a 4)
<i>United States of America (USA)</i>	7	Suspeita (3)
<i>Japan</i>	13	Negativa (4)
<i>Taiwan</i>	7	Neutra (2)
<i>Russia</i>	10	Positiva (1)
<i>India</i>	5	Suspeita (3)
<i>Terrorism</i>	23	Negativa (4)
<i>Sovereignty</i>	6	Neutra (2)
<i>Threats</i>	12	Negativa (4)
<i>International Community</i>	4	Neutra (2)
<i>United Nations</i>	8	Neutra (2)
<i>Shanghai Cooperation Organization (SCO)</i>	5	Positiva (1)
<i>ASEAN</i>	13	Positiva (1)

O novo líder do governo de Taiwan (7 referências neutras) expressou a intenção de entabular no futuro conversações com Pequim, depois das questões económicas bilaterais serem resolvidas. Tais conversações seriam no entanto enquadradas por três vetores dos quais Taipé não abdicaria: (1) da necessidade do país; (2) do apoio da população; e (3) sendo supervisionadas pelo parlamento.

Esta “escassez” de referências tanto aos EUA como a Taiwan parece também ser o produto de uma renovada confiança chinesa e o resultado das “tremendas alterações” ocorridas no sistema internacional com “novas e inesperadas ameaças” (12 referências, todas negativas) a surgirem, que potenciam a “aceleração da ascensão e queda das forças estratégicas internacionais” (e.g. *China vs EUA*) e um profundo reajustamento desse mesmo sistema.

Pequim considera muito baixo o risco de ocorrência de grandes guerras (visão mais otimista que na edição anterior) mas persiste na crítica velada – ainda que bem mais moderada – às “políticas de poder e de hegemonia” que alguns Estados teimam em manter, as quais minam a possibilidade de constituição de um “mundo harmonioso”, defendido de acordo com a nova liturgia de Hu Jintao – oficialmente sancionada pelo PCC – e que surge pela primeira vez mencionada nos Livros Brancos da Defesa.<sup>84</sup>

Esta conceptualização tipicamente Confuciana de “grande harmonia” (*datong*), não consegue no entanto, segundo alguns detratores, evitar os problemas resultantes da associação da China a Estados cujo comportamento no plano interno e internacional não deixa de ser problemático, ao mesmo tempo que na prossecução dos seus interesses nacionais a China não deixa ocasionalmente de demonstrar uma certa indiferença

84 Tal como a referência ao conceito de Hu Jintao da “perspetiva científica de desenvolvimento da China”.

perante as prioridades e valores das outras grandes potências, ao abrigo do lema “igualdade na diversidade”.

No entanto, e pragmaticamente, ela sublinha no essencial a esperança do país em ter uma “vida calma no plano estratégico” e, em consequência, um papel moderado e moderador como potência responsável no seio do sistema internacional. Em resumo, “a ascensão/desenvolvimento pacífico num mundo harmonioso” espelham o desejo e o desafio que é para a China equilibrar a prossecução dos seus interesses nacionais, minimizando o *hedging* da grande potência e de outras potências regionais direcionado contra si.

Apesar deste enquadramento, o instrumento militar continua a ser visto como particularmente importante, sendo efetuadas referências diretas ao facto de a “influência dos fatores militares estar a aumentar nas relações entre os Estados” potenciada pela *Revolution in Military Affairs*, que leva muitos países a “apoiarem a sua diplomacia em meios militares”, refletindo-se numa corrida aos armamentos em algumas regiões do planeta (*i.e.* Ásia-Pacífico), o que fragiliza o regime de não proliferação de armamento advogado pela ONU (8 referências, na maioria positivas) e pela comunidade internacional (4 referências, todas positivas).

Na Ásia-Pacífico, a China descreve a cooperação no âmbito da segurança como “boa e estável”, fruto de em 2007 e 2008 se terem efetuado uma série de reuniões multilaterais onde a China esteve presente: ASEAN+3 (13 referências, todas positivas) e *East Asian Summit*, onde foi assinada a Declaração de Cebu de 2007, sobre a Segurança Energética no Leste da Ásia (Cossa e Glosserman, 2007: 4; Sutter, 2007).

Pequim sente-se relativamente confortável com o multilateralismo regional, que reconhece como sendo passível de aperfeiçoamento no sentido de a ASEAN+3 poder vir a ser o núcleo de uma comunidade de cooperação económica e de segurança no Leste da Ásia, mais útil e eficaz que a política de alianças regionais dos EUA que, em parte, contribui para agudizar as disputas territoriais entre alguns Estados da região (*e.g.* China *vs* Japão; China *vs* Vietname, Filipinas, Malásia, Indonésia).

No entanto, Pequim realça pela primeira vez neste tipo de publicação que não obstante o seu extensivo programa de modernização militar, não tem intenções expansionistas ou hegemónicas, independentemente da previsível continuação do crescimento do seu poder, pois necessita tanto de estabilidade externa ao país como de estabilidade interna.

Nesta edição e à semelhança das edições anteriores, a China continua a descrever um cenário ambivalente, no qual vê desenvolvimentos positivos em termos da sua segurança – reconhecendo por exemplo que esta melhorou significativamente – mas, não esconde a sua perceção de insegurança latente e continuada, resultante do facto de a crise financeira internacional ter agudizado a crise alimentar e energética mundial, as quais substanciam dois dos vários exemplos do recrudescimento das ameaças não tradicionais à segurança dos Estados, o que releva o papel que a comunidade internacional e a ONU devem ter na concertação de políticas capazes de limitar o impacto negativo destes riscos. Por outro lado, e reforçadamente, Pequim descreve-se como enfrentando “manobras de

contenção ao seu crescimento vindas do exterior do país e tentativas de disrupção da sua estabilidade no plano interno” (e.g. Tibete e Xinjiang).

Quanto à Índia apesar do registro de alguns progressos, nomeadamente a assinatura de um Memorado de Entendimento de Cooperação na área da defesa em 2006, a percepção é de suspeita (5 referências, na maioria de suspeita), graças a alguns desenvolvimentos relativamente negativos na perspectiva de Pequim.

O primeiro resultou do acordo de cooperação nuclear de Nova Deli com Washington, assinado em julho de 2007 e que em outubro de 2008 foi ratificado pelo Congresso dos EUA, legalizando a venda de tecnologia nuclear norte-americana à Índia (Bajoria, 2008).

O segundo fator modelador da percepção de suspeita resultou das intenções ventiladas por Washington em desenvolver a médio prazo no contexto regional asiático e no âmbito da segurança e defesa uma cooperação quadrilateral alargada com o Japão (13 referências, todas negativas), a Austrália e a Índia, algo que foi definido pelo General Xiong Guangkai como um “plano de estabelecimento de uma caixa de contenção geográfica da China à sua esfera continental”.<sup>85</sup> As suspeitas chinesas foram mais acentuadas quando entre 4 e 9 de setembro de 2007 os quatro países (mais Singapura) levaram a cabo o maior exercício naval multilateral conjunto dos últimos trinta anos na Ásia (mais concretamente na região do mar de Andaman e do Estreito de Malaca), que a maioria dos estrategistas chineses interpretou como uma demonstração de força quanto à capacidade desta “pseudo-coligação” em controlar e bloquear (se necessário) a circulação marítima no Estreito de Malaca – vital para a China e para os países do Nordeste Asiático.

Pequim vê a Índia como uma peça de um puzzle mais alargado e desenvolvido sob a égide dos EUA que visa o seu cerco continental e marítimo. Na frente continental o Paquistão e a SCO funcionam como contrapesos geoestratégicos aos EUA e à Índia<sup>86</sup>; e na frente marítima Myanmar, Bangladesh e o aprofundar das relações de cooperação económica com a ASEAN, poderão desejavelmente contribuir para tal desiderato face aos EUA, Índia e Japão.<sup>87</sup>

Quanto ao Japão a reiteração das visitas do Primeiro-Ministro Koizumi ao templo *Yasukuni* associadas às manobras diplomáticas de Tóquio no sentido de poder vir a obter um assento como membro permanente do CS da ONU (no caso de ser aprovada uma reforma do mesmo) foi alvo de intensas críticas por parte de Pequim, as quais geraram manifestações de protesto em várias cidades chinesas.

Se combinadas com as disputas territoriais marítimas, a persistência da questão da história nas relações bilaterais, o aprofundamento paulatino da cooperação militar com

85 Comunicação efetuada no dia 13 de novembro de 2007 perante os participantes do Simpósio Internacional sobre Segurança na Ásia-Pacífico, organizado pela Universidade de Defesa Nacional do EPL (notas do autor).

86 Para uma desmistificação da profundidade de dinamismo das relações entre a China e o Paquistão por comparação com as relações entre a China e a Índia veja-se Curtis e Scissors (2012).

87 O início das relações bilaterais no plano da defesa entre a China e a Tailândia (designada, tal como as Filipinas como um dos grandes aliados dos EUA não pertencentes à NATO) em 2006 não deixa de ser elucidativo quanto a esta estratégia. Reforçadamente, e apesar da disputa sobre o arquipélago das Spratly, Pequim doou a Manila em 2006 equipamento militar destinado a combater os rebeldes secessionistas.

os EUA, Índia e a Austrália, e a participação de forças militares japonesas no Iraque e no Afeganistão, acabam por continuar a moldar o padrão negativista da percepção das relações de segurança bilaterais, apesar de em abril de 2006 os dois países terem acordado o estabelecimento de uma linha telefónica direta entre os dois Ministérios da Defesa para gerirem potenciais crises bilaterais e da proposta do Primeiro-Ministro Abe Shinzo de construção de uma “relação estratégica mutuamente benéfica” (*zhanlue hubui guanxi*) ter sido aceite pelo seu homólogo chinês (Weitz, 2008: 93; Bush, 2010: 21).

A cooperação com a Rússia (dez referências, todas positivas) foi reforçada no âmbito bilateral e da SCO (5 referências, todas positivas) com a realização do segundo exercício da série *Peace Mission* (agora o de 2007 – que contou pela primeira com a participação de forças militares de todos os países) bem como pela continuada reiteração dos pedidos de retirada da presença militar norte-americana da Ásia Central.

No entanto, tectonicamente, continua a ser notada uma certa dúvida quanto à durabilidade e força da relação bilateral a longo prazo, pois Moscovo tende a encarar com cada vez maiores suspeitas um excesso de dependência económica face a Pequim, percecionando uma gradual e maior preponderância da China na relação bilateral no seio da SCO (daí a ênfase dada por Moscovo em reativar a *Collective Security Treaty Organization* – CSTO), o que tem o condão de do lado de Pequim ser visto como um menor empenho do Kremlin e uma maior desconfiança face a este.<sup>88</sup> Por enquanto a relação bilateral é o resultado de uma necessidade mútua e pela falta de alternativas ante a preponderância de poder dos EUA, ou seja aquilo que Bobo Lo (2008) inspiradamente define como “um eixo de conveniência”.

Em resumo, esta é uma edição que materializa uma marcante evolução, ainda que na continuidade, das percepções de segurança da China. Esta vê-se agora de uma forma mais confiante e define a sua importância num sistema internacional em clara evolução para uma multipolaridade como particularmente relevante, tanto pelos contributos que possa trazer como “ator responsável” (ainda que não exatamente segundo a formulação expressa pelos EUA de *responsible stakeholder*) na prevenção e resolução de conflitos, bem como para a preservação da estabilidade do sistema internacional da qual é um defensor.

A percepção de que a sua diplomacia omnidirecional no plano regional asiático e global começa a dar os seus frutos, em conjugação com a ação do governo aquando da crise financeira de 2008, espelham uma China cada vez mais confiante no seu futuro mas também não menos alerta quanto aos permanentes e novos riscos e ameaças que permeiam a sua envolvente de segurança internacional.

## 7) Edição de 2010

Na mais recente edição dos Livros Brancos da Defesa Nacional constata-se um ainda maior refinamento das percepções de (in)segurança da China. Denota-se a continuação e aprofundamento da autoperceção da crescente e incontornável importância do país no

---

<sup>88</sup> É relevante realçar que a China recusou a proposta russa de realizar o *Peace Mission 2007* sob os auspícios conjuntos da SCO e da CSTO, dada as maiores e melhores capacidades militares desta. Ou seja Pequim e Moscovo veem a realização de exercícios militares multinacionais conjuntos sob uma perspetiva tão cooperativa quanto competitiva (Lo, 2008: 49).

sistema internacional<sup>89</sup> bem como de um certo discurso “excepcionalista” ainda que por anteposição ao “excepcionalismo” norte-americano.

No entanto, a prática diplomática chinesa manteve a preferência, pelo menos quanto ao futuro próximo, em se autopreservar relativamente ao desempenho de papéis proeminentes de liderança internacional e das obrigações que daqui decorrem. Pequim continua a optar por participar em mecanismos operacionais mais consensuais, incrementalistas e menos alimentadores de uma ansiedade global, que pode potencialmente ser detrimental para os seus interesses nacionais mais imediatos.

Esta opção de conduta estratégica é perfeitamente enquadrada e explicada pela *weltanschauung* do “mundo harmonioso” que deve pautar as relações de interdependência entre a China e o resto do mundo, sendo nesta edição reformulada discretamente ao adicionar-se a necessidade de o país tirar vantagem do período de oportunidade estratégica (até 2020), para reforçar o seu modelo de desenvolvimento científico com vista à construção de uma “sociedade moderadamente próspera” e de umas forças armadas fortes.

As referências à importância da comunidade internacional (sete, positivas), da ONU (nove, positivas) e desta na defesa da soberania e segurança dos Estados (cinco, positivas) mantêm genericamente o padrão quantitativo e qualitativo da edição anterior.

A evolução do sistema internacional em direção a uma multipolaridade assente na paz, desenvolvimento e cooperação, é agora descrita como irreversível (crise financeira *oblige*), apesar da intensificação da competição estratégica e das “contradições entre países desenvolvidos e em desenvolvimento” que podem ser agudizadas pela natureza mais integrada, complexa e volátil das novas ameaças (10 referências, todas negativas).<sup>90</sup>

Estas alterações telúricas mas sistémicas estão a reequilibrar a distribuição de poder, com a ascensão dos novos países emergentes, o que poderá conduzir a uma reforma do sistema internacional. Esta reforma não é necessariamente má, pois o futuro da humanidade é caracterizado como “promissor”.

A “competição militar internacional” é descrita como sendo acentuada e englobando agora novas dimensões (espaço, ciberespaço e regiões polares) e novos desenvolvimentos tecnológicos tanto ao nível do sistema de defesa antimíssil como da conceção estratégica e doutrínaria por parte dos EUA (com seis referências, todas de caráter suspeito) numa alusão à intenção de estabelecimento de uma *air-sea battle doctrine* e de um sistema de *Prompt Global Strike* (NTI, 2011) para obstar às estratégias de negação de acesso desenvolvidas pela China e pelo Irão, em reforço da sua estratégia de *offshore balancing*.

---

89 Por exemplo a ideia de um G-2 – China/EUA, formulada por Zbigniew Brzezinski, mas que não colheu grande recetividade em ambas as capitais.

90 Exemplificada pela persistência da crise financeira internacional e pelo recrudescimento da pirataria marítima, a qual levou a China a participar pela primeira vez numa missão militar naval fora da região da Ásia-Pacífico, mais especificamente nas costas da Somália.

## Quadro 8

### Variação Quantitativa e Qualitativa das Expressões Seleccionadas (2010)

Expressões Seleccionadas	Ocorrência Quantitativa	Percepção Qualitativa (1 a 4)
<i>United States of America (USA)</i>	6	Suspeita (3)
<i>Japan</i>	13	Negativa (4)
<i>Taiwan</i>	6	Neutra (2)
<i>Russia</i>	14	Positiva (1)
<i>India</i>	8	Neutra (2)
<i>Terrorism</i>	22	Negativa (4)
<i>Sovereignty</i>	5	Positiva (1)
<i>Threats</i>	10	Negativa (4)
<i>International Community</i>	7	Neutra (2)
<i>United Nations</i>	9	Positiva (1)
<i>Shanghai Cooperation Organization (SCO)</i>	9	Positiva (1)
<i>ASEAN</i>	12	Positiva (1)

De facto, as relações de segurança e defesa com os EUA continuam a ser vistas de uma forma ambivalente. Apesar de alguns progressos como a inauguração de uma linha telefónica directa entre a CMC e o Pentágono), a ocorrência de incidentes marítimos<sup>91</sup>, a aprovação de mais um pacote de venda de armas a Taiwan por parte de Washington, a publicação dos relatórios anuais do Pentágono sobre a evolução do poder militar da China, os quais tendem a reforçar cada vez mais as consequências nefastas e limitativas para a projecção de poder aéreo e naval dos EUA na região asiática, tendem a minar os avanços alcançados e a acicatar as percepções de suspeita por parte da China.

Na verdade os dois primeiros anos da nova administração de Barack Obama sublinham o facto de que quem pautou a agenda bilateral foram os EUA, refletindo uma quase *mirror image* em termos de percepções face à China daquilo que são as percepções da China face aos EUA: ambos reconhecem a respetiva importância estratégica e a necessidade de fazerem face aos desafios de segurança comuns, mas alimentam percepções mútuas de insegurança (Carriço, 2012). Daqui se explica a realização em julho de 2009 e Washington, da primeira ronda de negociações no âmbito do recentemente criado Diálogo Estratégico e Económico entre os dois países como instrumento potencialmente mitigador desta dicotomia perceptiva.

De facto, a visita do Presidente Obama à China em novembro de 2009 levou a um diálogo franco e prolongado (mais de seis horas) entre os dois líderes focando assuntos delicados como a proliferação nuclear, os direitos humanos, as alterações climáticas, a questão do Tibete, a questão de Taiwan (na qual os EUA afirmaram que continuaram a respeitar o

91 Como a não permissão para o porta-aviões *Kitty Hawk* fundear no porto de Hong Kong no *Thanksgiving Day*, quando um mês antes existia uma autorização para tal, e o incidente com os navios hidrográficos norte-americanos *Impeccable* e *Victorious* no Sul do Mar da China em março e maio de 2009, devido à diferente interpretação da UNCLOS.

*Taiwan Relations Act*, o que implicaria a continuação da venda de armas a Taipé), terminando numa nota bastante positiva diplomaticamente com a assinatura de uma declaração conjunta – a primeira desde 1997 – duplindo a crescente profundidade e extensão das relações bilaterais. O documento inclui uma declaração chinesa que vê como “benigna” a presença militar dos EUA na preservação da paz e segurança na Ásia-Pacífico e o compromisso de se aprofundar os contactos militares, mas, enfatiza, “sem que estes desrespeitem os interesses vitais (*i.e.* Taiwan, Tibete, Xinjiang e Sul do Mar da China) de cada um dos países, como chave para o desenvolvimento positivo da relação bilateral”.

Neste biênio a nova liderança da Casa Branca viu o poder e influência da China sob uma perspectiva menos ameaçadora que a presidência de George W. Bush (ainda que em resultado do impacto da crise financeira global). Em vez de querer que a China demonstrasse ativamente as suas credenciais como ator responsável do sistema internacional – o que quer tal significasse –, Washington optou por requerer a contribuição voluntária e construtiva de Pequim, especialmente em *fora* multilaterais asiáticos, em prol da concretização de alguns dos objetivos regionais dos EUA, procurando demonstrar que a coexistência de dois mecanismos distintos de segurança regional (alianças bilaterais e diálogos cooperativos multilaterais) era compaginável e mutuamente reforçadora.

Para Pequim a região da Ásia-Pacífico é caracterizada como genericamente estável graças a uma boa cooperação económica regional – para a qual a China tem contribuído de forma “responsável” – mas que no plano de segurança está a atravessar um período de profunda alteração da sua “paisagem estratégica” através do paulatino reforço das alianças regionais dos EUA como *pivot* asiático (The White House, 2012), o que acentua na ótica de Pequim, em claro contraponto à visão de Washington, a sua potencial propensão a um maior intervencionismo na região – algo que não é encarado como particularmente positivo a longo prazo, pois esconde intenções de conter o seu crescimento e de minar internamente a estabilidade e desenvolvimento da China.

Quanto à ASEAN esta edição reconhece “obliquamente” a “persistência de disputas territoriais marítimas pontuais” com países desta organização (12 referências, todas positivas) que podem colocar em causa a “integridade territorial e os legítimos interesses do país”.

São manifestadas as preocupações com áreas instáveis na vizinhança da China (*i.e.* península coreana e Afeganistão) e com as ameaças terroristas (22, todas negativas) e separatistas (*i.e.* Tibete e Xinjiang) cujo combate passa por mecanismos multilaterais cooperativos regionais e globais.

Numa tónica mais positiva são admitidos os significativos desenvolvimentos verificados no relacionamento entre os dois lados do Estreito de Taiwan (seis referências, todas neutras) materializados de forma bastante importante pelo reforço dos voos diretos regulares entre Taiwan e a China, concluindo a proposta de estabelecimento de três ligações (*san tong*) entre os dois lados do Estreito (aérea, marítima e postal). Na realidade Pequim parece agora acalentar a esperança que, independentemente dos desenvolvimentos táticos que possam ocorrer nas relações bilaterais, o aprofundamento destas e a menor “securitização” das mesmas poderá levar a uma maior estabilidade e previsão, contri-

buindo para uma desejável (na ótica de Pequim) marginalização do papel de Washington, podendo tal desiderato ter repercussões positivas para a China na forma como a região asiática percebe a expansão do seu poder (Swaine, 2011a: 89).

A gestão desta percepção é importante para Pequim, pois mais recentemente o governo chinês parece começar a denotar um certo grau de desconforto com uma evolução da Ásia no sentido da multipolaridade, quando aquilo que verdadeiramente desejaria seria uma multipolaridade global e uma unipolaridade regional asiática, neste caso com a China como *pivot* (ou no pior dos casos uma bipolaridade com os EUA).<sup>92</sup>

As relações com o Japão (13 referências, todas negativas) continuam sob uma tônica perceptiva pessimista, reflexo de um quase inescapável dilema de segurança bilateral: a China receia uma cada vez mais plausível “normalização” do Japão como potência militar, refutando a possibilidade de Tóquio poder vir a ter um papel legítimo no plano cooperativo e de segurança no espaço asiático e no CS da ONU; o Japão receia uma China militarmente mais assertiva e capaz, passível de marginalizar a sua influência regional.

Esta dinâmica é alimentada *ad nauseum* – e independentemente das alterações governativas no Japão – pela não resolução definitiva da “questão de face” associada aos crimes de guerra cometidos pelo Japão na China durante a Segunda Mundial e pelas disputas territoriais marítimas no Leste do Mar da China (com cada vez maior número de incidentes entre navios pesqueiros, da Marinha e Guarda Costeira chinesa e a Guarda Costeira e a Marinha japonesa – Swaine, 2011: 485, nota 46), que contribuem para alimentar dinâmicas nacionalistas muito fortes e de difícil gestão pelos respetivos governos, apesar do acordo assinado em junho de 2008 sobre a exploração conjunta dos recursos existentes no Leste do Mar da China.<sup>93</sup>

As percepções face à Índia alteraram para um padrão neutro (oito referências) resultado do incremento do seu poder e influência regional e global; do aprofundamento da sua cooperação com os EUA, com os países do Golfo Pérsico e do Sudeste asiático; do cada vez mais marcado e assinalável investimento na modernização e aquisição de novas capacidades militares; das crescentes necessidades de matérias-primas e de energia (que a tornam num competidor direto da China em termos de fornecedores de petróleo e gás natural); e do cada vez maior número de pequenos incidentes fronteiriços na linha de controlo atual da fronteira entre os dois países (Holslag, 2009: 817; Das, 2010: 119).

Apesar da visita do Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh a Pequim em janeiro de 2008, a China já não apoia de forma aberta a ambição indiana de ter assento permanente no CS da ONU, ainda que, e ao contrário do que concerne ao Japão, manifeste uma simpatia e compreensão por tal ambição. A não resolução da disputa territorial fronteiriça

---

92 Uma frase ilustra bem a forma como Pequim, Washington e Nova Deli desejam a evolução do sistema internacional. Washington defende um sistema unipolar global e uma Ásia multipolar; Pequim deseja um sistema multipolar global e uma Ásia unipolar; e Nova Deli deseja um sistema global multipolar e uma Ásia multipolar.

93 Note-se que apesar de a China ter começado a explorar as jazidas de gás na área em disputa em meados da década de noventa, o Japão só começou a opor-se de forma assertiva a estas atividades quando Koizumi assumiu o cargo de Primeiro-Ministro.

(Arunachal Pradesh, Jammu, Caxemira e Sikkim) continua a pesar nas relações bilaterais, não obstante a realização de exercícios militares conjuntos em dezembro de 2007 em Kunming (China) e em 2008 em Belgaun (Índia) – denominados de *Hand in Hand* – em regiões que são uma charneira geográfica entre o Tibete e Myanmar, onde ambos países dirimem interesses político-económicos e de segurança.

As relações com a Rússia continuam a ser percecionadas de forma positiva (14 referências) apesar das dúvidas omnipresentes quanto ao empenho de Moscovo na parceria estratégica com Moscovo. De facto a China vê a Rússia como sendo uma potência que ainda que próxima geograficamente é distante em termos de influência regional asiática, encarando-a cada vez mais como um cada vez menor fornecedor de armamento, um importante fornecedor de gás natural e de petróleo (mas do qual não quer estar excessivamente dependente, apesar do significativo acordo assinado em fevereiro de 2009 e que lhe permitirá receber diariamente 300 mil barris de petróleo durante os próximos 20 anos), e um parceiro que pode ser persuadido, ainda que com dificuldade, a ser mais condescendente com o alargamento da penetração e da influência político-económica e militar da China no seio da SCO.

A guerra de agosto de 2008 entre a Rússia e a Geórgia, que coincidiu exatamente com a cerimónia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim, acabou por ensombrar diplomaticamente as mesmas cerimónias, para claro desagrado da China (contribuindo em parte para as desconfianças chinesas). Este desconforto diplomático foi ainda mais agravado quando, posteriormente, Moscovo reconheceu a secessão e a declaração de independência da Ossétia do Sul e da Abcázia, tal como o Ocidente havia feito com o Kosovo, levando Pequim a ver nesta atuação a criação de sérios precedentes que poderiam ser aplicados no futuro em relação a Taiwan, Xinjiang ou Tibete.

Quanto à SCO denota-se um incremento sensível qualitativo das referências positivas (nove), reflexo da crescente perceção da maior preponderância de Pequim nos mecanismos internos da organização (como a criação e dinamização do fórum informal de segurança e defesa, que reúne os Ministros da Defesa dos Estados membros – numa réplica do modelo do *Shangri-la Dialogue*), a qual tem vindo a alargar e aprofundar – graças também a sucessivas propostas chinesas – o espectro da sua atividade, passando mais recentemente pela intenção de ser uma plataforma de projeção da cooperação económica e comercial entre os Estados que dela fazem parte.

Esta é uma dinâmica que tenderá a beneficiar mais a China que a Rússia, contribuindo necessariamente para uma maior vulnerabilidade da ação desta no seio da SCO, daí, reitera-se, a importância crescente dada por Moscovo ao revigorar da *Collective Security Treaty Organization*, como referiu – ainda que obliquamente – o General e Embaixador Vyacheslav Trubnikov numa conferência dada no Instituto da Defesa Nacional, em novembro de 2011.<sup>94</sup>

---

94 Relevadas pelo facto de que a China tem sido muito circunspecta no que concerne a um aprofundamento da cooperação entre as duas organizações, limitando os contactos ao plano institucional sem qualquer output ao nível operacional (Masayuki, 2011: 9).

No plano interno e apesar do estrondoso sucesso que foi a organização dos Jogos Olímpicos de Pequim em agosto de 2008, os primeiros sete meses deste ano materializou uma série de tremendos desafios à estabilidade social e à autoridade e credibilidade do governo central chinês. De facto as manifestações mais ou menos violentas que ocorreram no Tibete, em Sichuan e em Xinjiang (com atentados contra elementos da Polícia Popular Armada em julho de 2008<sup>95</sup>) foram vistas pelo *Zhongnanhai* como um desafio à sua autoridade e uma tentativa de descredibilizar o governo, meses antes de o país ser exposto a uma das maiores montras mundiais de projeção do orgulho e prestígio nacional: a organização dos Jogos Olímpicos (Brownell, 2008; Brady, 2009; Barmé, 2009).

Adicionalmente o enorme sismo de Wenchuan (província de Sichuan) em maio de 2008 que vitimou mais 70 mil pessoas e deixou 5 milhões de desalojados, ainda que de forma trágica, teve o condão de gerar uma vaga de simpatia e de ajuda, tanto nacional como internacional, que permitiu a Pequim reduzir a onda de crítica e de censura que estava a alargar-se internacionalmente, devido à repressão dos protestos no Tibete e Xinjiang (Smith, 2010; Hastings, 2011).

O preponderante papel desempenhado pelo EPL nas operações de socorro às vítimas e as lições que a estrutura militar e política retirou desta atuação veio acelerar a formulação, adaptação e aprovação face à realidade chinesa do conceito militar norte-americano de “*Major Operations other than War*”.

Em resumo, esta edição reflete a crescente importância da China nos assuntos internacionais, não apenas no plano da segurança mas também da governação global. Mas também não deixa de espelhar algumas das contradições da sua política externa tanto ao nível do combate à crise financeira internacional, no combate às alterações climáticas, no apoio a uma missão de observação militar da União Africana sob os auspícios da ONU no Darfur, na crítica ao regime militar de Myanmar pela supressão violenta das manifestações, e no apoio à suspensão do programa nuclear norte-coreano<sup>96</sup>, sendo mais circunspecta e reticente quanto à estratégia a seguir relativamente ao programa nuclear do Irão (pelo seu valor como fornecedor de energia); e na resolução das disputas marítimas com a ASEAN e com o Japão, e da delimitação da fronteira terrestre com a Índia.

Esta ambivalência é justificada pela intenção – pragmática – de manter todas as suas opções em aberto, mas também espelha uma China como uma potência hesitante, sendo tratada e crescentemente aceite como tal pelas outras potências (incluindo os EUA), mas renitente em assumir uma maior proatividade, coadunante com esta maior preponderância do seu poder e estatuto. Tal é o reflexo da necessidade permanente em conseguir um

---

95 Que serviram de antecâmara à insurreição violenta em julho de 2009, quando se atingiu o apogeu dos protestos que deixaram cerca de 200 mortos e quase dois mil feridos. A supressão dos protestos em Urumqi levou o número dois da *Al-Qaeda*, Ayman al-Zawahari, a apelar a uma *jihād* global contra a China, o que levou a *Al-Qaeda* no Magrebe a anunciar que iria atacar cidadãos e interesses chineses na região (Ratner, 2011: 31).

96 Onde desempenha um papel importante no sentido de persuadir Pyongyang a cessar as suas atividades nucleares – o que não foi conseguido em 2009, como ficou provado pelo aumento da belicosidade norte-coreana através do lançamento de um míssil intercontinental sobre o Japão em abril e da realização de um teste nuclear subterrâneo em maio.

difícil equilíbrio entre os seus interesses, que cada vez mais se intersejam com os interesses globais, e a preservação de uma estabilidade e segurança interna.

## 5. Conclusões

Ao contrário dos regimes democráticos ocidentais, a China estabeleceu uma estratégia comunicacional centralizada e mais impermeável a ineficiências burocráticas, fruto tanto da capacidade em local e mobilizar recursos, como de controlar os temas do seu discurso de segurança e defesa. Tal resulta, em parte, do facto de existir na sua cultura estratégica uma componente bastante forte de valoração da importância atribuída à capacidade de influenciar em seu benefício as percepções do seu público-alvo (*e.g.* Sun Zi).

A operacionalização deste discurso passa, por exemplo, pelo recurso sistemático a uma série de formulações “alfanuméricas de raiz Confuciana” (*e.g.* Cinco Princípios da Coexistência Pacífica) por parte da sua diplomacia bem como por grupos de interesse residentes no exterior do país – que não se cingem apenas a diáspora chinesa – com o intuito de reforçarem a mensagem da natureza pacífica e não revisionista da ascensão do país no seio do sistema internacional.

Tal desiderato recorre ao emprego – entre outros instrumentos – de mecanismos mediáticos de comunicação estratégica. À semelhança de outras grandes potências, a China passou a recorrer com cada vez maior frequência mas não necessariamente com mais eficácia a este tipo de instrumentos com o objetivo de moldar positivamente as percepções e de persuadir públicos-alvo externos ao país no sentido de compreenderem, aceitarem e, desejavelmente, não hostilizarem a sua política externa, sendo exemplos desta lógica a publicação de vários Livros Brancos sobre as mais diversas áreas da política externa e interna da China.

Sob o macro enquadramento evolutivo definido por Deng Xiaoping de “paz e desenvolvimento” e atualizado por Hu Jintao para “paz, prosperidade e desenvolvimento social global” (*i.e.* mundo harmonioso), Pequim desenvolve e divulga publicamente o discurso de segurança e defesa nacional bem como os riscos e ameaças a esta através dos Livros Brancos da Defesa, os quais têm sido um dos seus instrumentos de eleição, pois permitem enfatizar a “natureza pacífica” da modernização das suas forças armadas, os “modestos” objetivos da sua defesa nacional, e a importância da confiança mútua e da cooperação entre os Estados como fatores preponderantes para uma desejável estabilidade dos sistema internacional da qual a China tanto depende. Para Lewis e Xue (2006: 24-25), tal reflete a moderna tradição chinesa que refuta com mais facilidade que a sua congénere ocidental o recurso à força militar (*shangwu*), preferindo evitar o seu emprego (*rouyi*), a não ser em casos extremos.<sup>97</sup>

97 Para uma perspetiva contrária de cariz histórico que defende uma visão mais belicista da China de acordo com um “paradigma *parabellum*” de realismo cultural veja-se Johnston (1998). Existe um adágio chinês que afirma que “aqueles que são bons na guerra, a ela não recorrem ou sobre ela não falam” (*shan zhan zhe bu yan zhan*).

Apesar da natureza relativamente genérica da maioria dos conteúdos descritivos das várias edições, que lhe têm valido acusações de falta de transparência (quadro 9), a evolução, ainda que paulatina neste campo, deve ser elogiada, apesar da existência de diferentes critérios quanto ao entendimento do que é a “transparência militar”, gerar desconfianças no campo das percepções mútuas sino-americanas e sino-japonesas no plano da segurança e defesa.

### Quadro 9

Evolução do *Rating* de Transparência dos Livros Brancos da Defesa (1998-2010) segundo os Critérios da Universidade de Defesa Nacional dos EUA

Chinese Defense White Paper Transparency Ratings, 1998–2010							
White Papers	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Security Environment							
International							
Regional							
Internal							
National Security Goals							
Strategic							
Tactical							
General Defense Policy							
Doctrine							
Mission							
Major Areas of Concern							
International							
Regional							
Internal							
Current Defense Posture							
Total Personnel							
Structure of Force							
Command Structure							
Armaments							
Defense Management							
Overall Budget							
Budget Trends							
Planned Acquisitions or Procurements							
International Activity							
Relationships, Exchanges, Joint Exercises							
PKO/Humanitarian Missions							
<b>Key</b>							
No Transparency	Low Transparency	Medium Transparency	High Transparency				

Fonte: Saunders e Rustici (2011: 3)

Enquanto os norte-americanos, e japoneses, entendem a transparência militar através da descrição das estratégias, planos, intenções e catálogo de forças, da sua composição, articulação e capacidade operacional, para além dos sistemas de armas disponíveis, como sendo fulcrais para a criação de confiança mútua e a instrumentalizam a seu favor pois partem de uma posição de superioridade tecnológica e operacional quase esmagadora, os chineses defendem que é essencial manter algum secretismo no plano das intenções de forma a preservarem uma certa capacidade de dissuasão face às forças norte-americanas

em caso de um conflito em Taiwan. Como referiram o Professor Shen Dingli da Universidade de Fudan e o General Xiong Guangkai do Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais, “não podemos ser tão transparentes quanto possamos desejar, pois não revelamos a forma como vamos derrotar as forças militares de Taiwan e dos EUA em caso de conflito no Estreito”.<sup>98</sup>

Mas têm existido evoluções dignas de realce, como por exemplo uma área onde as missões atribuídas ao EPL são agora mais claras, ainda que não deixem de criar uma maior ansiedade regional, são as das designadas “Missões históricas das forças armadas chinesas na nova etapa do século XXI” (*Xin shiji xin jiedanan wojun lishi shiming*). Inicialmente formuladas por Hu Jintao em 2004 e promulgadas oficialmente em 2010 estão interligadas à defesa dos interesses vitais da China: defesa da soberania nacional; preservação da segurança nacional; defesa da integridade territorial; unidade nacional; estabilidade do sistema político de acordo com o definido pela Constituição; e a proteção de um desenvolvimento económico sustentável. Estes fundamentos vieram também a contribuir para clarificar as prioridades da sua política externa e de defesa (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 2011; s.a., 2011a).

O “hábito” de publicação dos Livros Brancos da Defesa por parte da China parece ter-se sedimentado definitivamente. Ainda que alguns analistas, especialmente norte-americanos, japoneses e indianos, alberguem dúvidas quanto ao racional parametrizador das políticas expressas nestes documentos, a verdade nua e crua é a de que é melhor que haja acesso e divulgação pública dos mesmos do que na sua ausência, limitarmo-nos a exercícios meramente pitonísianos.

Claro que continuam a ser omissas informações básicas sobre o EPL que são do conhecimento geral, mas que a CMC tem optado por não divulgar (*e.g.* número de efetivos por ramos). Além do mais, algumas das políticas, programas e decisões expressas nos vários Livros da Defesa sofrem de uma dilação temporal excessiva em termos de divulgação – *e.g.* a política de estabelecer como ramos prioritários de modernização a Marinha, a Força Aérea e a Segunda Artilharia, divulgadas na edição de 2004 e a necessidade de aumentar a profundidade estratégica da China, referida na edição de 2006 foram aprovadas em 2002. Assim, quando se lê estes documentos, devemos ter em consideração que eles não espelham os últimos desenvolvimentos em termos de política de defesa nacional.

Cada edição é também o produto de uma análise de segurança internacional limitada temporalmente. A primeira edição (1998) foi moldada pela necessidade de contrabalançar a chamada “teoria da ameaça chinesa” na região da Ásia-Pacífico e no sudeste asiático, pelo que a divulgação deste Livro Branco destinou-se a transmitir uma mensagem aos países vizinhos relativa à vontade da China em aumentar a sua comunicação e transparência

---

98 Comunicações efetuadas respetivamente no *Center for American Studies* da Universidade de Fudan em 1 de novembro de 2007 e do General Xiong Guangkai, Diretor do Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais em 9 de novembro de 2007 durante o *International Symposium Course on Asia-Pacific Security* organizado pela Universidade de Defesa Nacional do EPL. Estas declarações geraram um forte resposta do adido de defesa dos EUA em Pequim que também frequentou o simpósio, referindo que “*cooperation is a two way street*” (notas do autor).

em matérias de segurança e defesa, acalmando os receios regionais face à sua ascensão, que encarava como sendo manipulados pelos EUA, mas que mesmo assim não eram mais que, de acordo com um velho adágio chinês, “muitos trovões mas pouca chuva” (*leisheng da, yudian xiao*).

A segunda edição (2000), destinou-se não apenas a reforçar a mensagem de redução das suspeitas regionais mas também de fazer notar que a China permaneceria vigilante face a tentativas de contenção do seu poder, resultado do acérrimo debate interno associado ao bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado por aviões da NATO. A China continuaria fiel ao *slogan* de “paz e desenvolvimento”, mas estaria daqui por diante ainda mais vigilante em face de potenciais intenções de interferência externa nos seus assuntos internos, particularmente dos EUA e das suas “políticas hegemónicas e de poder”, que ameaçavam a estabilidade no Estreito de Taiwan, devido à teoria dos “dois Estados” avançada pelo Presidente de Taiwan, Lee Teng-hui em 1999.

A edição de 2002 refletiu uma maior moderação no discurso de Pequim após o incidente com o avião EP-3 em abril de 2001, os atentados de 11 de setembro de 2001 e da transição da liderança chinesa após o 16.º Congresso do PCC. Transparece a noção de que os EUA deixaram de empregar no seu discurso a China como o seu principal inimigo, porque este passou a ser o terrorismo transnacional. A linguagem é mais moderada, mesmo face a Taiwan, sendo realçado pela primeira vez o papel construtivo da China nos regimes de segurança internacional.

A edição de 2004 foi focalizada na sua quase totalidade em Taiwan e às políticas independentistas de Chen Shui-bian, pelo que se pode extrapolar que este documento funcionou como um mecanismo adicional de dissuasão dirigido ao governo de Taipé.

Em 2006 o fulcro da análise foi na globalização e das vantagens e riscos em termos de segurança dela decorrente para a China. É realçado o papel construtivo e preponderante do país no panorama internacional, nomeadamente em termos de regimes de controlo de armamentos, num mundo tendencialmente multipolar, onde Pequim defende opções de cariz multilateralista (*duobianzhuyi*). Mas também é enfatizada uma dimensão de preocupação quanto à segurança futura: a de que apesar dos seus esforços e prioridades estarem na Ásia-Pacífico, esta depende cada vez mais de forças potenciadoras de ameaças transnacionais como o terrorismo, a demografia, as alterações climáticas, e a competição por recursos as quais estão para além desta vizinhança geográfica e por isso para além da capacidade de controlo do governo central.

A edição de 2008 reforça a noção de uma crescente tendência no sentido de uma multipolaridade, mas que apesar desta evolução a China não é uma potência revisionista, pois o seu lema continuará a ser o de “paz e desenvolvimento” de forma a maximizar a janela de oportunidade estratégica (*zhanlue jiyu*) que existe até 2020, e que visa por esta altura estabelecer o país como uma “sociedade moderadamente próspera”.<sup>99</sup> Até lá, Pequim

---

99 Hu Jintao aquando do 17.º Congresso do PCC definiu como a janela de oportunidade (até 2020) o tempo para “o país se assumir como uma sociedade moderadamente (*xiaokang*) próspera... e uma das potências mundiais no seio de um sistema multipolar harmonioso” (Hu, 2007).

não abdicará de prosseguir com a sua modernização militar, tendente a obter uma paridade estratégica com as principais potências internacionais nas próximas duas décadas.

A última edição (2010) reforça a noção de que a evolução na direção de uma multipolaridade é agora mais vinculada e irreversível, ainda que a instabilidade tenda a aumentar. Refere que está em curso um profundo realinhamento em termos do poder, com os países em vias de desenvolvimento a terem um papel cada vez mais preponderante através, por exemplo, do G-20. A região da Ásia-Pacífico está mais instável e os desafios internos à segurança da China – ameaças à sua integridade territorial – tendem a aumentar, ainda que o discurso face a Taiwan seja extremamente moderado, fruto de um certo *modus vivendi* mais conciliador defendido pelo governo de Ma Ying-jeou e pelo aprofundamento das relações económicas bilaterais.

A China mantém a sua política de paz e desenvolvimento – particularmente num período que define como crítico para o desiderato de se tornar uma “sociedade moderadamente próspera” – assente nos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, e está disponível para contribuir para a “paz e estabilidade estratégica global” através de “mecanismos coletivos de segurança”.

É enfatizada a dimensão cooperativa internacional do EPL – medidas criadoras de confiança – através da descrição quantitativa e qualitativa dos intercâmbios em termos de “diplomacia militar” e da participação de forças militares em missões da ONU, numa dimensão cooperativa que no global, quase não deixa de fora nenhum país com relações diplomáticas com Pequim.

Em termos de organizações multilaterais com as quais Pequim tem aprofundado a cooperação são enfatizadas a Organização de Cooperação de Xangai e a ASEAN.

Em resumo, se quisermos estabelecer similaridades podemos afirmar que as edições dos Livros Brancos da Defesa apresentam, no que à caracterização da envolvente internacional de segurança diz respeito, um conjunto de linhas de força comuns a todas elas.

A primeira linha de força está associada ao impacto da globalização e ao que esta implicará para a China. A segunda centra-se na forma como a China se vê e outros a veem: como uma grande potência responsável (*fuzeren de daqun*) da ordem internacional. A terceira resulta do reconhecimento de Pequim de que a sua capacidade em atingir os objetivos de desenvolvimento por si preconizados estão bastantes dependentes de uma rede intrincada de questões de segurança com expressão tanto no plano interno como externo. A quarta linha de força estabelece uma ligação bastante forte entre a política interna e a política externa e de segurança da China. A última linha de força elenca uma série de preocupações relacionadas com os desafios e riscos para a segurança nacional resultantes de ameaças não tradicionais e transnacionais.

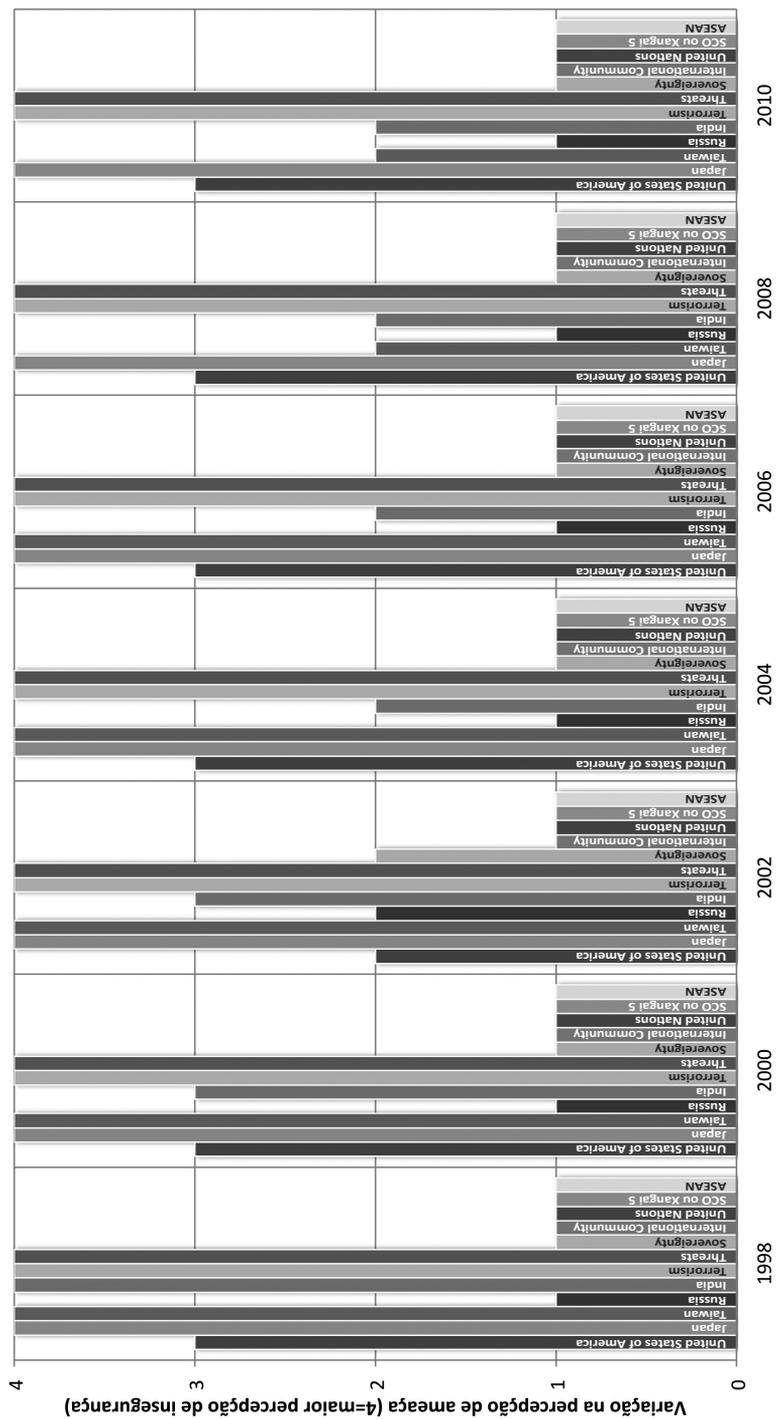
Não obstante estas quase constantes cinco grandes linhas de força, as perceções de riscos e de ameaças à segurança nacional sofreram uma natural e compreensível evolução desde 1998, assumindo tendencialmente uma perspectiva algo pessimista quanto à evolução da estabilidade do sistema internacional e regional, mais notada nesta última, e que é expressa por exemplo, e ao contrário do discurso oficial, na redução quantitativa e qualitativa das referências ao papel da ONU, da comunidade internacional na prevenção e re-

solução de conflitos, e do papel desta na defesa da soberania dos Estados, numa dinâmica quase que inversamente proporcional às referências efetuadas às novas ameaças – não tradicionais – e ao papel primordial dos mecanismos multilaterais de segurança regional asiática (SCO e ASEAN+3), como é sintetizado na figura 2 e no quadro 10.

A caracterização da percepção de evolução do sistema internacional expressa nas várias edições dos Livros Brancos ao longo de 12 anos (1998-2010) pode ser dividida de uma forma linear em três grandes períodos, permeados por uma análise constante na forma ambivalente como caracteriza a evolução da segurança internacional.

**Figura 2**

Varição qualitativa das expressões selecionadas associadas às percepções de (in)segurança da China



### Quadro 10

Variação quantitativa das expressões selecionadas associadas às percepções de (in)segurança chinesa (1998-2010)

Expressões Selecionadas	Edições dos Livros Brancos da Defesa Nacional						
	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010
<i>United States of America (USA)</i>	13	12	9	10	10	7	6
<i>Japan</i>	4	16	12	16	22	13	13
<i>Taiwan</i>	10	26	12	24	9	7	6
<i>Russia</i>	12	15	14	10	12	10	14
<i>India</i>	6	2	3	5	12	5	8
<i>South China Sea</i>	0	2	2	0	2	0	0
<i>Power Politics</i>	3	3	2	0	1	1	1
<i>Hegemony</i>	0	2	1	1	1	1	1
<i>Terrorism</i>	1	1	34	28	21	24	22
<i>Separatism</i>	0	1	4	2	4	1	1
<i>Instability</i>	2	1	2	1	0	0	0
<i>Peace and Development</i>	4	3	4	3	1	3	1
<i>Regional Conflicts</i>	1	0	1	0	0	0	0
<i>Unipolarity</i>	0	0	0	1	0	0	0
<i>Multipolarity</i>	3	1	1	1	1	1	2
<i>Containment</i>	0	0	0	0	0	1	0
<i>Sovereignty</i>	12	19	5	4	4	6	5
<i>Threats</i>	4	1	2	5	5	12	10
<i>Economic Security</i>	3	1	1	1	0	0	0
<i>Political Security</i>	1	0	0	0	0	0	0
<i>Competition</i>	1	2	3	3	3	5	2
<i>Local Wars</i>	3	2	3	3	3	5	2
<i>International Community</i>	7	12	16	5	2	4	7
<i>United Nations</i>	19	16	4	4	3	8	9
<i>Shanghai Cooperation Organization (SCO) ou Shanghai 5</i>	1	1	14	10	9	5	9
<i>ASEAN</i>	1	3	7	15	13	13	12

Nota: As linhas com fundo em cinzento realçam as expressões que registraram uma maior variação na frequência de utilização, sendo por isso as que foram selecionadas para um tratamento qualitativo e analítico, com o intuito de se extrapolar um racional justificativo para tais variações no campo do discurso.

Aquando da publicação do primeiro Livro Branco em 1998 a caracterização do sistema internacional expressa uma satisfação pelo fim das dinâmicas próprias da Guerra Fria, que durante muitos anos foi a principal fonte de insegurança e instabilidade do país, mas ao mesmo tempo são expressas apreensões resultantes da implosão do sistema bipolar que levaram a um sistema unipolar pautado por uma hegemonia norte-americana. É notório que a envolvente de segurança externa chinesa sofreu uma melhoria substancial, pois não enfrenta qualquer tipo de ameaça à sua integridade territorial e soberania, pois não existe o risco de uma guerra global, nem a mais remota possibilidade de uma invasão da China.

Esta percepção é importante para a continuação da prossecução dos seus planos de modernização (*xian daihua*) e de desenvolvimento económico, essenciais para a construção de uma China forte e poderosa, capaz de se consubstanciar num futuro próximo como uma grande potência (Ma, 2007: 30).<sup>100</sup>

Existe assim durante este primeiro período uma percepção global cautelosamente otimista face à evolução do sistema internacional, regional asiático e à segurança nacional, apontando no entanto como principais riscos para esta última a questão de Taiwan, as disputas territoriais com o Japão e as estratégias de contenção dos EUA ao crescimento de poder da China. O institucionalismo global de segurança, através da ONU, é enfatizado e advogado pelo seu “Novo Conceito de Segurança”, e existe uma percepção muito positiva do relacionamento com a Rússia, fruto da concatenação temporária dos respetivos interesses.

A autopercepção da China como grande potência (*daguo*) é manifestada de forma bastante discreta ainda que esteja latente no discurso empregue nas edições publicadas. Durante este intervalo de tempo a abordagem a mecanismos de segurança regional é feita de forma progressivamente mais recetiva, procurando tirar partido da ação estabilizadora regional de Pequim aquando da crise financeira asiática de 1997.

O segundo período (2001-2007) reflete uma reavaliação profunda da envolvente de segurança nacional e espelha uma evolução da percepção tendencialmente num sentido mais pessimista, fruto da emergência de novas ameaças não tradicionais – impacto do 11 de setembro de 2001 –, que podem colocar em causa a estabilidade interna dos Estados e o fragilizar o papel da comunidade internacional (Wang e Chen, 2007).

A interpretação do sistema internacional continua a ser ambivalente. Ainda que não se prognostiquem grandes ameaças aos interesses vitais da China, as incertezas da “guerra ao terrorismo” associada a um maior unilateralismo hegemónico dos EUA agudizou as críticas e as suspeitas chinesas relativamente às intenções de Washington, cuja invasão do Iraque e a crise nuclear norte-coreana servem para ilustrar<sup>101</sup>, ainda que na prática, a Casa Branca tenha moderado a assertividade estratégica regional asiática que vinha demonstrando face à China, conferindo-lhe assim uma maior liberdade de ação e a possibilidade de explorar oportunidades político-diplomáticas nos assuntos globais, permitindo-lhe dar mais uns passos no sentido da concretização das suas aspirações em se tornar uma

---

100 Refira-se que no contexto chinês a expressão mais adequada é a de “uma potência forte” (*qiangguo*), capaz de potenciar e explorar o seu poder nacional abrangente (*zhonghe guoli*) nas dimensões económica e militar projetando a sua influência política tanto no plano regional como global.

101 Esta percepção é demonstrada no estudo/sondagem à opinião pública chinesa de Odgaard (2007).

grande potência não apenas de cariz percetivo e identitário, mas de cariz absoluto nas várias dimensões de aferição do poder nacional.

Ou seja, a autoperceção de Pequim como uma grande potência sofreu assim um aumento paulatino, manifesta na divulgação do conceito de ascensão/desenvolvimento pacífico, fruto do reconhecimento crescente por parte das outras potências do seu papel tanto na estabilidade do sistema internacional, como no alargamento e aprofundamento da sua participação em mecanismos de segurança regional e das parcerias estratégicas bilaterais assinadas com bastantes países dos quatro continentes, as quais no seu conjunto, poderão contribuir para a acentuação da multipolaridade.

O terceiro e atual período, desde 2007, é pautado pelas consequências geopolíticas da crise financeira internacional que atingiu fortemente os países ocidentais, mas especialmente, e numa primeira fase, os EUA.

A perceção de uma maior fragilidade dos EUA em termos de estatuto e preponderância internacional foi encarada num primeiro momento pela China como um acontecimento passível de maximizar a janela de oportunidade (até 2020) de se poder vir a materializar como uma sociedade moderadamente próspera, bem como de incremento da sua influência regional e global, agora menos constringida pela hegemonia norte-americana. A direção do sistema internacional no sentido de uma multipolaridade é encarada agora como inevitável.

No entanto, e dois anos depois da última edição do Livro Branco, a refocalização dos EUA na Ásia, veio agudizar as perceções de insegurança chinesas – via perceções de um *neo-containment* –, contribuindo para uma caracterização tendencialmente mais pessimista das dinâmicas de segurança regionais e globais, ao mesmo tempo que a sua autoperceção e ação como grande potência evoluiu de forma bem mais vincada que entre o período 2001-2007.

Neste terceiro período o discurso de segurança nacional começa a estar cada vez mais eivado de referências negativas aos EUA ainda que num contexto de constante suspeita, considerado de forma implícita como o principal obstáculo à consecução do estatuto de grande potência por parte da China, não obstante o reconhecimento tácito de que ambos os países necessitam de cooperar em termos bilaterais e multilaterais, tanto no plano regional como global.

Se passarmos para a decomposição individual das perceções chinesas, no que concerne aos EUA é implícita a noção de que a influência, ou hegemonia, internacional de Washington aumentou entre 1998 e 2007, e tal não foi encarado de forma necessariamente positiva para a segurança da China.

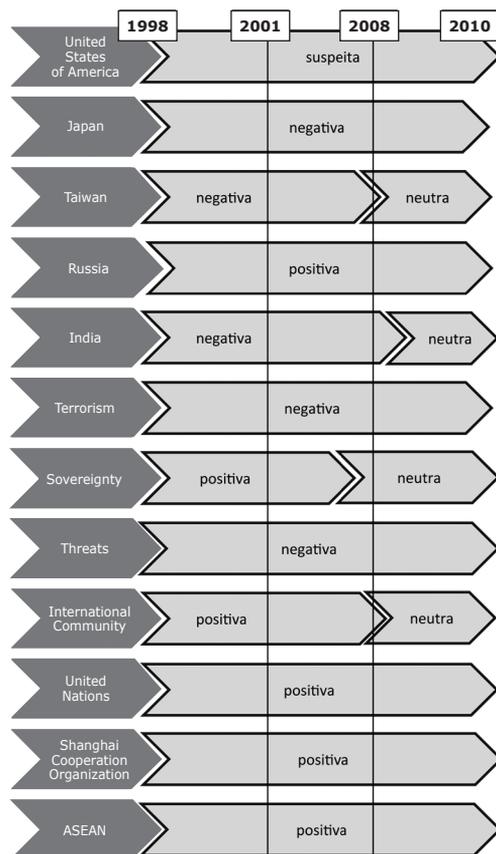
As duas administrações do Presidente George W. Bush ao pautarem a sua atuação pela caracterização da China como um “competidor estratégico”, pela doutrina de preempção de ameaças e de emprego unilateral da força à revelia da comunidade internacional, bem como pelos planos de desenvolvimento de um sistema de defesa antimíssil, contribuíram no seu conjunto para o agudizar das desconfianças chinesas. O facto de os EUA estarem a reativar, fortalecer e a estabelecer uma série de laços de segurança com um conjunto de países asiáticos – Japão, Coreia do Sul, Austrália, Índia, Filipinas, Tailândia, entre outros – é encarado atualmente como uma clara manobra de contenção das aspirações da China em

vir a ser uma grande potência, havendo referências quanto à intenção encapotada de Washington em pretender criar uma “versão asiática da NATO” (*yažhouban beiyue*).

Para Pequim, este “cerco estratégico” parece ser indesmentível, não obstante o discurso menos “abrasivo” e mais cooperativo do Presidente Barack Obama, que a China reconhece como útil no aprofundamento de alguns interesses de segurança comuns (programa nuclear norte-coreano e combate ao terrorismo). Ou seja, denota-se que existe um padrão de continuidade de percepções relativamente aos EUA, de permanente suspeita, mas de um pessimismo encoberto retoricamente, quanto às suas intenções, que só foram neutras no período pós-ataentados de 11 de setembro de 2001 e até 2005 – ano em que China e Rússia, via SCO, começaram a encarar a continuada presença militar norte-americana na Ásia Central como potencialmente vulnerabilizadora dos respetivos interesses e desestabilizante para a segurança regional, apelando à respetiva retirada, tendo “cerrado fileiras” na crítica ao unilateralismo norte-americano.

**Figura 3**

Evolução qualitativa das percepções de (in)segurança da China (1998-2010)



A política de “menor ambiguidade estratégica” de Washington relativamente à questão de Taiwan desde meados da década contribuiu ainda mais para a persistência desta percepção chinesa, sendo que, de acordo com um recente editorial do Diário do Exército Popular de Libertação, Pequim vê a posição norte-americana em termos de segurança regional e global com “um caráter dual: por um lado pretende que a China assuma uma responsabilidade partilhada na gestão de crises e na segurança regional e internacional, mas por outro lado, vê com receio a ascensão da China como potência, desenvolvendo um conjunto de ações que visam na realidade, e apesar da retórica, implementar uma estratégia de contenção (*exhibi zhanlue*), através de uma política de alianças regionais, da continuação da venda de armas a Taiwan e da implementação de um sistema de defesa antimíssil” (s.a, 2011b).

A nova prioridade atribuída pelos EUA à Ásia em termos de segurança e defesa, anunciada em finais de 2011 pela Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton e confirmado pelo Presidente Barack Obama, em janeiro de 2012, deverá acentuar a desconfianças mútuas e potenciar o incremento do número de incidentes marítimos resultantes das disputas territoriais por resolver entre a China, o Japão e alguns países da ASEAN, isto, à medida que o aumento da frequência do patrulhamento regional marítimo, feito por navios chineses, japoneses e norte-americanos, levá-los-á a cruzarem-se com cada vez maior frequência nestas áreas em disputa.<sup>102</sup> Neste contexto, poderemos

---

102 São exemplos desta maior frequência na ocorrência de crises e atritos bilaterais: o incidente com o navio chinês Yinhe em 1993; a crise de Taiwan de 1995-1996; o bombardeamento accidental da embaixada chinesa em Belgrado em 1999; o incidente com o avião EP-3 dos EUA em abril de 2001; uma série de pequenos incidentes com forças navais de países da ASEAN no Sul do Mar da China e com a Marinha japonesa no Leste do Mar da China desde 2004; o incidente da emersão de um submarino chinês perto da esquadra do porta-aviões norte-americano *Kitty Hawk* no Leste do Mar da China em novembro de 2006; o teste antissatélite da China em janeiro de 2007 que deixou bastantes detritos em órbita terrestre; os incidentes com os navios de pesquisa hidrográfica *Impeccable* e *Victorious* dos EUA em março de 2009; o silêncio chinês relativamente ao teste nuclear da Coreia do Norte em maio de 2009; a resistência de Pequim em negociar um acordo de emissão de gases de estufa aquando da Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climática realizada em dezembro de 2009 em Copenhaga; a resposta diplomaticamente violenta da China ao anúncio em janeiro de 2010 de que os EUA iriam vender armas a Taiwan, ameaçando a imposição de sanções às empresas americanas que tenham contratos com Taipé; a resposta quase muda de Pequim ao afundamento por um míssil norte-coreano do navio da marinha de guerra sul-coreana (Cheonan) em abril de 2010; a morte de civis sul-coreanos vitimados por uma preparação de artilharia norte-coreana sobre a ilha de Yeonpyeong em novembro do mesmo ano; a sua crítica velada às manobras navais entre os EUA e a Coreia do Sul realizadas no Mar Amarelo em resposta às provocações militares norte-coreanas; a reação excessiva da China às declarações dos EUA, aquando da reunião de julho de 2010 da ASEAN, de que não permitiriam condicionamentos à livre circulação marítima no Sul do Mar da China; a excessiva hostilidade chinesa à detenção em setembro de 2010 de um mestre de um navio de pesca chinês que colidiu deliberadamente com um navio-patrolha da Guarda Costeira Japonesa, isto em águas territoriais nipónicas; a pressão de Pequim sobre a Google para que esta encerrasse os seus serviços na China; os progressos registados e anunciados em dezembro de 2010 no programa de enriquecimento de urânio por parte da Coreia do Norte que não mereceram grandes reparos de Pequim; a reação extremamente crítica à atribuição do Prémio Nobel da Paz ao dissidente chinês Liu Xiaobo em dezembro de 2010 e ao encontro do Dalai Lama com o Presidente Barack Obama em janeiro de 2011, sem esquecer as polémicas questões associadas à (des)valorização do *renminbi* face ao dólar; e a suspensão e reativação do diálogo estratégico bilateral no plano da segurança, inaugurado em maio de 2011, suspenso em outubro e reativado em dezembro de 2011 e o incidente Bo Xilai-Wang Lijun em fevereiro de 2012 e com o dissidente Chen Guangchen em maio de 2012.

prever que a linguagem da próxima edição do Livro de Branco da Defesa será bem mais assertiva e crítica sobre a renovada presença militar norte-americana na região asiática, que tenderá a ser definida seletivamente como mais desestabilizadora que estabilizadora do cenário de segurança regional e das aspirações de Pequim, justificando o aumento do orçamento de defesa nacional e a continuação da aceleração do programa de modernização militar em curso.

A percepção de segurança quanto ao Japão é absoluta e constantemente negativa, resultado de uma omnipresente e intensa desconfiança quanto às intenções estratégicas de Tóquio, pelas animosidades de natureza histórica e as disputas territoriais, que continuam a ser aproveitadas por setores nacionalistas de ambos os países que não hesitam em instrumentalizar a “questão da história”, moldando o imaginário quotidiano da população, que no caso da China é expressa no *dictum* “*qianshi buwang, houshi zhishih*” (“a experiência do passado não está esquecida, sendo um guia para o futuro” – Li, 2009: 140).

Após um desanuviamento das relações bilaterais durante os primeiros cinco anos da década de noventa, fruto do reconhecimento de Pequim dos esforços de Tóquio em romper o embargo político-diplomático ocidental imposto em resultado da supressão das manifestações de Tiananmen em 1989 (e.g. apoio à adesão da China à APEC em 1991) as relações degradaram-se.

A redefinição das *guidelines* da aliança entre o Japão e os EUA em 1996 (Green e Cronin, 1999: 333-345) veio, na ótica de Pequim, alterar significativamente a dinâmica de segurança trilateral e as dinâmicas bilaterais desta resultante, agudizando a percepção de que estavam agora direcionadas maioritariamente para uma potencial ameaça que seria agora a China e em muito menor grau a Coreia do Norte (Li, 2009: 125).

Neste contexto, a questão da reunificação de Taiwan configurou-se com tendo uma centralidade crescente na relação bilateral e que não tinha tido até então, passando a haver uma correlação direta com a disputa das ilhas Diaoyu/Senkaku, pois ambas são encaradas como um teste à determinação de um e de outro relativamente à defesa das respetivas soberanias territoriais. Mas numa perspetiva cínica pode-se questionar se a obtenção de uma eventual solução negocial pode não ser do interesse de ambos, pois permite-lhes manter um certo *leverage* em relação a outros assuntos da agenda bilateral e regional (Bush, 2010: 81).<sup>103</sup> Na realidade, o facto de em 2009 os EUA terem afirmado que o Tratado de Segurança EUA-Japão inclui as ilhas Diaoyu/Senkaku, veio colocar esta disputa ao nível da de Taiwan (Swaine, 2011a: 74).

Esta degradação nas percepções chinesas face ao Japão resultou principalmente dos receios de este poder vir a ser cada vez mais uma verdadeira potência política (*zhengzhi daguo*) e militar capaz de desafiar e condicionar as aspirações regionais e globais da China como grande potência, através da obtenção de um assento permanente no CS da ONU, do aumento da participação de forças militares japonesas em missões de paz da ONU e

103 Para o Japão, a perda das Senkaku configuraria uma perda da sua capacidade de recolha de vigilância e controlo aéreo e marítimo no setor Sul do Leste do Mar da China. Se a China conseguisse a reunificação de Taiwan a área das Senkaku tornar-se-ia num “lago chinês”, sendo bastante difícil ao Japão a continuação da condução das missões de patrulhamento aéreo e naval desta área (Bush, 2010: 65-76).

do aprofundamento da sua aliança militar com os EUA. Ainda que constantes desde 1998 na sua percepção negativa, as referências ao Japão denotam um crescente pessimismo desde 2001, reflexo do incremento da cooperação militar japonesa com os EUA em resultado da “Guerra ao Terrorismo”, cooperação que é vista como uma manobra indireta de contenção da China.

Adicionalmente, existe a interpretação, cada vez mais solidificada internamente, de o Japão ser conjuntamente com os EUA o principal obstáculo à reunificação de Taiwan (Mochizuki, 2005; Bush e O’Hanlon, 2007), objetivo que enquanto não for alcançado não permitirá a Pequim assumir-se, na verdadeira aceção da palavra, como uma “potência forte” do sistema internacional (Bush, 2005; Wachman, 2007).

As dinâmicas nacionalistas atrás referidas espelham também o facto de aquilo que a China pretende é a continuação de um certo grau de ostracização do Japão no Nordeste asiático em particular e na região asiática em geral. O peso da história belicista de Tóquio é um instrumento que é manipulado por Pequim para conter o desiderato de o Japão poder vir a ser “um Estado normal”, no sentido em que as suas forças armadas só deveriam ser empregues exclusivamente em missões de autodefesa territorial, sem poderem ser projetadas regional ou globalmente. Para o *Zhongnanhai* a única identidade a que o Japão pode aspirar legitimamente é a de um Estado pacifista, constrangido política e militarmente (Goh, 2011: 7).

Assim Pequim e Tóquio estão presas num dilema de segurança indireto/direto, ao abrigo do qual o programa de modernização militar da China está direcionado para impedir a independência de Taiwan e o do Japão está direcionado para a ameaça de mísseis balísticos norte-coreanos. No entanto, devido à dificuldade em gerirem o equilíbrio ofensivo-defensivo mútuo e de comunicarem otimalmente as respetivas intenções estratégicas potenciam o dilema de segurança direto entre ambos, pois percecionam os respetivos programas de modernização militar como dirigidos diretamente a cada um deles. Esta mecânica faz com que cada um percecione as ações do outro de uma forma pessimista (Bush, 2010: 33; Takahara, 2011).

Mesmo as propostas japonesas relativas ao desenvolvimento de iniciativas multilaterais de segurança regional (*e.g.* *East Asian Summit*) são vistas como emanadas de um objetivo de limitação do espaço de manobra da China, ainda que não a pretendam antagonizar diretamente.

Claro que existem áreas onde os respetivos interesses têm potenciado uma cooperação, ainda que de forma limitada – combate ao terrorismo, alterações climáticas, desnuclearização da península coreana, reforma da ONU, ajuda ao desenvolvimento em África, etc. –, a percepção de insegurança e de desconfiança é ainda mais acentuada por um sistema de comunicação estratégica bilateral de gestão de crises bastante fragmentado e algo ineficiente (Zhu, 2007; Bush, 2010: 302-310). Estas crises, como sublinha Ming Wan (2006: 44), “pela forma deficiente como são geridas fazem com que cada crise subsequente tenha como guião os procedimentos efetuados durante a crise anterior, o que pode não ser necessariamente bom. Por outro lado, permite uma maior interação entre ambos e que se digladiem dentro de limites seguros, porque conhecem as baías de um e

de outro. No entanto as constantes disputas territoriais mantêm abertas velhas feridas e preservam um ciclo vicioso negativo em termos de segurança bilateral”.

Estas divergências não têm no entanto impedido a China de face ao Japão, tal como face aos EUA, continuar a desenvolver uma intensa e vantajosa relação económica e comercial justificadora do *slogan* definidor da relação como sendo de *hot economics and cold politics* ou de rivais interdependentes. Esta interdependência justificaria por si a implementação de um mecanismo de diálogo estratégico bilateral, à semelhança do que existe entre a China e os EUA, mas cuja ausência, acaba por ser a maior vulnerabilidade das políticas externas e de segurança de cada um deles relativamente ao outro.

Na verdade, não deixa de ser preocupante o facto de ambos continuarem a optar por não tentarem resolver definitivamente as questões políticas que os separam, preferindo responsabilizar a outra parte por essa incapacidade ou ausência de vontade, inviabilizando no processo o reconhecimento mútuo do estatuto internacional que devem deter, de acordo com o ditado chinês de que “dois tigres não podem viver na mesma montanha” (*yishan burong ebrhu*).

Quanto a Taiwan, as perceções passaram de negativas a neutras, nomeadamente a partir de 2008, fruto da eleição de Ma Ying-jeou e das suas políticas mais conciliadoras face a Pequim, as quais foram materializadas de forma bastante importante pelo estabelecimento de voos diretos regulares entre Taiwan e a China. Na realidade Pequim parece agora acalentar a esperança de que independentemente dos desenvolvimentos táticos que possam ocorrer nas relações bilaterais, o aprofundamento destas e a sua menor “securitização” poderá levar a uma maior estabilidade no Estreito de Taiwan, pois o fator tempo continua a jogar a seu favor, ao mesmo tempo que surgem posições no meio académico norte-americano equacionando teoricamente a possibilidade de os EUA “abandonarem Taiwan” apoiando uma reunificação pacífica por etapas e com objetivos faseados no tempo (Tucker, 2002; Tucker, 2009; Tucker e Glaser, 2011).

Esta evolução percetiva positiva por parte da China no sentido de um maior desanuviamento das relações bilaterais está em consonância com o seu entendimento de que deve agir de forma responsável e contida face a Taipé, desde que esta mantenha uma abertura negocial e preserve uma política de *low profile* internacional e de manutenção do *status quo*.

A sua estratégia atual face a Taipé é no entanto multifacetada: inclui esforços para aumentar a dependência económica e cultural de Taiwan face à China, evitando ações que possam provocar alarme; visa isolar politicamente elementos das fações pró-independência através do incremento dos contactos com outras forças políticas, atualmente o governo de Ma Ying-jeou; procura fortalecer a posição da China face a Taiwan aos olhos das outras potências regionais; tenta limitar a participação de Taiwan em organizações e *fora* internacionais; e por fim, evitar a confrontação com Washington, mas mantendo fortes críticas à continuação da política de venda de armas a Taiwan por parte dos EUA.

Na verdade, desde a aprovação da Lei Anti-Secessão, que ficou patente que a estratégia da China não passa pela reunificação coerciva de Taiwan, mas antes por impedir a sua “perda” por meios não violentos. Taiwan tem uma importância tão vital quanto simbólica

para o estatuto e imagem da China. O seu regresso ao pódio das grandes potências “só será entendido internamente como tal, se a reunificação de Taiwan for bem sucedida” (Wang, 2004: 12), de outra forma “a preservação da unidade, do rejuvenescimento nacional e da sua ascensão a potência mundial não poderão ser alcançados” (Yan, 2004: 4), inviabilizando um dos seus “interesses vitais”.

Em resumo, um conflito militar no Estreito de Taiwan que Pequim não deseja, mas que para o qual se tem preparado, poderia condicionar seriamente a continuação da ascensão da China na escala de poder da ordem internacional, mas uma independência da República da China iria minar a autoridade e legitimidade do governo aos olhos da sua população. Daí o facto de a questão de Taiwan ser a exceção à regra de *engagement* construtivo que a China tem tido para com o mundo (Johnston, 2003: 49), onde uma estratégia de dissuasão da declaração de independência *de jure* tem sido preferencialmente empregue, sendo esta percebida pelos EUA, pelo Japão e alguns Estados asiáticos e europeus como um tubo de ensaio relativo à estratégia regional de Pequim.<sup>104</sup>

Na verdade, como alerta Michael Swaine (2011a: 15-16), “o crescimento da capacidade militar da China face a Taiwan e a falta de vontade de ambos em iniciarem um diálogo de segurança sério em termos de criação de medidas de confiança poderá tornar insustentável a posição dos EUA num futuro não muito longínquo”. A percepção – real ou não – sobre um declínio relativo do domínio da presença marítima norte-americana na Ásia pode acentuar um maior incómodo de aliados e parceiros de Washington na região, agudizando perspectivas redutoras de “soma-nula” entre a comunidade de defesa destes países, dos EUA e da China que podem descambar em políticas excessivamente assertivas tendentes a preservar este domínio a todo o custo, em detrimento de opções mais cooperativas de reforço do diálogo estratégico.

No que concerne à Rússia, apesar da evolução da relação bilateral ter progredido “semanticamente” de uma relação de amizade para uma “parceria construtiva (*jianshexing huoban guanxi*) e mais recentemente para uma “parceria estratégica coordenada” (*zhanlue xieyue huoban guanxi*), as percepções face a Moscovo não sofreram grandes alterações sendo maioritariamente positivas, reflexo de uma sensível estabilidade na relação bilateral em três planos. No entanto, denota-se em termos semânticos uma ênfase tendencialmente menos entusiasta na descrição da relação bilateral o que justifica cada vez mais a caracterização feita por Yan Xuetong (1998: 270-271) como sendo uma relação “quente em cima, fria em baixo e prensada no meio” (*shangre, xialiang, zhongsai*).

A relação parece não se consubstanciar como uma alternativa prática, por vontade de ambos, quer na gestão da transição da ordem internacional quer na concretização do

---

104 O valor estratégico de Taiwan ultrapassa dimensão regional. A localização da ilha prefigura-a como um *check point* das linhas de comunicação marítimas do Pacífico, controlando o tráfego entre o Sul do Mar da China e o Leste do Mar da China. A esmagadora maioria do comércio marítimo oriundo Europa e Médio Oriente e destinado ao Nordeste asiático passa por aqui, sendo o “oxigénio do Japão”. Adicionalmente a ilha confere profundidade estratégica ao sistema de defesa naval da China de sete províncias litorais. A reunificação permitirá à China um acesso ao Pacífico sem as restrições geoestratégicas impostas pela primeira cadeia de ilhas, pois um dos seus elos passaria a estar sob a sua soberania (Bush, 2005; Bush, 2010: 83-84).

desiderato de um sistema multipolar, onde seriam dois dos pólos, apesar da declaração conjunta de 2005 sobre “Uma Ordem Mundial para o Século XXI”, que subscreve na esmagadora maioria muitos dos preceitos chineses do “Novo Conceito de Segurança” e do “Desenvolvimento Pacífico”.

No primeiro plano, apesar de Moscovo ser considerada por Pequim como um parceiro particularmente válido no reforço do seu estatuto de grande potência, a forma como a Rússia sofreu um acentuado declínio do seu poder no pós-Guerra Fria, o que na ótica chinesa explica muita da ambivalência das suas ações relativamente ao Ocidente.<sup>105</sup> No segundo plano, a “contração estratégica” (*zhanlue shousuo*) da Rússia implementada por Vladimir Putin ao abrigo de uma diplomacia pragmática (*wushi wajiao*) aquando da “guerra ao terrorismo” por parte dos EUA, na perspetiva chinesa não trouxe grandes benefícios a Moscovo (Li, 2009: 151-152). A intervenção militar norte-americana no Afeganistão foi vista pelo Kremlin como uma oportunidade de os EUA fazerem aquilo que a Rússia não conseguia fazer: eliminar a ameaça regional *Taliban* e conter a expansão do fundamentalismo islâmico em direção às repúblicas do Cáucaso (Lo, 2008: 94-96). Mas a ingenuidade geoestratégica russa foi grande, pois acreditou – ao contrário da China – que após a deposição do regime *Taliban* os EUA assumiriam um *low profile* na Ásia Central, devolvendo-a à tradicional esfera de influência de Moscovo, como reconhecimento da sua postura cooperativa relativamente ao Tratado ABM.<sup>106</sup>

Não obstante Pequim encarada e defende a visão da Rússia como um dos pólos internacionais de poder, justificando desta forma o aprofundamento da cooperação bilateral no plano político, militar e económico ao abrigo da parceria estratégica vigente, que no entanto é cada vez mais reconhecida como sendo limitada na sua abrangência e profundidade a médio/longo prazo, pois Moscovo procura manter em aberto várias opções de política externa na relação com as outras potências, que não apenas a China (*e.g.* EUA e UE), algo que pode não ser necessariamente benéfico a longo prazo para Pequim.<sup>107</sup>

No último plano, esta perspetiva mais defensiva de Pequim é patente em factos como a redução das aquisições de sistemas de armas à Rússia (verificada de forma mais acentuada a partir de meados da primeira década do século XXI), resultado em parte, da recusa do complexo militar-industrial russo – por pressão das chefias militares – em vender a mais recente e sofisticada tecnologia russa, o que espelha suspeitas e desconfianças tectónicas quanto às futuras intenções chinesas no espaço asiático, mais concretamente

---

105 Patente por exemplo na “condescendência” (*si*) demonstrada pelo alargamento da NATO na Europa, pela penetração desta na Ásia Central, e pela implementação de um sistema TMD por parte dos EUA e que levou à sua retirada unilateral do Tratado ABM, originando fortes críticas de Pequim – demonstram à partida, as limitações que esta parceria possui, a qual é essencialmente de “conveniência e sem grande paixão” (Weitz, 2008).

106 Para Pequim a implementação de um sistema TMD e NMD é uma questão regional e existencial, enquanto que para Moscovo é uma questão global e psicológica (Lo, 2008: 51).

107 Sem esquecer o perene debate interno em termos de política externa russa relativo ao facto de se saber se a Rússia é uma potência europeia, e por isso ocidental, ou asiática. Como o debate tem sido inconclusivo a própria política externa acaba por estar sujeita ao emprego de *slogans* mediáticos mas que pouco de substancial trazem na prática, como notam muitos dos analistas chineses (Li, 2009: 154-158; Weitz, 2008).

na região siberiana; mas também é reflexo de uma reformulação mais assertiva do seu conceito estratégico de defesa nacional da Rússia, que começou a ser pensado em 2008.<sup>108</sup>

A somar a estes vetores mais estruturais é de relevar o extremo descontentamento demonstrado pela China aquando do conflito militar entre a Rússia e a Geórgia, que se iniciou exatamente no mesmo dia da cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos em Pequim, ensombrando o *glamour* da presença dos principais líderes mundiais, num evento que a liderança política chinesa encarou como o primeiro grande marco no caminho da sua afirmação como grande potência. A resposta do *Zhongnanhai* passou pelo não reconhecimento da independência da Abecásia e da Ossétia do Sul, justificando que tal decisão evitaria alimentar ambições separatistas internas na China (*e.g.* Taiwan, Tibete e Xinjiang).

Os avanços e recuos dos diversos projetos de cooperação energética ao abrigo dos quais a Rússia se poderá vir a tornar o grande fornecedor de gás natural e de petróleo da China, também não têm beneficiado as relações bilaterais, sendo que Pequim tem cada vez mais a perceção de que tem mais em comum com países consumidores como os EUA, do que com os países produtores e exportadores como a Rússia.

De facto, as manobras dilatórias de negociação por parte do Kremlin relativamente ao trajeto dos gasodutos e oleodutos e a entrada do Japão nesta competição por contratos de construção dos mesmos, bem como a retirada dos EUA do Tratado ABM com a benevolente reação de Moscovo, veio contribuir para um decréscimo sensível nas perceções positivas chinesas face a Moscovo (Jakobson, Holtom, Knox e Jingchao, 2011), incrementando as dúvidas quanto ao valor futuro da parceria estratégica e o grau de empenhamento do Kremlin nesta parceria a longo prazo, que quando foi criada, foi-o não pela virtude da relação bilateral em si mas pelas dificuldades russas no relacionamento com as províncias siberianas e o seu então estado de elevada vulnerabilidade económica (Lukin, 2003) bem como por contingências dos arranjos geopolíticos que ambos tiveram de efetuar no pós-Guerra Fria (Dittmer, 2001).

Para Pequim e Moscovo o sistema internacional em que se encontram é caracterizado não por uma distribuição de poder sob uma dinâmica anárquica, mas antes por uma hierarquia de poder e de autoridade.<sup>109</sup> A “Parceria Estratégica” não esconde o facto de existir uma assimetria nos interesses de ambos os países que é encoberta pela capa de uma retórica de homogeneidade e de “coordenação estratégica” (*zhanlue xiezuo*) que espelha, essencialmente, uma relação de “conveniência mútua”, segundo um racional mais de aproveitamento tático e instrumental de um ativismo e oportunismo bilateral de claro cinismo, do que de sintonia de posições (Lo, 2008: 3; 131).

---

108 Em 10 de março de 2012 foi anunciado pela embaixada da China em Moscovo que estavam a ser ultimadas as negociações com vista à aquisição de 48 caças Su-35 (de 5ª geração) de fabrico russo, a qual consubstanciará o maior contrato de compra de armamento de Pequim à Rússia em mais de uma década (Ministry of Commerce People's Republic of China, 2012).

109 O que justifica a sua “frente unida” no seio do CS da ONU relativamente ao programa nuclear do Irão, da Coreia do Norte, das questões internas do Kosovo, Iraque, Sudão, Zimbábwe, Líbia e Síria. A oposição de ambos demonstra a necessidade de demonstrarem o seu estatuto perante a opinião pública internacional e interna de cada um dos países (Trenin, 2012: 28).

Moscovo vê a relação como benéfica para os seus interesses de segurança mais imediatos na Ásia Central, para as suas aspirações de influência geopolítica global face aos EUA, encarando a China mais como um contrapeso a Washington do que um parceiro estratégico.

Pequim vê a relação de forma distinta, mais prática e menos ambiciosa: como garante da segurança na Ásia Central de forma a concentrar-se no seu desenvolvimento económico e em Taiwan, como fornecedor de um fluxo de petróleo, gás natural e outras matérias-primas, e atualmente, em menor grau como fornecedor de sistemas de armas. Ainda que valorize a solidariedade internacional russa em questões internacionais, trata Moscovo menos como um parceiro estratégico global e mais como um parceiro limitado, útil em questões de segurança muito específicas.

Ou seja, a China percebe a Rússia como uma potência enfraquecida, humilhada e desencantada com o Ocidente, sendo a sua política externa e de segurança moldada pela ambição de recuperar o estatuto de superpotência, algo que a seu ver, mesmo assim não deve ser muito subestimado, dado o seu potencial militar e económico entretanto parcialmente recuperado (Pillsbury, 2000; Yu, 2005).

No entanto, Moscovo enfrenta tal como Pequim enormes obstáculos internos a este desiderato global e a consciência destes desafios tem levado ambos os países a desenvolverem a sua relação com base na ênfase dos pontos fortes de cada um e nas lições que cada qual pode retirar do outro no que concerne ao relacionamento com as potências regionais asiáticas.

O que os une é essencialmente uma agenda defensiva: estabilidade e confiança ao longo da fronteira comum; resistência às interferências ocidentais ao nível dos valores; ênfase ao papel da ONU no controlo do programa nuclear iraniano; e exclusão ou enfraquecimento da presença de potências externas à Ásia Central (*i.e.* EUA).

A virtude mais tangível desta *entente* tem sido a remoção, por enquanto, de uma historicamente omnipresente percepção de desconfianças e insegurança mútuas, mas ao mesmo tempo o alargamento do fosso e do respetivo estatuto percecionado por Moscovo e Pequim na ordem internacional tende a ser mais prejudicial para o Kremlin, que comparado ao *Zhongnanhai* não tem conseguido imprimir uma dinâmica nem de perto similar ao crescimento de poder de Pequim, o que o pode tornar cada vez mais um *junior partner* desta relação (Doyon, 2011: 4).

Quanto à Índia é de referir um decréscimo sensível quanto às percepções negativas, sendo que em 2006 as referências passaram a ter um cariz de suspeita, sendo neutras em 2008 e 2010, mas com um potencial para *overlook* de suspeita, para utilizar uma expressão económica em voga, caso a Índia comece a materializar as intenções de reforçar a suas relações de segurança com a ASEAN e o Japão (Naidu, 2011).<sup>110</sup>

A variação destas percepções tem sido alimentada pelos seguintes fatores: pela ausência de um acordo quanto à delimitação das fronteiras entre os dois países; pelo acordo de

---

110 As desconfianças da Índia relativamente à assertividade da política chinesa face ao Paquistão, Bangladesh, Myanmar e Sri Lanka também têm vindo a aumentar (Kaplan, 2010).

cooperação nuclear com os EUA; pelas referências mais sensacionalistas que concretas a uma possível cooperação de segurança e defesa quadrilateral entre a Índia, os EUA, a Austrália e o Japão, que após os primeiros passos no início do século XXI, tardam em se materializar de forma efetiva (Chanlett-Avery e Vaughn, 2008; Zhang 2010); por um crescente investimento de Nova Deli na modernização das suas forças armadas bem como da sua presença naval no Índico, área onde a China começa também a exercitar a sua presença militar naval; e por último, numa ótica mais positiva, para além do incremento do comércio bilateral, por uma maior moderação da posição diplomática da Índia relativamente à questão da independência do Tibete, reconhecendo a soberania chinesa sobre este território (Jin-dong, 2003: 175-177; Shirk, 2004).

No início do século XXI ambos os governos chegaram à conclusão que a rivalidade existente se não fosse devidamente constrangida iria impedir a almejada ascensão de ambos na escala de poder da ordem internacional. Neste contexto, os laços de cooperação bilateral poderiam ser reforçados de forma complementar e não contraditória relativamente às suas aspirações (Zhang e Liu, 2007).

No entanto, e apesar destes progressos, as relações continuam a ser condicionadas pela falta de uma afinidade mútua e uma ainda débil experiência ao nível do diálogo estratégico e da compreensão mútua no plano da segurança. A Parceria Estratégica que assinaram, permitiu que enquanto se vigiam mutuamente evitem diatribes que possam condicionar negativamente o seu estatuto internacional de potências em ascensão, pois como refere John Garver (2001a: 353), “ambas continuam a padecer de um certo sentimento de inferioridade relativamente a outros países ocidentais”.

No entanto na relação entre as duas a China não teme a Índia, mas a Índia teme a China, sendo que a rivalidade entre as duas irá aumentar com a retirada dos EUA do Afeganistão (Emmott, 2008) a partir de 2014 sendo que será notada de uma forma ainda mais explícita com a recente abertura política demonstrada pelo regime de Myanmar em aumentar a cooperação com a Índia e os EUA, pondo em causa a até agora posição privilegiada de Pequim (Trenin, 2012: 18; Kaplan, 2010).

Se comparada com a parceria sino-russa, a parceria sino-indiana é mais moderada em termos de linguagem e de fanfarra política, com uma ênfase mais pragmática em mecanismos potenciadores do crescimento, desenvolvimento económico e tecnológico bilateral, e uma diminuta cooperação no plano da segurança e defesa, pois os poucos exercícios militares conjuntos que têm sido efetuados têm uma escala muito reduzida se comparados com os sino-russos no âmbito da SCO.

A perceção da China sobre as designadas ameaças tradicionais e não-tradicionais foi agudizada desde 2002. De facto se nas duas primeiras edições dos Livros Brancos as referências ao terrorismo eram diminutas, os atentados de 11 de setembro de 2001 tiveram o condão de marcar uma inversão impressionante (a maior de todas) destas referências tanto no plano quantitativo (de uma para sempre acima de 20). Seguindo a tendência global, a China não menosprezou o potencial impacto destas ameaças, mas instrumentalizou de sobremaneira a “guerra contra o terrorismo” levada a cabo pelos EUA para obter o beneplácito da comunidade internacional na sua luta contra os gru-

pos terroristas e separatistas de Xinjiang e em menor grau do Tibete, em prol da defesa da sua estabilidade interna.

Esta ligação que foi efetuada entre a dimensão externa e interna é expressa de forma peculiar. Por um lado Pequim tem resistido a pressões tendentes a “internacionalizar” as suas atividades de contraterrorismo em Xinjiang e no Tibete, mas procura por outro lado que as mesmas sejam encaradas como parte da guerra global contra o terrorismo. Assim, a China tem votado a favor de todas as Resoluções da ONU que propõem medidas concretas de combate ao terrorismo, participando em inúmeras atividades, conferências e exercícios militares bilaterais e multilaterais, forneceu informações, estabeleceu em 2004 medidas concretas de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de grupos terroristas, e reporta atividades suspeitas a países que possam vir a ser alvo de tais grupos.

No entanto, possui uma juridicamente menos abrangente visão relativamente à forma como tais ações devem ser conduzidas. Defende que o sejam sob a autoridade das Nações Unidas e não de um qualquer Estado em particular, em respeito do tradicional princípio de defesa da soberania dos Estados (sempre defendido de forma valorativa e positiva por parte da China) resultado do intenso debate, particularmente no seio da ONU, relativamente à defesa da noção tradicional de soberania dos Estados.

Com o debate e a argumentação predominante a tender para a noção da “responsabilidade de proteger” por parte da comunidade internacional, em detrimento da conceção tradicional de soberania expressa na Carta da ONU e da qual a China através dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica é uma defensora, os receios de Pequim têm sido expressos indiretamente na possibilidade de este ser um debate que poderá alavancar no futuro ambições secessionistas *nighurs* e tibetanas, colocando o país perante um dilema: se defende um maior papel da ONU no dirimir dos conflitos internacionais e se está disposta a corresponder no seio desta aos pedidos tendentes para que seja uma nação responsável no seio do sistema internacional, então terá de fazer corresponder o seu discurso às ações, algo que encara como potencialmente prejudicial para os interesses nacionais.

Por outras palavras, é um facto que desde o início do século a percepção do conceito de soberania por parte da China sofreu uma evolução sensível, tornando-se mais flexível e poroso, o que tem facilitado uma maior cooperação internacional e uma maior participação chinesa em questões de segurança tradicional e não tradicional, mas que ainda assim não esconde as suas desconfianças quanto à instrumentalização que pode ser feita deste conceito para alimentar a instabilidade interna no país (Kent, 2000; Gill e Reilly, 2000; Carlson, 2006; Wang, 2007).

Neste contexto, as referências à comunidade internacional e à ONU têm uma percepção constantemente positiva, mas a linguagem espelha cada vez mais um certo grau de frustração resultado do reconhecimento por parte da China, não obstante o seu discurso, de que existem fortes limitações à atuação da única organização global de segurança, que apesar de aglutinar a chamada “comunidade internacional” não tem capacidade de por si só resolver a profusão de conflitos bem como de gerar mecanismos globais de prevenção de ameaças como o terrorismo, a proliferação nuclear, entre outras.

Claro que a China prefere uma ONU robusta que se possa materializar como um instrumento de promoção do “multilateralismo não interventivo nos assuntos internos de um Estado” e da “democracia” no sistema internacional (*i.e.* multipolaridade), mas para a qual continua a contribuir pouco em termos financeiros, se comparada com outros Estados com estatuto similar ou inferior ao que Pequim possui no CS da ONU: o de grande potência.

Na ótica de Pequim a solução passa cada vez mais pela consecução de um institucionalismo de segurança regional complementar à ONU, que enfatize o diálogo e a cooperação informal entre os governos e que não tenham mecanismos vinculativos e interventivos do tipo das alianças. Daí a evolução em sentido contrário ao da ONU registada nas perceções de Pequim relativas a organizações regionais como a SCO e à ASEAN (+1), que apesar de sempre positivas, viram incrementadas as referências quantitativas nas várias edições dos Livros Brancos, num paralelismo inusitado ao papel central que a China tem, respetivamente, como membro fundamental e dinamizador da SCO na Ásia Central e como ator incontornável nas relações políticas, económicas e de segurança com os países do Sudeste asiático.

No que respeita à SCO Pequim encara o crescimento institucional de forma paulatina mas bem consolidada, fruto do seu empenhamento continuado, ilustrado pelo facto de sediar o secretariado da organização. As referências à SCO são sempre positivas e quantitativamente relevantes, especialmente nas edições de 2002 e 2004.

O convite efetuado para que outros países tenham um papel de observador – Mongólia, Irão, Índia, Paquistão e Afeganistão – no seio da SCO ilustra a cada vez maior abrangência geopolítica dos interesses em jogo na Ásia Central. O primeiro pilar de criação da SCO foi o da segurança dos seus Estados membros através do combate ao terrorismo, separatismo e extremismo, notando-se desde 2005 uma maior assertividade e descontentamento no seu discurso relativamente à presença de forças militares dos EUA na região, apelando desde então à sua retirada<sup>111</sup>, ao mesmo tempo que tem vindo a reforçar a cooperação militar multilateral e conjunta através da realização dos exercícios da série *Peace Mission*. Este tem sido o pilar mais privilegiado pela Rússia do que pela China.

No entanto, no plano da segurança a organização permanece como um quase “*bluff* geopolítico”,<sup>112</sup> como ficou demonstrado pela diferente reação de cada um dos seus membros aos pedidos dos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001. Com duas potências regionais ao seu leme, a SCO é atualmente uma arena onde os Estados da Ásia Central esgrimmem argumentos e procuram retirar vantagens da “competição cooperativa sino-russa” (Lo: 2008: 106-107).

---

111 Se bem que a retirada norte-americana do Afeganistão irá deixar um movimento *Taliban* relativamente forte o que começa a ser encarado como uma preocupação por parte da China, dado o impacto que poderá ter a médio prazo para a segurança regional, nomeadamente para a estabilidade de Xinjiang (Petersen e Barysch, 2011: 39).

112 Uma anedota recorrente que expressa uma visão extremamente pejorativa da SCO é a de que ela é “a mais perigosa organização da qual os norte-americanos nunca ouviram falar”.

Apesar da retórica e da liturgia grandiosa desta cooperação multilateral, continua a não existir uma política da SCO em si, o que faz com que se crie a percepção de que é um ator homogêneo e preponderante no plano regional e internacional, quando na realidade não o é. Na verdade “parece uma mini Comunidade de Estados Independentes (CIS) mais a China” (Lo: 2008: 106).

O segundo pilar da organização – o económico – tem evoluído cada vez mais no sentido de uma maior interdependência e cooperação entre os Estados-membros, possibilitando à China a obtenção de novos mercados de exportação dos seus produtos e a assinatura de contratos de fornecimento de gás natural e petróleo em condições mais vantajosas, em troca do apoio ao financiamento da construção de oleodutos e gasodutos, estradas, auto-estradas e linhas ferroviárias, capazes de potenciar o comércio multilateral (Carriço, 2011). Este é o pilar que tem sido cada vez mais enfatizado pela China e menos pela Rússia.

Em resumo a SCO tem sido instrumental para a China em três planos. No plano interno, permitiu aumentar a eficiência e eficácia da sua estratégia de combate ao movimento independentista *uighur* em Xinjiang (Hastings, 2011); no plano regional criou uma almofada relativamente às pressões ocidentais de respeito pela democracia e pelos direitos humanos em diversos países da Ásia Central, num período em que muitos dos seus governos se viram confrontados com manifestações populares de protesto exigindo a sua demissão, especialmente no Quirguistão e Uzbequistão;<sup>113</sup> no plano global permitiu a Pequim etiquetá-la como um exemplo ilustrativo da “nova diplomacia de segurança chinesa”, mais aberta, abrangente, com base na cooperação voluntária e sem ameaçar terceiros (Aris, 2009; Xie, 2003; Pan, 2007), ao mesmo tempo que se consubstancia cada vez mais como um instrumento de “tamponagem retórica” de uma crescente influência político-militar ocidental contribuindo para a estabilidade da região, ao abrigo de um denominado “Novo Euroasianismo” (Baohui, 2010: 52).

Quanto às relações com a ASEAN a criação em 1997 do mecanismo de diálogo e cooperação com a China, Japão e Coreia do Sul (ASEAN+3) com ênfase primária no plano económico marcou uma clara viragem no relacionamento regional, dando Pequim prioridade a uma renovada “política de boa vizinhança”. O sucesso inicial deste mecanismo levou a China a propor em 2002 o estabelecimento até 2010 de uma zona de comércio livre com a ASEAN, implementada com sucesso, relegando para segundo plano as iniciativas japonesas e sul-coreanas (Wang, 2005). No mesmo ano, a assinatura do Código de Conduta para o Sul do Mar da China veio reforçar as perspetivas de uma maior estabilidade regional, contribuindo para que em 2003, China e ASEAN assinassem um Tratado de Amizade e Cooperação, onde entre outras cláusulas, ficou estipulada a proibição normativa do recurso à força na resolução de disputas territoriais por parte dos países signatários, permitindo colmatar parcialmente algumas das lacunas do Código de Conduta para o Sul do Mar da China (Wang e Li, 2007).

---

113 Desde 2005 que o secretariado da SCO passou a enviar observadores para os processos eleitorais que decorram em cada um dos Estados-membros, como forma de os blindar face a críticas externas à Organização.

Não obstante, desde 2007 que se começou a notar um incremento da rivalidade intrarregional resultado de uma política de segurança mais assertiva por parte da China relativamente às disputas territoriais marítimas. Este comportamento originou uma contrarreacção por parte dos países da ASEAN, mais Japão e Coreia do Sul, que não passou despercebida a Pequim. De facto, aquando a sua proposta inicial de 2005 de criação do *East Asian Summit* com base no modelo da ASEAN+3 como plataforma intermédia de constituição de uma futura Comunidade do Leste da Ásia, esta foi sendo paulatinamente alterada durante três anos, tendo sido concluída e aprovada (para descontentamento de Pequim) a participação da Índia, da Austrália e da Nova Zelândia neste novo conclave.

A China viu este desenvolvimento, para além de uma distorção da sua ideia original – que limitava a participação a países exclusivamente asiáticos – uma clara manobra de restrição da sua liberdade de ação regional, pois este novo círculo, mais exterior em termos geográficos, ainda que tivesse propósitos similares ao da ASEAN+3, colocou-a numa posição de maior vulnerabilidade, visto que a maioria dos países da *East Asian Summit* seriam ou aliados, ou tinham boas relações de cooperação com os EUA (Ren, 2007: 52).

Não foi pois uma surpresa que alguns estrategistas efetuassem as primeiras críticas ao modelo de diálogo e cooperação da ASEAN+3, que “ao funcionar com base em regras definidas por países fracos e pequenos, dava ao processo uma liderança frágil que não conseguiria gerar forças centrípetas suficientemente vigorosas, pois a postura da ASEAN em contrabalançar alguns dos países mais fortes da região iria condicionar negativamente uma maior integração e cooperação económica e de segurança regional” (Tang, 2008: 13).

Esta era uma clara estratégia de *hedging* face à China devido às questões de soberania em torno do Sul do Mar da China e à cada vez maior assertividade da presença naval chinesa na região (Baohui, 2010: 53; Swaine, 2011: 484: nota 45).

Não é pois surpreendente que os exercícios militares bilaterais e multilaterais envolvendo forças navais e aéreas dos EUA e a maioria dos países da ASEAN, Japão, Austrália e Coreia do Sul – como os da série *Cobra Gold*, *Malabar*, *RIMPAC*, *Cape North*, *Key Resolve* e *Foal Eagle* – tenham vindo a aumentar de frequência e de dimensão, ao mesmo tempo que as relações de cooperação militar bilateral da China com estes países seja ainda classificada como modesta, apesar de um relativo progresso desde 2001 (Storey, 2011: 103). As declarações da administração Obama no final de 2011-início de 2012 de que os EUA tinham agora a região da Ásia-Pacífico como a maior das suas prioridades é uma mensagem clara tendente a “condicionar positivamente” as atividades militares do EPL na região.

Resumindo e concluindo, a análise efetuada segundo uma perspetiva metodológica de cariz essencialmente construtivista, análise crítica, principalmente no que concerne às teorias do discurso, onde os factos existem como fenómenos empíricos, mas a forma como estes factos são organizados e analisados, demonstram uma abordagem subjetiva, suscetível a múltiplas interpretações, dada a persistente ambivalência do seu discurso de (in)segurança, que ora realça desenvolvimentos positivos na dinâmica estrutural do sistema internacional, como continua a enfatizar os riscos e ameaças externas e internas à estabilidade do país.

As várias edições dos Livros Brancos da Defesa espelham uma visão essencialmente realista estrutural e Lockeana, de existência permanente de um conjunto de ameaças e riscos (externos e internos) ao desiderato de estabilidade nacional dos Estados em geral e da China em particular. São patentes as referências indiretas a um dilema de segurança no espaço asiático do qual a China é vítima/ator, e que emoldura a percepção das ameaças e riscos ao país.

O facto de a China viver ante um clássico dilema de segurança regional, ao abrigo do qual, a comunicação e a sinalização das intenções nem sempre é fácil de materializar, torna-a sempre sujeita a más interpretações relativamente aos seus discursos e ações.

Ao continuar a enfatizar e, nalguns casos, a empolar excessivamente, uma série de riscos e ameaças à sua segurança tanto no plano interno como externo (regional), utilizando-os para justificar a continuidade e o aumento do seu investimento nos vários programas de modernização militar, os Livros Brancos da Defesa Nacional da China, como os de todos os países que os publicam, acabam por ser ambivalentes nos seus objetivos: pretendem ser um dos instrumentos criadores de confiança e segurança regional/global, mas devido à análise perceptiva de natureza securitária tendencialmente pessimista de evolução da situação internacional que expressam, servem também como justificadores das ambições das respetivas forças armadas em cativarem fundos necessários para manterem um permanente e necessário processo de modernização, passível de as consubstanciar como um instrumento credível por parte do Estado no combate a essas mesmas ameaças e riscos.

É notório que no plano regional asiático este dilema de segurança assume-se como uma construção social composta de interações e percepções subjetivas ao abrigo da qual os Estados da região albergam desconfianças quanto às intenções da China, mas que mesmo assim têm demonstrado uma capacidade em reciprocarem o *engagement* positivo de Pequim desde que este sirva os respetivos interesses nacionais, fomenta o crescimento económico e a estabilidade regional e aumente as suas opções diplomáticas relativamente a outras potências regionais – EUA, Japão, Índia e Rússia.

Este pragmatismo instrumentalista da ASEAN é reconhecido por Pequim, o que resulta em assunções ainda assim moderadamente otimistas por parte da China quanto à constituição de uma verdadeira e abrangente comunidade de segurança e defesa regional – apesar dos progressos verificados na última década no âmbito do diálogo ASEAN+1, ASEAN+3 e da Organização de Cooperação de Xangai.

A ambivalência discursiva da China é patente nos seguintes fatores agudizadores de uma percepção de desconfianças e que alimentam uma (in)segurança crescente na Ásia-Pacífico, a qual transparece nos Livros Brancos de vários países da região e que justifica a corrida ao armamento que está em curso há mais de uma década (Minohara, 2010):

- A confluência e o choque de interesses na dimensão marítima asiática, resultantes das disputas territoriais existentes e que tardam a ser resolvidas;
- A definição muito ortodoxa mas objetiva por parte da China do que entende como soberania territorial e da sua defesa por parte do EPL, da qual está dependente uma grande parte da legitimidade e credibilidade interna do PCC, a outra e

mais importante é a de garantir a continuidade do desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida da população;

- As dinâmicas de natureza histórica resultantes da memória recente e persistente associada à ocupação coerciva de territórios da China por parte de potências estrangeiras, que por si potenciam fenómenos nacionalistas que ora são explorados ora são controlados, por vezes com dificuldade, por parte do *Zhongnanhai*;
- A ainda persistente e intencionalmente cultivada opacidade quanto às suas intenções estratégicas no plano da segurança e defesa regional e que alimentam debates em torno da questão de se saber se o país é uma potência revisionista – limitada ao plano regional, o que parece ser –, se é revisionista em termos globais, ou se é uma potência defensora do atual *status quo* global, como o é (Johnston, 2003);
- A “missão impossível” que é a de se fazerem corretos military net assessments das capacidades dos principais atores de segurança regional asiática, agravada por uma estratégia preventiva de crises por parte dos EUA (The White House, 2012), pela ambiguidade da estratégia de defesa ativa<sup>114</sup> da China (U.S. Department of Defense, 2011: 22; U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2011: 14) e pela natureza dos novos programas tecnológicos e de investimento em sistemas de armas por parte dos principais Estados asiáticos, que diluem a fronteira entre o que são armas de emprego ofensivo e defensivo, o que fragiliza o equilíbrio ofensivo-defensivo regional.

Agravadamente, a ausência de uma clássica e sólida arquitetura integrada de segurança regional, ou de um regime de segurança similar ao que existe na Europa, é preenchida pela coexistência de mecanismos de segurança resultantes da necessidade da preservação da estabilidade regional e alianças bilaterais dos EUA com vários países asiáticos, diálogos multilaterais específicos – *Six Party Talks* –, organizações multilaterais regionais abrangentes e cooperativas – SCO, ASEAN+3, ARF – que apesar das boas intenções e alguns progressos, não têm logrado reduzir as dificuldades de comunicação e as percepções de insegurança regional, dada a natureza maioritariamente não vinculativa dos mesmos (Acharya e Goh, 2007; Simon, 2007; Storey, 2007).

Resta assim o esqueleto norte-americano de *hub and spoke* que para John Ikenberry é o melhor garante da estabilidade regional, independentemente dos mecanismos multilaterais existentes, pois “providencia uma capacidade de projeção política e geográfica da influência americana na região; confere uma certeza e previsibilidade quanto ao empenho de Washington; e cria canais de diálogo direto entre os EUA e os países aliados... sendo difícil de imaginar uma ordem de segurança regional tão pacífica e funcional como esta.” (Swaine, 2011a: 142).

Na realidade, e apesar do que se possa inferir positivamente quanto a esta “desmultiplicação institucional”, o que Ikenberry realça, ainda que indiretamente, é que a

---

114 Que combina operações e táticas ofensivas inseridas numa estratégia defensiva, o que dissipa a fronteira entre o que pode ser entendido como ofensivo e defensivo, e potenciando no processo, por exemplo, o lançamento de ataques preemptivos (Christensen, 2005: 309-324; Christensen, 2006: 52; Peng e Yao, 2006).

inexistência de um verdadeiro regime de segurança espelha o facto de os Estados da região continuarem a privilegiar ações recíprocas e/ou *ad hoc* unilaterais e bilaterais, sem reforçarem objetiva e significativamente os princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão (Suh, Katzenstein e Carlson, 2004).

Os grupos ou organizações multilaterais asiáticas têm sido mecanismos de diálogo de segurança mas não são regimes, pois enfatizam mais os intercâmbios sociais e a retórica política em detrimento de uma resolução efetiva das divergências, suspeitas e ansiedades regionais. Este *layout* conduz a opções de diálogo e negociação assentes numa base informal e raramente vinculativa por parte dos Estados, contribuindo para a persistência da instabilidade e desconfianças regionais no plano da segurança, não obstante o elevado grau de interdependência económica existente entre eles, realçando, apesar dos progressos alcançados, mais as limitações que as virtudes dos modelos construtivistas de socialização regional de segurança, daí por exemplo, a incontornabilidade e indispensabilidade da continuação da presença militar norte-americana na região.

## 6. Prospetivas sobre a Política de Segurança e Defesa da China

As duas grandes vagas de internacionalismo do pós-Guerra Fria, implosão da União Soviética e o pós-11 de setembro, esgotaram-se e estão a dar lugar a uma crescente rivalidade estratégica entre os Estados. Ainda que a linguagem seja de interdependência e de partilha de valores universais tendencialmente comuns, a realidade diária demonstra a vacuidade da mesma. Organizações e mecanismos multilaterais proliferam qual “sopa de letras de acrónimos”, mas a realidade é que vivemos num sistema internacional neo-Vestefaliano no qual os Estados continuam a ser a unidade fulcral do mesmo (Falk: 2004: 20).

Claro que este sistema sempre se caracterizou por um elevado grau de fluidez e a última década veio aprofundar dinâmicas intrínsecas ao mesmo que modificaram alguns dos seus pressupostos operativos tradicionais, por se poder vir a basear crescentemente em princípios de uma interdependência reforçada, à qual, acreditava-se, nenhuma região do planeta escaparia.

Paralelamente desenvolveu-se uma perceção de transição de poder no sistema internacional que veio criar uma certa hibridizadora do mesmo, reflexo das incertezas quanto a esta mesma transição.

Apesar de as construções tradicionais de espaço e de influência se manterem inalteradas, está em curso uma revolução associada aos meios e às formas de projeção de poder por parte dos Estados, que os obriga a serem cada vez mais flexíveis, a combinarem *hard* e *soft power* e a participarem ou aplicarem mecanismos multilaterais, bilaterais e unilaterais, sob circunstâncias em que as abordagens clássicas de *balance of power* interagem com os novos desafios de segurança e de interdependência económica – terrorismo, proliferação NBQR, globalização do comércio, segurança energética, alterações climáticas, etc.

Mas o atual e futuro sistema internacional basear-se-á cada vez menos em parcerias estratégicas ou alianças eternas e cada vez mais em arranjos de oportunidade, não vinculativos e por isso mais voláteis por parte dos Estados. Esta dinâmica faz com que o sistema seja extremamente suscetível a alterações devido à modificação e adaptação das percepções sobre o que é e será o interesse nacional dos Estados.

Se juntarmos o facto de, e no caso concreto da China, aquilo que o governo define como interesse nacional poder por vezes não coincidir com aquilo que a opinião pública considera como tal (Shirk, 2007), originam-se processos de *spin off* com impacto negativo ao nível da política externa, passíveis de condicionar a estabilidade e evolução da segurança regional e inerentemente global. Tal justifica uma incursão sobre a percepção de Pequim relativamente à sua inserção no sistema internacional e à sua previsão sobre a evolução do mesmo.

### **a. Visão Chinesa sobre a Evolução da Segurança no Sistema Internacional**

Seguindo a tipologia de Alexander Wendt (1999) de análise da conceptualização e operacionalização dos interesses dos Estados e aplicando-o à definição da RPC quanto aos respetivos interesses nacionais e à estratégia de defesa em prol dos mesmos, podemos caracterizar a percepção chinesa sobre a estrutura normativa do sistema internacional como constrangida por duas conceções competitivas, que se encontram sob uma *weltanschauung* de natureza realista estrutural: uma conceção Lockean e uma conceção Kantiana.<sup>115</sup>

A terceira conceção – a Hobbesiana – que defende uma natureza estrutural e violentamente anárquica do sistema internacional é refutada taxativamente por Pequim, de acordo com o preconizado nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e na formulação de Hu Jintao de “Mundo Harmonioso”. Tal ilustra, em alternativa, a sua “predileção por uma visão Lockean” com pequenos laivos “Kantianos”, ao abrigo da qual os Estados encaram-se como rivais e competidores, mas agindo dentro de determinados “constrangimentos” normativos do Direito Internacional estabelecidos de acordo com a Carta da Organização das Nações Unidas, reconhecendo o direito à existência de outros Estados e a criação de novos.<sup>116</sup>

Com efeito, a China adotou o moderno conceito de soberania estatal no início do século XX, tendo passado normativamente de um império a um Estado-nação<sup>117</sup> e a um indefetível apoiante das normas Vestefalianas das relações internacionais, incorporando o conceito de soberania igualitária e de não interferência nas questões internas de outros Estados, vetores fundamentais da conceção Lockean, e que foi defendida pela maioria dos Estados até ao final da Guerra Fria.

115 A conceção Hobbesiana é aquela que pautou a relação entre os EUA e os atores estatais classificados como “Estados pária” e atores não-estatais, como grupos terroristas, especialmente entre 1999 e 2010, justificando em si a argumentação por parte do EPL de que a China necessitava de conduzir uma política externa e segurança e defesa mais assertiva reforçada por políticas de internal balancing.

116 Com exceção da possibilidade de Pequim vir a reconhecer a independência das suas regiões autónomas do Tibete e de Xinjiang – que configura como uma questão relativa à soberania interna do Estado – para não referir a questão de Taiwan.

117 No entanto, como referiu Lucian Pye (1990: 58) “a China é essencialmente uma civilização sob a capa de um Estado-nação”.

No entanto, no pós-Guerra Fria, uma concepção Kantiana das relações internacionais passou a ser adotada por um pequeno número de grandes potências, pelo que a China se viu pressionada por estas duas visões normativas e alguns dos seus emolumentos. A primeira categoria de “pressões sistêmicas” está associada aos desafios das normas de pós-soberania – como a democracia, os direitos humanos, a intervenção humanitária e a responsabilidade de proteger, o desenvolvimento sustentável – as quais desafiam a perspetiva tradicional e absolutista de soberania dos Estados formulada por Jean Bodin.

Neste ponto a China tem uma posição mais conservadora – ainda que evolutiva – em linha com a conceptualização de soberania expressa na Carta das Nações Unidas, demonstrando reservas no que concerne aos mais recentes emolumentos da ONU quanto ao direito de intervenção humanitária e da responsabilidade de proteger – que encara como violadores de dois dos seus cinco princípios da coexistência pacífica.<sup>118</sup>

Para Pequim, o Direito Internacional é um conjunto de normas incompletas que dão ao Direito Interno dos Estados espaço para o complementarem, pelo que um e outro devem coexistir harmoniosamente (Carlson, 2005).

No seu entendimento, devem estar presentes dois fatores básicos se quiser preservar e reforçar de forma mais o completa possível o Direito Internacional: um fator objetivo, que deve prescrever o que pode e não pode ser feito; e um fator de sujeito, que deve especificar quem pode fazer o quê e quem não o pode fazer. Só quando os dois fatores são integrados é que questões de natureza territorial e temporal fazem sentido no plano jurídico.

As normas modernas do Direito Internacional tendem a definir os fatores objetivos em detrimento do sujeito, do território, do tempo e do âmbito de aplicação da força do Direito Interno. Em resultado o Direito Internacional concebe direitos e obrigações a países e indivíduos, mas por si só não consegue ser consequente sem um Direito Interno capaz de regular a conduta dos indivíduos, sendo que o inverso é também aplicável, pois sem um Direito Internacional o conceito de Estado e de soberania seria de difícil entendimento e aplicação. Existe assim a concepção de uma unidade orgânica entre os dois Direitos, pelo que não há uma contradição ou relação direta entre a importância conferida à proteção dos direitos humanos e a soberania de um Estado (Carlson, 2005). A retórica dos “direitos humanos acima da soberania” é, para a China, teoricamente absurda e não pode ser mantida quanto mais instrumentalizada em detrimento dos interesses do Estado (Chiu, 1989; Wan, 2007).

Ou seja, na sua ótica, quando “determinados Estados” (*i.e.* EUA) instrumentalizam o recurso unilateral da força militar sob a justificação da defesa dos direitos humanos para obterem ganhos imediatos, estão a fragilizar a base existencial do sistema de segurança internacional, pois se todos os Estados optarem por idêntico procedimento estarão a potenciar condições propiciadoras de um caos e desordem que afetarão em última instância os próprios Estados Unidos (Zhu, 2011).

---

118 Ainda que a sua posição seja normalmente neutra aquando de votações de Resoluções no Conselho de Segurança da ONU que visam o sancionar o recurso à força, optando normalmente pela abstenção (Kent, 2007; Johnston, 2008).

Estas preocupações de Pequim relativas à potência “quase-hegemónica” são também o resultado da omnipresença de fatores endógenos de fragilidade associados ao seu estado de desenvolvimento económico, os quais se deficientemente geridos podem originar uma maior instabilidade interna, que poderá ser explorada por “atores exógenos” (*i.e.* EUA) com o intuito de sob o argumento da defesa dos direitos humanos, visarem na realidade uma maior fragilização da China.

Como a ordem internacional vigente continua a ser pautada por uma primazia mais ou menos assertiva dos EUA no sentido de remodelarem o Direito Internacional numa direção que visa conferir um estatuto de menoridade à soberania dos Estados face a questões como o respeito e defesa dos direitos humanos, tal acaba por originar na China a noção de que tal ordem pode não ser particularmente justa e sustentável (Yan e Sun, 2005: 5), pois como declarou o Presidente Hu Jintao, na Assembleia Geral da ONU em 2005, aquando das comemorações do 60.º aniversário da organização:

*“I would like to reiterate here what China stands for. We will continue to hold high the banner of peace, development and cooperation, unswervingly follow the road of peaceful development, firmly pursue the independent foreign policy of peace and dedicate ourselves to developing friendly relations and cooperation with all countries on the basis of the Five Principles of Peaceful Coexistence.... China will, as always, abide by the purposes and principles of the UN Charter, actively participate in international affairs and fulfill its international obligations, and work with other countries in building towards a new international political and economic order that is fair and rational.”* (ênfase a negrito feita pelo autor).

A segunda categoria de “pressões sistémicas” está associada às normas Kantianas e à emergência de uma comunidade de segurança comum entre os países ocidentais, a qual modificou de certa forma a lógica anárquica Lockeana do sistema internacional. Este argumento socorre-se do facto de o Japão e a União Europeia não desenvolverem por si ou em associação políticas de *balancing* face aos EUA ser o resultado em grande parte da criação de uma comunidade de segurança comum e de uma identidade coletiva baseada em valores comuns e partilhados por estas potências. Neste contexto, sendo a China uma potência em ascensão o mesmo acaba por restringir ainda mais as eventuais e hipotéticas oportunidades que a China terá com vista a associar-se a parceiros que pretendam condicionar o poder da potência hegemónica (EUA). Ou seja, segundo este racional, não é expectável, ao contrário do vaticinado pelos realistas, que as grandes potências se aliem de forma a contrabalançarem aberta e confrontacionalmente a superpotência, ainda que pontualmente possam desenvolver uma certa coordenação *ad hoc* no sentido de estabelecer limitações ou de condicionar o comportamento desta através de estratégias de *engagement*, *entanglement* e *entrapment* (Chan, 2005: 4).

Esta bifurcação quanto à perspetiva normativa contemporânea do sistema internacional faz com que a postura da China seja defensiva, condicionada mas flexível. Defensiva no plano interno, ante os desafios que se lhe colocam à adoção de normas associadas ao conceito de pós-soberania e à autoridade do Estado; condicionada nas suas opções no plano externo, em resultado de existir atualmente uma certa prevalência percetiva da

conceção Kantiana que é partilhada pelos países ocidentais, que enfatizam a cooperação internacional de um modo formal; flexível porque tem de gerir o equilíbrio entre a salvaguarda da sua segurança interna e a estabilidade externa, equilíbrio do qual depende a continuidade do seu desenvolvimento.

Dada a natureza “desequilibrada” do sistema internacional em termos de distribuição de poder, na perspetiva chinesa ainda unipolar mas caminhando irreversivelmente no sentido da multipolaridade, para Pequim a opção passa necessariamente por desenvolver estratégias de *hard balancing* a solo (racionalismo) e de *soft balancing* em cooperação,<sup>119</sup> sempre que possível, com outras potências e organizações multilaterais, no âmbito do sistema internacional, o que vai de encontro à afirmação de Berger (2000: 407) de que “a dinâmica de segurança chinesa é melhor analisada por um *mix* de variáveis típicas do realismo e do construtivismo, as quais ilustram diferentes aspetos da situação regional asiática e internacional”.

Esta asserção, catalogada como “ambivalente” é na verdade o resultado da implementação de uma “estratégia calculista” bem sedimentada em prol da defesa do interesse nacional, e que foi iniciada por Deng Xiaoping (Swaine e Tellis, 2000: xi).

Quando “o Pequeno Timoneiro” assumiu a liderança dos destinos da China em finais da década de setenta, desenvolveu uma série de alterações dramáticas na política externa e de segurança do país, assente em três princípios codificados na linha política do PCC, a qual se mantém inalterada. O primeiro baseado no facto de o desenvolvimento económico da China requerer uma envolvente internacional pacífica, (paz e desenvolvimento – *heping yu fazhan*) para a qual daria o seu contributo através do estabelecimento de relações amigáveis com o maior número possível de países (Deng, 1993).<sup>120</sup>

O segundo através da recusa tácita em participar em qualquer tipo de alianças, sendo esta opção a pedra de toque da política externa e de segurança e defesa do país.<sup>121</sup>

O terceiro, através da manutenção de um *low profile* internacional não alimentando polémicas e conflitos.

Esta visão era substancialmente diferente da de Mao Zedong. O “Grande Timoneiro”, num zelo belicista internacionalista de “guerra e revolução” (*zhanzheng yu geming*), enfatizou em demasia a relação com países amigos como instrumento de condicionamento das intenções de inimigos potenciais ou não da China, ao abrigo da qual os países que se comportassem como competidores/inimigos (EUA e URSS) seriam automaticamente catalogados como tal, gerando uma necessária mobilização em massa da sociedade e da economia chinesa.

---

119 Robert Keohane (1984: 51) afirma que existe cooperação internacional “quando os atores ajustam o seu comportamento às preferências atuais ou previsíveis de outros, através de processos de coordenação política”.

120 Deng encarou a necessidade de um alargamento das relações de amizade com o maior número possível de países de forma a reduzir aqueles que pudessem ver a China como um adversário condicionando no processo a política de reforma e de abertura ao exterior (*gaige yu kaifeng*) e de desenvolvimento económico.

121 Neste contexto a modernização militar foi colocada em último lugar nas quatro modernizações por si preconizadas após a agricultura, indústria e a ciência e tecnologia.

O sucessor de Deng Xiaoping, Jiang Zemin, aprofundou a visão do “Pequeno Timoneiro”, ao identificar e estabelecer prioridades relativamente aos países com os quais a China deveria estabelecer sólidas relações de amizade e aqueles cuja política externa poderia constituir uma ameaça ao desenvolvimento pacífico do país, daí a exponenciação durante o seu mandato do número de parcerias estratégicas assinadas entre a China e mais de uma dezena de países e organizações regionais. Como declarou “o caminho agora seguido é árduo mas o futuro será promissor” (Lewis e Xue, 2006: 106).

Para Jiang, tal como para Deng, a paz teve sempre precedência (*he wei gui*) e o mundo era demasiado complexo para justificar a herança e a visão Maoísta – tão revolucionária quanto maniqueísta – das relações internacionais.<sup>122</sup> A globalização e a integração da China na economia mundial, via Organização Mundial de Comércio, potenciaram uma maior interdependência económica do país pelo que existiam agora mais tonalidades de cinzento na dinâmica das suas relações com outros Estados do que o “preto e branco” da Era Maoísta.

Jiang encarou o desenvolvimento económico como prioritário sendo a segurança económica o pilar sobre qual assentava a segurança do Estado e a legitimidade e credibilidade do PCC. A popularmente designada *win-win strategy* desenvolvida durante a sua presidência, buscou e busca essencialmente subalternizar potenciais rivalidades com as principais potências, através da adoção de um discurso e de ações assentes em boas intenções as quais por sua vez geram uma resposta similar.

Hu Jintao aprofundou a visão de Jiang, prossequindo a política de parcerias estratégicas bilaterais e multilaterais, de alargamento do diálogo e de maior participação, ação e preponderância do país no âmbito da SCO e de interação com a ASEAN.

Após a polémica de natureza semântica levantada pelo conceito original de “ascensão pacífica da China”,<sup>123</sup> Hu avançou com a recuperação do conceito de desenvolvimento pacífico de Deng Xiaoping e introduziu em 2006 uma nova conceptualização: a de “mundo harmonioso” (numa extensão da ideia confucionista de “sociedade harmoniosa”).

Assente numa ancoragem de cariz histórico-civilizacional, nos inelutáveis Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e no Novo Conceito de Segurança da China, esta conceptualização do sistema internacional pretende vincar uma certa noção de excecionalismo chinês, desejavelmente “mais benigno e menos proselitista” que o excecionalismo norte-americano, sendo ambos no entanto passíveis de coexistirem de forma pacífica (harmonia na diversidade – *he er bu tong*) (Glaser e Medeiros, 2007: 294-295).<sup>124</sup>

---

122 Na sua comunicação na Cimeira do Milénio da ONU, em 6 de setembro de 2000, Jiang Zemin declarou que “O mundo é multicolorido. Tal como o universo não pode ter apenas uma cor, também não podemos ter um mundo só com uma civilização, um sistema social, um modelo de desenvolvimento ou um só conjunto de valores” (Ni e Chen, 2003: 204). O sucessor de Hu Jintao, Xi Jinping, utilizou uma variação desta metáfora usando a expressão de “os pássaros multicolores terem de conviver pacificamente dentro da mesma gaiola (que é o mundo).” (Kuhn, 2010: 411).

123 Intitulado na versão original de “O caminho de desenvolvimento da ascensão pacífica da China” (*Zhongguo heping jueqi de fazhan daolu*) e formulado por Zheng Bijian (ex-vice Presidente da Escola Central do PCC) no início do século XXI.

124 As guidelines para este “mundo harmonioso” são: (1) encarar a segurança de forma abrangente, salvaguardando a paz mundial e a estabilidade; (2) ter uma abordagem mais holística relativamente ao desen-

Hu Jintao efetuou assim uma evolução na continuidade em termos de liturgia política oficial, ao manter que a política da República Popular da China é uma política de desenvolvimento/evolução pacífica (*heping/yanbian fanzhan*) e de apoio à consolidação de um “mundo harmonioso” (*hexie shijie*). A primeira conceção refuta a noção de que a ascensão da China tenderá a criar instabilidade regional e global, pois a globalização tornou o país dependente comercial e tecnologicamente do exterior, pelo que o recurso a meios de persuasão e influência são os mais privilegiados, não tendo a China quaisquer ambições de cariz hegemónico ou expansionista (Johnston, 2008; Gill, 2010) passíveis de desestabilizar ou desarmonizar, um sistema internacional do qual é um dos principais beneficiários juntamente com os EUA (Ong, 2007: 718).

Ou seja, o reconhecimento do impacto positivo ao nível interno da globalização e do multilateralismo potenciou, por um lado, a sua maior participação e envolvimento em organizações internacionais, refletindo a aceitação dos benefícios materiais que estes dois fenómenos produzem tanto no seu desenvolvimento económico como no reforço da sua imagem como “potência responsável” defensora da ordem económica e de segurança vigente. Por outro lado, o seu comportamento reflete aparentemente a aceitação de uma lógica coletivista e de valores subjacentes às normas internacionais – ou seja, um reconhecimento das limitações que os Estados enfrentam na sua ação em resultado da crescente interdependência, o que faz com que tenham de aceitar custos específicos de forma a obterem benefícios comuns.

Assim sendo, o contributo do país para o desenvolvimento e consolidação da segunda conceção, “mundo harmonioso”, é enfatizado pelo facto de este dar preferência a arranjos de natureza multilateral através de organizações internacionais globais como a ONU, e fora e iniciativas regionais; de implementar programas de apoio ao desenvolvimento em vários países com respeito pelas diversas culturas e sistemas económicos; de defender o princípio da soberania nacional; e de desenvolver as relações com outros Estados de acordo com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (Hu, 2005; Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 2011).

Ou seja, tanto com Jiang Zemin como com Hu Jintao, o agente (China) procurou participar e influenciar positiva e indutivamente, não coercivamente, a estrutura do sistema internacional, sem o alterar, de modo a poder beneficiar diretamente de uma maior estabilidade deste, que por sua vez potenciará o seu desenvolvimento económico dentro de uma janela de oportunidade estratégica até 2020 que permitiria ao país, segundo o jargão oficial, tornar-se numa sociedade “moderadamente próspera”, numa dinâmica socializante biunívoca: ou seja, uma verdadeira combinação de realismo estrutural e Lockeano com laivos de construtivismo.

Este pragmatismo fez com que a China conjuntamente com os EUA tenham sido dois dos países que mais beneficiaram com a aceleração do processo de globalização

---

volvimento e à prosperidade comum; (3) prosseguir a cooperação de forma mais aberta e trabalhar para o mútuo benefício e progresso comum; (4) ser mais tolerante com os outros e viver em harmonia (Swaine, 2011a: 33).

registado nas últimas duas décadas, levando no caso de Pequim, a ser um dos principais interessados na estabilidade internacional e regional, pois existe uma correlação direta entre esta estabilidade e a continuação do seu desenvolvimento económico e social. Como referiu Jiang Zemin em 1997 aquando do 15.º Congresso do PCC “a China deve agir de acordo com os costumes (*si*) internacionais, de forma conectar-se aos caminhos dos costumes internacionais” (*zhuo guoji guanli ban shi, yu guoji guanli jiegou*) (Yong, 1998: 322)

Ou seja, na diáde agente-estrutura constatamos que, e socorrendo-nos da terminologia de Alexander Wendt, no plano económico, por exemplo, a China internalizou um conjunto de normas e lógicas do mercado adotando um sistema híbrido denominado de “Leninismo de mercado”, “economia de mercado com características chinesas” ou “socialismo de mercado” (Kristof e WuDunn, 1995) bem como de defesa da preservação da segurança e estabilidade internacional, adaptando-as à sua realidade segundo três níveis de operacionalização: coerção, interesse próprio e legitimidade.

O país observa as normas porque é forçado/condicionado a tal, porque é do seu interesse e porque as considera legítimas (Wendt, 1999: 250). Esta foi uma estratégia voluntariamente adotada por Pequim que realça uma perspetiva cooperativa e socializada por indução externa (do sistema), mas que visa primordialmente salvaguardar os superiores interesses vitais do país, dada a relação direta entre estabilidade externa e interna na consecução do desenvolvimento nacional.

Se os três níveis de internalização social de Wendt permanecerem constantes, a política externa e de segurança e defesa chinesa tenderá a ser constringida por imperativos de natureza integrativa, moldando não apenas aquilo que a China é mas também o que poderá vir a ser e a querer.

Em suma, a estrutura tem influenciado parcialmente o agente, mas este procura na verdade e a longo prazo influenciar a estrutura através da condução de estratégias de *soft balancing* multilateral e de *engagement* estratégico recíproco com as grandes potências do sistema atual, sem o pretender alterar estruturalmente, em reforço de uma dinâmica que deseja crescentemente como multipolar, mas não no plano regional asiático, tida como a mais vantajosa para a continuidade do seu desenvolvimento/ascensão pacífica (Peng, Zhao e Luo, 2010: 8; Swaine, 2011a:347) e a prossecução do objetivo de ser uma “potência forte” e incontornável desse mesmo sistema (Ye, 2011).

Sob a perspetiva exclusivamente chinesa, a ordem internacional continua a ser dominada pelo Ocidente, mas não está nem foi desenhada rigidamente para conter a ascensão da China. A política das grandes potências continua a ter como ator incontornável os EUA, mas encontra-se em fase de grande fluidez, caracterizada pela luta entre forças centrífugas e centrípetas ao sistema internacional.

A lógica da balança de poderes continua omnipresente e cria perigos para a política externa do país, mas a envolvente internacional não é ditada por uma força estruturalmente imutável pois muito depende das escolhas políticas da China. Na sua perceção “o sistema internacional a evoluir tendencialmente para a multipolaridade não é tranquilo (*bu taiping*), mas pode e deve ser gerido pelos Estados”, assim acreditam (Yong, 2008: 65).

## 1) Uma Desejada Multipolaridade

Em 1982 aquando do 12.º Congresso do PCC, o Secretário-Geral Hu Yaobang, expressou no relatório final a determinação da China em prosseguir uma política externa de “independência e autonomia” face às superpotências (Lu, 2000; 168-16). Deng Xiaoping já havia referido que a aproximação aos EUA não iria condicionar a prossecução de uma política de “paz e desenvolvimento” por parte de Pequim, pois a estrutura bipolar do sistema internacional já estava a dar sinais de decomposição, sendo a evolução natural e no sentido de uma multipolaridade, ao abrigo da qual uma guerra nuclear seria sempre evitável (Peng e Yao: 1994).

No entanto o debate académico interno mais aprofundado sobre a evolução do sistema internacional na direção de uma multipolaridade só se iniciou em 1986 quando começou a ser analisada a possibilidade de devido à acérrima competição entre as grandes potências do sistema internacional, esta poder potenciar uma janela de oportunidade política para novas iniciativas oriundas dos países em desenvolvimento, refletindo no processo, uma abordagem multifacetada e diversa relativamente ao paradigma do desenvolvimento internacional, um processo que daria origem duas décadas mais tarde ao denominado “Consenso de Pequim” por oposição ao “Consenso de Washington”.<sup>125</sup>

O discurso da teoria da multipolaridade foi assim apropriado por académicos chineses para enfatizar da parte de Pequim a autonomia das pequenas e médias potências e a ética da cooperação, como contrapeso à teoria da unipolaridade.<sup>126</sup>

Em meados da década de noventa este debate viu a sua intensidade ser reduzida em virtude de um reconhecimento quase que nacional de que a médio prazo a evolução da unipolaridade para a multipolaridade seria um caminho longo e tortuoso, como é patente na caracterização das edições dos Livros Brancos de 1998 e 2000, devido à enorme primazia e preponderância dos EUA no seio do sistema internacional.

---

125 Estes “Consensos” espelham diferentes modelos de desenvolvimento, com o primeiro a enfatizar a intervenção e controlo do Estado na economia e no desenvolvimento, expressando uma maior preocupação com a estabilidade política, e o segundo a defender a adoção de economias e mercados abertos ao exterior, com base nos superiores interesses democráticos dos países (Stiglitz, 2002; Ramo, 2004; Arrighi, 2007; Halper, 2010). O “Consenso de Washington” descreve dez prescrições de política de reforma económica para países que caíam em crise. O apoio às reformas neo-liberais ou de “fundamentalismo de mercado” advirá essencialmente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. As dez prescrições são: (1) política de disciplina fiscal; (2) redirecionamento da despesa pública em detrimento dos subsídios para setores geradores do crescimento económico (educação, saúde, e infraestruturas); (3) reforma dos impostos; (4) taxas de juros (moderadas) de acordo com as leis do mercado; (5) taxas de câmbio competitivas; (6) liberalização do comércio; (7) liberalização do investimento direto externo; (8) privatização das empresas estatais; (9) desregulação controlada do mercado; e (10) respeito dos direitos de autor e de cópia. Por outro lado o “Consenso de Pequim” baseia-se em três teoremas de potenciação do desenvolvimento de um país como a China: (1) aposta na inovação; (2) desenvolvimento de uma sociedade harmoniosa com menos assimetrias sociais; e (3) autoafirmação nacional no sistema internacional.

126 Em contraciclo, um prestigiado académico chegou mesmo a questionar os pressupostos concetuais subjacentes às teorias da polaridade do sistema internacional, aventando a possibilidade de que a multipolaridade poderia não ser necessariamente mais benéfica para os interesses da China do que a unipolaridade, argumentação que reforçou elegantemente uma década mais tarde (Ye, 2007).

O enfoque analítico passou a ser mais sobre a luta entre os dois tipos de sistemas, enfatizando os processos e as decisões políticas em detrimento de lógicas de equilíbrio de poder, apesar de o desejo de uma ordem multipolar ter sido expresso mediaticamente no texto da Declaração Conjunta Sino-Russa sobre o “Mundo Multipolar e a Constituição de uma Nova Ordem Mundial” assinada em Moscovo em abril de 1997.<sup>127</sup>

Em 2001, Jiang Zemin afirmou que “a multipolaridade, a globalização económica e o crescimento da ciência e tecnologia eram os vetores fundamentais da evolução mundial”, algo que Hu Jintao corroborou ao declarar que a “multipolaridade é uma base importante para a prossecução de uma paz durável no planeta” (Womack, 2004: 352).

Mas só em 2003 é que o debate da unipolaridade *vs* multipolaridade se acentuou,<sup>128</sup> resultado, em parte, da decisão unilateral dos EUA em invadirem o Iraque, mesmo sem o apoio de alguns dos seus mais importantes aliados europeus e uma Resolução do CS da ONU a sancionar o emprego da força. Esta decisão agudizou a percepção de insegurança da China, particularmente “num período em que o país estava predisposto a participar mais ativa e construtivamente no sistema internacional vigente, porque os EUA estavam agora a forçar uma alteração das normas desse mesmo sistema”, alterações com as quais Pequim não se sentia minimamente confortável (Lanxin, 2005: 118).

Em resultado assistiu-se a um *soft balancing* face aos EUA por parte da UE, da Rússia e da China que aprofundaram paulatinamente as suas relações, levando a administração norte-americana através da Secretária de Estado, Condoleezza Rice, a classificar estas novas tendências e o debate em torno da multipolaridade a elas associado, como enforçadas por uma “teoria de rivalidade, que no passado tinha descambado em guerras” (People’s Daily, 2003). Tony Blair chegou a acrescentar que atualmente não “existe teoria mais perigosa nas relações internacionais” (Jeffrey, 2003).

---

127 E que foi instrumentalizada por ambos os países mais no sentido de tentar condicionar as opções estratégicas dos EUA na Ásia Central do que no âmbito global (Wilson, 2004; Lo, 2008). Na verdade, e sob a capa da retórica política, Pequim e Moscovo tinham visões distintas quanto a uma “ordem global multipolar”. A China via o mundo como sendo unipolar – uma situação que se iria prolongar por algumas décadas – e a Rússia via uma “ordem internacional para o século XXI” como já existente, onde se consubstanciava como um dos pólos de poder, tal como a China (Lo, 2008: 34).

128 Sobre esta dialética académica ler por exemplo Christopher Layne (1993). “The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise”, *International Security* n.º 4; Charles Kupchan (1998). “After Pax Americana: Benign Power, Regional Integration, and The Sources of Stable Multipolarity”, *International Security* n.º 2; William Wohlforth (1999). “The Stability of a Unipolar World”, *International Security* n.º 1; Alastair Iain Johnston (1999). “Realism(s) and Chinese Security Policy” em Ethan Kapstein e Michael Mastanduno (eds). *Unipolar Politics: Realism and State Strategies after the Cold War*. New York, Columbia University Press; Aaron Friedberg (2005). “The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable?”, *International Security* n.º 2; Christopher Layne (2006). “The Unipolar Illusion Revisited: The Coming End of the United States’ Unipolar Moment”. *International Security* n.º 2; Stephen Brooks e William Wohlforth (2008). *World Out of Balance*. New Jersey: Princeton University Press; Robert Ross e Zhu Feng (eds) (2008). *China Ascent: Power, Security, and the Future of International Politics*. Ithaca: Cornell University Press; David Kang (2009). *China Rising: Peace, Power, and Order in East Asia*. New York: Columbia University Press; Martin Sieff (2009). *Shifting Superpowers: The New and Emerging Relationship between the United States, China, and India*. Washington: Cato Institute. Randall Schweller e Xiaoyu Pu (2011). “After Unipolarity: China Vision’s of International Order in the Era of U.S. Decline”. *International Security* n.º 1.

Não obstante “os perigos da multipolaridade”, um ano depois (2004), Pequim iniciou a sua ofensiva diplomática global, que ainda mantém com elevado ímpeto, através do aprofundamento do diálogo e cooperação Sul-Sul, com sucessivas visitas de membros do governo chinês a países africanos, da América do Sul e Central, da Oceânia e do Sudeste asiático, bem como com a assinatura de parcerias estratégicas bilaterais de “mútuo benefício” com outras potências, envolvendo a cooperação no plano económico e de segurança.

O aprofundamento e alargamento operacional das parcerias estratégicas bilaterais, inauguradas em 1996 com a parceria sino-russa, foi incrementado, denotando-se uma alteração tectónica fundamental nas prioridades de Pequim, nas quais as relações com as grandes potências assumem agora uma maior prioridade relativa face à relação com os países em desenvolvimento, independentemente do discurso oficial de Pequim continuar a caracterizar a China como fazendo parte (e liderando) este grupo de países (Medeiros e Fravel, 2003: 32).

No entanto, e ao contrário do que se possa pensar, estas “parcerias estratégicas e construtivas” que Pequim tem desenvolvido, não são a materialização de uma ordem multipolar em si (mas são instrumentos para), nem são ostensivamente antiamericanas na sua natureza, pois são peças da visão de um “mundo harmonioso”.<sup>129</sup> Espelham antes de mais o reconhecimento e aceitação mútua das partes signatárias como sendo Estados parceiros importantes um para o outro e para o mundo em geral. Ilustram a vontade de um Estado em reconhecer a ascensão legítima da China e em gerir politicamente áreas de discordância, potenciando no processo mecanismos de diálogo e cooperação estabilizadores do sistema internacional (Yong, 2008: 128). Por outras palavras, refletem tanto um processo como um objetivo: o de uma futura ordem multipolar não confrontacional e mais justa (Yang, 2005: 73-74).<sup>130</sup>

A perspetiva estratégica chinesa da multipolaridade, ainda que inconstante na sua evolução, desenvolve-se assim por etapas até 2020, altura em que, espera, o sistema internacional seja verdadeiramente o de “uma superpotência e quatro grandes potências” (*yi chao siqiang* – respetivamente EUA, China, Rússia, UE, Japão), estando no entanto mais

---

129 Segundo Ning Sao, a China tem quatro tipos de parcerias estratégicas (*zhanlue huoban guanxi*): (1) “parcerias estratégicas” como a que tem com os EUA e que refletem tanto uma vertente de competição como de cooperação com base em três elementos (os países são parceiros, não rivais; a relação baseia em considerações estratégicas gerais; e a relação é construtiva, não sendo direcionada a terceiros); (2) “parcerias estratégicas consultivas” (*zhanlue xiezuo huoban guanxi*) como as que tem com a Rússia, a França, o Reino Unido, a UE e o Japão, e que apesar de apresentarem denominações distintas destinam-se a promover a multipolaridade e obviar a aspetos negativos das relações sino-americanas; (3) “parcerias de boa-vizinhança” (*mulin huoban guanxi*) como as que tem com a ASEAN e alguns países desta organização, e que se destinam a promover a confiança mútua e o desenvolvimento bilateral especialmente na área económica e de segurança; e (4) “parcerias básicas” (*jiben hezuo huoban guanxi*) como as que tem com países em desenvolvimento (citado em Li, 2009: 181-182). A parceria que a China tem com Portugal insere-se nesta última categoria.

130 No entanto a proliferação de “parcerias estratégicas” acabam por desvalorizar o conceito. Atualmente, qualquer parceria que a China assine com outro Estado, se não tiver o epíteto de “estratégica” poderá ser ilustrativa de uma secundarização da relação entre a China e esse Estado. Daí o facto de ser cada vez mais importante em termos semânticos ter em consideração as expressões empregues por Pequim e que vêm a seguir à expressão “parceria estratégica”.

equilibrado em termos de distribuição de poder, o que abrirá caminho tanto para a criação e/ou reforço das instituições regionais como para o aparecimento de novos pólos no mundo em desenvolvimento (Brasil, Índia, África do Sul) (Yang, 1999; Womack, 2004: 356; Godement, 2011).<sup>131</sup> A diplomacia chinesa de cariz multilateral, omnidirecional e bilateral (de parcerias com os países da Europa, Ásia, África e América Latina) visa assim a criação de um novo padrão de relacionamento entre as grandes potências de um futuro sistema internacional (Su, 2000: 11-12).

No entanto no plano exclusivamente asiático esta abordagem multilateral é condicionada por incertezas e limitações de vária ordem. A região não se tornou nem se tornará numa esfera de influência exclusiva da China, algo que a suceder demorará décadas, ao contrário do que, por exemplo, Martin Jacques (2009) e David Kang (2009) argumentam, porque a definição do que é interesse nacional por parte dos Estados da região, faz com que a abordagem multilateralista de um “regionalismo aberto” não seja apenas uma escolha, é uma necessidade instrumentalizada cnicamente por todos eles, China incluída.<sup>132</sup>

O que é de relevar é a estratégia pragmática seguida por Pequim, assente numa renovada autoconfiança que lhe permite ser flexível nos vários processos multilaterais e bilaterais de que faz parte, projetando uma imagem de contenção e de responsabilidade passível de, no seu entender, contrabalançar no plano da segurança e defesa o unilateralismo e a primazia norte-americana e o bilateralismo EUA-Japão, induzindo progressivamente e *à la long* telúricas mas substantivas transformações na sua envolvente regional.

Se este processo de socialização multilateral for biunívoco poderá tornar-se cada vez mais difícil efetuar a destriça entre os cálculos de natureza instrumentalista e os de natureza normativa feitos pela China, o que pode não ser necessariamente mau para a segurança regional e global num período de transição de poder no sistema internacional, isto num contexto em que a perceção estratégica interna dominante é a de que o protagonismo do país na arena global é e será cada vez mais determinado pelas escolhas que fizer e menos pela envolvente internacional (Godement, 2011: 2). Ainda que esta seja uma perspetiva idealista, na realidade esconde uma visão de natureza realista, subjacente ao superior interesse da defesa dos interesses nacionais dos Estados e à autonomia decisória destes no seio do sistema internacional.

## **2) A Transição para a Multipolaridade no Sistema Internacional: Impacto na Segurança e Defesa da China**

As asserções de cariz construtivista referidas nos parágrafos anteriores refletem uma visão otimista e a mais desejável no que concerne ao papel da China durante este período alargado de transição de poder. No entanto esta transição de uma unipolaridade para

---

131 É curioso referir que na declaração conjunta sino-indiana de janeiro de 2008 não é feita qualquer alusão à multipolaridade, ainda que ambas as partes defendam “uma ordem internacional mais aberta e inclusiva, sendo que a criação de linhas de divisão com base em ideologias e valores ou em critérios geográficos não é conducente a uma coexistência pacífica e harmoniosa” (Xinhua, 2008).

132 Por exemplo, a SCO está aberta ao diálogo e cooperação institucional com a CSTO, com a ASEAN e com a ONU, ainda que concretamente poucos passos tenham sido dados neste sentido.

uma multipolaridade pode não ser necessariamente pacífica e os riscos de potenciação de conflitos limitados poderão ser maiores (Cariço, 2008), isto se tivermos como referencial a história dos séculos XIX e XX, o que justifica uma breve incursão sobre esta dinâmica.

Os períodos relativos às transições na redistribuição de poder no sistema internacional têm sido historicamente pautados por um incremento da instabilidade, resultante essencialmente de persistentes e significativos conflitos de interesses entre grandes potências que se digladiam numa competição estratégica pela acumulação de recursos tendencialmente limitados.

Desde o final do século vinte, que as percepções associadas à ascensão da República Popular da China e ao declínio relativo da preponderância de poder dos Estados Unidos da América no seio do sistema internacional fizeram reavivar referenciais históricos comparativos, essencialmente eurocêtricos, catalisando um sentimento de ansiedade quanto à inevitabilidade de esta ser mais uma transição que poderá não escapar às forças centrífugas da estrutura anárquica e conflitual desse mesmo sistema (Organski e Kugler, 1980; Gilpin, 1981; Goldstein, 1988; Modelski e Thompson, 1996; Tammen, 2000; Ikenberry, 2001; Mearsheimer, 2001).

Assim, a maximização do poder estatal, entendido aqui como o produto das capacidades pelas intenções, associado a uma anarquia estrutural Lockean, leva a que os Estados focalizem primariamente a sua atenção nas capacidades de outros Estados e não nas suas intenções, opção que degenera na criação do denominado dilema de segurança, ao abrigo do qual as ações levadas a cabo por um Estado para incrementar a sua segurança contribuem para o potenciar da percepção de insegurança de outros Estados, como já abordámos anteriormente.

Esta percepção é particularmente relevante no contexto conceptual da teoria da transição de poder, onde a questão que se coloca não é se a China ultrapassará os Estados Unidos, sendo que, discutivelmente, tal poderá ser inevitável, uma vez completado o seu processo de modernização e de ascensão na escala de crescimento e acumulação de poder, mas antes, quando tal ocorrerá e que consequências trará para a segurança e estabilidade internacional.

O “pessimismo histórico-geográfico” dos defensores desta teoria enfatiza que a diáde Estados Unidos-China apresenta duas das três condições para o deflagrar de um conflito militar entre ambos (paridade e aquisição) e que as armas nucleares não lograrão funcionar como elementos de dissuasão clássica. A variável é o grau de satisfação – ou de insatisfação neste caso – da China com a ordem internacional que os Estados Unidos moldaram e sobre a qual ainda detêm uma considerável influência (Mearsheimer, 2001; Mann, 2007).

Os construtivistas e “otimistas” apontam que as determinantes do grau de satisfação chinesa serão a similaridade institucional, a interdependência económica e a estratégia norte-americana. Quanto mais a China participar nas instituições internacionais, reconhecendo a legitimidade e eficácia destas e das suas convenções, maior será a identificação (*rentong*), fusão (*rongru*) e interdependência económica com os Estados Unidos e outros Estados na economia global, e maior será a tendência para Washington minimizar a insatisfação chinesa com o sistema (Wang, 2003: 46). Como Tammen (2000: 33) argu-

menta, “a reconciliação das preferências e a obtenção de uma satisfação no seio da ordem internacional, são a solução”.

Este otimismo de Tammen é contraposto, por exemplo, por Leggro (2005: 173-178) ao referir que apesar da China se sentir relativamente confortável com a atual ordem internacional, as relações mais problemáticas que tem são exatamente com os atores com os quais possui uma maior relação de interdependência – EUA, Japão, Taiwan. Tal leva a questionar estes pressupostos otimistas liberais, que subestimam as dimensões materiais da política externa chinesa (*i.e.* desenvolvimento do poder nacional abrangente) em prol de uma valorização da sua dimensão não material (*i.e.* mundo harmonioso e desenvolvimento pacífico).

Não obstante, ressalve-se que cada transição de poder é única, refletindo a combinação de múltiplos fatores que podem condicionar positiva e negativamente o comportamento das grandes potências, bem como a forma como estas encaram eventuais fontes de conflito e modalidades de cooperação entre si.

Com a ênfase na hierarquia do sistema internacional, diferentes níveis de crescimento económico e transformações sistémicas, a teoria da transição de poder é um bom ponto de partida para quem pretenda analisar as implicações para a ordem internacional da ascensão da China. No entanto, ao focalizar a sua análise sob o prisma global, desvalorizando interações de cariz intrarregional e regional-global, acaba por não ser a melhor ferramenta conceptual para explicar a interação estratégica entre a potência global dominante e uma potência em ascensão<sup>133</sup>, quanto mais transições de poder no plano intrarregional, especialmente quando o seu referencial histórico de análise acaba por ser eurocêntrico e realista estrutural.

Tal acarreta que nem uma nem outra, por si, se assumam como a melhor ferramenta analítica para explicar a atual ascensão da China na Ásia e no mundo. Por outro lado, as teorias liberais e da “Escola Inglesa” (Bull, 1977; Yongjin, 1998) também apresentam as suas lacunas, pelo que a comunidade académica está perante outro dilema, não o de segurança, mas o de tentar enquadrar conceptualmente, se possível, esta multidimensionalidade de aparentes contradições internas e externas da e à China (Goldstein, 2005: 81-101; Levy, 2008: 11-33; Zhu, 2008: 34-54), que pautam a sua ascensão/desenvolvimento pacífico (*heping jueqi/fanzhan*) no sistema internacional, não como “um ator revisionista mas como um participante construtivo” (Zhang, 2003: 4).

A perceção de Pequim quanto ao seu poder nacional e ao de outros atores bem como a forma como este pode ser empregue – não segundo lógicas realistas de “soma nula” mas preferencialmente segundo lógicas de “mútuo benefício” – deixa transparecer uma atenção muito cuidada relativamente à noção de poder e ao estudo da geopolítica, não

---

133 Pois parte do princípio de que a potência em ascensão tem todo o interesse em instigar uma confrontação prematura com a potência hegemónica, quando na realidade o primeiro tem mais vantagens se a adiar até à altura em que tiver as capacidades suficientemente bem desenvolvidas para confrontar o último. A dissimulação destas capacidades e o alimentar da sensação de superioridade da potência hegemónica permite estabilizar o sistema e gerir a contento e a longo prazo o declínio desta, desde que a potência em ascensão perceçione que o fator tempo joga a seu favor (Chan, 2005: 11, 15).

sendo esta atenção o sinal de uma potência de cariz revisionista. O que poderá prefigurar-se como um tal sinal, será a negligência relativamente à utilização desse mesmo poder e as consequências que o seu emprego inadequado poderá trazer (Leggro, 2005: 174), um racional que começou a ser corrigido com Deng Xiaoping.

A China costumava esconder o seu poder – negá-lo mesmo. No início da década de noventa Deng propôs uma política externa assente em 28 carateres, ao abrigo da qual o país devia “observar calmamente as situações; defender a sua posição; fazer face às mudanças com confiança; dissimular as suas capacidades e aguardar pela sua oportunidade; manter um *low profile* intencional; evitar protagonismos; e ser proactivo” (*lengjing guancha; wenzhu zhenjiao; chenzhuo yingfu; taoguang yanghui; shanyu shouzhuo; juebu dangton; yousuo zuowei* – Yong: 2008: 41).

Hoje tal dissimulação já não é possível, o que a obriga a desenvolver mecanismos institucionais multilaterais cooperativos capazes de assegurar às outras potências que o seu crescimento tem intuítos pacíficos, mas sem abdicar da defesa do superior interesse nacional, por intermédio daquilo que alguns autores denominam de *soft balancing*, através do desenvolvimento da sua influência, meios e liberdade de ação, enquanto prossegue com o seu crescimento económico como facilitador da manutenção e reforço do atual estatuto de grande potência regional (Medeiros, 2006).<sup>134</sup>

Este ponto é enfatizado por Jianwei Wang (1999: 84), ao afirmar que “A China tornou-se mais sensível à apreensão crescente de vários países da Ásia-Pacífico, relativamente ao crescimento do seu poder. Uma eventual recusa em se envolver em mecanismos de segurança multilateral seria encarada como um péssimo sinal e reforçador de potenciais intenções de cariz unilateral. Assim, para a China, a participação neste tipo de mecanismos de segurança, pode ser uma forma mais eficaz de reduzir as perceções relativas a uma ‘ameaça chinesa’, em vez de reiterar sistematicamente princípios retóricos relativos às suas ambições não hegemónicas para a região.”

Mas porquê tal preocupação em manter um certo *low profile* e uma autocontenção estratégica quanto ao seu poder, de acordo com o preconizado por Deng?

Porque ter poder implica gerar reações e expectativas sobre as quais a China tem um controlo relativo e limitado, daí a importância conferida por Pequim em encarar o sistema internacional e a sua política de desenvolvimento nacional segundo um misto de perigo, de crise e de autoconfiança estratégica, ao abrigo da qual a sua política externa assume como condição *sine qua non* o mitigar do dilema de segurança regional resultante da sua ascensão, a qual naturalmente induz hostilidades estruturais.

Este princípio “mini-max”, de pequena potência que deve ter o estatuto percecionado de grande potência, foi expresso por Deng Xiaoping (1993: 105), e acaba por ter repercussões em termos de segurança e defesa nacional através daquilo que Swaine e

---

134 Definido como um esforço destinado a contrabalançar a potência hegemónica através de políticas que ficam aquém da constituição de alianças formais, é patente uma modernização militar relevante, são efetuados exercícios e implementados mecanismos de cooperação militar *ad hoc*, e existe colaboração em instituições regionais e internacionais. Para uma análise aos prós e contras do conceito de *soft balancing* veja-se Pape (2005); Paul (2005); Brooks e Wohlforth (2005).

Tellis (2000: 113) designam como uma “estratégia híbrida de segurança de um Estado forte-fraco”, ou de uma “estratégia calculista de maximização constrangida”, sendo ambas ilustradas pelas declarações de 2006 do Primeiro-Ministro Wen Jiabao, “Pensar no perigo que nos rodeia, garantirá a nossa segurança. Pensar porque é o caos sucede, garantir-nos-á a paz. Pensar no porquê do fracasso de um país garantirá a nossa sobrevivência” (CCTV-1, 2006).

Na mesma linha de raciocínio o penúltimo Livro Branco da Defesa da China, publicado em 2008 refere:

*“The rise and decline of international strategic forces is quickening and major powers are stepping up their efforts to cooperate with each other... but they continue to compete with and hold each other in check, as groups of new emerging developing powers are arising. Therefore, a profound readjustment is brewing in the international system. ... All countries are attaching more importance to supporting diplomatic struggles with military means. As a result, arms races in some regions are heating up, posing grave challenges to the international arms control and nonproliferation regime. [...] China faces strategic maneuvers and containment from the outside while having to face disruption and sabotage by separatist and hostile forces from the inside.”* (Information Office of the State Council of the People’s Republic of China, 2008).

Esta estratégia ambivalente de “Estado-forte/Estado-fraco” que quer um estatuto de grande potência, mas que ainda não se considera como tal, por se autodenominar um país em desenvolvimento e por não ter ainda bem reforçadas as componentes do que considera o poder nacional abrangente ou poder real – *shili* –, entronca na lógica justificativa para a prossecução dos seus planos de ascensão/desenvolvimento pacífico. Assim a obtenção e reconhecimento internacional do seu estatuto como grande potência é percecionado como conferindo-lhe “qualidades mágicas” que permitirão defender os interesses vitais do país sem que seja necessário recorrer ao emprego da força, preservando a “harmonia no sistema internacional” e a continuação do crescimento do seu poder nacional abrangente<sup>135</sup>

Esta estratégia de desenvolvimento do poder nacional abrangente chinês está envolta num casulo com três camadas formulativas do seu relacionamento no seio do sistema internacional. A primeira camada é formada pelos omnipresentes “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica entre Estados”, a segunda pelo “Novo Conceito de Segurança” avançado em 1997, a que se adicionou desde 2005 o emolumento de Hu Jintao de “Desenvolvimento Pacífico” e de “Mundo Harmonioso”.

A ligação simbiótica que Pequim estabeleceu entre o plano interno e externo do país é exemplarmente ilustrada por Hu Jintao ao afirmar que: “Devemos ter uma perspectiva abran-

---

135 Yong Deng (2008: 21) refere que a ambição da China em torno do reconhecimento externo do seu estatuto de grande potência assenta em quatro pressupostos: a criação de uma envolvente internacional que permita ao PCC-Estado prosseguir as reformas internas; o aumento do seu poder e o reconhecimento externo da China de forma a defender os seus interesses vitais; o assegurar aos outros Estados que a ascensão da China não é uma ameaça; e a projeção da sua influência na Ásia e para além desta.

gente do mundo ao analisarmos as situações; devemos ver claramente os desafios que se nos colocam através da intensa competição internacional; devemos ver claramente as dificuldades, os riscos e as ameaças que se nos deparam no futuro; e devemos dominar com firmeza e aproveitar conscientemente este período de oportunidade estratégica” (Xinhua, 2004).

Mas esta visão materializa um “dilema (*zhuoyou weinan*) de vasos comunicantes com um toque de *Catch-22*”. Por um lado, no plano externo, a China espera que os EUA, a UE, a Rússia, o Brasil, a Índia e o Japão, mantenham uma envolvente cooperativa/competitiva mas não antagônica, capaz de alimentar o seu crescimento, pois em parte precisam do seu “contributo responsável” para a segurança e estabilidade do sistema internacional, pelo menos no plano das organizações internacionais e regionais, vendo nela, e em alternativa, um muito apetecível mercado para as suas empresas.

Por outro lado, e com impacto direto no plano interno, Pequim não pode ou não deve, alterar unilateralmente o equilíbrio de segurança regional asiático, perçecionado ou não, ou potenciar políticas externas mais conflituais mesmo no que concerne a Taiwan, exceto em caso de rutura unilateral do *status quo* por parte de Taipé, pois tal irá minar toda a sua estratégia de desenvolvimento pacífico.

Ou seja, ainda que exista a perceção de uma omnipresente “ameaça por parte da superpotência norte-americana” à continuação do crescimento do seu poder nacional abrangente, a China ainda apresenta um défice de recursos que não lhe permitem efetuar um acentuado e acelerado *internal balancing* porque além do mais não existe nenhuma outra potência disponível para apoiá-la num *external balancing* à primazia norte-americana.<sup>136</sup>

Daqui se compreende a adoção de uma estratégia de “convivência pacífica” com esta primazia que lhe tem permitido explorar um certo espaço de abertura político-estratégica e potenciar um *soft balancing* face aos EUA como instrumento precursor e acelerador da transição para uma ordem multipolar. Ainda que Pequim se queixe de algumas desvantagens e erros de perceção quanto à sua posição na hierarquia internacional, onde os valores democráticos, o capitalismo e a responsabilidade são promovidos, também não deixa de reconhecer que uma reconfiguração radical da mesma através de uma confrontação aberta não faz sentido nem é minimamente vantajosa. A superpotência norte-americana tem estabelecido algumas barreiras à ascensão da China, mas em última análise tem optado sempre por cooptá-la em vez de contê-la.

Neste contexto percebe-se porque é que os líderes chineses têm demonstrado uma sensibilidade extrema às formas de categorização da ascensão do seu país as quais podem contribuir, se não forem devidamente dirimidas, para agravar a envolvente externa, a estabilidade do sistema e em última análise os seus objetivos de desenvolvimento nacional.

Assim têm cultivado uma política de reconhecimento legítimo das suas pretensões sem demonstrarem fraqueza. Têm patrocinado um conceito de desenvolvimento pacífico mas têm receios quanto à possibilidade de exploração das vulnerabilidades internas do país. Têm dinamizado uma adesão da China ao mundo da qual têm retirado elevados dividendos. Têm procurado modificar alguns dos pressupostos operativos da ordem oci-

---

136 Sobre estes dois conceitos veja-se Waltz (1979: 168).

dental, incrementando de forma paulatina a sua influência (Economy e Oksenberg: 1998; Kim, 1998).

Concomitantemente, Pequim segue uma política externa não conflitual de médio prazo, a qual lhe permite assumir-se cada vez mais como uma “grande potência responsável” (*fuzeren de daguo*) não através da implementação *tout court* e imediata dos critérios definidos pela comunidade internacional para se ser considerada como tal, mas pela adoção e aplicação híbrida e faseada no tempo desses mesmos critérios, algo que é perfeitamente compatível com o objetivo – a nosso ver já alcançado – de recuperação do estatuto internacional (*guoji dizei*) que em tempos deteve e que lhe pertence por direito próprio (Yong, 2008: 8-9; Yan, 2001: 34).

No entanto este estatuto poderá ter implicações regionais negativas resultantes de referenciais históricos imperiais quanto a uma ordem e visão sinocêntrica (Swaine e Tellis, 2000:15) e a criação de uma “esfera de deferência” regional.

Estas autopercepções de grandeza, patentes em largas faixas da população chinesa, e a forma como o país com elas tem lidado, têm tido o condão de alimentar algumas desconfianças nos seus vizinhos regionais, particularmente da ASEAN, que não obstante, tem vindo a adotar uma estratégia de “emaranhar o Gulliver chinês numa teia de *fora* multilaterais, protocolos e declarações” de modo a aumentar a interdependência regional de Pequim, naquilo que Evelyn Goh (2007) caracteriza de forma inspirada como *omni-entrapment*, o qual poderá evoluir para um enquadramento similar a um “concerto de arcos de segurança” através do *Asia Regional Forum* (ARF), do *Asia-Pacific Economic Caucus* (APEC), da ASEAN+3 (China, Japão e Coreia do Sul) e da Organização de Cooperação de Xangai, todos eles sob a sombra de poder regional norte-americano.<sup>137</sup>

Por outras palavras, através da criação e participação em instituições regionais limitadas nos seus objetivos em termos de segurança mas moderadamente credíveis quanto à capacidade de consecução dos mesmos, Pequim está a conduzir na Ásia e não só, uma diplomacia omnidirecional (Quansheng, 1996) como instrumento passível de reduzir as desconfianças e ansiedades quanto à transição na distribuição de poder no sistema regional asiático, procurando mitigar o dilema de segurança, através do seu enfoque numa estratégia de benefícios mútuos e de “atração pelo charme”<sup>138</sup> (Kurlantzick, 2007), que lhe permitirá também assumir uma preponderância crescente na agenda global e desta forma poder vir a ser uma grande potência, no sentido pleno do termo (Kuhn, 2010: 391).

No entanto, este desejo da China de vir a ser uma grande potência num sistema multipolar global mas que não seja multipolar no plano regional asiático, ilustra uma contradição perene da atual política de segurança e defesa do país. A China nunca esteve tão segura como

---

137 O reflexo desta estratégia de *soft balancing* ou de *balance of influence* (Keller e Rawski, 2007; Pape, 2005; Paul, 2005; Brooks e Wohlforth, 2005) por parte da China, pretende fazer em sentido figurado, que os seus vizinhos asiáticos “passem a jogar voluntariamente mais ping-pong do que ténis”, algo a que os EUA pretendem obviar (Goldstein, 1997; Goh, 2007).

138 Algo que os Estados Unidos em tempos também efetuaram, e que abandonaram, pelo menos na última década, pretendendo agora retomá-la através do *slogan* da estratégia de *smart power* (Cohen e Greenberg, 2009; Clinton 2011).

atualmente face a potenciais ameaças externas, mas em termos internos a sua liderança continua a divisar ameaças permanentes à estabilidade – separatismo e terrorismo –, algumas das quais, justifica, são apoiadas externamente de forma encoberta por outros Estados.

Esta percepção de (in)segurança é o resultado cumulativo de heranças históricas, desafios geográficos e assimetrias no desenvolvimento interno do país, sendo agravada pelas preocupações resultantes de que o impressionante nível de desenvolvimento económico efetuado nos últimos vinte anos resultou da sua integração na economia regional e global de forma a captar investimento direto e técnicas de gestão e tecnologia estrangeira, ao mesmo tempo que os seus produtos foram penetrando em novos mercados, dos quais recebeu recursos energéticos e matérias-primas, essenciais para o seu desenvolvimento.

Se dúvidas existissem sobre a prevalência destas percepções, o discurso efetuado pelo Major-General Luo Yuan, da Academia de Ciências Militares em outubro de 2008, em várias instituições universitárias dos EUA é bastante elucidativo (Bush, 2010: 140-141).

O general colocou a sua análise de segurança da China sob o enquadramento geral dos dois objetivos fulcrais do país – paz e desenvolvimento económico – enfatizando que nenhum deles está perto de ser alcançado, numa referência implícita ao argumento questionável de que a ausência de desenvolvimento é uma das causas da guerra. Notou as contradições existentes entre o desenvolvimento e a falta dele e entre a multipolaridade e a unipolaridade, entenda-se hegemonia dos EUA, e identificou quatro grandes preocupações de segurança da China.

A primeira preocupação está associada à intenção de vários países ocidentais – especialmente os EUA – em ocidentalizarem e dividirem a China. A segunda resultante das “tentativas de independência de Taiwan”, descrita como a maior e mais importante ameaça e oferecendo uma visão mais pessimista que a expressa na última edição dos Livros Brancos relativamente à eleição de Ma Ying-jeou.

As ameaças na periferia da China constituem o terceiro desafio de segurança. A mais importante é o programa nuclear norte-coreano, seguido das disputas territoriais marítimas com o Japão, que tenderão a agudizar-se devido ao facto de Tóquio ver a China como uma ameaça militar, não obstante as fortes e intensas relações económicas bilaterais existentes. Por fim as chamadas “revoluções coloridas”, o terrorismo, as disputas pela soberania das ilhas do Sul do Mar da China e respetivo controlo das linhas de comunicação marítima, e outras disputas territoriais (*i.e.* com a Índia).

Luo Yuan reconhece a importância dos mecanismos cooperativos de segurança regional do tipo Organização de Cooperação de Xangai e ASEAN+3, mas refuta e critica taxativamente a política de reforço das alianças regionais por parte dos EUA.

Ainda que estas comunicações tenham sido talhadas especificamente para audiências externas, elas acabam por espelhar uma profunda suspeita relativamente às estratégias e ações de potências regionais, nomeadamente dos EUA e do Japão, ou seja refletem um mecanismo indutor do dilema de segurança.<sup>139</sup>

---

139 A palestra dada no dia 13 de abril de 2011 no Instituto da Defesa Nacional pelo Coronel Lin Huisheng, adido de defesa da China em Lisboa, espelhou esta mesma caracterização.

O general ilustra uma perspectiva puramente racionalista e realista pelo que poderemos interpretar os interesses da China – segundo os estrategistas militares chineses – como resultantes de processos de indução externa, sendo o seu comportamento calculado em função da consecução prioritária dos seus interesses e preferências.<sup>140</sup>

Assim nesta perspectiva o país deve efetuar não o atual *soft balancing* mas um *hard balancing*, o qual tem uma dupla dimensão operacional: uma interna (*internal balancing*) e outra externa (*external balancing*). Ambas têm sido exploradas por Pequim de uma forma continuada e consistente.

Através do *internal balancing* a China desenvolveu e desenvolve um ambicioso programa de modernização militar dividido em duas fases. Durante a Guerra Fria, através da aquisição de uma capacidade de dissuasão nuclear mínima e umas Forças Armadas com uma capacidade militar convencional mas não muito sofisticadas tecnologicamente, a China foi capaz de manter o equilíbrio regional asiático e uma inerente, mas moderada influência.

A partir da década de noventa do século XX o país acelerou o seu programa de modernização militar, pois a política mais assertiva e unilateral dos EUA<sup>141</sup> fez aumentar o sentimento de insegurança e a percepção de que as capacidades de dissuasão então existentes não eram suficientes para deterem eventuais tentações expansionistas e intervencionistas dos EUA nos assuntos internos da China, tentações essas que visavam essencialmente conter o seu crescimento em termos de poder nacional abrangente (Yong e Gray, 2001: 5; Guo, 2003).

Quanto ao *external balancing* a China, como já referido, desenvolveu e reforçou um discurso associado à inevitável evolução e virtudes de um sistema internacional multipolar, consolidando para o efeito as suas relações bilaterais com outras potências através de “parcerias estratégicas” (*zhanlue huoban guanxi*), envolvendo-se em processos de cooperação multilateral de segurança regional (ASEAN+3, ARF, SCO, *Six Party Talks* e EAS) – destinados a cooptar os países vizinhos e a reduzir o espaço de influência e de ação dos EUA –, enfatizando o papel incontornável das Nações Unidas e da comunidade internacional como atores capazes de moderar as excessivas ambições expansionistas do poder norte-americano, segundo um racional de *soft balancing* (Johnston, 1998; Baohui, 2010: 61).

Este *soft balancing* continua a ter mais vantagens para a China devido ao reconhecimento de que os incentivos ao *hard balancing* na estrutura político-económica complexa

---

140 Se optasse por uma perspectiva construtivista, Luo Yuan focalizar-se-ia na forma como os processos de construção e interação de organizações regionais podem alterar os interesses e a identidade da China no seu relacionamento com outros Estados. Por outras palavras, um construtivista “analisa as alterações nas posições da China em resultado de práticas discursivas e sociais que definem a identidade do ator e a ordem normativa no seio da qual se movimenta, bem como quais os processos sociais que geram alterações nas crenças normativas” (Acharya, 2005).

141 Que levou ao alargamento da NATO, ao aprofundamento das alianças com o Japão e a Coreia do Sul, a uma política de maior apoio a Taiwan – com a aprovação de sucessivos pacotes de vendas de armamento – ao desenvolvimento e posterior implementação de um sistema nacional e regional de defesa antimíssil e à manutenção de um embargo da venda de armamento à China.

e interdependente do sistema internacional são poucos atualmente, o que não invalida a possibilidade de virem a ser bem maiores num futuro próximo.

### **b. O “Novo Conceito de Segurança”, os Interesses Vitais, os Objetivos, os Princípios, a Estratégia de Defesa Nacional e a Doutrina Militar**

Qualquer explicação sobre as opções e ações da política de segurança e defesa chinesa no plano regional e global deve ser inserida num contexto quer implícito quer explícito e num enquadramento de natureza interpretativa (Pfeifer, 2011) que é debilitado quando manipulado de forma intencionalmente ambígua por parte do *Zhongnanhai*, dando azo a interpretações discrepantes quanto às reais intenções e ações da China, não obstante a clareza que esta emprega na definição dos seus interesses vitais, estratégias e respetivos objetivos em termos de segurança e defesa.

O “Novo Conceito de Segurança” da China foi apresentado inicialmente por Jiang Zemin e por Qian Qichen em 1997, respetivamente aquando das reuniões com os seus homólogos russos e da ASEAN, e enfatizado mais tarde em 1999 na Conferência das Nações Unidas para o Desarmamento. Cada uma destas ocasiões propiciou a possibilidade de enfatizar diferentes aspetos do Conceito: como um modelo de cooperação em questões de segurança, sem estar direcionada a países terceiros (Rússia); como um modelo de cooperação económica (ASEAN); e como um modelo de controlo de armamento e de desarmamento. Foi oficialmente incorporado na Estratégia de Segurança Nacional em 2000 e começou a ser implementado de forma mais palpável na cerimónia de criação da SCO em 2001.

O “Novo Conceito de Segurança” pode ser sumariado como os “quatro não”: não à hegemonia; às políticas de poder; à corrida ao armamento e às alianças militares. Operacionaliza-se com base na criação e aprofundamento das relações com outros Estados baseadas em princípios de “confiança mútua, mútuo benefício, igualdade e coordenação” que sinérgica e desejavelmente potenciarão uma segurança cooperativa (Roy, 2003: 70).

Este conceito interliga-se com a agenda internacional da China de “coexistência pacífica e desenvolvimento mundial” que se traduz nas seguintes linhas de ação:

- Privilegiar o papel de liderança da ONU;
- Resolver pacificamente as disputas através do diálogo e da negociação;
- Reformar a atual ordem económica e financeira internacional de modo a promover a prosperidade e o desenvolvimento comuns;
- Combater as ameaças de segurança não-tradicionais e tradicionais;
- Proceder a um desarmamento efetivo e evitar corridas ao armamento (China Report, 2002: 128-131).

Com base neste macro enquadramento, a liderança chinesa definiu em 2010 como interesses vitais (*hexin liyi*) os seguintes:

- A estabilidade política do país;
- A defesa da sua soberania, segurança, integridade territorial e unidade nacional;
- A garantia da continuidade de um desenvolvimento económico e social sustentável (U.S. Department of Defense; 2011: 13; Glaser, 2011: 12).

A política de defesa nacional da China contribui para a prossecução e defesa dos interesses vitais pois tem como objetivos:

- Salvaguardar a segurança nacional e a proteção dos interesses associados ao desenvolvimento do país;
- Alcançar um desenvolvimento abrangente, coordenado e sustentável da defesa nacional e das forças armadas em ligação com o desenvolvimento económico do país;
- Fortalecer a qualidade das forças armadas através da sua informatização;
- Implementar a estratégia militar de defesa ativa;
- Aderir a uma política de autodefesa nuclear, respetiva implementação política e estratégica impedindo que forças hostis empreguem armas nucleares contra a China;
- Desenvolver uma envolvente de segurança externa à China potenciadora do seu desenvolvimento pacífico (Peng, Zhao e Luo, 2010: 23).

Esta política de defesa nacional é conduzida de acordo com os “princípios científicos de desenvolvimento nacional” formulado por Hu Jintao e que são:

- A adesão ao princípio fundamental da liderança e autoridade absoluta do Partido Comunista Chinês sobre as forças armadas, sendo a missão fundamental destas a de servir a população e, de forma abrangente, fortalecerem a sua identidade, tornando-se mais revolucionárias, modernas e estandardizadas;
- A condução eficaz das “missões históricas das forças armadas na nova etapa do século XXI” (*Xin shiji xin jieduan wojun lishi shiming*), aperfeiçoando a capacidade de dissuasão e de combate sob as condições resultantes das modernas tecnologias de informação, sendo estas tanto o ponto de partida como o objetivo final;
- O assegurar da coordenação entre a revolução nos assuntos militares com características chinesas e os preparativos associados às operações militares, à mecanização e informatização, desenvolvendo a modernização dos respetivos ramos das forças armadas de acordo com programas de médio e longo prazo concordantes com a “direção estratégica principal e as direções secundárias” das forças armadas;
- O aprofundar da implementação da estratégia de construção de forças armadas modernas através do recurso à ciência, tecnologia; a promoção da inovação na teoria militar, na tecnologia, na organização e na gestão; e o acelerar da mudança na forma de geração das capacidades de combate;
- Dar liberdade de ação ao papel desempenhado pelos militares, mantendo a integração entre a economia militar e civil, combinando os esforços militares com o apoio da sociedade civil de forma a concretizar um desenvolvimento abrangente, equilibrado e sustentável da defesa nacional e do processo de construção das forças armadas (Peng, Zhao e Luo, 2010: 46).

Derivadas do conceito científico de desenvolvimento nacional surgem as “missões históricas das forças armadas chinesas na nova etapa do século XXI”, que foram formuladas em finais de 2004 e refletem as características particulares e os desafios atuais do desenvolvimento científico nacional. Também denominadas de “uma missão, três tarefas”, descrevem-se como:

- Garantir a continuidade no poder por parte do Partido Comunista Chinês;
- Garantir uma segurança robusta que salvaguarde o desenvolvimento nacional durante o importante período de oportunidade estratégica (até 2020);
- Apoiar a salvaguarda e a defesa dos interesses nacionais;
- Desempenhar um papel importante na paz mundial e na promoção de um desenvolvimento comum (Mulvenon, 2009: 2; Peng, Zhao e Luo, 2010: 67-68).

As “missões históricas das forças armadas” são conduzidas segundo uma estratégia militar de defesa ativa (*jiji fangyu*), cujos preceitos operacionais assentam em dois vetores:

- Atacar depois de ser atacado, aceitando conduzir batalhas iniciadas por outros mas seguindo uma estratégia própria; e
- Dar prioridade à iniciativa em termos de ações e preparativos militares anteriores ao eclodir de guerras, e uma vez estas eclodidas desenvolver todos os esforços no sentido de conter a sua escala, intensidade e dimensão geográfica (Peng, Zhao e Luo, 2010: 76-77), de acordo com a doutrina militar de “Vencer guerras locais sob condições de infomecanização” ante potenciais adversários tecnologicamente superiores<sup>142</sup> (Carriço, 2006: 515-516; People’s Republic of China Ministry of National Defense, 2008). Esta doutrina tem como base o referencial da guerra popular e o emprego sinérgico de meios associados às tecnologias de informação por parte das forças militares, bem como a combinação de meios políticos, económicos, diplomáticos, culturais e jurídicos, sob uma estratégia de autodefesa (Carriço, 2006: 470-471; Mulvenon e Finkelstein, 2007; Peng, Zhao e Luo, 2010: 73).

Esta estruturação *top-down* do conceito de segurança, dos interesses vitais, dos objetivos, dos princípios, da estratégia de Defesa Nacional e da doutrina militar sublinha uma cada vez mais estreita correlação entre a política externa e a política interna da China.

No entanto, ao definir em primeiro lugar – compreensivelmente diga-se – a preservação da soberania e da integridade territorial em detrimento do desenvolvimento, Pequim denota, aparentemente, uma tendência para uma maior securitização da sua política.

O Tibete, Xinjiang, Taiwan e as ilhas do Sul do Mar da China – em disputa com países da ASEAN –, a disputa com o Japão no Leste do Mar da China, bem como os recursos estratégicos e a livre circulação nas linhas de comunicação marítima essenciais para o comércio, são referidos por esta ordem pela imprensa chinesa como fazendo parte destes interesses vitais (Global Times, 2010).<sup>143</sup> Tal sequência não é inocente e pode espelhar a recalibração dos objetivos políticos de estabilidade interna após os incidentes étnicos no Tibete em março de 2008 e em Xinjiang em julho de 2009.

Na verdade a declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi, de que “a China procurará desenvolver uma envolvente internacional pacífica de forma a continuar o seu caminho de desenvolvimento, mas mantendo ao mesmo tempo uma for-

<sup>142</sup> Entenda-se EUA e Japão.

<sup>143</sup> É curioso notar que a disputa fronteiriça com a Índia e a delimitação da mesma não foi considerada como um interesse vital.

te determinação na prossecução dos princípios subjacentes à defesa dos seus interesses vitais, continuando a contribuir para a paz e desenvolvimento mundial sem abusar da sua força” é bastante elucidativa quanto a uma maior preocupação na preservação da estabilidade interna, mas também de uma maior assertividade em termos de política externa e de segurança no plano regional (China Daily, 2010a).<sup>144</sup>

Tal assertividade que pode não ser necessariamente negativa (Christensen, 2011) parece resultar da conjugação de diversos fatores: (1) uma cada vez maior autoconfiança de Pequim no plano internacional – mais notada após o enorme sucesso que foi a organização dos Jogos Olímpicos de 2008 – e a continuação de uma invejável taxa de crescimento do PIB anual num contexto de quase recessão global; (2) a perceção por parte de Pequim de que existe uma janela de oportunidade a explorar no sentido de incrementar a sua influência global, agora que se está a assistir a uma transferência de poder do Ocidente para o Oriente e a um acentuar da transição para um sistema multipolar; (3) a crescente necessidade de garantir a proteção das linhas de comunicação marítima e terrestres essenciais para a importação e exportação de matérias-primas e de bens fundamentais para a continuação do seu desenvolvimento económico; e (4) um agudizar da perceção de instabilidade nas províncias periféricas do país (Tibete e Xinjiang) e do papel desestabilizador dos EUA ao continuarem a vender mais e novos sistemas de armas a Taiwan.

Esta perceção baseada nos quatro pilares referidos alimenta, ainda que inadvertidamente, o clássico dilema de segurança, ao abrigo do qual estatuto, reputação, prestígio, credibilidade e dissuasão são elementos fundamentais para a salvaguarda e defesa dos interesses nacionais por parte de qualquer Estado, não sendo a China uma exceção (Peng e Yao, 2005: 39-86).

A teoria da dissuasão define a reputação como “a credibilidade e a determinação de um Estado em proteger os seus interesses vitais” (Huth, 1997: 75-78). Thomas Schelling (1966: 124) afirma que a reputação de ação de um Estado “consiste na crença que outros Estados – que os seus líderes, mais concretamente – têm sobre a forma como um país se irá comportar... porque interesses estará disposto a combater”.

A definição clara dos interesses vitais da China e a determinação demonstrada retoricamente em os defender combina-se com o anseio em salvaguardar o estatuto o grande potência mas não gere apreensões quanto a eventuais ambições revisionistas, o que colide com as perceções de países vizinhos no que respeita, por exemplo, à posição de Pequim quanto às reivindicações de soberania sobre áreas marítimas.

A dualidade de comportamento estratégico da RPC em termos de disputas territoriais serve para acicatar ainda mais as desconfianças regionais, nomeadamente dos países da ASEAN. Ou seja, se a disputa territorial é trivial e marginal para os interesses globais

---

144 As atividades de patrulhamento marítimo por parte da Marinha do Exército Popular de Libertação têm aumentado substancialmente nos últimos dois anos tanto no Sul do Mar da China, como no Mar Amarelo e no Leste do Mar da China, bem como a realização de exercícios aero-navais. Reforçadamente a China tem desenvolvido uma série de iniciativas legislativas internas tendentes a conferir um cunho de legalidade jurídica às suas reivindicações territoriais, como é o caso da Lei de Proteção Ambiental das Ilhas (que inclui as ilhas do arquipélago das Spratly e as ilhas Diaoyu/Senkaku) aprovada em 2011.

da China, a opção tem sido pela sua resolução pacífica de forma a não minar a prossecução dos interesses globais (e.g. Rússia). Se a disputa é importante para os seus interesses mas não pode ser resolvida de forma pacífica e com vantagem para a China, opta por adiar indefinidamente a sua resolução até ficar em eventual posição de vantagem negocial (e.g. Índia, Japão e Estados da ASEAN).

Ou seja, o *dictum* chinês de “um país forte, forças armadas fortes” (*qiangda de guojia qiangda de jundui*) associado ao padrão comportamental de emprego da força por parte da China em questões de disputas territoriais, nas quais Pequim percebe as suas ações como sendo essencialmente de natureza defensiva, mesmo que tal não seja entendido da mesma forma por parte dos outros países com os quais teve conflitos militares no passado (Johnston, 1998a; Scobell, 2003; Carriço, 2006; Fravel, 2008), acaba por acentuar um dilema de segurança regional com o qual “os Estados têm de saber viver e que é produzido não pela sua vontade mas pela sua situação” (Waltz, 1979: 189). Este “não pode ser resolvido, apenas pode ser gerido, o que o torna numa das tragédias das relações internacionais” (Jervis, 1976: 66) e agrava a ansiedade num sistema internacional em transição quanto à distribuição de poder.

### c. Implicações Regionais

A formulação dos interesses vitais e das estratégias que visam implementar tanto a defesa destes como os objetivos de desenvolvimento da China tem assim implicações diretas no plano regional.

Na última década através de soluções negociadas assentes em princípios de obtenção de compromissos com países vizinhos da sua vizinhança continental, que poderiam vir a tornar-se potencialmente hostis aos seus interesses, a China resolveu a contento a delimitação das respetivas fronteiras (Carriço, 2006: 591-622; Carlson, 2005; Fravel, 2008; Shunji e Jia, 2011), incrementou as relações políticas e económicas com estes e aqueles localizados na sua periferia marítima e aprofundou a cooperação com países ocidentais, com o objetivo de adiar indefinidamente, desejavelmente para sempre, a possibilidade de ocorrência de um conflito regional onde pudesse vir a estar envolvida.

O reconhecimento de que os mecanismos cooperativos regionais atuais apresentam debilidades funcionais, contribui em parte para justificar o facto de Pequim ter optado por uma definição e defesa do respetivo interesse nacional sob um prisma eminentemente realista estrutural e Lockeano, como já anteriormente referido, visto que outros Estados da região prosseguem uma estratégia de associação/cooperação com a potência preponderante (EUA) segundo uma lógica de *hedging* ante a China, a qual reage cada vez mais de forma assertiva, interpretando-a como uma tentativa de *neo containment* ou *offshore balancing* norte-americano (Friedberg, 2011).

Com efeito, se atendermos às relações da China com as três potências regionais do Nordeste asiático – EUA, Japão e Rússia –, constatamos que todas têm aspirações e interesses globais e encaram com receio a ascensão de Pequim no sistema internacional, apesar de albergarem “contradições estratégicas” (*zhanlue maodun*) entre si. As dúvidas que levantam quanto à ascensão da China e sobre a forma como a acumulação de tal poderá

pode vir a condicionar negativamente os respectivos interesses, justifica o facto de todas elas – de uma forma mais ou menos ampla – desenvolverem estratégias de limitação e/ou condicionamento/moldagem desta ascensão (Zhang, 2003: 247-253).

O desafio para o *Zhongnanhai* resulta assim do modo como será capaz de continuar a gerir uma envolvente periférica (*zhibo bian buanjing*) regional que deseja como relativamente estável, apesar das disputas territoriais e do programa nuclear norte-coreano, que não seja marcadamente confrontacional mas competitiva, num período em que procura consolidar o crescimento do seu poder nacional abrangente, desiderato para o qual uma gestão correta das perceções de (in)segurança se torna fulcral para a consecução de uma relação estável e primordial com estas três potências.

A China crê que os EUA pretendem dominar a região da Ásia-Pacífico, onde possuem cada vez mais interesses económicos e de segurança, como é comprovado pelo anúncio em finais de 2011 de que estão de “regresso à região” – de onde em boa verdade nunca saíram, apenas estabeleceram como prioridade outras áreas geográficas do globo.

O Japão é uma potência asiática por direito próprio. Pequim suspeita que Tóquio almeja a desempenhar um papel mais significativo na segurança regional com o apoio inusitado dos EUA, em parte, para proteger os seus interesses económicos e de segurança, mas também para conseguir materializar a sua ambição de se tornar uma verdadeira potência na clara aceção da palavra, em detrimento do estatuto da China – numa clara alusão à sua interferência na questão da reunificação de Taiwan.

Na relação trilateral China-EUA-Japão, Pequim ambiciona por uma menor influência regional dos EUA ao mesmo tempo que desenvolve ações tendentes a aumentar a sua própria influência, preferindo por exemplo no plano macro-regional a criação de uma nova organização regional que não inclua Washington e que reduza a influência de Tóquio, visão que conflitua com as perspetivas americano-japonesas.<sup>145</sup>

A Rússia é uma potência tão europeia quanto asiática, porque a sua geografia assim o determina. Os seus interesses de segurança no Nordeste asiático estão associados à continuação da estabilidade regional, numa área que vê cada vez mais como um mercado potencial de exportação das suas matérias-primas e recursos energéticos, permitindo no processo, um maior desenvolvimento económico da região siberiana e *à la long* uma tão desejável quanto necessária maior fixação da sua população.

O Leste da Ásia sempre foi considerado por Pequim como estando sob a sua esfera de influência (*shili fanwei*) informal, pelo que a defesa e salvaguarda de uma estabilidade na sua periferia próxima contribuirá para aumentar a sua segurança interna por via da potenciação do seu desenvolvimento económico.

Ao abrigo desta lógica, o lema oficial, segundo Jiang Zemin (2006: 358) tem sido o de “encarar os vizinhos como amigos e parceiros” (*yulin weishu, yulin weiban*) de forma a criar, na terminologia de Hu Jintao (2006), “uma periferia harmoniosa” (*xiebo zhibo bian*) para o desenvolvimento nacional.

---

145 Objetivo que sofreu um certo revés com a criação do *East Asian Summit* e da Parceria Trans-Pacífico patrocinada pelos EUA e pelo Japão.

Se nos centrarmos nas relações da China com os países do Sudeste asiático, o modelo de cooperação de características essencialmente consultivas, informal e sem um regime jurídico vinculativo – o denominado “*ASEAN Way*” – ainda que não se encaixe *tout court* na formulação “socializante” de Robert Keohane (1984), demonstrou ser um sucesso relativo pela cooptação que fez da China, apesar de que mais de quarenta anos de existência já justificavam um outro patamar de ambição em termos normativos quanto à criação de um verdadeiro regime de segurança regional.

Este caráter não vinculativo foi um dos fatores que pesou nos cálculos da China e que a levaram em finais do século XX a alterar o seu anterior comportamento e a passar a participar cada vez mais em iniciativas regionais multilaterais, pois devido à natureza informal dos processos de diálogo da ASEAN e ao aceitar participar no diálogo ASEAN+1 e ASEAN +3, Pequim tinha agora a possibilidade de demonstrar externamente a sua vontade em desenvolver uma política de boa vizinhança (*mulin zhenge*), mas ao mesmo tempo poderia tentar, assim o desejava, moldar a direção desse mesmo diálogo de acordo com os seus próprios interesses, reduzindo a influência regional dos EUA (Jones e Smith, 2007; Ba, 2003; Zhang e Tang, 2005; Yuzawa, 2006).

Assim assistimos a um aumento exponencial no número de visitas de delegações oficiais (civis e militares) e de membros do governo chinês a países da região bem como na participação de Pequim em iniciativas de diálogo e consulta multilateral, e à Assinatura de múltiplas parcerias bilaterais, Acordos e Declarações de Princípio.

No entanto a grande questão que se coloca relativamente às relações China-ASEAN é se o processo de socialização que tem sido relativamente biunívoco se manterá no futuro, pois quem pretende socializar também é socializado e vice-versa e pode haver um limite a esta socialização, particularmente quando esta colide com a defesa dos interesses vitais dos Estados.

Por exemplo, Wang Jianwei (2003: 398) defende uma dinâmica menos biunívoca e de menor preponderância socializante da China face à ASEAN, pois “apesar de o país ter trazido consigo um *upgrade* às normas da ASEAN, deve moldar de certa forma o potencial poder socializador desta, assegurando que a inflexão da política externa e de segurança da China face à organização foi determinada por fatores de ordem interna, nomeadamente o desejo dos líderes e das elites chinesas em reforçarem a estabilidade regional em nome da potenciação do desenvolvimento da China”.

Não obstante estas perspectivas menos otimistas, à medida que o poder da China vai aumentando, a predisposição desta para participar em mecanismo multilaterais de segurança parece confirmar parcialmente alguns dos pressupostos construtivistas (Eberhard, 2008: 14), ainda que estes sejam limitados no âmbito de atuação e respetivo alcance, por estarem essencialmente orientados para a melhoria de processos e não para a consecução de fins, naquilo que foi denominado por Qin Yaqing e Wei Ling como um “construtivismo direcionado para os processos” (*guochengxing jiangouzhuyi*) (citado em Li, 2009: 186).

Neste contexto de “pouca ambição institucional na consecução de objetivos”, continuam a não ser despidiendas as dúvidas persistentes de alguns líderes políticos da ASEAN relativamente ao acentuado crescimento da sombra de poder da China e

às possíveis implicações que daqui poderão advir para a segurança e ordem regional asiática (Whiting, 1997; Lee, 2011). Como referiu Tommy Koh (Yang, 2012: 2), numa relação direta com a história dinástica da China, “a dúvida que assiste cada vez mais aos países da ASEAN é: tornar-se-á a China uma potência que espera que os países da região lhe sejam subservientes, como aquando da dinastia Ming? Ou será uma China similar à dinastia Qing, não tão imperialista quanto foi a Ming? Desejamos uma China similar à da dinastia Tang – aberta e respeitadora dos outros – mas devemos conduzir uma estratégia de *hedging* para evitar que ela venha a adotar estratégias típicas das dinastias Ming e Qing.”

Estas questões ilustram uma ansiedade regional alargada de (in)segurança, pelo que se percebe o renovado apoio demonstrado pelos países da ASEAN à agora maior prioridade dada pelos EUA à região asiática, o que permitiu a Washington juntar o útil ao agradável em termos geopolíticos e geoestratégicos, reforçando a sua credibilidade e legitimidade regional, mas que veio também introduzir uma maior probabilidade de ocorrência de atritos, pelo menos a curto/médio prazo na sua relação de segurança com Pequim (Carriço, 2012b), e que terão como palco a dimensão marítima.<sup>146</sup>

#### d. A Relação *Pivot* com os EUA

Nas relações bilaterais com a Casa Branca, o *Zhongnanhai* aperfeiçoou e implementou uma dupla tática, denominada popularmente *yi liangshou dui liangshou* (“usar as duas mãos para lidar com as duas mãos da outra parte”).

Na prática significou que face às políticas americanas de *peaceful engagement* e *undercover containment* (ou de *hedging* ou *conagement*) (Sutter, 2005; Cliff, Shulsky, Khalilzad, Byman e Orletsky, 1999) de atribuição de um papel à China de *responsible stakeholder*<sup>147</sup> (Zoellick, 2005) mas, ao mesmo tempo, de continuação do apoio a Taiwan através da venda de armas, a China sempre utilizou uma “mão” flexível e cooperativa – diplomacia e economia – para mitigar potenciais atos hostis, mas a outra “mão” estaria preparada para fazer frente e derrotar políticas de *containment* e separatismo, através do EPL. Esta dicotomia operacional reflete a incontornabilidade daquilo que muitos cientistas políticos chineses

146 Os EUA e a China têm uma interpretação distinta relativa à Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (UNCLOS), nomeadamente quanto ao tipo de atividades que podem ser desenvolvidas na Zona Económica Exclusiva de cada Estado. Enquanto a China defende que navios militares estrangeiros devem informar antecipadamente o país que detém a ZEE sobre o tipo de atividades (hidrografia, recolha de informações, prospeções) que vão desenvolver nessa área, os EUA e a maioria dos países não aceitam esta interpretação, pois entendem que este tipo de atividades não é hostil e como tal não é proibida pela UNCLOS. O facto de os EUA não terem ratificado a UNCLOS acaba por fragilizá-los na sua argumentação face a Pequim.

147 Este conceito parte do pressuposto que a China está bem integrada no sistema internacional; que um conjunto de problemas globais requerem a cooperação da China com vista à sua resolução; e que tal cooperação é possível em inúmeras áreas. No último parágrafo do seu mediático discurso, o sub-Secretário de Estado norte-americano afirmou que “podemos cooperar hoje com a China, mesmo que estejamos a trabalhar para que tenhamos uma China democrática amanhã”. Para uma leitura sobre algumas das críticas efetuadas a este conceito, nomeadamente o facto de eliminar a dicotomia entre *engagement* e *hedging*, vulnerabilizando a utilidade de recurso ao *containment* ver Gill e Schiffer (2009). A expressão de *responsible stakeholder* não tem sido utilizada no discurso da administração do Presidente Barack Obama.

e norte-americanos definem como a díade *pivot* ou a “chave das chaves” (*zhongzhong zhi zhong*) da estabilidade do sistema internacional.

Sobre esta relação bilateral persistem quatro fontes de desconfiança estratégica mútua, que se não forem devidamente mitigadas poderão metastizar-se e ter um impacto negativo em termos de segurança regional asiática: (1) a definição da relação bilateral fora do contexto *win-win* advogado pela China; (2) os erros de cálculo quanto ao poder de cada um deles e face ao outro; (3) a percepção de uma China revisionista; e (4) a percepção de uma competição direta entre ambos, com mecanismos dinâmicos de ação-reação (Lampton, 2010: 6). A esta caracterização deve-se adicionar o facto de que uma das fontes da desconfiança estratégica nas relações bilaterais é a de que os norte-americanos estão alarmados com a sua maior vulnerabilidade e menor proeminência<sup>148</sup> – “síndrome de declínio” ou *shuai luo* – tendendo a exagerar as capacidades da China (Idem: 15).

Não obstante, Washington e Pequim têm definido a sua relação como positiva, construtiva e abrangente que desejavelmente deverá servir de alavancagem para uma parceria estratégica de partilha de responsabilidades globais, num sistema internacional que os tem beneficiado no geral, independentemente da existência de alguns elementos que, na perspectiva de ambos, mas sob ângulos diferentes, carecem de aperfeiçoamento.

A posição da China face ao sistema internacional tem sido de “participação construtiva e reforma gradual”, envolvendo-se na promoção de mecanismos multilaterais como forma de incremento benigno da sua influência, partindo do referencial norte-americano pós-Segunda Guerra Mundial. A lógica para Pequim – diga-se que correta – é a de que se os EUA concordaram em seguir as normas das organizações internacionais e tal fez com que os outros países ficassem “mais confortáveis” ante o seu poder, o mesmo se pode aplicar à China (Shirk, 2007: 131).

No entanto Pequim ainda tem de aperfeiçoar a sua participação em *fora* multilaterais destinados a coordenarem respostas integradas e internacionais a desafios globais, enquanto que os EUA têm de aceitar verdadeiramente a influência e o papel que aquela detém crescentemente na solução desses mesmos desafios. Sem uma cooperação mútua, não haverá progressos e as consequências poderão ser desastrosas, pois as percepções, interesses, objetivos e respetivos *modus operandi* estratégicos são distintos, como se sistematiza no quadro em baixo.

---

148 Claro que poderemos questionar no contexto regional o que é a proeminência americana para os líderes dos EUA, da China e, mais importante, para os líderes regionais asiáticos? Será esta proeminência mensurável em termos de números e sofisticação de sistemas de armas? Ou em termos de desenvolvimento de capacidade operacionais específicas (e.g. estratégia de negação de acesso com demonstração de uma capacidade efetiva em destruir uma esquadra de porta-aviões dos EUA através de mísseis balísticos)? Ou em termos de capacidade comparativa da China e dos EUA em compelirem (com recurso parcelar a meios políticos e militares) outros Estados a alterarem a sua posição face a questões de segurança como Taiwan e outras disputas territoriais com a China?

### Quadro 11

Modelo de segurança cooperativa da China vs modelo de preponderância global dos EUA

China	EUA
Multilateralismo	Unilateralismo/multilateralismo de alianças
Promoção da multipolaridade	Manutenção da primazia dos EUA
Segurança baseada no desenvolvimento	Segurança baseada no poder militar
Segurança comum com base na cooperação	Segurança absoluta dos EUA
Resolução de conflitos pela via diplomática e com base na ação coletiva da ONU	Guerra preventiva e mudança de regimes
Parcerias estratégicas construtivas e cooperativas com base na igualdade e partilha de interesses	Alianças militares e políticas de poder
Defesa da soberania dos Estados como pedra de toque da ordem internacional	Defesa dos valores da democracia e da liberdade como pedra de toque da ordem internacional
Não intervencionismo	Intervenção humanitária
Negociação para obter resultados mutuamente benéficos	Jogos de soma nula
Reforço do papel das instituições internacionais como a ONU	Secundarização do papel do Direito Internacional
Desenvolvimento mundial coordenado e sustentado	Políticas económicas liberais
Reconhecimento de diferentes caminhos de desenvolvimento	Modelo único de desenvolvimento global
Harmonia na diversidade	Universalidade dos valores

Fonte: Concatenado a partir de Van Ness (2005: 266), Clegg (2009:63), Swaine (2011: 22-23), Foot e Walter (2011: 276-277).

Reconhecemos que não é fácil romper esta dinâmica percetiva e passar da retórica aos atos, pois face aos EUA, a posição da China evoluiu para uma “cooperação construtiva e uma proteção defensiva”, reflexo da ansiedade relativamente às novas intenções de Washington no plano regional, porque para o *Zhongnanhai* os fatores que constituem a maior ameaça à segurança nacional da China são aqueles que podem transformar ameaças externas (*waihuan*) em ameaças e desordem interna (*neiluan*), gerando uma instabilidade que são a completa antítese dos elementos discursivos contemporâneos de paz e harmonia enfatizados pela atual liderança chinesa.

Na verdade, e como referido anteriormente, o “Novo Conceito de Segurança” (segurança cooperativa, segurança abrangente, segurança coordenada e segurança comum – *hezuo anquan, zhonghe anquan, xietiao anquan he gongronga anquan*) aponta como grande estratégia – independentemente das discussões académicas sobre a existência ou não de uma grande estratégia por parte da China (Wang, 2011) – dois objetivos primordiais: (1) a preservação de condições de estabilidade internacional essenciais à continuação do seu

programa de desenvolvimento económico; e (2) a redução das probabilidades de os EUA e outros países da região asiática tirarem partido do seu poder de forma a condicionarem negativamente as aspirações internacionais de Pequim.

A política de “menor ambiguidade (*mohu*) estratégica” de Washington relativamente à questão de Taiwan é o grande *pivot* da persistência desta perceção de insegurança chinesa, sendo que, de acordo com um recente editorial do Diário do Exército Popular de Libertação (*Zhongguo renmin jiefangjun ribao*), Pequim vê a posição norte-americana em termos de segurança regional e global e a ação da China com “um caráter dual: por um lado pretende que esta assuma uma responsabilidade partilhada na gestão de crises e da segurança regional e internacional, mas por outro lado, vê com receio a ascensão da China como potência, desenvolvendo um conjunto de ações que visam na realidade, e apesar da retórica, contê-la, através de uma política de alianças regionais, de continuação da venda de armas a Taiwan e de implementação de um sistema de defesa antimíssil” (s.a, 2011b).

Como caucionou em 2007 o General Xiong Guangkai, Diretor do Instituto Chinês para os Estudos Estratégicos Internacionais, “Os Estados Unidos não ameaçam por enquanto os interesses vitais da China, pelo que podemos viver com uma potência hegemónica, mas a China terá mais dificuldades em cooperar no futuro devido a comportamentos hegemónicos norte-americanos, particularmente no espaço asiático.”<sup>149</sup> A China reconhece que a presença norte-americana na Ásia é um produto da história e uma realidade objetiva, sendo que Pequim “não procura deter um interesse estratégico exclusivo sobre a região, nem a exclusão dos interesses estratégicos de outras potências. A sua crítica gira essencialmente em torno de ambições hegemónicas dos EUA.” (Cui, 2005).

O macro enquadramento estratégico supra, segundo uma lógica percetiva de acumulação do poder na melhor tradição realista, leva-nos a entroncar nas quatro grandes preocupações de segurança e defesa por parte da China face aos EUA:

- Uma potencial intervenção militar dos Estados Unidos em apoio de Taiwan, caso a China recorra ao emprego da força militar, daí a promulgação da Lei Anti-Secessão, que sinaliza aos Estados Unidos as situações em que Pequim intervirá militarmente e coloca a pressão de dissuasão política sobre Taipé nos ombros da Casa Branca;
- A vulnerabilidade da sua dissuasão nuclear estratégica face aos Estados Unidos, agudizada pelos programas de defesa antimíssil *National Missile Defense* e *Theatre Missile Defense*;
- A vulnerabilidade das suas áreas costeiras onde se concentra mais de 50 por cento do seu Produto Interno Bruto; e
- Uma crescente dependência de matérias-primas importadas, que, conjuntamente

---

149 Comunicação do General Xiong Guangkai, efetuada em 15 de novembro de 2007, no painel intitulado “The Asia-Pacific Strategy of Major Powers”, aquando do Simpósio Internacional sobre Segurança na Ásia-Pacífico, efetuado no Colégio de Estudos de Defesa da Universidade de Defesa Nacional do Exército Popular de Libertação onde o autor participou. Questionado pelo autor se a multipolaridade permitiria mitigar esta futura dificuldade cooperativa da China, o General Xiong referiu que “sim mas poderia não ser suficiente” (notas do autor).

com a defesa das áreas costeiras, a proteção das linhas de comunicação marítima que abastecem a China de petróleo e de matérias-primas é uma das justificações para o forte investimento na modernização da Marinha e da Força Aérea e também no programa espacial. Se a energia é fundamental para o crescimento económico e este é essencial para a estabilidade social, temos assim referenciado um dos “calcanhares de Aquiles” de Pequim.

Esta ansiedade chinesa é expressa pelo Almirante Yang Yi (2007), diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Defesa Nacional, quando declara que “as intenções de muitos países ocidentais são de conterem a China. O país não deve ser condicionado por estas manobras, pelo que a resposta deverá continuar a ser o desenvolvimento e modernização das suas forças armadas como foram de defesa dos interesses nacionais, garantir a segurança dos seus cidadãos, assegurando o livre comércio e a circulação de matérias-primas, e contribuindo para a governação global”.<sup>150</sup>

Numa referência mais direta aos EUA, o General Peng Guangqian (2011), vice-Secretário do Comité para as Políticas de Segurança Nacional, mantém o mesmo racional argumentativo mas explicitando que “a nova estratégia dos EUA face à China tem seis elementos: (1) encara a China como um adversário; (2) tem no Japão e na Austrália aliados estratégicos-chave; (3) estabelece o incremento da sua presença militar em bases no Pacífico Ocidental; (4) visa a preservação dos valores ocidentais; (5) visa a conservação do sistema de *containment* económico dominado pelos EUA; e (6) pretende separar a China dos países vizinhos”.<sup>151</sup>

Em suma, os que estas declarações expressam conceptualmente é um dilema de segurança, ou seja os EUA têm a necessidade de demonstrar uma capacidade robusta de empenhamento como *balancer* (*pinghengguo*) do sistema regional, de forma a mitigarem a perceção da ameaça chinesa, no entanto estas ações são encaradas por Pequim como uma ameaça para os seus interesses vitais.

Os anos de 2010 e de 2011 marcaram uma agudização deste dilema das perceções de (in)segurança mútua no contexto regional asiático, a qual tem sido expressa de forma semanticamente “engenhosa” em documentos oficiais de ambos os governos.

Na última edição do Livro Branco da Defesa Nacional da China, a envolvente de segurança e defesa asiática foi descrita como cada sendo cada vez mais volátil e ameaçadora, com referências diretas aos EUA:

*“... Asia-Pacific security is becoming more intricate and volatile. Regional pressure points drag on and without solution in sight. There is intermittent tension on the Korean Peninsula. The security situation in Afghanistan remains serious. Political turbulence persists in some countries. Ethnic and religious discords are evident. Disputes over territorial and maritime*

---

150 Comunicação do Almirante Yang Yi, efetuada em 15 de novembro de 2007, no painel intitulado “The Asia-Pacific Strategy of Major Powers”, aquando do Simpósio Internacional sobre Segurança na Ásia-Pacífico, efetuado no Colégio de Estudos de Defesa da Universidade de Defesa Nacional do Exército Popular de Libertação.

151 Para uma visão norte-americana sobre esta mesma estratégia face à China ver Swaine (2011a: 26-27).

*rights and interests flare up occasionally. And terrorist, separatist and extremist activities run amok. Profound changes are taking shape in the Asia-Pacific strategic landscape. Relevant major powers are increasing their strategic investment. The United States is reinforcing its regional military alliances, and increasing its involvement in regional security affairs... Pressure builds up in preserving China's territorial integrity and maritime rights and interests. Non-traditional security concerns, such as existing terrorism threats, energy, resources, finance, information and natural disasters, are on the rise. Suspicion about China, interference and countering moves against China from the outside are on the increase. The United States, in the defiance of the three Sino-US joint communiques, continues to sell weapons to Taiwan, severely impeding Sino-US relations and impairing the peaceful development of cross-Strait relations."* (People's Republic of China Ministry of National Defense: 2011).

A *Quadrennial Defense Review*, o *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China* e a *National Security Strategy*, todos de 2010, quando se referem à situação de segurança no contexto regional asiático, são uma *mirror image* das percepções de (in)segurança norte-americana face à China.

O que estes documentos ilustram é que no campo da segurança e defesa, e na respectiva dimensão estratégica regional, independentemente das declarações de boas intenções – sistematicamente repetidas aquando das visitas presidenciais e dos encontros multilaterais<sup>152</sup> – as omnipresentes e persistentes perspectivas distintas quanto ao papel e influência de cada um dos países no sistema internacional em geral, e na Ásia em particular, agudizam as poucas mas mesmo assim substantivas diferenças que existem entre ambos no plano dos valores sócio-culturais, dos respetivos interesses vitais e dos princípios de política externa, e acentuam ainda mais as diferenças em maior número e mais significativas, que existem ao nível estratégico e doutrinário militar, o que pode dificultar, em situações particulares, a gestão de crises bilaterais<sup>153</sup> e a obtenção de compromissos (especialmente no que concerne a questões de disputas territoriais marítimas, área definida como um interesse vital da China).<sup>154</sup>

---

152 Como aquando do *East Asian Summit* realizado em novembro de 2011 (que pela primeira vez contou com a presença dos EUA – para desagrado de Pequim – e da Rússia) e levou à criação da Parceria Transpacífico, da qual a China não faz parte, por não cumprir alguns requisitos como transparência orçamental do governo, ser uma economia de mercado, ter um mercado segurador e hipotecário subdesenvolvido, ainda não ter atingido metas quanto à emissão de gases poluentes, entre outras (s.a., 2011c). Esta iniciativa foi avançada em 1991 pelo então Secretário de Estado norte-americano, James Baker, como um dos três pilares da criação de uma nova comunidade do Pacífico (*xin laipinyang gongtongti*). Os outros dois pilares eram a criação de uma região com regimes democráticos como reforçador desta noção de comunidade e a reestruturação da arquitetura de segurança regional tornando-a mais flexível em termos de desenvolvimento de mecanismos cooperativos intrarregionais (Baker, 1992:3).

153 Também porque estamos perante estruturas e processos de tomada de decisão em situação de crise completamente distintos tais as diferenças político-culturais que permeiam os respetivos processos. Para uma análise sobre este tema, as diferentes concepções de crise e impacto nas percepções mútuas veja-se Scobell e Wortzel (eds) (2005) e Swaine, Zhang e Cohen (eds) (2006).

154 Ilustrada por exemplo, em julho de 2010 e repetida em 18 de novembro de 2011, aquando da reunião da ASEAN, com respetivamente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Yang Jiechi e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao, a avisarem os Estados da região para não efetuarem coordenações com potências

Dada esta polarização estratégico/operacional militar e a nova definição do que são os interesses vitais para a China, tal pode alimentar uma maior instabilidade regional ao longo da linha geográfica que parte das ilhas Diaoyu/Senkaku, passa por Taiwan, e inclui o Sul do Mar da China – numa “linha de fratura” que servirá de teste ao estatuto, prestígio, credibilidade e legitimidade interna (mais vincada no caso da China) e externa (no caso dos EUA) de ambos os países na região asiática (Ross, 2010; Raine, 2011), acentuando ainda mais o dilema de segurança regional em resultado de estratégias e doutrinas militares diametralmente opostas.

A maior ou menor intensidade deste dilema de segurança dependerá das crenças quanto às motivações e objetivos do adversário, pois a maximização da segurança tem menores riscos que as intenções de domínio no âmbito do sistema internacional, mas nunca existem garantias absolutas das intenções pacíficas, porque como sublinha Collins (2004: 29) citando Edward Butterfield: “eu sei que não pretendo constituir qualquer ameaça para o outro, não querendo mais do que garantias relativamente à minha segurança; mas como não é possível que o outro leia corretamente a minha mente, ele nunca terá a mesma garantia de segurança face às minhas intenções tal como eu as tenho.”

Neste contexto, a grande questão que se coloca aos EUA é se os objetivos da China serão limitados regionalmente ou ilimitados, pois o seu atual processo de modernização militar – particularmente da sua Marinha e Força Aérea – deverá ter em atenção as preocupações que geram junto dos seus vizinhos asiáticos, área onde se centra o seu enfoque geoestratégico e militar.

Enquanto esta dúvida percetiva não é dirimida, Washington necessita de proteger os seus aliados asiáticos, incrementando a capacidade autónoma de dissuasão de cada um deles e de todos no conjunto. O grande desafio resulta da necessidade de efetuar ajustamentos às suas políticas em situações onde os seus interesses vitais não estejam em jogo (como Taiwan) evitando exagerar os riscos colocados pelo crescimento do poder e das capacidades militares da China (Sinha, 2003: 184; Hachigan, 2012). O *bedging* parece ser a única estratégia a seguir (*engagement* com a China sempre que puderem e *containment* quando tiver de ser – *bian jiechu*, *bian ezhi*).

No entanto tal obrigará a uma cuidadosa calibragem da mesma pois existe uma tensão intrínseca entre o *engagement* e o *containment* por parte de Washington. Ou seja, ações e sinais destinados a encorajar ou a facilitar a cooperação e a acomodação de interesses em determinadas áreas poderão enfraquecer as ações destinadas a deter ou a dissuadir comportamentos problemáticos noutras áreas da relação bilateral e vice-versa. Por exemplo, ações excessivamente confrontacionais e enérgicas por parte de Washington poderão alarmar Pequim, provocando maiores esforços de redução da sua vulnerabilidade face àquilo que percebe como uma clara postura de *containment*. Inversamente, uma ênfase excessiva na cooperação e nos ganhos mútuos às expensas de esforços de dissuasão,

---

externas (*i.e.* EUA) na gestão das disputas territoriais que têm com a China, devendo as negociações serem conduzidas no plano bilateral ou multilateral regional. A mensagem não foi tida em consideração pelos países da ASEAN que com o apoio dos EUA inseriram este tema na agenda, para descontentamento de Pequim (Buckley, 2011; Blanchard, 2011).

poderá gerar erros de cálculo e confrontações, por uma das partes ter concluído incorretamente que pode negligenciar as diferenças de interesses existentes entre ambos.

Do lado da China as dúvidas não são menores.<sup>155</sup> Menciono referiu que um Estado sem inimigos ou ameaças externas está condenado. Numa reformulação recente de 2006, o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao, afirmou: “Pensar no perigo que nos rodeia, garantirá a nossa segurança. Pensar porque é o caos sucede, irá garantir-nos a paz. Pensar no porquê do fracasso de um país garantirá a nossa sobrevivência.” (CCTV-1, 2006).

Em linha com esta lógica, alguns académicos chineses defendem que há a necessidade de recalibrar o desequilíbrio da dinâmica de poder sino-americana, pois o atual mecanismo de diálogo estratégico visa preservar o *status quo* entre os dois países sem ter em atenção os devidos interesses da China. Se o governo norte-americano pretende preservar o equilíbrio estratégico bilateral deve ter em atenção o respeito pelas reivindicações de soberania da China (Sul do Mar da China) e não interferir nas questões de Taiwan, do Tibete e de Xinjiang.<sup>156</sup>

No entanto tal implicaria para a China o desenvolvimento de uma grande estratégia tendo como adversário os EUA como advoga Zhang Weiwei (2011), o que apesar dos desafios estratégicos e de segurança que os EUA materializam não faz sentido (Wang, 2011: 72), porque como realçam Johnston (2008) e Kent (2007), o comportamento de segurança da China não visa atualmente contrabalançar diretamente ou substituir o poder militar norte-americano na Ásia ou noutros pontos do globo, alterando o equilíbrio do sistema, pois a sua perceção sobre as vantagens associadas à preservação do atual sistema ainda suplantam as desvantagens.

O seu grande desafio de segurança centra-se não na forma como pode cooperar com os EUA, mas como pode evitar que seja isolada, cercada e contida pelos EUA (Zhu, 2008: 38).<sup>157</sup>

---

155 Por exemplo, aquando da realização em 18 de dezembro de 2011 do Fórum sobre a “Revisão da Política Diplomática da China e Perspetivas Futuras”, Yuan Peng, diretor do Instituto de Estudos Americanos do Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China, elencou quatro desafios às relações bilaterais: “(1) o maior deles resulta da necessidade de se construir uma cooperação bilateral a longo prazo, que está agora mais vulnerabilizada desde a morte de Osama bin Laden e da retirada norte-americana do Iraque ao mesmo tempo que receia que a complementaridade da economia e do comércio entre os dois países venha a ser afetada mais negativamente; (2) a política de alianças e de cooperação na segurança e defesa dos EUA com países que têm disputas territoriais com Pequim; (3) a relação com a Rússia, onde Moscovo espera que a China seja mais assertiva, podendo afetar a parceria estratégica bilateral; e (4) a visão estratégica alterou-se, pois se na Era de Deng Xiaoping a estratégia era aprender com a tecnologia norte-americana e absorver capital estrangeiro, depois de Deng passou a ser “competição e cooperação”. Qual a direção que a China deverá agora tomar? Não é claro.” (Yuan, 2011).

156 Comunicações dos Professores Zhu Feng (Universidade de Pequim), Xing Guangcheng (Academia Chinesa de Ciências Sociais) e Li Bin (Universidade Tsinghua) no Simpósio Internacional sobre Segurança na Ásia-Pacífico em novembro de 2007 em Pequim (notas do autor).

157 Aquando da última reunião da Associação Chinesa de Relações Internacionais, em Lanzhou, em 2010, a conclusão consensual a que chegaram os cientistas políticos chineses foi que “...a China não deve confrontar os EUA; nem desestabilizar o sistema internacional em geral; não deve empregar a ideologia como guia da sua política externa; não deve liderar o ‘campo anticidental’; não deve entrar em conflito com outros países, mesmo quando a razão lhe assiste; deve efetuar compromissos e concessões aprender mais com o jogo dos benefícios mútuos; não deve abdicar da defesa intransigente dos seus interesses vitais relativos

Não obstante, existe a noção clara de que para Pequim só a evolução do sistema internacional em direção à multipolaridade impedirá os EUA de condicionarem negativamente a ascensão pacífica da China, devendo esta no entanto, evitar que os atritos políticos existentes possam degenerar em indesejáveis confrontos militares diretos e limitados com os EUA (Cai, 1996: 254), apesar das debilidades relativas aos mecanismos internos de cada um dos países no que concerne à gestão de crises bilaterais, os quais não têm contribuído para a redução destes riscos, como alertam Swaine e Tuosheng (2006).

Em resumo é expectável e desejável que a China continue a assumir progressivamente mais responsabilidades no plano internacional como potência que é, mas a comunidade internacional deve chamar a si a obrigação de ajudar a China a desenvolver-se (Wang, 2011: 79), processo do qual os EUA não se podem alhear mas também não devem induzir coercivamente, agora que “estão de regresso à Ásia” (The White House, 2012: 2) ao abrigo de um “Obamanismo (*Aobama zhuyi*) apoiado num *smart containment power* (*zhineng ezhi quanli*) da China”.<sup>158</sup> O *end state* deve ser um *comprehensive engagement* (*quanmian jiechu*) bilateral num contexto de evolução pacífica (*heping yanbian*)<sup>159</sup> da China.

A ironia estratégica do pós-Guerra Fria é que apesar de os EUA terem atingido o pínaculo de poder político, económico e militar, desinvestiram politicamente durante mais de uma década na região da Ásia-Pacífico levando tanto a uma crescente polarização intrarregional em resultado deste declínio autoprovocado e perçecionado da sua influência regional (Overholt: 2008: 243), como a um enfraquecimento relativo do seu sistema de *hub and spoke*, que tanto contribui para a estabilidade regional e que continua a ser defendido pela maioria dos Estados da região, particularmente da ASEAN.

Os países que a constituem, acalentam agora tanto renovadas expectativas como receios ante este regresso mais decidido dos EUA à Ásia e o potencial incremento na perceção de insegurança que tal irá gerar por parte da China, o que poderá colocá-los no meio de um “ciclo vicioso de tensões e desconfianças”, como referiu o Primeiro-Ministro indonésio (Bush, 2012); mas também reconhecem que a presença militar dos EUA na região é tão determinante para a sua segurança quanto a continuidade das fortes relações político-económicas que têm com a China.

Com os EUA a definirem abertamente esta como a sua área geográfica prioritária de empenho devido ao dinamismo económico da mesma que é essencial para o seu próprio crescimento económico, a necessidade de preservar uma estabilidade geoestratégica regional com Washington como *pivot*, tornou-se ainda mais incontornável (The White House, 2012: 2).

Não obstante a inevitabilidade de virem a existir acidentes de percurso nas relações sino-americanas que poderão transmitir ondas sísmicas de instabilidade ao mundo, uma *weltanschauung* mais cooperativa, ainda que difícil de alcançar, não é de todo impossível, devendo passar por uma maior subordinação dos respetivos interesses e aspirações nacionais a uma visão de uma nova ordem global, algo que nem um nem outro país tem

---

à unificação nacional; deve fornecer bens públicos ao sistema internacional e aperfeiçoar a sua imagem tirando vantagens de eventos globais.” (Glaser, 2011: 13).

158 Entrevista do autor com o Professor Jia Qingguo, em agosto de 2011, em Pequim.

159 Para utilizar a terminologia defendida pelo Presidente Bill Clinton.

por enquanto uma experiência prática, pois assumem que os seus valores e interesses são únicos e que devem servir de inspiração a outros povos. A única diferença centra-se na respetiva metodologia proselitista, com os EUA a optarem por mecanismos de indução coerciva e a China a optar por mecanismos de indução/persuasão sob o lema de *win-win* (*shuangying*) *approaches*.

A reconciliação destas duas versões de excecionalismo é o maior desafio que se apresenta às relações sino-americanas no século XXI, pois pragmática e realisticamente, nenhum dos países conseguirá dominar o outro e um conflito entre ambos irá exaurir de tal forma as respetivas sociedades que as condenará a um significativo *downgrade* na escala de poder e de preponderância internacional, algo que nenhuma quer, nem ninguém deseja.

### **e. Principais Linhas de Ação a Médio Prazo da Política Externa e de Segurança da China**

Em novembro de 2009, Zhang Xiaotong, editor do Centro de Investigação de Literatura do Comité Central do PCC, publicou nas revistas *Liaowang* (Perspetiva Semanal) e *Qiusbi* (Em Busca da Verdade) um artigo intitulado “Propostas da China com Base no Conceito de Era de Hu Jintao”, onde elencou as linhas de força da visão de Hu Jintao relativamente ao posicionamento da China no sistema internacional, alicerçada numa estratégia de política externa assente em “cinco teorias” separadas mas que são integradas de forma a consubstanciarem um todo que se pretende homogéneo.

Esta visão reflete uma autoperceção da China como estando num patamar mais elevado que o que tinha há uma década atrás na escala de poder, descrevendo as “cinco teorias” que devem pautar o desenvolvimento de um “mundo pacífico” como: (1) o reconhecimento do facto de que estão em curso profundas alterações no mundo; (2) a construção de um mundo harmonioso; (3) o desenvolvimento conjunto; (4) a partilha de responsabilidades; e (5) a “participação entusiástica” da China nos assuntos globais (Zhang, 2009: 3).

Ainda que Hu não reivindicou a autoria de todas as cinco teorias, o *timing* da sua divulgação e as sucessivas referências oficiais as estas linhas de ação revelam a forte possibilidade de este vir a ser o grande contributo teórico da sua liderança, depois da teoria sócio-política das “Três Representações” (*sange daibiao*)<sup>160</sup> formulada por Jiang Zemin, da teoria de Deng Xiaoping de “construção de um socialismo com características chinesas”, e do pensamento de Mao Zedong que procurou aplicar à China os princípios teóricos marxistas-leninistas de revolução e de construção ideológica com base num Partido Comunista de base proletária (China Daily, 2007).<sup>161</sup>

---

160 As “Três Representações” referem-se ao que o PCC deve representar: as tendências de desenvolvimento e das forças produtivas avançadas; as orientações de uma cultura avançada; e os interesses fundamentais da maioria da população da China. Ver <http://china.org.cn/english/zhuanti/3represents/68735.htm>.

161 Cada uma das quatro gerações de líderes governou em “quatro juntas históricas” para a China, das quais resultaram “quatro exortações”: Mao Zedong “levantou e manteve a China de pé” como um país independente; Deng Xiaoping “libertou a produtividade da sociedade chinesa”; Jiang Zemin “modernizou,

Este novo emolumento teórico reflete, pela primeira vez, uma vectorização mais externalista da política chinesa, ao contrário dos anteriores que assumiam uma dimensão exclusivamente interna, o que espelha tanto a sua maior abertura como a sua maior dependência face a essa mesma envolvente externa.

Desta visão abrangente de paz e boa vontade para com todos os Estados em busca de “relações cooperativas mutuamente benéficas” (*huli shuangying de beizuo geju*) podem-se derivar os principais objetivos da política externa e de segurança da China, os quais não deverão sofrer alterações pronunciadas, continuando a pautar-se de acordo com o normativo genérico de um “Mundo Harmonioso” (*Hexie shijie*) no plano global, de um “Novo Internacionalismo” (*Xin guoji zhibuyi*) no plano diplomático e da aplicação do “Novo Conceito de Segurança” (*Xin anquanguan*) no plano da segurança. Os seus objetivos fundamentais serão três: desenvolvimento, soberania e responsabilidade (Wang, 1999: 20), a partir das quais se poderão extrapolar as seguintes linhas de força operacionais a médio prazo:

- Manter e alargar uma envolvente pacífica de segurança regional e global, essencial para a continuação da implementação com sucesso das reformas económicas internas e da modernização militar, de forma a tornar a China “uma sociedade moderadamente próspera” em 2020;
- Expandir as relações políticas e económicas da China com os países vizinhos através de canais bilaterais e multilaterais de forma a impedir as tentativas de contenção do seu crescente poder e influência regional por parte dos EUA e do Japão;
- Desenvolver relações de cooperação militar bilateral com países vizinhos de modo a reduzir as desconfianças e o acentuar do dilema de segurança regional resultantes da modernização militar chinesa;
- Promover parcerias bilaterais com outras potências e atores globais, capazes de conferirem à China uma maior liberdade de ação face aos EUA;
- Procurar e ampliar áreas de interesses comuns com os EUA e o Japão passíveis de desenvolverem a cooperação bilateral e trilateral, mantendo a estabilidade e evitando um confronto entre as três potências;
- Promover uma imagem positiva da China junto da opinião pública norte-americana, europeia e internacional;
- Continuar a desenvolver a parceria estratégica com a Rússia, apesar das ambivalências que a caracterizam;
- Cooperar com a Rússia em questões de segurança regional asiática, mais concretamente na Ásia Central;
- Desempenhar um papel de liderança no seio da SCO de forma a garantir a estabilidade na Ásia Central e a continuidade de fornecimento de energia a partir dos Estados que dela fazem parte, contrabalançando ao mesmo tempo as políticas norte-americanas nesta região – o papel da Organização de Cooperação de Xangai

---

rejuvenesceu e desenvolveu o Partido Comunista e nação chinesa”; e Hu Jintao “reorganizou, restabeleceu prioridades e deu novas energias à China numa envolvente interna e internacional complexa” (Kuhn, 2010: 121-122).

é essencial para estes desideratos e mais um no imediato e após a retração da presença militar dos EUA e da NATO na Ásia Central, o *continental balancing* da China, funcionará como um contrapeso a um crescente *offshore balancing* da parte dos EUA na Ásia-Pacífico (Posen, 2003; Holslag, 2010; Glaser, 2011; Goldstein, 2011)

- Recorrer a mecanismos multilaterais para constranger eventuais ações unilaterais dos EUA, incrementando no processo o estatuto da China como grande potência no seio das organizações e fora multilaterais internacionais, especialmente no CS da ONU (Li, 2003: 124-125);
- Encorajar a ASEAN a desempenhar um papel mais ativo na segurança regional asiática, em contraponto às alianças bilaterais dos EUA na região;
- Encorajar os Estados asiáticos a desenvolverem uma identidade coletiva (*jiti rentong*) como base para uma cooperação regional de forma a impedir as grandes potências externas à Ásia (*i.e.* EUA) de dominarem a região;
- Desempenhar um papel ativo e construtivo na resolução das questões de segurança regional e internacional, contribuindo para a consolidação das organizações internacionais de que faz parte, agindo como uma potência responsável (*zhongguo zheren*) do sistema internacional (Pan e Yu, 2003: 305-306);
- Procurar resolver as disputas territoriais com outros países asiáticos através de meios diplomáticos, apoiados no diálogo e na negociação;
- Procurar a reunificação de Taiwan à China por meios pacíficos se possível, e militares se necessário, desencorajando uma maior assertividade dos EUA e do Japão relativamente à questão de Taiwan;
- Continuar os esforços político-diplomáticos – via mecanismo multilateral das *Six Party Talks* – para uma desnuclearização total da Coreia do Norte, impedindo no processo tanto a sua implosão, como na sequência desta, uma eventual reunificação coreana (Shen, 2007; Carriço, 2012). No entanto, e como estratégia cautelar, continuar a incrementar as relações políticas, económicas e diplomáticas com a Coreia do Sul, tanto por razões de desenvolvimento económico mutuamente vantajoso como em antecipação de uma eventual – ainda que não desejada – reunificação.<sup>162</sup>
- Participar em atividades relativas a questões de segurança não tradicional (terrorismo, alterações climáticas, crime organizado, etc.) demonstrando a determinação da China em implementar o estipulado no seu “Novo Conceito de Segurança”;
- Desenvolver o *soft power* da China através da atração gravítica da sua cultura e civilização, potenciando o incremento da sua influência regional e global, do qual o conceito de “mundo harmonioso” (*hexie shijie*) é um bom exemplo;
- Explorar rapidamente todas as oportunidades de comércio e de investimento regional e global, criando um ambiente propício à continuação da sua ascensão/desenvolvimento pacífico;

---

162 O papel construtivo da China no âmbito da *Six Party Talks* como do CS da ONU no sentido de pressionar Pyongyang levando-a à mesa das negociações foi elogiado respetivamente em 2007 e em 2009 por Thomas Christensen e Hillary Clinton (Swaine, 435-436, notas 149 e 150).

- Fortalecer as capacidades militares da China tanto para projeção continental terrestre como marítima, tidas como essenciais para a defesa dos seus interesses vitais e a prossecução do estatuto de grande potência.

Algumas destas linhas de força têm sido mais notórias desde 2010, ano em que a perceção nos países ocidentais quanto a um comportamento cada vez mais assertivo por parte da China começou a ser consolidada, sendo expressa em exemplos como: a continuação de uma política de modesta valorização do *yuan* face ao dólar; o incremento do número de incidentes militares navais em áreas marítimas que a China reivindica com outros países asiáticos; a passividade com que reagiu tanto no plano regional como no CS da ONU às provocações militares norte-coreanas aquando do afundamento da fragata sul-coreana *Cheonan* em 26 de março de 2010 e da preparação de artilharia sobre a ilha sul coreana de Yeonpyeong em 23 de novembro de 2010; e a recusa em aprovar juntamente com a Rússia uma Resolução do CS da ONU a condenar o governo sírio pelo repressão violenta da sua população.

No entanto na China a perceção e a *vox populi* é exatamente a oposta: a de que o comportamento internacional do governo não é suficientemente assertivo face às críticas infundadas e injustas dos países ocidentais.

Esta diferença perceptiva é o resultado de um crescente nacionalismo por parte da população chinesa, o qual tem sido alimentado desde 1991 pelo programa de educação patriótica lançado nas escolas e universidades após as manifestações de Tiananmen e pelo reforço deste sentimento por parte de alguns meios de comunicação controlados pelo PCC (Yongnian, 1999; Suisheng, 2004).

Na realidade até existe um certo paradoxo, pois enquanto de uma forma geral a maioria da população apresenta um grau de desconfiança elevado relativamente ao que é divulgado nos media em termos de política interna, no que diz respeito à política externa a sua credulidade nas notícias é exatamente oposta (Xiao, 2010).

Esta dicotomia tem reflexo na forma como o *Zhongnanhai* tem efetuado um delicado e perigoso jogo de equilíbrios: recorre às suas credenciais nacionalistas para justificar em parte a sua legitimidade interna enquanto procura manter uma política externa de segurança e defesa relativamente flexível (Gries, 2004). Ou seja, tenta por um lado demonstrar que a China é uma grande potência cada vez mais respeitada internacionalmente e por outro lado pretende preservar uma política externa de segurança e defesa pragmática que tão bons resultados tem dado – por sempre ter conseguido evitar conflitos desnecessários e desvantajosos com os países da região e os EUA.

A mesma diferença de perceções é mais agudizada pelo facto de a China ser comparada de acordo com critérios diferentes. A sua relação com os países ocidentais é condicionada por dois fatores: o seu poder e a natureza do seu regime. Ao ser percecionada como uma grande potência é julgada segundo a parametrização normativa internacional mais elevada que é aplicada também às suas congéneres: espera-se que seja contida nas suas ações em todas as circunstâncias (particularmente quando lida com pequenas potências) e que assuma uma maior responsabilidade e preponderância no plano internacional.

No entanto, e ao contrário das potências democráticas, a China acaba por ser penalizada perceptivamente devido à natureza autoritária do regime (“democracia intrapartidária ou *tizhinei*, para empregar o jargão oficial – Zhengxu, 2006; Shambaugh, 2008: 121; Kuhn, 2010: 116), algo que gera processos de desconfiança e de maior ceticismo nos países ocidentais. Assim quando e onde quer que exista uma disputa que envolva a China, as simpatias ocidentais tendem a concentrar-se nos oponentes de Pequim (Kuhn, 2010: 407). Esta diferença de tratamento acaba por gerar um forte sentimento de repúdio na população chinesa, por espelhar uma tríade de critérios distintivos de tratamento aos quais poucos Estados estão sujeitos.

Se esta diferença de percepções não for devidamente dirimida ou resolvida por uma maior moderação discursiva tanto chinesa como ocidental – no plano interno como no plano externo – o resultado será inevitavelmente um incremento das tensões e, eventualmente, a ocorrência de alguns conflitos, o que tornará mais difícil a cooperação chinesa em assuntos vitais para a segurança e estabilidade global com prejuízos claros para ambas as partes.

O reconhecimento das percepções de (in)segurança de países parceiros ou competidores no sistema internacional pode reduzir erros de conceção e as probabilidades de ocorrência de conflitos. Ainda que exista uma miríade quase infinita de estudos sobre as capacidades dos Estados, no que concerne às percepções a elaboração de tais estudos tem sido diminuta porque é subalternizada. Ou seja o Estado X assume que as suas percepções face ao Estado Y são corretas e que este o percebe da mesma forma, pois o enfoque analítico é feito ao nível das capacidades de cada um.

As percepções são mais do que uma variável residual sendo que uma correta percepção quanto aos interesses nacionais e à segurança e defesa de um Estado é essencial para a explicação do seu comportamento.

O centro de gravidade do sistema internacional deslocou-se do Atlântico para o Pacífico (National Intelligence Council, 2008), mas a forma como esta transferência de poder está a ser feita não depende das forças determinísticas da História mas das decisões que os líderes políticos regionais asiáticos (mais especificamente daquelas que os líderes norte-americanos e chineses venham a tomar em relação ao outro), num sistema internacional por enquanto unipolar (Monteiro, 2011) mas com tendências de uma transição cada vez mais vincada – ainda que prolongada no tempo – no sentido de uma multipolaridade.

Esta transição está e será efetuada sob uma envolvente de desconfiança e incerteza onde os Estados dificilmente chegarão a um acordo sobre o que constitui os interesses legítimos e vitais de cada um, e onde as medidas criadoras de confiança terão de ser muito mais do que a mera descoberta das “verdadeiras” intenções de cada um deles.

Uma correta gestão das percepções de (in)segurança regional e global nesta fase de transição será cada vez mais relevante, sendo a divulgação dos Livros Brancos da Defesa Nacional um dos vários instrumentos que os Estados têm ao seu dispor como medida criadora de confiança quer no plano regional e global, contribuindo para mitigar, ainda que limitadamente, o impacto negativo do insolúvel dilema de segurança, em prol de – no

caso da China – da prossecução de uma visão difícil de concretizar pragmaticamente de “harmonia na diversidade” no sistema internacional.

A China é agora uma grande potência regional com uma crescente influência global (Ye, 2003: 117). Este incremento de poder tanto (auto)percecionado como efetivo, trar-lhe-á responsabilidades adicionais, o que implicará a assumpção e/ou a criação de prescrições de políticas globais alternativas que possam ir para além da retórica “algo espiritual” de um “mundo harmonioso”, que se assemelha mais a uma panaceia do que a uma política concreta que vise a redução de hostilidades que estruturalmente começam a ser induzidas à sua ascensão, com os perigos que daqui possam advir, não apenas para Pequim como para a estabilidade do sistema internacional.<sup>163</sup>

A sua política externa e de segurança e defesa está estruturada hierarquicamente de forma complexa com base na preservação política do PCC, na prosperidade económica do país e no poder nacional, sendo que, ainda que estes vetores sejam relativamente estáveis e previsíveis, tendem a assumir uma crescente fluidez, fruto da influência intercambiável e interdependente entre fatores internos e externos ao país (Fei-Ling, 2005: 670).

Perante estas dinâmicas, não é expectável que a China venha a secundarizar a sua dimensão de desenvolvimento interno em prol de aventuras militares expansionistas no exterior, ainda que Taiwan possa ser a exceção (Lampton, 2008: 250).

Para a China a dificuldade estará cada vez mais em saber como pode contribuir para a manutenção de um tão delicado quanto importante equilíbrio entre o desenvolvimento global e a permanente gestão de uma conflitualidade tão latente quanto sistémica; entre a sua ascensão e o declínio relativo de outros atores; entre a sua crescente confiança e as expectativas e ansiedades que gera, principalmente no plano regional asiático – área geográfica cada vez mais determinante para a segurança e estabilidade do sistema internacional.

Para o resto do mundo a dificuldade estará cada vez mais na capacidade que possamos ter em compreendermos que as consequências de um fracasso da China serão muito mais dramáticas que as associadas ao seu sucesso. A história tem demonstrado que uma China fraca e instável tem sido bem mais problemática para a região asiática e para o mundo do que uma China forte.

---

163 A sua política externa evoluiu. Está cada vez mais assente numa lógica de “defesa dos interesses nacionais, evitando males” (*qiu li bibai*), quando há dez anos atrás, na realidade tinha como “objetivo primário o evitar males” (*yi bibai weizhu*), promovendo os seus interesses nacionais” (Yong, 1997: 327).

## Bibliografia

- Acharya, Amitav (2005). "Do Norms and Identity Matter? Community and Power in Southeast Asia's Regional Order". *Pacific Review* n.º 1, pp. 95-118.
- Acharya, Amitav e Evelyn Goh (eds) (2007). *Reassessing Security Cooperation in the Asia-Pacific: Competition, Congruence, and Transformation*. Cambridge: MIT Press.
- Adams, Karen (2003). "Attack and Conquer? International Anarchy and the Offense-Defense-Deterrence Balance". *International Security* n.º 3, pp. 45-83.
- Arrighi, Giovanni (2007). *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. London: Verso
- ASEAN (2002). *Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea*. Disponível em <http://www.aseansec.org/13163.htm>.
- Aris, Stephen (2009). *Shanghai Cooperation Organization: An Anti-Western Alignment?* Zurich: CSS Analyses n.º 66. Disponível em <http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/CSS-Analyses-66.pdf>.
- Ba, Alice e Matthew Hoffmann (2003). "Making and Remaking the World for IR 101: A Resource for Teaching Social Constructivism in Introductory Classes". *International Studies Perspective* n.º 1, pp. 15-33.
- Ba, Alice (2006). "Who's Socializing Whom? Complex Engagement in Sino-ASEAN Relations". *The Pacific Review* n.º 2, pp. 157-179.
- Bajoria, Jayshree (2008). "The US-India Nuclear Deal". *Council on Foreign Affairs Backgrounder*. Disponível em <http://www.cfr.org/india/us-india-nuclear-deal/p9663>.
- Baker, James (1992). "America in Asia: Emerging Architecture for a Pacific Community". *Foreign Affairs* n.º 5, pp. 1-18.
- Baohui, Zhang (2010). "Chinese Foreign Policy in Transition: Trends and Implications". *Journal of Current Chinese Affairs* n.º 2, pp. 39-68.
- Barmé, Geremie (2009). "China's Flat Earth: History and 8 August 2008". *The China Quarterly* n.º 197, pp. 64-86.
- Berger, Thomas (2000). "Set for Instability? Prospects for Conflict and Cooperation in East Asia". *Review of International Studies* n.º 3, pp. 405-428.
- Blanchard, Ben (2011). "U.S.-China Tension Spills over into Asia Summit". *Reuters*, November 18<sup>th</sup>. Disponível em <http://www.reuters.com/article/2011/11/18/us-asia-summit-idUSTRE7AG2OD20111118>.
- Blanchard, Jean-Marc (2006). "China's Peaceful Rise and Dino-Japanese Territorial and Maritime Tensions" em Sujian Zhao (ed), *China's Peaceful Rise in the 21<sup>st</sup> Century*. London: Ashgate, pp. 211-236.
- Boswell, Mattew (2009). "Media Relations in China's Military: The Case of the Ministry of National Defense Information Office". *Asia Policy* n.º 8, pp. 97-120. Disponível em [http://www.nbr.org/publications/asia\\_policy/preview/AP8\\_china](http://www.nbr.org/publications/asia_policy/preview/AP8_china).

- Brady, Anne-Marie (2009). “The Beijing Olympics as a Campaign of Mass Distraction”. *The China Quarterly* n.º 197, pp. 1-24.
- Brooks, Stephen e William Wohlforth (2005). “Hard Times for Soft Balancing”. *International Security* n.º 1, pp. 72-108.
- Brownell, Susan (2008). *Beijing's Games: What the Olympics Mean to China*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Brzezinski, Zbigniew (1998). *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.
- Buckley, Chris (2011). “China Looks across Asia and sees new threats”. *Reuters*, 10 de novembro. Disponível em <http://www.reuters.com/article/2011/11/10/us-china-asia-idUSTRE7A91CY20111110>.
- Busan, Barry, Ole Waever e Jaap de Wilde (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner.
- Bush, Richard (2005). *Untying the Knot: Making Peace in the Taiwan Strait*. Washington: Brookings Institution Press.
- Bush, Richard e Michael O’Hanlon (2007). *A War Like no Other: The Truth about China’s Challenge to America*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Bush, Richard (2010). *The Perils of Proximity: China-Japan Security Relations*. Washington: Brookings Institution Press.
- Bull, Hedley (1977). *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- Cai, Jianwei (ed) (1996). *Zhongguo da zhanlue: lingdao shijie de lantu* (A Grande Estratégia da China: Um Modelo para uma Liderança Mundial). Haikou: Hainan chubanshe.
- Carlson, Allen (2005). *Unifying China, Integrating with the World: Securing Chinese Sovereignty in the Reform Era*. Stanford: Stanford University Press.
- Carlson, Allen (2006). “More than Just Say No: China’s Evolving Approach to Sovereignty and Intervention since Tiananmen”, em Alastair Iain Johnston e Robert Ross (eds), *New Directions in the Study of China’s Foreign Policy*. Stanford: Stanford University Press.
- Carrico, Alexandre (2001). “O Incidente com o EP-3: ou Quando a Águia e o Dragão Colidem”. *Revista Militar* n.º 6/7, pp. 543-563.
- Carrico, Alexandre (2002). “As Consequências Geopolíticas para Pequim dos Atentados de 11 de Setembro: Uma Análise Regional”. *Nação e Defesa* n.º 103, pp. 181-209.
- Carrico, Alexandre (2003). “Lendo Folhas de Chá Chinês: Tentando Aferir a Dimensão do Orçamento de Defesa da República Popular da China e as Atividades Comerciais do Exército Popular de Libertação em Prol do Mesmo”, em Adriano Moreira e Pinto Ramalho (eds), *Estratégia*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, pp. 355-418.
- Carrico, Alexandre (2005). “O Embargo de Armas à China: Motivações e Vulnerabilidades”. *Revista Militar*. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=293>.
- Carrico, Alexandre (2006). *De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégias de Defesa Territorial da República Popular da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio.

- Carricho, Alexandre (2008). “A Multipolaridade da Ordem Pós-americana”. *Revista Militar* n.º 2482. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=345>.
- Carricho, Alexandre (2010). “O Exército Popular de Libertação em Operações de Socorro e Emergência: O Caso dos Nevões de Janeiro/ Fevereiro de 2008”. *Nação e Defesa* n.º 125, pp. 129-155.
- Carricho, Alexandre (2011). “A Geopolítica das Linhas de Transportes na Ásia: Uma Incursoão Analítica”. *Revista Militar* n.º 2511. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=645>.
- Carricho, Alexandre (2012a). “O Processo de Sucessão na Coreia do Norte e a Reação da China Face à Morte de Kim Jong-il”. *IDN Brief*, janeiro. Disponível em [http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief\\_janeiro2012.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_janeiro2012.pdf).
- Carricho, Alexandre (2012b). “As Perceções de (In)segurança Sino-Americanas: Causas e Impacto no Contexto Asiático” em Isabel Nunes (ed), *Perspetivas sobre a Segurança Internacional*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, Imprensa Nacional Casa da Moeda (no prelo).
- CCTV-1 (2006). “PRC’s Premier Wen Jiabao News Conference”. *Foreign Broadcast Information Service* (FBIS), 14 de março de 2006, FBIS-CPP20060314070001. Disponível em: <https://www.lexisnexis.com>.
- Chan, Steve (2005). *Soft Deterrence, Passive Resistance: American Lenses, Chinese Lessons*. Disponível em <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=21245>
- Chance, Giles (2010). *China and the Credit Crisis: The Emergence of a New World Order*. New York: Wiley.
- Chang, Gordon (2001). *The Coming Collapse of China*. New York: Random House.
- Chang, Maria Hsia (2001). *Return of the Dragon: China’s Wounded Nationalism*. Boulder: Westview Press.
- Chang, Maria Hsia (2004). *Falun Gong: The End of Days*. New Haven: Yale University Press.
- Chanlett-Avery, Emma e Bruce Vaugh (2008). *Emerging Trends in the Security Architecture in Asia: Bilateral and Multilateral Ties Among the United States, Japan, Australia, and India*. CRS, January. Disponível em <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL34312.pdf>.
- Chellaney, Brahma (2010). *Asian Juggernaut*. New York: Harper.
- Chen, Dongxiao (2002). “New Approach to Old Puzzle: Constructivist Challenge to the Debate on East Asian Security in the 21<sup>st</sup> Century”. Disponível em <http://www.sis.org.cn/english/journal/dxchen.htm>.
- Chen, Peiyao e Xia Liping (2004). *Xin Shiji Jiyuqi yu Zhongguo Guoji Zhanlue* (O Período de Oportunidade no Novo Século e a Estratégia Internacional da China). Beijing: Time Publishers.
- Cheng, Dean (2011). “Chinese Lessons from Gulf Wars” em Andrew Scobell, David Lai, Roy Kamphausen (eds), *Chinese Lessons from Other People’s Wars*. Carlisle Barracks, Strategic Studies Institute. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1090.pdf>

- Chien-peng, Chung (2004). “The Shanghai Cooperation Organization: China’s Influence in Central Asia”. *The China Quarterly* n.º 180, pp. 989-1009.
- Chilton, Paul (1996). *Security Metaphors: Cold War Discourse from Containment to Common House*. New York: P. Lang.
- China Association for Cultic Studies (2009). *Handbook of Falun Gong Issue*. Beijing: Popular Science Press.
- China Daily (2007). “Ideological and Theoretical Basis of the CPC”. Disponível em [http://chinadaily.com.cn/china/2007-07/10/content\\_5424228.htm](http://chinadaily.com.cn/china/2007-07/10/content_5424228.htm).
- China Daily (2010a). “China doing all it can in global affairs” (entrevista de Yang Jiechi ao *China Daily* antes da reunião do Congresso Nacional do Povo), 1 de março. Disponível em [http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-03/01/content\\_9515365.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-03/01/content_9515365.htm)
- China Report (2002). “China’s Position Paper on the New Security Concept”. *China Report* n.º 1, July 31st.
- Chiu, Hungdah (1989). *Chinese Attitude toward International Law of Human Rights in the Post-Mao Era*. Baltimore: University of Maryland School of Law.
- Christensen, Thomas (2005). “Windows and War: Trend Analysis and Beijing’s Use of Force”, em Alastair Johnston e Robert Ross (eds), *New Directions in the Study of China’s Foreign Policy*. Stanford: Stanford University Press.
- Christensen, Thomas (2006). “Coercive Contradictions: Zhanyixue, PLA Doctrine, and Taiwan Scenarios” em James Mulvenon e David Finkelstein (eds), *China’s Revolution in Doctrinal Affairs: Emerging Trends in the Operational Art of the Chinese People’s Liberation Army*. Alexandria: CNA Corporation. Disponível em <http://www.cna.org/documents/doctrinobook.pdf>.
- Christensen, Thomas (2011). “The Advantages of an Assertive China”. *Foreign Affairs* n.º 2, pp. 54-67.
- Chu, Shulong (1999). “Zhongguo de guojia liyi, guojia lilian, he guojia zhanlue” (Interesses nacionais, Poder Nacional e Estratégia Nacional da China). *Zhanlue yu Guanli* (Gestão e Estratégia) n.º 4, pp. 1-21.
- Clegg, Jenny (2009). *China’s Global Strategy: Towards a Multipolar World*. London: Pluto Press.
- Clinton, Hillary (2011). “America’s Pacific Century”. *Foreign Policy*. Disponível em [http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas\\_pacific\\_century](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century).
- Cliff, Roger, Abram Shulsky, Zalmay Khalilzad, Daniel Byman e David Orletsky (1999). *The United States and a Rising China: Strategic and Military Implications*. Santa Monica: RAND.
- Cohen, William e Maurice Greenberg (2009). *Smart Power in U.S.-China Relations: A Report of the CSIS Commission on China*. Disponível em [http://www.csis.org/media/csis/pubs/090304\\_mcgiffert\\_uschinasmartpower\\_web.pdf](http://www.csis.org/media/csis/pubs/090304_mcgiffert_uschinasmartpower_web.pdf)
- Copeland, Dale (2000). “The Constructivism Challenge to Structural Realism: A Review Essay”. *International Security* n.º 2, pp. 187-212.
- Collins, Alan (2004). “State-induced Security Dilemma: Maintaining the Tragedy”. *Cooperation and Conflict: Journal of Nordic International Studies Association* n.º 1, pp. 27-44.

- Cossa, Ralph e Brad Glosserman (2007). “Renewed Hope in the Year of the Golden Pig”. *Comparative Connections* n.º 1. Disponível em [http://csis.org/files/media/csis/pubs/0701q\\_overview.pdf](http://csis.org/files/media/csis/pubs/0701q_overview.pdf).
- Craig, Susan (2007). *Chinese Perceptions of Traditional and Nontraditional Security Threats*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/pub765.pdf>.
- Cui, Tiankai (2005). “Zhongguo daibiao chanshu xinanquanguan, chengbu xunqiu paitaxing zhan-lue liyi” (Representante Chinês explica o novo conceito de segurança proclamando a não inclinação para a prossecução de interesses estratégicos exclusivos”. Disponível em <http://news.sina.com.cn/2005-06-05-00106081722s.shtml>, June 5th.
- Curtis, Lisa e Derek Scissors (2012). “The Limits of the Pakistan-China Alliance”. *Background* n.º 2641. Heritage Foundation, pp. 1-12. Disponível em [http://thf\\_media.s3.amazonaws.com/2012/pdf/B2641.pdf](http://thf_media.s3.amazonaws.com/2012/pdf/B2641.pdf).
- Das, Rup Narayan (2010). “India-China Defence Cooperation and Military Engagement”. *Journal of Defense Studies* n.º 4, pp. 108-121.
- Debrix, François (2003). *Language, Agency and Politics in Constructed World*. Armonck: M.E. Sharpe.
- deGraffenreid, Kenneth (1999): *The Cox Report: The Unanimous and Bipartisan Report of the House Select Committee on U.S. National Security and Military Commercial Concerns with the People's Republic of China*. Washington: Reignery.
- Deng, Xiaoping (1993). *Deng Xiaoping Wenxuan* (Estudos Seleccionados de Deng Xiaoping), vol. 3. Beijing: Renmin Chubanshe.
- Denmark, Abraham e James Mulvenon (eds) (2010). *Contested Commons: The Future of America Power in a Multipolar World*. Center for a New American Security. Disponível em [http://www.cnas.org/files/documents/publications/snas\\_contested\\_commons\\_1.pdf](http://www.cnas.org/files/documents/publications/snas_contested_commons_1.pdf)
- Deutch, John, Harold Brown e John White (2000). “National Missile Defense: Is There Another Way?”. *Foreign Policy* n.º 119, pp. 91-100.
- Dittmer, Lowell (2001). “The Sino-Russian Strategic Partnership”. *Journal of Contemporary China* n.º 28, pp. 399-413.
- Donahue, Ray e Michael Prosser (1997). *Diplomatic Discourse: International Conflict at the United Nations, Addresses and Analysis*. Connecticut: Anlex Publishing Corp.
- Doyon, Jérôme (2011). “Strengthening the SCO” em François Godement (ed), *The New Great Game in Central Asia*. *China Analysis*, European Council on Foreign Relations. Disponível em [http://www.ecfr.eu/page/-/China%20Analysis\\_The%20new%20Great%20Game%20in%20Central%20Asia\\_September2011.pdf](http://www.ecfr.eu/page/-/China%20Analysis_The%20new%20Great%20Game%20in%20Central%20Asia_September2011.pdf), pp. 3-5.
- Dyer, Gwayne (2006). “The Threat of a ‘Normal Japan’”. *South China Morning Post*, October 2<sup>nd</sup>.
- Eberhard, John (2008). *Socialized or Calculated Interests? Analysing China's Regional Policy through Constructivist and Rationalist Perspectives*. Georgia State University Papers.
- Eckholm, Erik (2000). “China Army Renews Threat Against Taiwan Separatism”. *New York Times*, March 7<sup>th</sup>. Disponível em <http://www.nytimes.com/2000/03/07/>

- world/china-army-renews-threat-against-taiwan-separatism.html.
- Economy, Elisabeth e Michel Oksenberg (1998). *China Joins the World: Progress and Prospects*. Washington: Council on Foreign Relations Press.
- Emmott, Bill (2008). *Rivals: How the Power Struggle Between China, India and Japan Will Shape Our Next Decade*. Orlando: Harcourt.
- Evans, Graham e Jeffrey Newnham (1998). *The Penguin Dictionary of International Relations*. London: Penguin.
- Fairclough, Norman (1989). *Language and Power*. London: Longman.
- Fairclough, Norman (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fairclough, Norman (1995). *Media Discourse*. London: Arnold.
- Fairclough, Norman (2003). *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Change*. London: Routledge.
- Falk, Richard (2004). *The Declining World Order: America's Imperial Geopolitics*. New York: Routledge.
- Fei-Ling Wang (2005). "Preservation, Prosperity and Power: What Motivates China's Foreign Policy?". *Journal of Contemporary China* n.º 45, pp. 66-694.
- Feigenbaum, Evan (2003). *China's Techno-Warriors: National Security and Strategic Competition from the Nuclear to the Information Age*. Stanford, Stanford University Press.
- Finkelstein, David (2000). *China Reconsiders its National Security: The Great Peace and Development Debate of 1999*. Alexandria: CNA Corporation. Disponível em <http://www.cna.org/sites/default/files/D0014464.A1.pdf>
- Finkelstein, David e Kristen Gunness (eds) (2006). *Civil-Military Relations in Today's China: Swimming in a New Sea*. Armonck: M.E. Sharpe.
- Finnemore, Martha (1996). *National Interests in International Society*. Ithaca: Cornell University Press.
- Finnemore, Martha e Kathryn Sikkink (1998). "International Norm Dynamics and Political Change". *International Organization* n.º 52, pp. 887-918.
- Fravel, M. Taylor (2008). *Strong Borders, Secure Nation: Cooperation and Conflict in China's Territorial Disputes*. New Jersey: Princeton University Press.
- Friedberg, Aaron (1993). "Ripe for Rivalry: Prospects for Peace in a Multipolar Asia". *International Security* n.º 3, pp. 5-33.
- Friedberg, Aaron (2011). *A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: W.W. Norton.
- Frieman, Wendy (2004). *China, Arms Control and Proliferation*. London: Routledge.
- Friedman, Edward (2006). "Taiwan's Independence Plot". *Issues and Studies* n.º 4, pp. 67-95.
- Foot, Rosemary e Andrew Walter (2011). *China, United States, and Global Order*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Foucault, Michel (1972). *The Archaeology of Knowledge*. New York: Pantheon.
- Foucault, Michel (1980). "Truth and Power" em Colin Gordon (ed), *Power and Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. New York: Harvester.

- Foucault, Michel (1995). *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. New York: Vintage Books.
- Foucault, Michel (2003). “The Subject and Power” em P. Rabinow e N. Rose (eds), *The Essential Foucault: Selections from the Essential Works of Foucault 1964-1984*. New York: The New Press, pp. 126-444.
- Gallagher, Mary (2005). “China in 2004: Stability above All”. *Asian Survey* n.º 1, pp. 21-32.
- Garver, John (1997). *Face Off: China, the United States, and Taiwan’s Democratization*. Washington: University of Washington Press.
- Garver, John (2001). “The Restoration of Sino-Indian Comity Following India’s Nuclear Tests”. *The China Quarterly* n.º 168, pp. 865-889.
- Garver, John (2001a). *Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century*. Seattle: University of Washington Press.
- Garver, John (2006). “China’s Decision for War with India in 1962” em Allastair Iain Johnston e Robert Ross (eds), *New Directions in the Study of China’s Foreign Policy*. Stanford: Stanford University Press.
- Giddens, Anthony (1979). *Central Problems in Social Theory*. Berkeley: University of California Press.
- Gill, Bates e James Reilly (2000). “Sovereignty, Intervention and Peacekeeping: The View from Beijing”. *Survival* n.º 3, pp. 41-59.
- Gill, Bates e Michael Schiffer (2009). “A Rising China’s Rising Responsibilities” em Michael Schiffer e David Schorr (ed), *Power and Principles*. Lanham: Lexington Books, pp. 99-124.
- Gill, Bates (2010). *Rising Star: China’s New Security Diplomacy*. Washington: Brookings Institution Press.
- Gilpin, Robert (1993). *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Glaser, Bonnie e Philip Saunders (2002). “Chinese Civilian Foreign Policy Research Institutes: Evolving Roles and Increasing Influence”. *The China Quarterly* n.º 171, pp. 597-616.
- Glaser, Bonnie (2007). “Old and New Challenges: ASAT Test, Taiwan, and Trade”. *Comparative Connections* n.º 1. Disponível em [http://csis.org/files/media/csis/pubs/0701qus\\_china.pdf](http://csis.org/files/media/csis/pubs/0701qus_china.pdf).
- Glaser, Bonnie e Evan Medeiros (2007). “The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of ‘Peaceful Rise’”. *The China Quarterly* n.º 190, pp. 291-310.
- Glaser, Bonnie (2011). *A Shifting Balance: Chinese Assessments of U.S. Power*. Center for Strategic and International Studies (CSIS). Disponível em [http://csis.org/files/publication/110613\\_glaser\\_CapacityResolve\\_web.pdf](http://csis.org/files/publication/110613_glaser_CapacityResolve_web.pdf)
- Glaser, Charles (2011). “Will China’s Rise Lead to War?”. *Foreign Affairs* n.º 2, pp. 80-91.
- Global Times (2010). Editorial, 26 de julho. Disponível em <http://opinion.globaltimes.cn/editorial/2010-07/555723.html>
- Godement, François (2011). *China Analysis: China Debates its Global Strategy*. Europe-

- an Council on Foreign Relations. Disponível em [http://www.ecfr.eu/page/-/China%20Analysis\\_China%20debates%20its%20global%20strategy\\_April2011.pdf](http://www.ecfr.eu/page/-/China%20Analysis_China%20debates%20its%20global%20strategy_April2011.pdf)
- Golstein, Joshua (1988). *Long Cycles: Prosperity and War in the Modern Age*. New Haven: Yale University Press.
- Goldstein, Avery (1997). “Great Expectations: Interpreting China’s Arrival”. *International Security* n.º 3, pp. 36-73.
- Goldstein, Steven e Randall Schriver (2001). “An Uncertain Relationship: The United States, Taiwan and the Taiwan Relations Act”. *The China Quarterly* n.º 165, pp. 147-172.
- Goldstein, Avery (2005). *Rising to the Challenge: China’s Grand Strategy and International Security*. Stanford: Stanford University Press.
- Goldstein, Lyle (2011). “Resetting the U.S.-China Security Relationship”. *Survival* n.º 2, pp. 89-116.
- Godwin, Paul (2006). “China as a Major Asian Power: The Implications of Its Military Modernization (A View from the United States)” em Andrew Scobell e Larry Wortzel (eds), *Shaping China’s Security Environment: The Role of the People’s Liberation Army*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp. 105-135. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/59615417/Shaping-China-s-Security-Environment-The-Role-of-the-People-s-Liberation-Army>.
- Goh, Evelyn (2007). “Great Power and Hierarchical Order in Southeast Asia: Analyzing Regional Security Strategies”. *International Security* n.º 32, pp. 113-157.
- Goh, Evelyn (2011). *Japan, China, and the Great Power Bargain in East Asia*. London: University of London. Disponível em [http://www.eai.or.kr/data/bbs/eng\\_report/2011103118375220.pdf](http://www.eai.or.kr/data/bbs/eng_report/2011103118375220.pdf).
- Gramsci, Antonio (1971). *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. London: Lawrence & Wishart.
- Green, Michael e Patrick Cronin (eds) (1999). *The U.S.-Japan Alliance: Past, Present, and Future*. New York: Council on Foreign Relations.
- Greenfeld, Karl Taro (2006). *China Syndrome: The True Story of the 21<sup>st</sup> Century’s First Great Epidemic*. New York: Harpers Collins.
- Gries, Peter Hays (2004). *China’s New Nationalism: Pride, Politics, and Diplomacy*. Berkeley: University of California Press.
- Guo, Xiangang (2003). “Meiguo quanqiu zhanlue de zhongxin zhuanyi” (A Alteração das Prioridades Estratégicas dos Estados Unidos). *Guoji wenti yanjiu* (Questões Nacionais em Estudo) n.º 2.
- Guo, Xuetang (2003). “Zhuazhu zhanlue jiyu, bizhanlue fengxian” (Aproveitar as Oportunidades Estratégicas, Evitar Riscos Estratégicos). *Huanqiu Shibao* (Tempos Globais), September 21st. Disponível em <http://www.people.com.cn/GB/paper68/8525/800379.html>.
- Hachigan, Nina (2012). *Managing Insecurities Across the Pacific*. Washington: Center for American Progress. Disponível em [http://www.americanprogress.org/issues/2012/02/pdf/china\\_paranoid.pdf](http://www.americanprogress.org/issues/2012/02/pdf/china_paranoid.pdf).

- Hagmann, Pierre (2002). "Reflections on the Official Discourse Pertaining to China's Accession to the WTO". *China Perspectives* n.º 40, pp. 28-36.
- Halper, Stefan (2010). *The Beijing Consensus*. New York: Basic Books.
- Hastings, Justin (2011). "Charting the Course of Uyghur Unrest". *The China Quarterly* n.º 208, pp. 893-912.
- He, Qinglian (1999). *Xiandaibua de xianjing* (Armadilhas da Modernização). Beijing: Jinri chubanshe.
- He, Xin (1996). *Zhonghua faxing yu shijie weilai* (O Reavivar da China e o Futuro do Mundo). Chengdu: Sichuan renmin chubanshe (2 volumes).
- Herz, John (1959). *Political Realism and Political Idealism*. Chicago: University of Chicago Press.
- Heuer, Richard (1981). "Strategic Deception and Counter-deception: A Cognitive Process Approach". *International Studies Quarterly* n.º 2, pp. 294-327.
- Hiwatary, Nobuhiro (2005). "Japan in 2004: Courageous Koizumi Carries On". *Asian Survey* n.º 1, pp. 41-53.
- Holslag, Jonathan (2009). "The Persistent Military Security between China and India". *Journal of Strategic Studies* n.º 6. Disponível em [http://www.idsa.in/system/files/jds\\_4\\_4\\_rndas.pdf](http://www.idsa.in/system/files/jds_4_4_rndas.pdf).
- Holslag, Jonathan (2010). *Trapped Giant: China's Military Rise*. Adelphi Paper. London: International Institute for Strategic Studies.
- Hopf, Ted (2002). *Social Construction of International Politics*. Ithaca: Cornell University Press.
- Hu, Jintao (2005). "Written Speech by H.E. Hu Jintao President of the People's Republic of China at the High-level Plenary Meeting of the United Nations' 60th Session". People's Republic of China Ministry of Foreign Affairs. Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t213091.htm>
- Hu, Jintao (2006). "Gongchuan shanghai bezuo zizhi geng jia meibao de mingtian" (Criar juntos um amanhã mais brilhante para a SCO). *Renmin ribao* (Diário do Povo), June 16th.
- Huang, Shuofeng (1992). *Zhonghe guoli lun* (Um Estudo sobre o Poder Nacional Abrangente). Beijing: Zhongguo shehui kexue chubanshe.
- Huth, Paul (1997). "Reputations and Deterrence: A Theoretical and Empirical Assessment" *Security Studies* n.º 7, pp. 72-99.
- Ikenberry, John (2001). *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. New Jersey: Princeton University Press.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China (1993). The Taiwan Question and Reunification of China. Disponível em <http://www.china.org.cn/e-white/taiwan/index.htm>.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China (1995). *China: Arms Control and Disarmament*. Beijing. Disponível em <http://www.china.org.cn/e-white/army/index.htm>.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2003). *White Paper on China's Non-Proliferation Policy*. Disponível em <http://english.peopledaily.com.cn>.

- com.cn/200312/03/eng20031203\_129622.shtml.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2005). *China's Peaceful Development Road*. Disponível em <http://www.gov.cn/english/2005/Dec/152669.htm>.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2006a). *China's Africa Policy* que está disponível em [http://english.peopledaily.com.cn/200601/12/eng2006112\\_234894.html](http://english.peopledaily.com.cn/200601/12/eng2006112_234894.html).
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2006b). *China's Space Activities in 2006*. Disponível em <http://www.china.org.cn/english/features/book/183672.htm>
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China (2011). *White Paper on China's Peaceful Development*. Disponível em [http://www.gov.cn/english/official/2011-09/06/content\\_1941354.htm](http://www.gov.cn/english/official/2011-09/06/content_1941354.htm)
- Irvine, Roger (2010). "Primacy and Responsibility: China's Perception of its International Future". *China Security* n.º 3, pp. 23-42.
- Jacques, Martin (2009). *When China Rules the World: The End of the Western World and the Birth of a New Global Order*. London: Penguin.
- Jakobson, Linda e Dean Knox (2010). *New Foreign Policy Actors in China*. SIPRI Policy Paper n.º 26. Disponível em <http://books.sipri.org/files/PP/SIPRI26.pdf>.
- Jakobson, Linda, Paul Holtom, Dean Knox e Jingchao Peng (2011). *China's Energy and Security Relations with Russia: Hopes, Frustrations and Uncertainties*. SIPRI Policy Paper n.º 29. Disponível em <http://www.books.sipri.org/files/PP/SIPRI29.pdf>.
- Jeffrey, Simon (2003). "Key Quotes: Tony Blair's speech to US Congress". *The Guardian*, July 18<sup>th</sup>.
- Jervis, Robert (1976). *Perception and Misperception in International Politics*. New Jersey: Princeton University Press.
- Jervis, Robert (1978). "Cooperation under the Security Dilemma". *World Politics* n.º 30, pp. 167-214.
- Jervis, Robert, N. Lebow, e J. Stein (eds) (1985). *Psychology and Deterrence*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Jervis, Robert (2002). "Signaling and Perception: Drawing Inferences and Projecting Images" em Kristen Renwick (ed), *Political Psychology*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Jianwei, Wang (1999). "Managing Conflict: Chinese Perspectives on Multilateral Diplomacy and Collective Security" em Yong Deng e Fei-Ling Wang (eds), *In The Eyes of the Dragon: China Views the World*. Lanham: Rowman& Littlefield, pp. 73-96.
- Jiang, Zemin (2006). "*Yingzao youli zhanlue taishi, zengqiang guojia zhanlue nengli*" (Construir uma envolvente estratégica favorável, fortalecendo a capacidade estratégica nacional) em Jiang Zemin, *Jiang Zemin Wenxuan* (Trabalhos Seleccionados de Jiang Zemin), vol. 3. Beijing: Renmin Chubanshe, pp. 353-365.
- Jin-dong, Wan (2003). *China and India: Cooperation or Conflict?*. Boulder: Lynne Rienner.
- Johnston, Alastair Iain (1996). "The Prospects for Chinese Nuclear Force Modernization: Limited Deterrence versus Multilateral Arms Control". *The China Quarterly* n.º

146, pp. 548-576.

- Johnston, Alastair Iain (1998). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. Princeton: Princeton University Press.
- Johnston, Alastair Iain (1998). "International Structures and Chinese Foreign Policy" em Samuel Kim (ed), *China and the World: Chinese Foreign Policy faces the New Millennium*. Boulder: Westview Press, pp. 55-90.
- Johnston, Alastair Iain (1998a). "China's Militarized Interstate Dispute Behavior, 1949-192: A First Cut at the Data". *The China Quarterly* n.º 153, pp. 1-30.
- Johnston, Alastair Iain (2003). "Is China a Status Quo Power?". *International Security* n.º 4, pp. 5-56.
- Johnston, Alastair Iain (2008). *Social States: China in International Organizations, 1980-2000*. New Jersey: Princeton University Press.
- Jones, David e Michael Smith (2007). "Making Process, Not Progress: ASEAN and the Evolving East Asian Regional Order". *International Security* n.º 1, pp. 148-184.
- Kang, David (2009). *China Rising: Peace, Power, and Order in East Asia*. New York: Columbia University Press.
- Kanwal, Gurmit (2007). "China's New War Concepts for 21<sup>st</sup> Century Battlefields". *IPCS Issue Brief* n.º 48. Disponível em [http://www.ipcs.org/pdf\\_file/issue/1577903632IPCS-IssueBrief-N.º 48.pdf](http://www.ipcs.org/pdf_file/issue/1577903632IPCS-IssueBrief-N.º 48.pdf).
- Kaplan, Robert (2010). *Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power*. New York: Random House.
- Katzenstein, Peter (1996). *Cultural Norms and National Security*. Ithaca: Cornell University Press.
- Keller, William e Thomas Rawski (eds) (2007). *China's Rise and the Balance of Influence in Asia*. Pittsburgh: University of Pittsburgh.
- Kent, Ann (2000). "China's International Socialization: The Role of International Organization". *Global Governance* n.º 3, pp. 343-364.
- Kent, Ann (2010). *Beyond Compliance: China, International Organizations, and Global Security*. Stanford: Stanford University Press.
- Keohane, Robert (1984). *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. New Jersey: Princeton University Press.
- Kim, Samuel (1998). *China and the World: Chinese Foreign Policy Faces the New Millennium*. Boulder: Westview Press.
- Kimura, Hiroshi (2005). "Russia and the CIS in 2004: Putin's Offensive and Defensive Actions". *Asian Survey* n.º 1, pp. 5-66.
- Kiselycznyk, Michael e Philip Saunders (2010). *Assessing Chinese Military Transparency*. China Strategic Perspectives n.º 1. Washington: National Defense University Press. Disponível em <http://www.ndu.edu/inss/docUploaded/China%20FINAL.pdf>.
- Klare, Michael (2001). *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*. New York: Henry Holt.
- Kleinman, Arthur e James Watson (eds) (2006). *SARS in China: Prelude to Pandemic?*. Stanford: Stanford University Press.

- Kleveman, Lutz (2003). *The New Great Game: Blood and Oil in Central Asia*. New York: Grove Press.
- Kristof, Nicholas e Sheryl WuDunn (1995). *China Wakes: The Struggle for the Soul of a Rising Power*. New York: Vintage.
- Kuhn, Robert (2010). *How China's Leaders Think: The Inside Story of China's Reform and What it Means for the Future*. Singapore: John Wiley & Sons (Asia).
- Kurlantzick, Joshua (2008). *Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World*. New Haven: Yale University Press
- Kwong, Julia (1997). *The Political Economy of Corruption in China*. Armonck: M.E. Sharpe.
- Lampton, David (2001). "China's Foreign and National Security Policy-Making Process: Is it Changing, and Does it Matter?" em David Lampton (ed). *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform, 1978-2000*. Stanford: Stanford University Press, pp. 1-36.
- Lampton, David (2008). *The Three Faces of Chinese Power: Might, Money, and Minds*. Berkeley: University of California Press.
- Lampton, David (2010). *Power Constrained: Sources of Mutual Strategic Suspicion in U.S.-China Relations*. Seattle: National Bureau of Asian Research.
- Lanteigne, Marc (2007). *China and International Institutions: Alternate Paths to Global Power*. London: Routledge.
- Lanxin, Xiang (2005). "China's Eurasian Experiment". *Survival* n.º 2, pp. 109-121.
- Larsen, Henrik (1997). *Foreign Policy and Discourse Analysis*. London: Routledge.
- Larsen, Henrik (2004). "Discourse Analysis in the Study of European Foreign Policy" em En Ben Tora e Thomas Christiansen (eds), *Rethinking European Union Foreign Policy*. Manchester: Manchester University Press.
- Latham, Robert (1997). *The Liberal Moment: Modernity, Security, and the Making of Postwar International Order*. New York: Columbia University Press.
- Lee, John (2011). "China Still Has a Long Way to Go". *Asia-Pacific Bulletin* n.º 134, pp. 1-2. Disponível em [http://www.eastwestcenter.org/sites/default/files/private/apb134\\_0.pdf](http://www.eastwestcenter.org/sites/default/files/private/apb134_0.pdf).
- Leggro, Jeffrey (2005). *Rethinking the World: Great Power Strategies and International Order*. Ithaca: Cornell University Press.
- Lewis, John Wilson e Xue Litai (2006). *Imagined Enemies: China Prepares for Uncertain War*. Stanford: Stanford University Press.
- Levi, Michael e Charles Fergusonson (2006). *US-India Nuclear Cooperation: A Strategy for Moving Forward*. Council Special Report n.º 16. Disponível em <http://cfr.org/india/us-india-nuclear-cooperation/p10795>.
- Levy, Jack (2008). "Power Transition Theory and the Rise of China" em Robert Ross e Zhu Feng (eds), *China's Ascent: Power, Security and the Future of International Politics*. Ithaca: Cornell University Press, pp. 11-33.
- Li, Cheng (2001). "China in 2000". *Asian Survey* n.º 1, pp. 71-90.
- Li, Dongyan (2003). "A Chinese Perspective of UN Security Council Reform", em Wang Yizhou (ed), *Construction within Contradiction: Multiple Perspectives on the Relationship be-*

- tween China and International Organizations*. Beijing: China Development Publishing House.
- Li, Qingong e Wei Wei (1997). “The World Needs a New Security Concept”. *Jiefangjun bao* (Diário do Exército de Libertação), 24 de dezembro. Disponível em <https://www.lexisnexis.com>.
- Li, Rex (2009). *A Rising China and Security in East Asia: Identity Construction and Security Discourse*. London: Routledge.
- Lieber, Kier (2000). “Grasping the Technological Peace: The Offense-Defense Balance and International Security”. *International Security* n.º 1, pp. 71-104.
- Lieberthal, Kenneth (2003). *Governing China: From Revolution to Reform*. New York: W. W. Norton.
- Lin, Biao (1959). *The Party Commands the Gun*. Background Information on USSR-China. Open Society Archives. Disponível em <http://www.osaarchivum.org/files/holdings/300/8/3pdf./9-10-18.pdf>.
- Lin, Huisheng (2011). *A Política Externa e de Segurança e Defesa da República Popular da China*. Conferência realizada no Instituto da Defesa Nacional em 13 de abril (notas do autor).
- Liu, Mingfu (2010). *Zhongguo Meng: Hou Meiguo Shidaide* (O Sonho da China: A Era pós-Americana). Beijing: Zhongguo Youyi Chuban Gongsi.
- Lo, Bobo (2008). *Axis of Convenience: Moscow, Beijing, and the New Geopolitics*. Washington: Brookings Institution Press.
- Long, Xiaonong e Liu Ji’nan (2007). “Reflections on the Reform of the UN Security Council” em Wang Zhongchun e Chen Selin (eds), *World Security Environment*. Beijing: National Defense University, PLA, pp. 160-166.
- Lu, Ning (2001). “The Central Leadership, Supraministry Coordinating Bodies, State Council Ministries, and Party Departments” em David M. Lampton (ed), *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform, 1978-2000*. Stanford, Stanford University Press, pp. 39-60.
- Lukin, Alexander (2003). *The Bear Watches the Dragon: Russia’s Perceptions of China and the Evolution of Russian-Chinese Relations since the 18<sup>th</sup> Century*. Armonck: M.E. Sharpe.
- Ma, Zhengang (2007). “The Increasingly Eminent ‘China Factor’ in the International Framework” em Wang Zhongchun e Chen Selin (eds), *World Security Environment*. Beijing: National Defense University, PLA, pp. 25-30.
- Mann, James (2007). *The China Fantasy: Why Capitalism Will Not Bring Democracy to China*. London: Penguin Books.
- Manwaring, Max (2011). *The Strategic Logic of the Contemporary Security Dilemma*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/PUB1091.pdf>
- Masayuki, Masuda (2011). *China’s SCO Policy in the Regional Security Architecture*. Tokyo: Tokyo Foundation. Disponível em <http://www.tokyofoundation.org/en/articles/2010/china2019s-sco-policy>.
- Maxwell, Neville (1970). *India’s China War*. London: Jonathan Cape.

- Mearsheimer, John (2003). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton.
- Mearsheimer, John (2011). “Realists as Idealists”. *Security Studies* n.º 3, pp. 424-430.
- Medeiros, Evan (2001). *Ballistic Missile Defense and Northeast Asian Security: Views from Washington, Beijing, and Tokyo*. The Stanley Foundation and Center for Nonproliferation Studies. Disponível em <http://www.stanleyfoundation.org/publications/archive/BMD01.pdf>.
- Medeiros, Evan e Taylor Fravel (2003). “China’s New Diplomacy”. *Foreign Affairs* n.º 5. Disponível em <http://www.ou.edu/uschina/texts/FravelMedeiros2003NewDiplomacy.pdf>.
- Medeiros, Evan (2006). “Strategic Hedging and the Future of Asia-Pacific Stability”. *The Washington Quarterly* n.º 29. Disponível em: [http://www.twq.com/06winter/docs/06winter\\_medeiros.pdf](http://www.twq.com/06winter/docs/06winter_medeiros.pdf).
- Merton, Robert (1957). *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press.
- Mi, Zhenyu (2001). *Guijia anquan zhanlue lunwen ji* (Coleção de Ensaios sobre a Estratégia de Segurança do Estado). Beijing: Zhongguo shehui kexue chubanshe.
- Miles, James (2000). “Chinese Nationalism, US Policy and Asian Security”. *Survival* n.º 4, pp. 51-71.
- Ming-Yen, Tsai (2003). *From Adversaries to Partners? Chinese and Russian Military Cooperation after the Cold War*. Westport: Praeger.
- Ministry of Commerce People’s Republic of China (2012). “China to Purchase 48 Fighters from Russia”. Disponível em <http://www.mofcom.gov.cn/aarticle/i/jyj1/m/201203/2012038007354.html>.
- Ministry of Foreign Affairs of Japan (1996). *Japan-U.S. Joint Declaration on Security: Alliance for the 21<sup>st</sup> Century*. Disponível em <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/security.html>.
- Ministry of Defense of Japan (2011). *Defense of Japan 2011*. Disponível em [http://www.mod.jp/e/publ/w\\_paper/2011.html](http://www.mod.jp/e/publ/w_paper/2011.html)
- Minohara, Toshihiro (2010). *Política de Defesa do Japão*. Conferência efetuada no Instituto da Defesa Nacional em 10 de novembro, e sessão sobre “Desafios de Segurança no Nordeste Asiático” ministrada na Universidade Autónoma de Lisboa, 16 de novembro (notas do autor).
- Ming, Wan (1999). “Human Rights and Democracy” em Yong Deng e Fei-Ling Wang (eds), *In The Eyes of the Dragon: China Views the World*. Lanham: Rowman& Littlefield, pp. 97-118.
- Ming, Wan (2006). *Sino-Japanese Relations: Interaction, Logic, and Transformation*. Washington: Woodrow Wilson Center Press.
- Mochizuki, Mike (2005). “China-Japan Relations: Downward Spiral or a New Equilibrium?” em David Shambaugh (ed), *Power Shift: China and Asia New Dynamics*. Berkeley: University of California Press, pp. 135-150.
- Modelski, George e William Thompson (1996). *Leading Sectors and World Powers: The Co-evolution of Global Economics and Politics*. Columbia: University of South Carolina Press.
- Monteiro, Nuno P. (2011). “Unrest Assured”. *International Security* n.º 3, pp. 9-40.

- Morrison, Ken (1995). *Marx, Durkheim, Weber: Formations of Modern Social Thought*. London: Sage.
- Mulvenon, James (2001). *Soldiers of Fortune: The Rise and Fall of the Chinese Military-Business Complex, 1978-1998*. Armonck: M.E. Sharpe.
- Mulvenon, James (2005). “The King is Dead! Long Live the King! The CMC Leadership Transition from Jiang to Hu”. *China Leadership Monitor* n.º 13. Hoover Institution. Disponível em <http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/3466>.
- Mulvenon, James (2006). “Ding, Dong, the Witch is Dead! Foreign Policy and Military Intelligence Assessments after the Retirement of General Xiong Guangkai”. *China Leadership Monitor* n.º 17. Hoover Institution. Disponível em [http://www.hoover.org/documents/clm17\\_jm.pdf](http://www.hoover.org/documents/clm17_jm.pdf).
- Mulvenon, James e David Finkelstein (eds) (2007). *China's Revolution in Doctrinal Affairs: Emerging Trends in the Operational Art of the Chinese People's Liberation Army*. Disponível em <http://www.defensengroupinc.com/cira/pdf/doctrinebook.pdf>
- Mulvenon, James (2009). “Chairman Hu and the PLA's 'New Historic Missions'”. *China Leadership Monitor* n.º 27. Disponível em [http://www.hoover.org/documents/clm27\\_jm.pdf](http://www.hoover.org/documents/clm27_jm.pdf).
- Naidu, G.V.C. (2011). *From "Looking" to Engaging: India and East Asia*. *Asie Visions* n.º 46. Paris: IFRI.
- Nan, Li (2003). “PLA Conservative Nationalism” em Stephen Flanagan e Michael Marti (eds), *The People's Liberation Army and China in Transition*. Washington: Institute for National Strategic Studies, pp. 69-89.
- Nan, Li (ed) (2006). *Civil-Military Relations: the Transformation of the People's Liberation Army*. London: Routledge.
- National Intelligence Center (2008). *Global Trends 2025: A Transformed World*. Washington: National Intelligence Council. Disponível em [http://www.dni.gov/nic/PDF\\_2025/2025\\_Global\\_Trends\\_Final\\_Report.pdf](http://www.dni.gov/nic/PDF_2025/2025_Global_Trends_Final_Report.pdf)
- Naughton, Barry (2004). “The Western Development Program” em Barry Naughton e Dali Yang (eds), *Holding China Together: Diversity and National Integration in the Post-Deng Era*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 253-295.
- Ni, Jianmin e Chen Zhishun (2003). *Zhongguo Guoji Zhanlue* (Estratégia Internacional da China). Beijing: Renmin Chubanshe.
- Nisbett, Richard (2003). *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently and Why*. New York: Free Press.
- Niu, Jufeng (1997). “Cultivate New National Security Concept, Advocate New Peacekeeping Mode”. *Jiefangjun bao* (Diário do Exército de Libertação), 27 de dezembro.
- NTI, *Global Security Newswire* (2011). “Pentagon Revises Prompt Global Strike Effort”. Disponível em [http://gsn.nti.org/gsn/nw\\_20110407\\_4669.php](http://gsn.nti.org/gsn/nw_20110407_4669.php).
- Nye, Joseph S. (2009). *Smart Power, the U.S. and the World*. Disponível em [http://www.csis.org/media/csis/pubs/issuesinsights\\_v09n03.pdf](http://www.csis.org/media/csis/pubs/issuesinsights_v09n03.pdf)
- Office of the National Counterintelligence Executive (2011). *Foreign Spies Stealing US Economic Secrets in Cyberspace: Report to Congress on Foreign Economic Collection and Industrial*

- Espionage, 2009-2011*. Disponível em [http://dni.gov./reports/20111103\\_report\\_fecie.pdf](http://dni.gov./reports/20111103_report_fecie.pdf)
- Odgaard, Liselotte (2007). *National Threat Perception: Survey Results from China*. Garnet Working Paper n.º 18.3. Disponível em [http://www.garnet-eu.org/fileadmin/documents/working\\_papers/1807/3%20China.pdf](http://www.garnet-eu.org/fileadmin/documents/working_papers/1807/3%20China.pdf).
- Ong, Russell (2007). “Peaceful Evolution, Regime Change and China’s Political Security”. *Journal of Contemporary China* n.º 53, pp. 717-727.
- Onuf, Nicholas (1989). *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press.
- Organski, A.F.K. e Jacek Kugler (1980). *The War Ledger*. Chicago: University of Chicago Press.
- Overholt, William (2008). *Asia, America, and the Transformation of Geopolitics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Overholt, William (2010). “China in the Global Financial Crisis: Rising Influence, Rising Challenges”. *The Washington Quarterly* n.º 1, pp. 21-34. Disponível em [http://twq.com/10january/docs/10jan\\_overholt.pdf](http://twq.com/10january/docs/10jan_overholt.pdf)
- Ownby, David (2010). *Falun Gong and the Future of China*. Oxford: Oxford University Press.
- Pan, Guang (2007). “A Chinese Perspective on the Shanghai Cooperation Organization” em Alyson Bailes, Pál Dunay, Pan Guang e Mikhail Troitskiy, *The Shanghai Cooperation Organization as a Regional Security Institution*. SIPRI Policy Paper n.º 17. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute. Disponível em <http://books.sipri.org/files/PP/SIPRI17.pdf>.
- Pan, Yihe e Yu Xiaofeng (2003). “China’s Cultural and Ethical Orientation in International Organizations” em Wang Yizhou (ed), *Construction within Contradiction: Multiple Perspectives on the Relationship between China and International Organizations*. Beijing: China Development Publishing House.
- Pape, Robert (2005). “Soft Balancing against the United States”. *International Security* n.º 1, pp. 7-45.
- Paul, T.V. (2005). “Soft Balancing in the Age of U.S. Primacy”. *International Security* n.º 1, pp. 46-71
- Pei, Minxin (2008). *China’s Trapped Transition: The Limits of Developmental Autocracy*. Cambridge: Harvard University Press.
- Peng, Guangqian e Yao Youzhi (eds) (1994). *Deng Xiaoping Zhanlue Sixiang Lun* (Pensamentos de Deng Xiaoping sobre Estratégia). Beijing: Jiefangjun Kexue Chubanshe.
- Peng, Guangqian e Yao Youzhi (2005). *The Science of Military Strategy*. Beijing: Military Science Press.
- Peng, Guangqian, Zhao Zhiyin e Luo Yong (2010). *China’s National Defense*. Singapore: Cengage Learning Asia.
- Peng, Guangqian (2011). “Shaojiang: Bu paichu youren liyingwaihe zhijie zhongguo de keneng xing” (Major-General Não Descarta a Possibilidade de Traidores ao Serviço dos EUA Poderem Desmembrar a China”. *Huanqiu shi bao* (*Global Times*), 26 de de-

- zembro. Disponível em <http://mil.huanqiu.com/Observation/2011-12/2289744.html>
- People's Daily (2003). "The falsehood of monopolar theory: commentary". Disponível em <http://English.peopledaily.com.cn>, July 30<sup>th</sup>.
- People's Daily (2003a). "China-U.S. relations can be even better: Qian". Disponível em [http://english.peopledaily.com.cn/200311/06/eng20031106\\_127713.shtml](http://english.peopledaily.com.cn/200311/06/eng20031106_127713.shtml), November 6<sup>th</sup>.
- People's Daily (2010). "China doing all it can in global affairs" (entrevista de Yang Jiechi ao *China Daily* antes da reunião do Congresso Nacional do Povo), 1 de março.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (1998). *China's National Defense in 1998*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/1998.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2000). *China's National Defense in 2000*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2000.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2002). *China's National Defense in 2002*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2002.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2004). *China's National Defense in 2004*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2004.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2006). *China's National Defense in 2006*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2006.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2008). *China's National Defense in 2008*. Beijing. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/2008.htm>.
- People's Republic of China Ministry of National Defense (2011). *China's National Defense in 2010*. Beijing. Disponível em [http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/31/c\\_13806851.htm](http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/31/c_13806851.htm).
- Permanent Mission of the People's Republic of China to the United Nations (1999). "Televised Speech by Hu Jintao, Vice-President of China, on NATO's Bombing of the Chinese Embassy in Yugoslavia". Disponível em <http://www3.itu.int/MISSIONS/China/HUJINTAO.html>.
- Petersen, Alexandros e Katinka Barysch (2011). *Russia, China and the Geopolitics of Energy in Central Asia*. Centre for European Reform. Disponível em [http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/rp\\_010-4118.pdf](http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/rp_010-4118.pdf).
- Pfeifer, Douglas (2011). "China, German Analogy, and the New Airsea Operational Concept". *Orbis* n.º 1, pp. 114-131.
- Pillsbury, Michael (ed) (1997). *Chinese Views of Future Warfare*. Carlisle Barracks: National Defense University. Disponível em <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/ndu/chinview/chinacont.html>.

- Pillsbury, Michael (2000). *China Debates the Future Security Environment*. Washington: National Defense University. Disponível em <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/ndu/chindebate/pills2.htm>
- Pillsbury, Michael (2005). *China Debates the Future Security Environment*. Honolulu: University Press of the Pacific.
- Posen, Barry (2003). “Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony”, *International Security* n.º 1, pp. 5-46.
- Puska, Susan (2005). “SARS 2002-2003: A Case Study in Crisis Management”, em Andrew Scobell e Larry Wortzel (eds), *Chinese National Security Decisionmaking Under Stress*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.
- Puska, Susan (2006). “Assessing America at War: Implications for China’s Military Modernization and National Security” em Andrew Scobell e Larry Wortzel (eds), *Shaping China’s Security Environment: The Role of the People’s Liberation Army*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, pp. 49-79.
- Pye, Lucian (1990). “China: Erratic State, Frustrated Society”. *Foreign Affairs* n.º 4, pp. 57-74.
- Qian, Qichen (2006). *Ten Episodes in China’s Diplomacy*. New York: Harper Collins.
- Qiao, Jiang (1999). “1997-1998 nian Zhongguo zhigong zhuangkuang baogao” (Relatório de 1997-1998 sobre as Condições dos Trabalhadores Chineses). *Zhongguo yu shijie* n.º 19 (Assuntos Nacionais).
- Qiao, Liang e Wang Xiangsui (1999). *Chao xian zhan* (Guerra sem Restrições). Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House.
- Quansheng, Zhao (1996). *Interpreting Chinese Foreign Policy*. Oxford: Oxford University Press.
- Raine, Sarah (2011). “Beijing’s South China Sea Debate”. *Survival* n.º 5, pp. 69-88.
- Ramo, Joshua Cooper (2004). *The Beijing Consensus*. London: Foreign Policy Centre.
- Ratner, Eli (2011). “The Emergent Security Threats Reshaping China’s Rise”. *The Washington Quarterly* n.º 1, pp. 29-44. Disponível em [http://www.twq.com/11winter/docs/11winter\\_Ratner.pdf](http://www.twq.com/11winter/docs/11winter_Ratner.pdf)
- Ren, Xiao (2007). “*Lun dongya fenhui yu Meiguo de guanxi?* (East Asian Summit e as suas relações com os Estados Unidos”. *Guoji Wenti Yanjiu* (Assuntos Internacionais) n.º 4, pp. 49-54.
- Renwick, Neil e Cao Qing (1999). “China’s Political Discourse Towards the 21st Century: Victimhood, Identity and Political Power”, *East Asia* n.º 4, pp. 111-143. Disponível em <http://www.psa.ac.uk/journals/pdf/5/1999/renwick.pdf>.
- Roberts, Brad (2003). *China and Ballistic Missile Defense: 1955 to 2002 and Beyond*. Institute for Defense Analyses. Disponível em <http://www.fas.org/nuke/guide/china/dctrine/bmd.pdf>.
- Ross, Robert (2006). “Explaining Taiwan’s Revisionist Diplomacy”. *Journal of Contemporary China* n.º 48, pp. 443-458.
- Ross, Robert (2010). “The Rise of Chinese Power and the Implications for the Regional Security Order”. *Orbis* n.º 3, pp. 525-545.

- Roy, Denny (2003). "China's Reaction to American Predominance". *Survival* n.º 3, pp. 57-78.
- Ruan, Zongze (2005). "Maintaining World Peace and Promoting Common Development--Formation and Rich Contents of Deng Xiaoping's Diplomatic Thought". *IR China*. Disponível em <http://www.irchina.org/en/xueren/china/view.asp?id=820>.
- Ruggie, John (1998). *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. London: Routledge.
- Rusten, Lynn (2010). *U.S. Withdrawal from the Antiballistic Missile Treaty*. CSWMD Case Studies Series 2. Disponível em <http://www.ndu.edu/press/lib/pdf/CSWMD-casestudies/casestudies-series2.pdf>.
- Sem autor (s.a.) (2011a). "What Does China Tell the World in Its Peaceful Development White Paper?". *Qinshi*, September 8<sup>th</sup>. Disponível em [http://www.qstheory.cn/lg/rpzm/gj/201109/t20110908\\_108915.htm](http://www.qstheory.cn/lg/rpzm/gj/201109/t20110908_108915.htm).
- s.a. (2011b). "The Dual Character of US Policy toward China". *People's Liberation Army Daily*, September 12<sup>th</sup>. Disponível em [http://www.mod.gov.cn/big5/opinion/2011-09/12/content\\_4297235.htm](http://www.mod.gov.cn/big5/opinion/2011-09/12/content_4297235.htm).
- s.a. (2011c). "Zhongguo ruhe chuli yu TPP de?" (Como é que a China deve lidar com a TPP?). *Xuexi shi bao* (Tempos de Estudo), 19 de dezembro. Disponível em [http://www.studytimes.com.cn:9999/epaper/xxsb/html/2011/12/19/02/02\\_31.htm](http://www.studytimes.com.cn:9999/epaper/xxsb/html/2011/12/19/02/02_31.htm).
- Sanderson, Tom (2001). *Chinese Perspectives on US Ballistic Missile Defense: A Report on the Stimson Center Fellowship in China*. Disponível em <http://www-stimson.org/images/uploads/research-pdfs/chineseperspectives.pdf>.
- Sasaki, Tomonori (2010). "China Eyes the Japanese Military: China's Threat Perception of Japan since the 1980's". *The China Quarterly* n.º 203, pp. 560-580.
- Saunders, Philip e Ross Rustici (2011). *Chinese Military Transparency: Evaluating the 2010 White Paper*. Strategic Forum n.º 269, National Defense University. Disponível em <http://www.ndu.edu/press/lib/pdf/StrForum/SF-269.pdf>.
- Schelling, Thomas (1966). *Arms and Influence*. New Haven: Yale University Press.
- Scobell, Andrew (2003). *China's Use of Military Force: Beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scobell, Andrew e Larry Wortzel (eds) (2005). *Chinese National Security Decisionmaking under Stress*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.
- Simon, Sheldon (2007). *ASEAN and its Security Offspring: Facing New Challenges*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.
- Singh, Swaran (1998). "China's Floods: PLA's Largest Operation Ever". *IDSIA Report*. Disponível em <http://www.idsia-india.org/an-oct8-6.html>.
- Sinha, Radha (2003). *Sino-American Relations: Mutual Paranoia*. London: Palgrave Macmillan.
- Schelling, Thomas (1966). *Arms and Influence*. New Haven: Yale University Press.
- Shambaugh, David (1999). "China's Military Views the World: Ambivalent Security". *International Security* n.º 3, pp. 52-79.

- Shambaugh, David (2002). *Modernizing China's Military: Progress, Problems and Prospects*. Berkeley: University of California Press.
- Shambaugh, David (2002). "China's International Think Tanks: Evolving Structure and Process". *The China Quarterly* n.º 171, pp. 575-596.
- Shambaugh, David (2004). "China Engages Asia: Reshaping the Regional Order". *International Security* n.º 3, pp. 64-99.
- Shambaugh, David (2008). *China's Communist Party: Atrophy and Adaptation*. Washington: Woodrow Wilson Center Press.
- Shambaugh, David (2010). "Training China's Political Elite: The Party School System", *The China Quarterly* n.º 196, pp. 827- 844.
- Shen, Dingli (2007). "North Korea's Strategic Significance to China" em Wang Zhongchun e Chen Selin (eds), *World Security Environment*. Beijing: National Defense University, PLA, pp. 96-104.
- Shirk, Susan (2004). "One-Sided Rivalry: China's Perceptions and Policies Toward India" em Francine Frankel e Harry Harding (eds), *The India-China Relationship: What the United States Needs to Know*. New York: Columbia University Press.
- Shirk, Susan (2007). *China: Fragile Superpower*. Oxford: Oxford University Press.
- Shulan, Ye (2010). *China's Regional Policy in East Asia and its Characteristics*. Discussion Paper n.º 66. Nottingham: The University of Nottingham, China Policy Institute. Disponível em <http://www.nottingham.ac.uk/cpi/documents/discussion-papers/discussion-paper-66-china-regional-policy-shulan-ye.pdf>.
- Shulsky, Abram (2000). *Deterrence Theory and Chinese Behavior*. Santa Monica: RAND.
- Shunji, Cui e Jia Li (2011). "(De)securitizing Frontier Security in China: Beyond the Positive and Negative Debate". *Cooperation and Conflict* n.º 2, pp. 144-165.
- Smith, Warren (2010). *Tibet's Last Stand? The Tibetan Uprising of 2008 and China's Response*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Snyder, Jack (1984). *The Ideology of the Offensive: Military Decision Making and the Disasters of 1914*. Ithaca: Cornell University Press.
- Sprout, Harold e Margaret Sprout (1956). *Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics*. Princeton: Center of International Studies.
- Stein, Arthur (1982). "When Misperception Matters". *World Politics* n.º 4, 505-526.
- Stiglitz, Joseph (2002). *Globalization and Its Discontents*. London: Penguin.
- Storey, Ian (2007). *The United States and ASEAN-China Relations: All Quiet on the Southeast Asian Front*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.
- Storey, Ian (2011). "China's Defense Diplomacy in Southeast Asia" em Bhubhindar Singh e See Seng Tan (eds), From "Boots" to "Brogues". *The Rise of Defence Diplomacy in Southeast Asia*. Singapore: S. Rajaratnam School of International Studies.
- Stratfor (2011). "Japan: Territorial Defense Priority over Economic Ties". August 10<sup>th</sup>.
- Su, Hao (2000). "Zhongguo wajiaao de 'huoban guanxi' kuangjia" (O Enquadramento da Diplomacia de Parcerias da China). *Shijie Shiwu* (Assuntos Mundiais) n.º 5, pp. 18-29.
- Suettinger, Robert (2004). "The Rise and Descent of 'Peaceful Rise'". *China Leadership Monitor* n.º 12. Disponível em <http://media.hoover.org/sites/default/files/docu->

ments/clm12\_rs.pdf

- Suh, J., Peter Katzenstein e Allen Carlson (eds). (2004). *Rethinking Security in East Asia: Identity, Power and Efficiency*. Stanford: Stanford University Press.
- Suisheng, Zhao (2004). *A Nation State by Construction: Dynamics of Modern Chinese Nationalism*. Stanford: Stanford University Press.
- Sullivan, Jonathan e Will Lowe (2010). “Chen Shui-bian: On Independence”. *The China Quarterly* n.º 203, pp. 619-638.
- Sutter, Robert (2005). *China's Rise in Asia: Promise and Perils*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Sutter, Robert (2007). “Cebu Meetings, UN Veto on Myanmar”. *Comparative Connections* n.º 1. Disponível em [http://csis.org/files/media/isis/pubs/0701qchina\\_seasia.pdf](http://csis.org/files/media/isis/pubs/0701qchina_seasia.pdf).
- Swaine, Michael (1998). *The Role of the Chinese Military in National Security Policymaking*. Santa Monica: RAND.
- Swaine, Michael e Ashley Tellis (2000). *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica: RAND.
- Swaine, Michael (2004). “China: Exploiting a Strategic Opening” em Ashley Tellis e Michael Wills (eds), *Strategic Asia 2004-05: Confronting Terrorism in the Pursuit of Power*. Washington: National Bureau of Asia Research, pp. 67-102.
- Swaine, Michael, Zhang Tuosheng e Danielle Cohen (eds) (2006). *Managing Sino-American Crises: Case Studies and Analysis*. Washington: Carnegie Endowment for Peace.
- Swaine, Michael (2011). “China's Assertive Behavior – Part One: On ‘Core Interests’”. *China Leadership Monitor* n.º 34. Disponível em [http://carnegieendowment.org/files/CLM34MS\\_FINAL.pdf](http://carnegieendowment.org/files/CLM34MS_FINAL.pdf).
- Swaine, Michael (2011a). *America's Challenge: Engaging a Rising China in the Twenty-First Century*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Tai Ming, Cheung (2001). “The Influence of the Gun: China's Central Military Commission and Its Relationship with the Military, Party and State Decision-Making Systems” em David M. Lampton (ed), *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform*. Stanford: Stanford University Press, pp. 61-90.
- Tai Ming, Cheung (2001a). *China's Entrepreneurial Army*. Oxford: Oxford University Press.
- Takahara, Akio (2011). *Issues and Future Prospects for Japan-China Relations*. Disponível em <http://www.tokyofoundation.org/en/articles/2011/Japan-China-Relations>.
- Tammen, Ronald (2000). *Power Transitions: Strategies for the 21<sup>st</sup> Century*. London: Chatham House.
- Tang, Xiaosong (2008). “*San qiang gong zhi dong ya quy yu di biran xuanze*” (A Estratégia Inevitável das Grandes Potências Conducente a um Processo de Integração Regional no Leste da Ásia”. *Xiandai Guoji Guanxi* (Assuntos Internacionais Contemporâneos) n.º 1, pp. 10-15.
- Tannenwald, Nina (2005). “Ideas and Explanation: Advancing the Research Agenda”, *The Journal of Cold War Studies* n.º 2, pp. 13-42.
- The White House (2002). *The Nuclear Posture Review 2002*. Disponível em <http://www.bits.de/NRANEU/docs/Nprexc.pdf>

- The White House (2002). *The National Security Strategy*. Disponível em <http://georgew-bush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/>
- The White House (2012). *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21<sup>st</sup> Century Defense*. Disponível em [http://www.defense.gov/news/Defense\\_Strategic\\_Guidance.pdf](http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf).
- Tong, James (2002). "An Organizational Analysis of the *Falun Gong*: Structure, Communications, Financing". *The China Quarterly* n.º 171, pp. 575-596.
- Trenin, Dmitri (2012). *True Partners? How Russia and China See Each Other*. Centre for European Reform. Disponível em [http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2012/rp\\_065-4622.pdf](http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2012/rp_065-4622.pdf).
- Trubnikov, Vyacheslav (2012). "Defense and Security Policies of the Russian Federation". *Nação e Defesa* n.º 131 (no prelo).
- Tucker, Nancy Bernkopf (2002). "If Taiwan Chooses Unification, Should the United States Care?". *The Washington Quarterly* n.º 3, pp. 15-28. Disponível em <http://www.twq.com/02summer/tucker.pdf>
- Tucker, Nancy Bernkopf (2009). *Strait Talk: United States-Taiwan Relations and the Crisis with China*. Cambridge: Harvard University Press.
- Tucker, Nancy Bernkopf e Bonnie Glaser (2011). "Should the United States Abandon Taiwan?". *The Washington Quarterly* n.º 4, pp. 23-37. Disponível em [http://www.twq.com/11autumn/docs/11autumn\\_tucker\\_glaser.pdf](http://www.twq.com/11autumn/docs/11autumn_tucker_glaser.pdf).
- Turner, Michael (2003). "Beijing's UN envoy defends decision to back compromise resolution on Iraq". *Financial Times*, October 19<sup>th</sup>.
- Urayama, Kori (2004). "China Debates Missile Defence". *Survival* n.º 2, pp. 123-142.
- U.S. Department of Defense (2011). *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2011*. Disponível em [http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2011\\_cmpr\\_final.pdf](http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2011_cmpr_final.pdf).
- United States-China Economic and Security Review Commission (2011). *China's Narratives Regarding National Security Policy*. Washington. Disponível em <http://uscc.gov>.
- United States-China Economic and Security Review Commission (2011). *China's Active Defense Strategy and its Regional Impact*. Washington. Disponível em <http://uscc.gov>.
- Van Ness, Peter (2005). "Conclusion", em Mel Gurtov e Peter Van Ness (eds), *Confronting the Bush Doctrine: Critical Views from Asia-Pacific*. London: Routledge.
- Vertzberger, Yaacov (1990). *The World in Their Minds: Information Processing, Cognition, and Perception in Foreign Policy Decision Making*. Stanford: Stanford University Press.
- Xiao, Qiang (2010). "The Rise of Online Public Opinion and Its Political Impact" em Susan Shirk (ed), *Changing Media, Changing China*. Oxford, Oxford University Press, pp. 202-224.
- Xiaobo, Lu (2000). *Cadres and Corruption: The Organizational Involvement of the Chinese Communist Party*. Stanford: Stanford University Press.
- Xiaofei, Lu (2002). "Discourse and Ideology: The Taiwan Issue in the Chinese and American Media" em Christopher Candlin (ed.), *Research in Professional Discourse*. Hong Kong: City University of Hong Kong Press, pp. 589-608. Disponível em <http://www.personal.psu.edu/xxl13/papers/2002.pdf>.

- Xie, Rong (2003). “*Shanghai Hezhuo Zuzhi—qiyu bezuo de dianfan*” (A Organização de Cooperação de Xangai—Modelo de Cooperação Regional). Xinhua, May 28th. Disponível em <http://past.people.com.cn/GB/shizheng/252/10778/10780/20030528/1001621.html>.
- Xinhua (2003). “International Community Offers Assistance to China’s Anti-SARS Campaign”. May 15<sup>th</sup>.
- Xinhua (2004). “Hu Jintao Summarizes China’s World View in Political Bureau Study Session”. Foreign Broadcast Information Service (FBIS), FBIS-CHI-2004-0224, 24 de fevereiro. Disponível em <https://www.lexisnexis.com>
- Xinhua (2008). “China-India Joint Statement”. Disponível em [http://news.xinhuanet.com/english/2008-01/14/content\\_7422097.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2008-01/14/content_7422097.htm).
- Xinhua (2009). “Book rallying for social change fails to inspire the masses”. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/english/2009-03/25/content\\_11072198.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2009-03/25/content_11072198.htm)
- Xiong, Guangkai (2003). “The Global Challenge of International Terrorism”. Discurso na Conferência de Munique sobre Política de Segurança Internacional, 8 de fevereiro de 2003. Disponível em [http://www.securityconference.de/konferenzen/rede.php?menu\\_20](http://www.securityconference.de/konferenzen/rede.php?menu_20).
- Yan, Shikun (1993). *Dangdai jundui juedui lingdao lilun yu shijian* (Teoria e Prática da Liderança Absoluta do Partido sobre o Exército). Beijing: Zhongguo Shehuishexue Chubanshe.
- Yan, Xuetong (1998). *Zhongguo de Jueqi—Guoji Huanjing Pinggu* (Ascensão da China: Uma Avaliação da Envolvente Internacional). Tianjin: Renmin Chubanshe.
- Yan, Xuetong (2001). “The Rise of China in Chinese Eyes”. *Journal of Contemporary China* n.º 26, pp. 33-39. Disponível em <http://blog.hiddenharmonies.org/wp-content/uploads/2010/02/yxt.pdf>.
- Yan, Xuetong (2004). “The Pros and Cons of Using Force to Constrain Law-Based Taiwan Independence”. *Dangdai Yatai* (Estudos Contemporâneos da Ásia-Pacífico) n.º 3, pp. 1-5. FBIS: CPP20040702000233.
- Yan, Xuetong e Sun Xuefeng (2005). *Zhongguo Jueqi Jiqi Zhanlue* (A Ascensão da China e a sua Estratégia). Beijing: Beijing Renmin Chubanshe.
- Yang, Jiemian (2005). *Da Hezuo: Bianhuazhong de Shijie he Zhongguo Guoji Zhanlue* (Grande Cooperação: Um Mundo em Mudança e a Estratégia Global da China). Tianjin: Renmin Chubanshe.
- Yang, Jiemian (2007). “China and U.S. Strategies and Measures in Response to the Transition of the International System”, em Yang Zhionghun e Chen Senlin (eds), *World Security Environment*. Beijing: National Defense University, PLA, pp. 54-61.
- Yang, Kassim (2012). “The New Great Game: ASEAN’s Balancing Act?”. *RSIS Commentaries* n.º 14. Disponível em <http://www.rsis.edu.sg/publications/Perspective/RSIS0142012.pdf>.
- Yang, Xiyue (1999). “Power Relations in Today’s World”. *Beijing Review*, 1-7<sup>th</sup> March.
- Yang, Yi (2007). “Caution, Engagement”. *China Security* n.º 4, pp. 28-38.
- Ye, Zicheng (2003). *Zhongguo Dazhanlue* (A Grande Estratégia da China). Beijing: Zhong-

- guo Shehuishexue Chubanshe.
- Ye, Zicheng (2007). “*Chaoyue duojibua sinwei, cujin daguo hezuo*” (Ultrapassando o Pensamento da Multipolaridade, Promovendo uma Cooperação entre Grandes Potências) em Qin Yaqing (ed), *Guoji Zhiyun Juan* (A Ordem Mundial). Beijing: New World Press.
- Ye, Zicheng (2011). *Inside China's Grand Strategy: The Perspective from the People's Republic*. Lexington: University of Kentucky Press.
- Yong, Deng (1998). “The Chinese Conception of National Interests in International Relations”. *The China Quarterly* n.º 154, pp. 308-329.
- Yong, Deng e Sherry Gray (2001). “Growing Pains – China Debates its International Future”. *Journal of Contemporary China* n.º 26, pp. 5-16.
- Yong, Deng (2008). *China's Struggle for Status: the Realignment of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Yongjin, Zhang (1998). *China in International Society since 1949: Alienation and Beyond*. New York: St. Martin's Press.
- Yongnian, Zheng (1999). *Discovering Chinese Nationalism in China: Modernization, Identity and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- You, Ji (2004). “Learning and Catching Up: China's Revolution in Military Affairs Initiative” em Emily Goldman e Thomas Mahnken (eds), *The Information Revolution in Military Affairs in Asia*. London: Palgrave Macmillan.
- You, Ji (2007). “The PLA Missile Force and its Anti-NMD Initiatives” em Joseph Cheng (ed), *Challenges and Policy Programmes of China's New Leadership*, Hong Kong: City University of Hong Kong Press, pp. 273-295.
- You, Ji (2011). *Dealing with the “North Korea Dilemma”: China's Strategic Choices*. Singapore: S. Rajaratnam School of International Studies. Disponível em <http://www.rsis.edu.sg/publications/WorkingPapers/WP229.pdf>.
- Yu, Bin (2005). “China and Russia: Normalizing their Strategic Partnership” em David Shambaugh (ed), *Power Shift: China and Asia New Dynamics*. Berkeley: University of California Press, pp. 228-246.
- Yuan, Peng (2011). “Yuan Peng: wangluo huo cheng zhong mei guanxi yinbao dian xu guangkong weiji” (Yuan Peng: Relações China-EUA em rede ou com necessidade em se controlar um ponto de viragem em direção a uma crise). *Ifeng*, 19 de dezembro. Disponível em [http://news.ifeng.com/mainland/detail\\_2011\\_12/19/11427081\\_0.shtml](http://news.ifeng.com/mainland/detail_2011_12/19/11427081_0.shtml).
- Yuan, Yuan (2011). “PLA Senior Colonel and Major General Expound on Military Transparency in PRC Defense White Paper”. *Liaowang* (Assuntos Semanais) n.º 40, pp. 8-12.
- Yuzawa, Takeshi (2006). “The Evolution of Preventive Diplomacy in the ASEAN Regional Forum: Problems and Prospects. *Asian Survey* n.º 5, pp. 785-804.
- Wachman, Alan (2002). “The China-Taiwan Relationship: A Cold War of Words”. *Orbis* n.º 4, pp. 695-711.
- Wachman, Alan (2007). *Why Taiwan? Geostrategic Rationales for China's Territorial Integrity*. Stanford: Stanford University Press.

- Waltz, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley.
- Wan, Ming (2007). "Human Rights Lawmaking in China: Domestic Politics, International Law, and International Politics". *Human Rights Quarterly* n.º 3, pp. 727-753.
- Wang, Gongwu (2005). "China and Southeast Asia: The Context of a New Beginning" em David Shambaugh (ed), *Power Shift: China and Asia New Dynamics*. Berkeley: University of California Press, pp. 187-204.
- Wang, Jianwei (1999). "Managing Conflict: Chinese Perspectives on Multilateral Diplomacy and Collective Security" in Yong Deng e Fei-ling Wang (eds), *In The Eyes of the Dragon: China Views the World*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Wang, Jianwei (2003). "Territorial Disputes and Asian Security: Sources, Management and Prospects" em Mutiah Alagappa (ed), *Asian Security Order: Instrumental and Normative Features*. Stanford: Stanford University Press, pp. 380-423.
- Wang, Honggang (2011). "Building Sino-US Bridge". *Beijing Review*, 18 de agosto. Disponível em [http://www.china.org.cn/opinion/2011-08/18/content\\_23236476\\_2.htm](http://www.china.org.cn/opinion/2011-08/18/content_23236476_2.htm).
- Wang, Jisi (2004). *China's Changing Role in Asia*. Atlantic Council of the United States. Disponível em [http://www.acus.org/publications/ocasional\\_papers/Asia/WangJisi\\_Jan\\_04.pdf](http://www.acus.org/publications/ocasional_papers/Asia/WangJisi_Jan_04.pdf).
- Wang, Jisi (2011). "China's Search for a Grand Strategy: A Rising Great Power Finds its Way". *Foreign Affairs* n.º 2. Disponível em <http://foreignaffairs.com/articles/67470/wang-jisi/chinas-search-for-a-grand-strategy>.
- Wang, Yizhou (1999). "Mianxiang ershiyishiji de zhongguo wajiao: sanzong xunqiu jiqi pinheng" (Diplomacia Chinesa no Século Vinte e Um: Obter e Equilibrar Três Necessidades). *Zhanlue yu Guanli* (Estratégia e Gestão) n.º 6, pp. 18-27.
- Wang, Yizhou (2003). *Quanguo Zhengzhi He Zhongguo Wajiao* (Política Global e Política Externa da China). Beijing: Shijie Zhishi Chubanshe.
- Wang, Yizhou (2007). *Guojia Liyijuan* (Interesses Nacionais). Beijing: New World Press.
- Wang, Zhongchun e Chen Selin (2007). "China's Search for Stability with America after 9/11" em Wang Zhongchun e Chen Selin (eds), *World Security Environment*. Beijing: National Defense University, PLA, pp. 46-52.
- Wang, Zongchun e Li Yaqiang (2007). "China-ASEAN Maritime Security Cooperation Situation and Proposals" em Wang Zhongchun e Chen Selin (eds), *World Security Environment*. Beijing: National Defense University, PLA, pp. 139-147.
- Wayne, Martin (2008). *China's War on Terrorism: Counter-insurgency, Politics and Internal Security*. New York: Routledge.
- Weber, Max (1977). *Critique of Stammer*. New York: Free Press.
- Weitz, Richard (2008). *China-Russia Security Relations: Strategic Parallelism without Partnership or Passion?*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.
- Wen, Jiabao (2003). "Speech by Wen Jiabao at the ASEAN Business and Investment Summit, October 7". Disponível em <http://my.china-embassy.org/chn/zt/dyhzyzywj/dmxlfh2003/t300016.htm>.
- Wendt, Alexander (1987). "The Agent-structure Problem in International Relations Theory". *International Organization* n.º 41, pp. 335-370.

- Wendt, Alexander (1992). "Anarchy is What the States Make of It: The Social Construction of Power Politics". *International Organization* n.º 2, pp. 335-370.
- Wendt, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wilson, Jeanne (2004). *Strategic Partners: Russian-Chinese Relations in the Post-Soviet Era*. Armonck: M.E. Sharpe.
- Wishnick, Elizabeth (2005). "Russia and the CIS in 2005: Promoting East Asian Oil Diplomacy, Containing Change in Central Asia". *Asian Survey* n.º 1, pp. 69-78.
- Whiting, Alan (1996). "The PLA and China's Threat Perceptions". *The China Quarterly* n.º 146, pp. 596-615.
- Whiting, Alan (1997). "ASEAN Eyes China: The Security Dimension". *Asian Survey* n.º 4, pp. 299-322.
- Womack, Brantly (2004). "Asymmetry Theory and China's Concept of Multipolarity". *Journal of Contemporary China* n.º 39, pp. 351-366.
- Wu, Jun, Sun Xiangli e Hu Side (2003). *The Impact of Revolution in Military Affairs on China's Defense Policy*. Beijing Institute of Applied Physics and Computational Mathematics. Disponível em <http://www.licei.it/rapport/amaldi/papers/XV-WuRMAImpact.pdf>.
- Wu, Xinbo (2000). "The Security Dimension of Sino-Japanese Relations: Warily Watching One Another". *Asian Survey* n.º 2, pp. 296-310.
- Zhang, Ge e Liu Runyan (2007). "Sino-Indian Relations Entering a New Stage of Comprehensive Development" em Wang Zhongchun e Chen Selin (eds), *World Security Environment*. Beijing: National Defense University, PLA, pp. 79-85.
- Zhang, Li (2010). *China-India Relations: Strategic Engagement and Challenges*. Asie Visions n.º 34. Paris: IFRI. Disponível em [www.ifri.org/downloads/asievisions34zhangli.pdf](http://www.ifri.org/downloads/asievisions34zhangli.pdf).
- Zhang, Xiaotong (2009). "Hu Jintao de shidai guan jichu shang de zhongguo de zhuzhang" (Propostas da China com Base no Conceito de Era de Hu Jintao). *Liaowang* (Perspectiva Semanal), 23 de novembro. Disponível em [http://dlib.eastview.com/browse/doc/21088215/23-11-09/Zhang\\_Xiaotong\\_Liaowang.pdf](http://dlib.eastview.com/browse/doc/21088215/23-11-09/Zhang_Xiaotong_Liaowang.pdf).
- Zhang, Yulang (2006). *Science of Campaigns*. Beijing: National Defense University Press.
- Zhang, Yunling (2003). "Rube renshi Zhongguo zai yatai diqu mianlin de guoji huanjing" (Racionalizando a Envoltente Internacional e da Região da Ásia-Pacífico da China). *Dangdai Yatai* (Estudos Contemporâneos da Ásia-Pacífico) n.º 6.
- Zhang, Yunling (ed) (2003). *Weilai 10-15 Nian Zhongguo Zai Yatai Diqu Bianling de Guoji Huanjing* (A Envoltente Internacional da China na Região da Ásia-Pacífico para os Próximos 10-15 Anos). Beijing: Zhongguo Shehui Kexue Chubanshe.
- Zhang, Yuling e Tang Shiping (2005). "China's Regional Strategy" em David Shambaugh (ed), *Power Shift: China and Asia New Dynamics*. Berkeley: University of California Press, pp. 48-70.
- Zhang, Wannian (1999). *Dangdai shijie junshi yu zhongguo guofang* (Assuntos Militares Internacionais Contemporâneos e a Defesa Nacional da China). Beijing: Military Science Press.

- Zhang, Zhaozhong (1995). *Zhangzheng li women you duo yuan* (Quão Afastados Estamos de uma Guerra?). Beijing: Beijing PLA Press.
- Zhang, Zhaozhong (1999). *Xia yi ge mubiao shi shei* (Quem Será o Próximo Inimigo?). Beijing: China Youth Press.
- Zhang, Weiwei (2011). “Expert: Six Countermeasures to the U.S. Challenges; Hurry up and Turn the Bad Situation Around”. *Huanqiu (Global Times)* 18 de novembro. Disponível em <http://mil.huanqiu.com/Observation/2011-11/2184378.html>.
- Zheng, Bijian (2005). “China’s Peaceful Rise to Great Power Status”. *Foreign Affairs* n.º 5, pp. 18-24.
- Zheng, Yongnian e Lye Liang Fook (2010). “The International Financial Crisis and China’s External Response” em Zheng Yongnian e Sarah Tong (eds), *China and the Global Economic Crisis*. London: World Scientific Publishing Company.
- Zhengxu, Wang (2006). “Hybrid Regime and Peaceful Development in China” em Sujian Zhao (ed), *China’s Peaceful Rise in the 21<sup>st</sup> Century*. London: Ashgate, pp. 118-138.
- Zhu, Feng (2008). “China Rise Will be Peaceful: How Unipolarity Matters” em Robert Ross e Zhu Feng (eds), *China’s Ascent: Power, Security and the Future of International Politics*. Ithaca: Cornell University Press, pp. 34-54.
- Zhu, Fenglan (2007). “The Sino-Japanese Disputes over East China Sea and the Prospects for its Solution” em Wang Zhongchun e Chen Selin (eds), *World Security Environment*. Beijing: National Defense University, PLA, pp. 62-78.
- Zhu, Lijiang (2011). “Chinese Practice in Public International Law: 2010”. *Chinese Journal of International Law* n.º 3, pp. 883-895.
- Zhu, Liqun (2010). *China’s Foreign Policy Debates*. Chaillot Papers n.º 121. European Union Institute for Security Studies. Disponível em [http://www.iss.europa.eu/uploads/media/cp121China\\_s\\_Foreign\\_Policy\\_Debates.pdf](http://www.iss.europa.eu/uploads/media/cp121China_s_Foreign_Policy_Debates.pdf)
- Zoellick, Robert (2005). “Wither China: From Membership to Responsibility: Remarks to National Committee on U.S.-China Relations”. Disponível em [http://www.ncusr.org/files/2005Gala\\_RobertZoellick\\_Whiter\\_China1.pdf](http://www.ncusr.org/files/2005Gala_RobertZoellick_Whiter_China1.pdf).

## OS LIVROS BRANCOS DA DEFESA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA 1998-2010

Este estudo é uma análise da evolução das percepções de (in)segurança da República Popular da China (RPC), através da aferição quantitativa e qualitativa de expressões idiomáticas caracterizadoras da evolução do sistema internacional, as quais foram selecionadas e associadas a tais percepções, e que constam das sete edições do Livro Branco da Defesa publicadas pelo Conselho de Estado entre 1998 e 2010. Procura-se através de um enquadramento conceptual e metodológico derivado da análise crítica do discurso baseado nas teorias de Michel Foucault e de Norman Fairclough – bem como do da percepção de ameaças por parte dos Estados no sistema internacional formulado por Robert Jervis – identificar e justificar variações nas percepções de (in)segurança da RPC entre 1998 e 2010, concluindo-se que tais variações refletem uma visão essencialmente realista estrutural e Lockeana quanto à caracterização e evolução do sistema internacional.

